

O COMEÇO DO FIM DA ERA UNIPOLAR: LITERATURA E INDÚSTRIA CULTURAL



LUIS EUSTÁQUIO SOARES

O COMEÇO DO FIM DA ERA UNIPOLAR: LITERATURA E INDÚSTRIA CULTURAL



LUIS EUSTÁQUIO SOARES

1.ª Edição - Copyrights do texto - Autores e Autoras

Direitos de Edição Reservados à Editora Terried

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.



O conteúdo dos capítulos apresentados nesta obra são de inteira responsabilidade d@s autor@s, não representando necessariamente a opinião da Editora.

Permitimos a reprodução parcial ou total desta obra, considerado que seja citada a fonte e a autoria, além de respeitar a Licença Creative Commons indicada.

Conselho Editorial

Adilson Cristiano Habowski - ***Currículo Lattes***

Adilson Tadeu Basquerote Silva - ***Currículo Lattes***

Alexandre Carvalho de Andrade - ***Currículo Lattes***

Anísio Batista Pereira - ***Currículo Lattes***

Celso Gabatz - ***Currículo Lattes***

Cristiano Cunha Costa - ***Currículo Lattes***

Denise Santos Da Cruz - ***Currículo Lattes***

Emily Verônica Rosa da Silva Feijó - ***Currículo Lattes***

Fabiano Custódio de Oliveira - ***Currículo Lattes***

Fernanda Monteiro Barreto Camargo - ***Currículo Lattes***

Fredi dos Santos Bento - ***Currículo Lattes***

Guilherme Mendes Tomaz dos Santos - ***Currículo Lattes***

Leandro Antônio dos Santos - ***Currículo Lattes***

Lourenço Resende da Costa - ***Currículo Lattes***

Marcos Pereira dos Santos - ***Currículo Lattes***

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Começo do Fim da Era Unipolar: Literatura e Indústria Cultural [livro eletrônico] / Autor: Luís Eustáquio Soares. -- 1. ed. -- Alegrete, RS : Editora TerriED, 2024.

PDF-

ISBN 978-65-84959-77-4

1. Literatura

23-147990

CDD-370-1

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensino 610.5



10.48209/978-65-84959-77-4



www.terried.com

contato@terried.com

(55) 99656-1914

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1: Literatura e indústria cultural.....	23
MÍDIA & SOCIEDADE.....	23
Franz Kafka e o teatro do desprimido: a catarse do cenário midiático.....	23
SOBERANIA & ABANDONO.....	35
Vidas Secas, mensalão e a polícia jurídico-midiática.....	35
GRANDE SERTÃO.....	41
O minuto de fama do STF.....	41
MÍDIA & PIROTECNIA.....	46
Machado de Assis, boate Kiss e as ideias fora de lugar.....	46
MACHADO DE ASSIS.....	53
Cinismo, niilismo e utopia.....	53
MÍDIAS CORPORATIVAS.....	63
Lacan, Drummond e a mediação global.....	63
PLANETA CANUDOS.....	72
Um internacional sistema de indiferença.....	72
DEMOCRACIA ROTEIRIZADA.....	80
Franz Kafka e os roteiros da panóptica espionagem global.....	80
CAPÍTULO 2: Sociedade do controle integrado e revoluções capturadas..	88
LIBERDADE DE EXPRESSÃO.....	88
Notas sobre a sociedade da soberania e do controle.....	88
PANÓPTICO MIDIÁTICO.....	97
Biopoder confessional e o protesto contra o aumento da passagem de ônibus.....	97

NOTAS SOBRE soberano biopoder e as quatro figuras do apocalipse..	107
O evento segundo Alain Badiou e a “revolução das tulipas” no Brasil...	118
MÍDIAS CORPORATIVAS.....	127
As manifestações dos jovens de classe média.....	127
NOVAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO.....	138
A sociedade espetacular planetária de maio de 68.....	138
<i>Sistema Echelon. O suicídio dos jovens revolucionários.....</i>	<i>150</i>
A função fálica do dinheiro e a polícia midiática.....	157
A sociedade do espetáculo difuso e o devir negro-gay-indígena-mulher...de Putin.....	163
TV GLOBO.....	172
O supremo tribunal de exceção.....	172
CAPÍTULO 3: Telenovelas e luta de classes.....	182
AVENIDA BRASIL.....	182
O golpismo do darwinismo social.....	182
SALVE JORGE.....	190
Notas sobre os danos colaterais.....	190
A novela Cordel encantado da TV Globo e o laico religioso reinado do capital.....	201
ARAGUAIA.....	208
A contraguerrilha imperialista da TV Globo.....	208
PASSIONE.....	216
Uma fábula da luta de classes na ficção global.....	216
REFERÊNCIAS.....	229

APRESENTAÇÃO

Um esclarecimento sobre a gênese deste livro

Este livro é o resultado de intensa militância analítico-crítica relativamente às versões das mídias corporativas ocidentais sobre os acontecimentos que agitaram a humanidade, considerando o período do fim do segundo mandato de George Bush, o início e quase fim da época em que o *hegemon* unipolar, com Barack Obama, tentou por todos os meios impor-se contra os povos e a humanidade. É constituído de artigos que foram publicados no **Observatório da Imprensa**, entre 2007 a 2015, escritos a partir de uma perspectiva transdisciplinar, tendo a produção literária ficcional nacional e internacional como referência, sobretudo considerando obras como *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), de Machado de Assis, *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha, *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos. *Grande Sertão: veredas* (1956), de Guimarães Rosa, *O processo* (1925), de Franz Kafka e *Os irmãos Karamazov* de Fiódor Dostoiévski.

O período referido é de uma importância única, porque, em face da tentativa do *hegemon* estadunidense de impor-se por todos os meios, e de modo unipolar, com guerras de saqueio e golpes de Estado, com revoluções coloridas, como as cinicamente chamadas Primaveras Árabes, observou-se ao mesmo tempo e em processo dialético a emergência da perspectiva multipolar, com a vanguarda de China e de Rússia. É, pois, um livro que é fruto de uma militância em tempo real, criticamente concentrada contra a manipulação do sistema midiático a serviço da dominação ocidental-norte-americana, considerando sobretudo a sua dimensão oligopólica brasileira, ventríloqua do sistema imperialista lastreado no *dollar supremacy*. É também um período de articulação dos golpes de Estado jurídico-midiáticos da era Obama na América Latina, iniciado em Honduras em 2009, passando por Paraguai em 2012, até chegar ao Brasil, com a caída de Dilma Rousseff em 2016, facilitada pela revolução colorida das jornadas de junho de 2013,

até hoje romantizadas pelas esquerdas brasileiras, inscientes e culturalmente referenciadas em Estados Unidos, culminando com a midiaticização da Operação Lava Jato e a consequente prisão de Lula – com Obama no fundo, cinicamente, sussurrando: “This is the *guy!*”.

Há uma carta de Friedrich Engels. remetida à escritora inglesa Miss Harkness, datada de 1888, com a seguinte observação sobre a grande obra literária do realismo estético: “supõe, além da exatidão dos pormenores, a representação exata dos caracteres típicos em circunstâncias típicas (ENGELS, 1971,196). Sem a pretensão que este seja um “grande livro teórico”, ainda assim a decisão de publicá-lo advém da necessidade (espero que não apenas a do autor) de tornar público um olhar histórico-materialista sobre os acontecimentos, suas versões plasmadas pelas corporações midiáticas, com foco nos “caracteres (pessoas públicas, personagens de ficção) típicos das circunstâncias histórico-sociais típicas, seja da (epigonal) arrogância unipolar de EUA, seja do início de seu fim, com os primeiros esboços de respostas alternativas protagonizadas pelas principais lideranças do emergente mundo multipolar, incluindo o contexto latino-americano, com a formação de ALBA, Aliança Bolivariana para os povos de Nossa América, CELAC, Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos e UNASUL, União de Nações Sul-Americanas.

São, assim, textos circunstanciais... que foram escritos com o princípio de esperança imanente, materialista e secular, baseado dialeticamente na negação radical do existente, rumo a uma paradoxal síntese aberta ao plurissocialismo dos povos.

E por falar em esclarecimento, o do sistema imperialista norte-americano é...

O argumento de que um texto, qualquer que seja, é sempre constituído por um mosaico de vozes explicitadas e ocultas, sem que muitas vezes possamos saber se aquelas são mais relevantes que estas, constitui (mas nunca apenas) um pretexto para reconhecer a importância de duas obras para este livro, a saber: *Cultura e imperialismo* (2011), de Edward Said (1935-2003), e *Dialética do es-*

clarecimento (1985), de Adorno e Horkheimer. A primeira delas, *Cultura e imperialismo*, constitui uma ausente presença que motivou de uma forma ou de outra a escrita de todos os textos desta coletânea, uma vez que em todos eles a relação entre cultura e imperialismo se inscreve como fundamental para a produção de análises críticas sobre os artefatos culturais e informativos tais como obras literárias, cinematográficas, telejornais, telenovelas, programas de auditório, assim como fatos relevantes do contemporâneo, como as “rebeliões populares” no Brasil e no Oriente Médio, no período de referência acima explicitado.

Se o que habitualmente é chamado de subjetividade pode ser interpretado como uma metonímia encarnada (a parte pelo todo) da cultura de uma dada época, no capitalismo mundial integrado, que igualmente produz mercadorias mundialmente conectadas, a indústria cultural constitui uma espécie de *holding* das subjetividades humanas meticulosamente administrado pelo imperialismo, nesse caso, o norte-americano – esse *hegemon* em decadência. Seu objetivo colonizador é um só: a produção de artefatos culturais que funcionem como verdadeiro cavalo de Troia muito especialmente para os condenados da Terra da atualidade, para fazer uma referência ao livro homônimo de Franz Fanon, *Os condenados da Terra* (1961), no qual o autor de *Pele negra, máscaras brancas* (1952) produziu argumentos precisos para demonstrar alguns efeitos trágicos, inclusive psiquiátricos, da empreitada imperialista sobre os povos do mundo, condenados implacavelmente ao abandono, à fome, ao desespero e à morte, sob a forma, também, de genocídio.

Se o imperialismo constitui o momento em que a expansão colonizadora dos centros de poder adquire uma dimensão sistêmica, é previsível, portanto, que tal expansão ocorra como espectro completo, ocupando, explorando e colonizando não apenas recursos primários, mas também artefatos culturais, conhecimentos, alteridades de gênero, étnicas, de classe, além de desejos, inclusive os de emancipação e de justiça, não sendo circunstancial, para este livro, a sua convergência com a proposta de uso do conceito de imperialismo elaborada por Said, que assim se expressou a respeito:

Usarei o termo imperialismo para designar a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante; o colonialismo, quase sempre uma consequência do imperialismo, é a implantação de colônias em territórios distantes (SAID, 2011, p. 42).

Outra obra fundamental para este livro é *Dialética do esclarecimento* (1985), de Adorno e Horkheimer, através da qual o conceito de esclarecimento é desenvolvido a partir do argumento de que, ao longo de sua história, a humanidade tem produzido saberes senhoriais comprometidos com a submissão da natureza (trabalho não pago) e da classe trabalhadora por meio de diversas formas de exploração, escravista, feudal, capitalista. Ambos, natureza e classe trabalhadora, são esclarecidos pelo progresso que pode ser definido como progresso do esclarecimento oligárquico sobre a natureza e o trabalho. Ambos, natureza e trabalho, na era do esclarecimento da civilização burguesa ou desta como uma forma monumental de esclarecimento, estão vulneráveis a um mesmo letal risco: o avanço total do esclarecimento do capital ou do capital como esclarecimento por toda a Terra.

Tendo em vista a força avassaladora do esclarecimento do e no capital na era da reprodutibilidade do *utopismo* tecnológico e no contexto em que as multinacionais e o sistema financeiro internacional submetem a indústria cultural e a política institucional, igualmente em dimensão planetária, Adorno e Horkheimer assim definiram o lugar de resistência e alternativa do pensamento, valendo também para a criação: “Contrariamente a seus administradores (do esclarecimento), a filosofia representa, entre outras coisas, o pensamento, na medida em que este não capitula diante da divisão de trabalho dominante e não aceita que esta lhe prescreva suas tarefas” (ADORNO & HORKEHEIMER, 1985, p227).

Se o esclarecimento hoje a si mesmo se administra através da divisão internacional do trabalho e dos saberes, segmentando e capturando a tudo e a todos através da falsa universalidade da abstração monetária, a obra *Dialética do esclarecimento*, de Adorno e Horkheimer, constitui o discurso indireto dos

ensaios deste livro em sua dimensão metodológica porque a questão de método aqui presente é: não capitular perante a divisão internacional de trabalho dominante e não permitir que esta prescreva as tarefas para o pensamento, para a crítica e para a *práxis*.

E é por causa disso também que é necessário materialismo histórico e dialética sempre; a dialética da unidade da contradição, da transformação da quantidade em qualidade e da negação da negação, o que significa, negar o esclarecimento nos termos de Adorno e Horkheimer, dotando-o de uma dimensão qualitativa, na unidade da contradição da fase imperialista (norte-americana) do capital. Com isso o que se quer dizer é que é preciso puxar outro fio da categoria do esclarecimento, que começou com Immanuel Kant, no pequeno ensaio “O que é o esclarecimento”, datado de 1783, texto que é uma referência fundamental da tradição teórica marxiana por assim se posicionar: “Esclarecimento [aufklärung] é a saída do homem da menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo” (KANT, 1985, p. 100).

Visualiza-se, assim, outra tradição teórica no que diz respeito à categoria do esclarecimento, diversa em tudo da de Adorno e Horkheimer, porque não está referendada na relação (cara a Michel Foucault) entre saber e poder, saber e poder sobre, mas na dimensão do saber/ liberação, do saber/emancipação. Há, assim, dois tipos de esclarecimento, razão por que necessitam ser igualmente esclarecidos. O da “Dialética do esclarecimento” é o do saber dominação simultânea sobre a natureza e a classe trabalhadora; o de Kant é o saber/emancipação que, com o marxismo, transforma-se em saber/emancipação da classe trabalhadora e assim da natureza, com a constituição da sociedade socialista, processo imanente para a consecução da sociedade dos produtores livremente associados; a do comunismo.

A categoria de esclarecimento de Adorno e Horkheimer necessita, assim, ser objetivada, sobretudo no que diz respeito à história do Ocidente, de tradição

oligárquica, assentada na apropriação privada da terra, da família e do Estado. Trata-se de uma versão de esclarecimento que é indissociável da dominação oligárquica ocidental e que no modo de produção capitalista desemboca no saber/poder dos donos do capital contra a classe operária e contra a natureza; e na fase imperialista norte-americana diz respeito ao saber/poder da indústria cultural (que é teórica, que é econômica, que é estética, que é biopolítica, que é política, que é tecnológica) senhorialmente esclarecendo-se com objetivo de dominar e submeter mais e mais a natureza e o processo geral do trabalho social.

Em diálogo com o discurso indireto conjunto, o que vem primeiro, de *Imperialismo e cultura*, de Edward Said, e *Dialética do esclarecimento*, de Adorno e Horkheimer, as duas linhas de força deste livro são a indisciplina em relação à disciplina das e nas unidades discursivas, como questão de método, e a investigação incessante da relação entre cultura e imperialismo, no horizonte da indústria cultural, como questão temática sem a qual, esse é o principal argumento, não é possível pensar o desafio de uma humanidade realmente protagonista de seu destino, esclarecendo-se não mais de forma senhorial, mas por meio de um profundo respeito ao que lhe dignifica; o trabalho coletivo, pensado e gestado no duplo aspecto do trabalho humano e do trabalho da natureza.

Se o termo imperialismo não aparece nos títulos dos capítulos deste livro a razão é simples e se inscreve no seguinte argumento: a indústria cultural, rendida ao poder econômico-financeiro, é, para dialogar com uma conhecida obra de Fredric Jameson (1991), a lógica cultural do imperialismo da e na civilização burguesa, constituindo-se como linha de frente de uma espetacular empresa mundial de subjetividades esclarecidas, tanto mais subjugadas quanto mais se veem como livres dentro da ordem dominante da divisão social do trabalho, que é também a dominada ordem do que pode ser chamado de divisão social de subjetividades esclarecendo-se, esclarecidas.

A civilização burguesa não produz apenas mercadorias em escala mundial, mas também nos transforma em mercadorias na medida em que nos afirmamos como subjetividades de gênero, étnica, de classe, sempre e quando

aceitamos as tarefas prescritas pela divisão social do trabalho dominante, cuja principal palavra de ordem é: mais divisão, o que ocorre inevitavelmente no horizonte da afirmação segmentada de si fora de uma radical consciência laica da vida em sociedade, pois qualquer afirmação de si que não esteja desafiada a transcender a civilização burguesa, entendendo-a igualmente como histórica (não natural e não necessária, portanto) torna-se inevitavelmente vulnerável ao abraço totalizador e senhorial do imperialismo, sobretudo em sua fase atual, a da edição e reedição (máquina integral de *fake news*) de tudo que existe, inclusive no plano molecular e genético, tendo em vista as forças produtivas esclarecedoras (no sentido de Adorno e Horkheimer) da Inteligência Artificial e das ciências biológicas e físicas, no âmbito da biogenética e da nanotecnologia.

A forma específica de esclarecimento da indústria cultural do imperialismo norte-americano, em si mesma forma-esclarecida e se esclarecendo, sem cessar (no sentido de saber senhorial) é a que recebe o nome genérico de cultura de massa, que captura e incorpora tendencialmente a tudo, em processo, inclusive as esquerdas, o identitarismo feminista, negro, homoafetivo, a crise ecológica, com o nome hoje de *cultura woke*, manipulada pelo Partido Democrata estadunidense e pelo Fórum Econômico Mundial. As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação do Vale do Silício, a chamada GAFA (Google, Amazon, Facebook, Apple) podem ser interpretadas, nesse contexto, como novos suportes de edição sem fim da cultura de massa, aumentando em escala infinitesimal a produção de mentiras e de manipulação em relação à classe trabalhadora e à natureza.

A humanidade inteira se torna cada vez mais parecida consigo mesma como forma de compensar a intensa concentração de riquezas de um lado e a imensa miséria da esmagadora maioria, de outro. Este é, pois, o papel da indústria cultural (com o Vale do Silício na vanguarda): tornar-nos todos parecidos uns com os outros, num contexto de extrema desigualdade planetária. A maioria esmagadora gostando dos mesmos filmes, das mesmas músicas, dos mesmos livros, das mesmas danças, das mesmas narrativas, ainda que os gêneros nos sejam apresentados qualitativamente como diferentes, ainda que diferentes

mercadorias culturais sejam direcionadas para diferentes perfis de pessoas, em contextos nos quais algumas tendem a se achar mais bem informadas, mais inteligentes, mais requintadas, mais seletivas que as demais.

Não obstante, pois, o “ainda que” das diferenças, que efetivamente existem, o que está em jogo, na produção das mercadorias da indústria cultural, desdobra-se em duas variáveis: 1) A variável da divisão internacional dos bens culturais, segmentando gostos, ideologias e perfis como o lugar imanente da atuação do esclarecimento no contemporâneo, pela singela razão de que a segmentação, por mais que sejamos orgulhosos de nossas diferenças em relação às maiorias, é ela mesma uma forma-mercadoria que, como tal, tende a universalizar (sempre uma falsa universalização) os valores típicos da sociedade burguesa, sua dominante ordem ou desordem; 2) A variável que generaliza a miniaturização dos artefatos culturais como forma de deslocamento e mesmo de censura em relação às obras de criação que afirmem outros mundos possíveis, fora da civilização burguesa e, portanto, da dinâmica esclarecida de sua divisão social de trabalho dominante.

O aspecto mais evidente da miniaturização dos artefatos de criação produzidos pela indústria cultural, e aqui dialogo com Terry Eagleton (2005), diz respeito à sua redução ao campo dos direitos civis, entendidos ainda no âmbito do neoliberalismo estadunidense. A miniaturização/*reificação* dos artefatos culturais sob signo da expressão civil de gênero, étnica, etária, comportamental e mesmo de classe (categoria que tende a estetizar-se como *reificado* direito civil) tem como deplorável consequência uma censura inaceitável, embora nunca declarada abertamente, aos direitos econômicos e sociais, os quais, a rigor, só aparecem como matéria de criação se forem igualmente *reificados* e estetizados; se forem, enfim, capturados pela dominância liberal dos direitos civis, protagonizada pela ocidentalização americana do planeta, de tal maneira a não ser tão absurdo afirmar que os Estados Unidos têm sido o epicentro sísmico do esclarecimento imperialista da e na indústria cultural.

E é precisamente diante desse projeto mundial de ocidentalização americana do planeta que é possível encontrar a brecha necessária para retomar a discussão sobre o enfoque de crítica integral ao imperialismo assumido por este livro. A propósito, ao ler o livro *La ley del valor mundializada*, de Samir Amin, o que se observa como regra é que o sistema imperialista estadunidense extrai a renda do trabalho (inclui sempre o da natureza escravizada) em escala planetária, razão pela qual seja possível deduzir que a luta de classes principal da atualidade ocorra no plano da relação entre imperialismo e soberania nacional-popular. Não há, pois, saída para o pensamento e para os projetos políticos como o Brics +, por exemplo, se não for levada em conta a seguinte realidade literalmente em terreno: o capitalismo realmente existente é a imagem e semelhança do esclarecimento da indústria cultural norte-americana, razão pela qual a luta pela emancipação do mundo unipolar ocidental-ianque passa necessariamente pela campo da cultura e especialmente da indústria cultural, epicentro de produção de estilos de vida e de subjetividades, no plano da vida concreta

Entretanto, a questão do imperialismo, nos ensaios deste livro, não se reduz ao imperialismo americano-ocidental. Como poderosas forças bélicas que disputam o controle dos recursos humanos e naturais do planeta, o imperialismo pode ser igualmente definido como a fase superior do esclarecimento, quando este alcança todas as dimensões da vida na Terra, razão suficiente para sustentar o argumento de que o esclarecimento não apenas seja a própria civilização burguesa mundial como também o conjunto das forças em ação no terreno-mundo, das mais poderosas às mais cotidianas e imanentes, vividas por todos nós, por exemplo, nas aparentemente inocentes relações de compra e venda como unidade mínima do capitalismo, logo do próprio imperialismo, na sua fase final, norte-americana, mundial.

Essa leitura, no entanto, não pode servir para a produção de generalidades niilistas do tipo: “Bom, se é assim, se o imperialismo somos nós, então não há nada a fazer porque qualquer coisa que venhamos a propor ou a pensar, que saia

dessa evidência, é autoritarismo, simplismo, anacronismo.” Sempre na contra-mão do niilismo, como adaptação ao que existe, os ensaios aqui presentes estão marcados por uma perspectiva afirmativamente histórica, razão pela qual partem do argumento de que as forças humanas e não humanas (animais, vegetais, minerais, energéticas, tecnológicas, científicas, epistemológicas, laborais, teóricas, culturais), não obstante terem sido capturadas pela ininterrupta produção civilizacional do esclarecimento, são igualmente históricas, razão pela qual podem assumir ou protagonizar perspectivas coletivas, liberadoras, não senhoriais.

Por outro lado, se o imperialismo pode ser definido como o pragmático administrador mundial das forças locais, regionais e internacionais a serviço do esclarecimento da e na civilização burguesa, seus principais atores financeiros, ideológicos, geográficos não são nem unidimensionais nem consensuais nem substancialmente iguais. Existem atores mais agressivos, ou mesmo mais genocidas que outros. Se se observa o mundo atual, não é difícil constatar, por razões estatísticas evidentes, que seu lado ocidental, europeu-americano, esteve e está, de modo ativo, presente em praticamente todas as guerras e conflitos das últimas décadas, senão dos últimos séculos. Com centenas e talvez milhares de bases militares em pontos geoestratégicos do planeta, não seria inexato afirmar que os Estados Unidos invadiram o mundo, sem contar o lado tecnológico-comunicativo dessa invasão, cuja onipresença virtual-eletrônica nos foi heroicamente (sempre parcialmente) revelada, recentemente, pelo terceirizado ex-agente da CIA, Edward Snowden.

Embora seja evidente que não aja santo no campo da espionagem tecnológica e que este seja igualmente um novo cenário de guerra ou de disputas táticas e estratégicas entre as grandes potências do sistema imperialista mundial, não é insensato afirmar que, nesse particular, os Estados Unidos ocupem uma posição quase que unipolar, não sendo circunstancial, a propósito, que a *Internet* tenha sido criada militarmente, para uso militar, pelos militares americanos. Como líder, por exemplo, do *Clube dos cinco olhos*, composto por Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, Canadá, os Estados Unidos estão na vanguarda de um molecular

e ao mesmo tempo monumental processo de esclarecimento *panóptico* de toda a humanidade, ao arquivarem praticamente todas as comunicações eletrônicas do mundo, classificando-as ideológica, comercial e belicamente.

Se, por outro lado, os ensaios aqui presentes têm como interlocutor crítico, no que diz respeito ao imperialismo, a sua versão ocidental-americana, o motivo principal é tático e tem o seguinte horizonte de referência estratégica: no interior da civilização burguesa, um mundo multipolar é melhor que unipolar, pois possibilita não apenas a emergência de contradições no interior do sistema-mundo, como também (porque é a história em movimento) o surgimento de forças não imperialistas, com tendências explicitamente pós-capitalistas, como ocorre, por exemplo, com a Aliança Bolivariana para as Américas, ALBA, bloco de países (composto por Venezuela, Equador, Bolívia, Cuba, Nicarágua, Dominica, São Vicente e Granadinas) cujo objetivo é o bem-estar social de suas respectivas populações, priorizando, para tal, um intercâmbio solidário de recursos energéticos, educacionais, medicinais, culturais, a fim de, no conjunto, compensar ou equacionar as carências e *déficits* naturais e históricos das realidades nacionais isoladas.

Por tudo isso, porque têm a indústria cultural como objeto de análise crítica, porque foram escritos com o objetivo de desconstruir a metafísica da presença a si da técnica em nossas vidas, os ensaios aqui presentes porão em questão, de muitas e diversas formas, em diálogo com Jacques Derrida de *A farmácia de Platão*, a

Unidade da metafísica, da técnica, do binarismo ordenador. Esse domínio filosófico e dialético dos *phármaka* que deveria se transmitir de pai legítimo para filho bem-nascido, uma cena de família o coloca sem cessar em questão, constituindo e fissurando ao mesmo tempo a passagem que religa a farmácia à casa. O “platonismo” é ao mesmo tempo a repetição geral desta cena de família e o esforço o mais potente para dominá-la, para abafar seu ruído, para dissimulá-la baixando as cortinas na manhã do Ocidente (DERRIDA, 2005, p.121).

Adaptando o trecho acima de *A farmácia de Platão*, da filosofia para os meios de comunicação de massa (incluindo os do Vale do Silício), a militância

dos textos deste livro tem relação com um esforço analítico para descrever o modo pelo qual a unidade da técnica da indústria cultural se transmite de “pai legítimo para os filhos bem-nascidos” da sociedade brasileira, num contexto em que aquele, o pai legítimo, pode ser traduzido como o colonizador de plantão, e estes, os filhos bem-nascidos, como os guardiões das tarefas prescritas pelo pai, a saber: abafar, via indústria cultural, os ruídos de esperança, de justiça, de criação, de liberdade dos povos do Brasil, da América Latina e do mundo, baixando as cortinas daquilo que no Ocidente, antes de ser colonização, esclarecimento, dominação, sempre foi e é amanhã, promessa de um mundo laico, em igualdade, em liberdade, em fraternidade – promessa não apenas abortada mas também “esclarecida” para melhor enganar, iludir, submeter.

Agradecimentos e outros esclarecimentos

De antemão, agradeço aos editores de *OI* pela paciência e cuidado com os textos publicados, chamando a atenção para duas questões: 1) uma primeira, de dimensão ideológica, relacionada com a seguinte perspectiva: por que publicar textos militantes, de perspectiva marxiana, num veículo que não o é? Primeiro porque o *OI* flanqueou um espaço sem censura, coisa rara; segundo, por outro lado, porque, com digníssimas exceções, as revistas (eletrônicas ou não) assumidamente de esquerda, não obstante a qualidade dos textos que muitas vezes publicam e divulgam, apenas parcialmente conseguem resistir à divisão internacional do trabalho, motivo pelo qual tendem a publicar textos edípicos, em conformidade com as plataformas ideológicas dominantes; e, tal como faz a indústria cultural em sua versão oficial, têm o igual negativo hábito de eleger os eleitos, escolher os escolhidos, publicar os publicáveis, dentro de um sistema familista fundamentalmente baseado em identidades partidárias, teóricas, ritualísticas, comportamentais, temáticas.

Aqui cabe uma breve defesa da militância, mas não da que se inscreve de pai para os bem-nascidos filhos, conforme ponderou Derrida no trecho citado acima de *A farmácia de Platão*. O viés militante dos textos deste livro tem relação

com outra herança marxista: o futuro, a justiça por vir, tendo em vista o passado (e o presente) que não houve. Em *Os espectros de Marx* (1994), Derrida nos chama atenção para esta herança: os tragicamente dizimados mortos do passado demandam outro futuro, de bastados, fora do sistema de filiação que é antes de tudo o sistema da dominação, de esclarecimento para esclarecimento, do imperialismo para a cultura, de oligarquia para oligarquia, de pai para bem-nascidos filhos.

A militância dos ensaios aqui presentes apropria-se do lado indisciplinado do discurso literário, entendido como sem filiação, logo órfão, a fim de investir num porvir igualmente sem filiação, certamente a herança mais singular de Marx, a saber: os desordeiros, logo os não herdeiros, os *operários*, essa parte do mundo que não se constitui nem como parte nem como todo, precisamente porque sem herança, porque, contra as partes isoladas, contra tudo, está desafiada a construir o que não existe.

É, pois, a herança dos sem-herança que se inscreve e ecoa na militância dos textos deste livro.

A segunda questão, por sua vez, é propriamente editorial e está relacionada com os direitos de publicação dos artigos aqui presentes. O autor deste livro seguiu à risca os *Termos de Uso* estipulados no *OI*, que podem ser consultados no seguinte endereço: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/pages/termos-de-uso>. Como textos assumidamente militantes, desde o início o que motivou a publicação de todos os artigos deste livro foi o desejo de não ficar confinado à Universidade e de ao mesmo tempo usar as pesquisas, discussões e leituras desenvolvidas no interior desta, com o objetivo de, minimamente que seja, poder contribuir para o debate sobre a indústria cultural, tendo em vista um posicionamento pós-capitalista e, por isso mesmo, pós-esclarecimento e pró-comunista.

O axioma que pulsa em todos os textos deste livro é um só: A função indisciplinar das alteridades, fora de todo esclarecimento senhorial, fora da herança de pai para filhos bem-nascidos, reside na potência (ou da impo-

tência) que as motiva como desafio histórico irrecusável, a saber, continuar alimentando-se de alteridades, de bastardias, a fim de, como uma não parte e um não todo, fazerem-se como alteridades em relação ao capital, ao imperialismo, ao esclarecimento, à ordem dominante, à civilização burguesa, esses todos-partes que nos tornam todos filhos, bem-nascidos ou não.

Só assim seremos uma humanidade assumidamente histórica, apta para produzir sem cessar a sua fábrica de alteridades, fora de toda realidade entendida como o fracasso do homem, para dialogar com o romance *O livro de Manoel* (1973), de Julio Cortázar; dentro, por outro lado, do presente, na aporia de seu futuro, como herança do que não foi, que o alimenta, coletivamente, na linha do horizonte.

Os capítulos

A interface com a literatura, neste livro, ocorreu como experimentação do conceito de literaturas pós-autônomas, desenvolvido por Josefina Ludmer nos seguintes termos:

As literaturas pós-autônomas do presente sairiam da “literatura”, atravessariam a fronteira e entrariam em um meio (uma matéria) real-virtual, sem exterior, que é a imaginação pública; em tudo o que se produz e circula e nos invade e é social e privado e público e real. Ou seja, entrariam em um tipo de matéria e um tipo de trabalho social, onde não há “índice de realidade” ou de “ficção”, construindo presente. Entrariam na fábrica de realidade, que é a imaginação pública, para narrar algumas histórias cotidianas em alguma ilha urbana latino-americana (LUDMER, 2013, p.133).

Buscando dialetizar literariamente a manipulação da imaginação pública realizada pelo sistema midiático ocidental-norte-americano, os textos do **Primeiro Capítulo**, foram escolhidos com o objetivo de mostrar como a indústria cultural brasileira, em sua versão televisiva, usa sua unidade/convergência técnica com o sistema imperialista, a fim de contribuir decididamente para a domesticação esclarecida da imaginação pública brasileira, latino-americana, mundial.

No segundo capítulo, “Sociedade do controle integrado, revoluções capturadas”, sempre de forma militante, os ensaios aqui apresentados analisam as manifestações de rua que ocorreram no Brasil durante e antes as *Copa das Confederações* e também no Oriente Médio, tendo em vista o argumento de que o imperialismo ocidental-americano chegou a um grau tão grande de sofisticação técnica e de plasticidade colonizadora que nem mesmo as manifestações de rua ou mesmo a ideia de revolução escapam de sua dinâmica de e para o esclarecimento senhorial.

Embora na contramão de setores da esquerda nacional e internacional, a questão fundamental dos ensaios do segundo capítulo é simples e se inscreve na seguinte pergunta: se chegamos à época do esclarecimento senhorial sobre as manifestações de rua e, portanto, sobre as revoluções, como, contra todo niilismo, fazer-se revolucionário, nas ruas e fora delas, sem correr o risco de se tornar, mesmo que não o saiba e não o deseje, objeto de manipulação de forças que não ousam mostrar a cara, quer porque detêm informações que não temos, quer porque, através da indústria cultural, procuram transformar o mundo em uma fábrica da realidade de sua implacável dominação?

Por sua vez, embora em contexto diverso, considerando o que Josefina Ludmer chamou de fábrica de realidade, o objetivo geral dos textos presentes no terceiro capítulo, *Telenovelas e Indústria cultural*, é o de mostrar como a teledramaturgia produzida pela TV Globo procura, via ficção, reescrever a história do Brasil, a partir do ponto de vista senhorial de nossas classes dominantes, estabelecendo, como fábrica de realidades, o perfil “esclarecido” da população pobre brasileira e sua relação com a oligarquia que secularmente as domina e as inviabiliza.

Afinadas com os recursos técnicos e temáticos mais sofisticados da indústria cultural do Ocidente, as telenovelas da TV Globo, inclusive assumindo o lugar da literatura escrita, procuram cumprir o seguinte papel (tão civilizatório

quanto aquele que os portugueses acreditavam cumprir quando começaram colonizar o Brasil): “modernizar” a população brasileira a fim de adaptá-la ao imaginário de consumo financiado pelas multinacionais que dominam o planeta. O objetivo, para tal, é um só: tornar-nos contemporâneos dos novos investimentos mercadológicos das corporações planetárias, que cada vez mais avançam na divisão internacional de perfis de consumidores, incorporando alteridades negras, indígenas, femininas, homoeróticas.

Se, por um lado, esse empreendimento “modernizador” tem contribuído para diminuir preconceitos étnicos e de gênero, por outro lado, “esclarece” as forças de emancipação, que são as alteridades, adaptando-as à ordem dominante como se fora todo um mundo necessário, unidimensional, além de funcionar como uma publicidade da dominação planetária do capital, ao esconder seu lado genocida antes de tudo em relação às alteridades, cada vez mais dizimadas pelo planeta afora.

CAPÍTULO 1

LITERATURA E INDÚSTRIA CULTURAL

MÍDIA & SOCIEDADE

Franz Kafka e o teatro do desoprimido: a catarse do cenário midiático (28/05/2013, primeira publicação)

As sociedades humanas nada mais são que cenários teatrais produzidos por nós mesmos, num contexto em que somos tanto mais coadjuvantes quanto mais acreditamos em nossas próprias vidas, como se não fossem partes e contrapartes do teatro social no qual atuamos como personagens de nós mesmos.

Se a afirmação “o mundo é um teatro” é verdadeira o é porque nele atuamos como personagens que representam a si mesmos e, ao fazê-lo, atuam inevitavelmente como figurantes do *cenário-mor*: o teatro civilizacional que nos cabe viver, atuar, cumprindo à risca um *script* predeterminado quanto mais nos pensamos livres para escolher o mesmo, a saber: os objetos, sujeitos, valores, identidades, tecnologias, percepções, sensações, intelecções, saberes, amores, amigos, inimigos produzidos pelo próprio teatro civilizacional em que vivemos, para, antes de tudo, compor, ainda que de forma dinâmica, o seu cenário produtivo e simbólico, com seus sistemas de bens, com seus palcos institucionais e produtivos, nos quais atuamos como a gente mesmo, sendo efetivamente mero figurante, independentemente de nossa posição social, de vez que de uma forma ou de outra, mesmo como dissidentes, dependendo das circunstâncias históricas, com o passar do tempo somos igualmente transformados em ícones sacrificados – ícones, bem entendido, do próprio cenário, da própria civilização, da própria farsa que somos.

Em *América* (1927), romance de Franz Kafka, o protagonista da narrativa, Karl Rossmann, foge de uma Alemanha decadente, após ter engravidado uma empregada, e parte clandestinamente para os Estados Unidos. Sem conseguir trabalho digno na terra do Tio Sam, depara-se com um cartaz que diz

No hipódromo de Clayton se contratará hoje desde as seis horas da manhã até a meia-noite, pessoal para o Teatro de Oklahoma. Chama-se o grande teatro de Oklahoma! (...) Este é o teatro que está em condições de empregar qualquer pessoa. Maldito seja aquele que não acredite em nós! Adiante, a Clayton! (Kafka, *América*, p.291)".

Diante de um cartaz tão apelativo, Karl não perde tempo, vai depressa para Clayton, onde tudo que você quiser ser você será. O grande teatro de Oklahoma, na ficção de Kafka, é a consciência ficcional de que América será doravante o teatro do mundo e de que a montagem da vida humana, a que chamamos de civilização, é cenário teatral onde atuamos para sermos o que quisermos, seja na realidade, seja em sonho, em desejo.

Chamemos de teatro dos figurantes ao Grande Teatro de Oklahoma, pois independentemente do papel que nele desempenhamos, em nossas vidas concretas, seremos sempre coadjuvantes de um cenário civilizacional previamente estabelecido. Chamemos a decadente civilização burguesa, da qual não passamos de meros figurantes, de o nosso Grande Teatro de Oklahoma; nela, tal como em Clayton, tudo que quisermos ser, seremos, num contexto em que sua teatral palavra de ordem é: "Maldito seja aquele que não acredite em nós!" Chamemos, por outro lado, de Teatro do Desoprimido a uma aberta, inacabada e experimental forma dramática cujo objetivo principal é: "Sejamos malditos, não acreditemos no Grande Teatro de Oklahoma da civilização burguesa!" Fugamos não de uma Europa em decadência rumo ao teatro burguês do momento, mas antes de tudo fugamos da civilização burguesa que fez de toda a Terra o cenário de nossa deploável e submetida presunção de não figurantes, assim sendo mais ainda.

A burguesa civilização é o cenário dos cenários, o terráqueo cenário de Oklahoma-mundo, formado, deformado e reformado a partir do caos representacional e apresentacional catárticos do infernal grande teatro dos figurantes das civilizações pré-modernas, barbárie de barbárie nas ilhas de mais monumentos à

barbárie às quais damos o singelo nome de O grande teatro humano dos figurantes que pensam não ser.

Tal como as civilizações precedentes, a nossa constituiu-se e se constitui a partir de três forças despóticas: a hierarquia, a polarização e a exploração. Diante desses três mastros fundamentais das civilizações de tradição do oprimido, para dialogar com Walter Benjamin, o teatro como representação isolada, encenado em cenários prévios, não vale a pena porque tudo alimenta o grande teatro de figurantes da civilização burguesa; tudo é tomado por suas linhas de força ilusionistas e se transforma, de um modo ou de outro, em mais hierarquia, mais polarização, mais opressão.

Para transcender o caos ilusionista da civilização burguesa, o Teatro do Desoprimido não pode acreditar nem na representação e nem na apresentação, muito menos na catarse nela mesma. Sendo planetária, a civilização burguesa transforma tudo – a dimensão econômica, cultural, política, a relações interpessoais – em cenários de sua própria catarse, colocando-nos na cena ou esteira produtiva, reprodutiva de sua autovalorização sem fim, sob a forma de mais-valor, a única catarse verdadeiramente universal. Para tal, ela se vale do melhor de nós: nossa vontade de viver, nossa potência criativa, nossa individualidade e coletividade, transformando-nos sem cessar em mercadorias dela mesma, no jogo cenográfico de seus sistemas físicos (instituições, parques produtivos, cidades, territórios, corpos, tecnologias); e de seus sistemas discursivos, saberes, bens simbólicos, afetos, sistemas de comunicação. É assim que somos apanhados pelos seus cenários físicos e discursivos. É assim que, quanto mais nos agitamos, para viver, mais nos tornamos coadjuvantes das desdobras e dobras de sua determinista tragédia: o progresso nele mesmo, por ele mesmo, nas costas de nós mesmos, como se fôramos o próprio trem descarrilado da forma mercadoria ou da abstração do dinheiro, a hierarquizar-nos, polarizar-nos, explorar-nos quanto mais nos iludimos ser livres dentro dela, através dela, contra ou a favor dela.

Para o Teatro do desoprimido, desoprimir é produzir um teatro real e militante de desconstrução dos sistemas de bens e de terror da civilização burguesa

em seu conjunto, no Ocidente e no Oriente. *Édipo rei* (427 a. C), de Sófocles, é, sob esse ponto de vista, um marco importante para o Teatro do Desoprimido, pela dupla questão trágica que apresenta e representa: a do incesto e da cegueira. Aquele porque na civilização burguesa, tudo é incestuoso, inclusive o bem e o mal, inclusive os opressores e os oprimidos, direita e esquerda, norte e sul, cristãos, mulçumanos, judaísmo. A segunda, a cegueira, porque, num mundo de incesto generalizado, no qual, negando-o mais o afirmamos, só nos resta a cegueira como precária condição desesperada para nem nos vermos nele e nem o vermos, na ilusão de que, cegos, estamos fora dela, da vergonha de ser um coadjuvante inevitável da farsa trágica que montamos para nós mesmos, animais de rebanhos que temos sido, independentemente se somos reis ou se somos súditos, exploradores e explorados.

No entanto, ainda que seja uma referência dialógica, mais que ideológica, *Édipo rei* o é pelo que o Teatro do Desoprimido não pode ser: incestuoso ou cego. Não acreditamos nessa falsa alternativa trágica: a farsa montada para ser assim a fim de que o grande teatro de figurantes das civilizações humanas permaneça como sempre foi: hierárquico, polarizado, usurpador. O personagem Édipo, da peça de Sófocles, não passou ainda de um coadjuvante ao mesmo tempo opressor e oprimido. Ele é um personagem envergonhado pelo incesto geral de nossas civilizações de tradição do oprimido.

Para o Teatro do Desoprimido, não existem espaços para vergonha; é um teatro sem vergonha precisamente em relação às representações apresentadas como as únicas possíveis na trágica farsa da opressão oprimida que toma tudo e nos toma, oprimidamente, independentemente da posição social que ocupamos, teatralizando-nos sem cessar.

Hamlet (1601), de Shakespeare, também é um referencial importante não apenas por causa do “ser e não ser”, no famoso monólogo de Hamlet, a dúvida como fundamento sem fundamento, mas também e antes de tudo por ser uma peça que se sabe representação e, sabendo, sabe que tudo é representação de representação, logo farsa, num mundo de hierarquias, polarizações, sequestros das multiplicidades vitais. Sob esse ponto de vista, a observação do personagem

Apolônio, ao se referir à própria peça, é exemplar: “Esta é um drama, uma farsa, uma pastoral, uma tragédia”, tudo ao mesmo tempo agora, num contexto em que o referente que interessa para o demonstrativo “esta”, é a própria tradição do oprimido: uma farsa, um drama, uma pastoral, uma tragédia; uma enfim mistura de gêneros representativos a nos representar quanto mais os representamos com a nossa própria apresentação corporal, pessoal, burguesa, porque, compartilhando com Robert Kurz, tudo na civilização burguesa se transforma em forma-mercadoria, razão pela qual tudo é aburguesado.

A estética teatral de Bertold Brecht também nos é uma referência importante no que contém de vontade de desrepresentar através da recusa ao recurso aristotélico da catarse, como que a dizer, em suas peças, e efetivamente dizendo: público que nos vê, o teatro não é a vida e a vida não é o teatro, embora o que veem, a montagem, o teatro em si, seja o que a vida da tradição do oprimido é, tal qual o teatro: uma montagem feita para produzir catarse, para purgar sua emoção a um tempo de opressor e oprimido a fim de que tudo venha a mudar, emotivamente, para nada mudar.

Com Brecht aprendemos que a catarse deve sair da representação e alcançar a vida individual e coletiva, na montagem mesma que interessa: a do teatro civilizacional da civilização burguesa. O Teatro do Desoprimido tem como desafio experimental purgar emoções revolucionárias dentro dos sistemas de montagem da civilização burguesa, sem, para fazer-se como revolucionário, se deter às suas armadilhas cenográficas – e tudo é cenografia, saberes, poderes, viveres, na, da e para a civilização burguesa. Para tanto, repetimos, o Teatro do Desoprimido não representa, atua, intervém, faz da vida um teatro da vida: um teatro fora da civilização burguesa, experimentalmente, ao mesmo tempo vivendo e atuando, pondo-a em xeque precisamente nas suas linhas de força, no momento histórico de sua montagem produtiva planetária.

Esta observação precedente é fundamental e faz do Teatro do Desoprimido uma potência ao mesmo tempo artística e política, além de pensante, amorosa, tendo em vista, como desafio histórico, as seguintes questões: quais são os cenários fundamentais do sistema de montagem da civilização burguesa no atual

presente da humanidade? Onde devemos intervir de forma desoprimida, desconstruindo tanto a opressão como o oprimido? Essas são duas perguntas de extrema importância para o Teatro do Desoprimido. Não temos mais tempo a perder e tampouco podemos desperdiçar nossas energias teatrais desopressoras.

É preciso, pois, escolher o alvo certo para teatralizar nele, num catártico e vivo exercício experimental de desopressão individual e coletiva, a fim de desrepresentarmos os ícones representativos da civilização burguesa atual, desmontando-os teatralmente, e, ao mesmo tempo, realmente, surpreendendo-nos no flagrante delito de pertencer a esta genocida e patológica civilização, pois tudo é delituoso nas sociedades de hierarquia, de polarização, de exploração; tudo é delituoso e ao mesmo tempo, como dissera o personagem Apolônio de *Hamlet*, farsante, dramático, idílico e trágico, sem contradição alguma.

Não resta a menor dúvida de que as cenografias fundamentais do atual presente histórico da humanidade são as montagens farsantes, dramáticas, idílicas, trágicas e antes de tudo publicitárias das corporações multinacionais. São elas que mandam e desmandam por todos os lados; são elas que arranjam e rearranjam as configurações econômicas, subjetivas e epistêmicas da humanidade toda, razão pela qual são elas que o Teatro do Desoprimido tem o desafio de desmontar, revelando os mecanismos de suas farsantes catarses com muito humor, com muita inteligência, plasticidade, parodiando caricaturalmente suas táticas, estratégias e objetivos explícitos e ocultos.

Outra importante referência para o Teatro do Desoprimido é a estética do pior de Samuel Beckett, com seus cenários textuais mínimos e predominantemente representados por personagens velhos, vetustos, fora das ilusões da vida no mundo burguês, onde a velhice não tem vez pela singela razão de que a principal farsa de nossa civilização é precisamente o esforço que ela faz para camuflar sua velhice histórica.

Nossa civilização, herdeira das demais, de tradição do oprimido, é vetusta, razão pela qual nela nascemos velhos, milenares, antigos, antiquíssimos. O Teatro do Desoprimido é também um exercício experimental de juventude que de desopprime, logo rejuvenesce, na contramão da velharia geral que é a civili-

zação burguesa. Desoprimir-se, nesse sentido, é rejuvenescer, logo é tornar-se desburguês, porque uma coisa é certa, na civilização em que vivemos todos somos velhamente burgueses, sem exceção, opressores e oprimidos. É por isso que desoprimir significa uma intervenção teatral individual e coletiva (sempre uma coisa e outra, de forma indiscernível) para fora da condição do opressor e de oprimido, procurando esconjurá-los a ambos a fim de produzir o fora da tradição do oprimido, atuando, vivendo, teatralizando-nos como não oprimidos e não opressores, tendo como foco de desmontagem as corporações multinacionais que por todo lado configuram e desconfiguram os rostos dos opressores e dos oprimidos, chamando-nos sem cessar de vetustos doentes de nós mesmos, expulsando-nos para a condição de anacrônicos quanto mais nos acreditamos atuais, jovens, contemporâneos.

Por fim, outro importante marco intertextual para o Teatro do Desoprimido é o nosso Teatro do Oprimido, de Augusto Boal. Do Teatro do Oprimido, o do Desoprimido se inspira, longe de qualquer mistificação, por causa de sua escolha política: no oprimido. Não existe outro modo de transformar revolucionariamente as civilizações de tradição do oprimido, como a nossa, sem fazer uma opção clara por este último. Qualquer outra escolha que não se fundamente por esse ponto de vista decisivo significa a opção contrária: pelo opressor. Só existe outra forma de transcender a relação entre oprimido e opressor senão fazendo opção pelo oprimido, porque este é o que contém a potência, mesmo que não o saiba ou que a recuse, de produzir o fora da civilização burguesa, por ser fundamentalmente o que perde, a própria vida, nela.

Por outro lado, sem qualquer pretensão de originalidade, afirmamos que a relação entre opressor e oprimido é parte e contraparte da civilização burguesa, razão por que fazer opção pelo oprimido não significa e não pode significar apagar-se à condição de vítima, buscando, como recompensa, a reparação dos danos historicamente sofridos. A civilização burguesa sofre do mal de representação de si mesma através da repetição dramática e exaustiva, por todos os lados, da figura do opressor e do oprimido, mesmo considerando a circunstância de que todo oprimido possui uma legião de opressores em si e todo opressor possui outra

legião de oprimidos. Tudo isso é extremamente enfadonho e nunca sai do lugar, anda em círculos; movimenta-se para mais tragicamente se reproduzir, de forma catártica e farsesca.

Para sair desse sistema de farsas entediadas que teatralizam sem cessar as mutações do mesmo, é preciso produzir o teatro do oprimido desoprimindo-se nos cenários dominantes da opressão contemporânea, quais sejam: as multinacionais e muito especialmente as corporações midiáticas locais e planetárias. O farsante teatro da opressão ocorre nesses cenários de modo que é neles que o teatro do desoprimido está na alegre, despojada, corajosa, revolucionária obrigação de intervir, dramaticamente, mas fora do sistema de catarse, como o de opressor e oprimido, da civilização burguesa.

Embora o oprimido tenha nome próprio e o é antes de tudo em relação aos três poderes mais opressores da história da humanidade, o econômico, o étnico e o patriarcal, num certo sentido, na civilização burguesa (mais que dizer que todos somos opressores, como é comum ouvir aqui e ali, especialmente nos círculos supostamente bem informados) é o contrário que devemos dizer: nela todos somos oprimidos, pois todos estamos condenados à mesma humanidade hierárquica, polarizadora, ancorada na exploração econômica, étnica e de gênero.

É nesse sentido que acreditamos ser possível dizer que o Teatro do Desoprimido é de todos e de ninguém, assim como não temos receio de afirmar que a universalidade dele se inscreve no desafio da teatralização liberadora para todos os humanos, através de uma catarse militante que sabe definir o interlocutor a ser negado, a civilização burguesa; assim como sabe teatralizar experimentalmente o que deve ser afirmado: outro modelo de civilização, sem hierarquias, sem polarizações, sem exploração, num comunismo planetário sem atores da representação e apresentação burguesas; sem, pois, opressores e oprimidos e seus dilemas com seus enfadonhos e neuróticos lemas de mais opressor e mais oprimido quanto mais nos fazemos sem buscar um fora em relação ao cenário planetário dentro do qual somos todos figurantes da abstração geral do dinheiro.

O Grande Teatro Oklahoma do mundo contemporâneo da civilização burguesa que incessantemente, de forma absolutamente apelativa, nos diz: “Aqui

você pode ser tudo que quiser!”, tem nome próprio: as corporações midiáticas planetárias. São elas que nos amedrontam sorrindo com a seguinte palavra de ordem, por todos os lados, nunca alados: “Maldito seja aquele que não acredite em nós!” Por todos os lados, nunca alados, insisto, o que vemos é a submissão a essa palavra de ordem intimidadora e sedutora, sem contradição alguma. É assim que a política se rende ao Grande Teatro de Oklahoma das corporações midiáticas. É assim que a educação igualmente se rende, em todos os níveis. É assim que o poder judiciário também se rende e por sua vez o poder executivo, o legislativo, o Ministério Público, a Polícia Federal, o que chamamos de arte, a música popular e a não popular, o amor. É assim enfim e em começo que nos rendemos: atuando como figurantes, quanto mais famosos, no Grande Teatro de Oklahoma das corporações midiáticas.

Por todo lado, tendo em vista o Grande Teatro das corporações midiáticas, todo aquele que descrê de sua religião catártica espetacular, planetária, será visto, por todos os figurantes protagonistas (porque desejam ser famosos, midiaticamente), como malditos porque não creem nas representações e apresentações, sempre publicitárias, da catarse geral que as corporações midiáticas descarregam sem cessar por todo o planeta em nome do cenário milenarmente construído da burguesa civilização, teatro de todos os teatros civilizacionais precedentes, razão pela qual é performática o suficiente para teatralizar todos os dramas: o drama de ser opressor, o drama de ser oprimido, o drama de ser democrático, o drama de ser ditador, o drama de ser negro, branco, amarelo, cristão, homem, mulher; de ser enfim mais um figurante rosto teatral da civilização burguesa.

As corporações midiáticas desempenham uma importância axial, para o Grande Teatro dos figurantes da civilização burguesa atual, que se desmorona e nos desmorona, sempre como coadjuvantes quanto mais nos acreditamos livres dentro desse cenário, através de seus intrincados sistemas de referências ilusionistas. Sem as corporações midiáticas, a civilização burguesa transformará a todos os humanos, seus oprimidos reais, em malditos porque estes não mais acreditarão nela. As corporações midiáticas, portanto, com sua função teatro dentro da função teatral maior da civilização burguesa, possuem o seguinte e inexo-

rável desafio: o de gestora catártica das crenças milenares que a humanidade vem produzindo no interior sem fundo de suas teatrais civilizações de figurantes, os quais se pensam protagonistas de si mesmos quanto mais são coadjuvantes do despotismo e carnificina generalizados que as determinam em seus sistemas de montagem mesmo, razão pela qual o desafio desde sempre foi o de desmontar o sistema de montagem ilusionista e real das civilizações de hierarquia, de exploração e de polarização.

Eis porque os verdadeiros inimigos do atual teatro de Oklahoma da civilização burguesa são: aqueles que não acreditam nela! Nada pior para a civilização burguesa que a não crença nela mesma, não crendo nem no opressor, nem no oprimido, nem na profusão de rostos que ela produz, como mercadorias, por todos os lados, nunca alados. É por isso que as corporações midiáticas chamam de liberdade de expressão a crença de que liberdade de expressão é a livre ditadura planetária delas mesmas, acusando desde logo de malditos a qualquer um que não crê na ilusionista e catártica liberdade de expressão dos donos das mídias, eles mesmos figurantes dos donos do poder bélico, que são figurantes dos donos do poder do petróleo, que são figurantes dos donos do poder bancário, que são figurantes dos donos do poder farmacêutico, que são figurantes dos donos do poder agrário, que são figurantes dos donos dos poderes dos Estados burgueses, que são figurantes de todos os poderes, num vicioso círculo catártico planetário no qual um dono de cenário de produção do teatro burguês é também figurante de outro e os demais, os despossuídos, não passam de figurantes sem posses, sendo mais figurantes, logo mais despossuídos ainda, quanto mais desejam possuir, serem eles mesmos um teatral sistema de bem da civilização burguesa.

Os meios de comunicação da civilização burguesa são, pois, as tecnologias catárticas da crença geral no grande teatro de Oklahoma do mundo burguês. O Teatro do Desoprimido, tem, assim, um duplo desafio correlacionado: contribuir para desoprimirmos das crenças das e nos cenários produtivos e simbólicos da civilização burguesa, começando estrategicamente pela produção militante de descrenças em relação às corporações midiáticas, comprometidas até o miolo com três crenças fundamentais, na atualidade: a crença no imperialismo ociden-

tal-americano, a crença no estilo americano de vida e a crença nelas mesmas, nas corporações midiáticas, as únicas que são ao mesmo tempo produtoras mundiais de catárticas mentiras e de não menos catárticas publicidades de suas mentiras, vendendo-as como hipercatárticas mentirosas verdades da civilização burguesa.

Como começo de conversa, o Teatro do Desoprimido não crê, em três monumentais catarses do mundo contemporâneo, a saber: a catarse das corporações midiáticas (e por extensão de todas as corporações teatrais de poder), a catarse no imperialismo ocidental-americano (principal gestor das catarses corporativas), a catarse do estilo americano de vida (modelo de subjetividade não menos catártico da catarse imperialista e da catarse corporativa).

Tudo que vem dessas três formas de catarses planetárias, o lugar por excelência dos figurantes, deve ser claramente recusado, parodiado, avacalhado, desqualificado pelos atores vitais do Teatro do Desoprimido do mundo todo, mas sempre como começo de conversa, pois, não nos iludamos: o hipercenário planetário da civilização burguesa produziu, na atualidade, o grande teatro de Oklahoma mundial do figurante povo burguês.

É assim que o Teatro do Desoprimido deve recusar terminantemente a intervenção imperialista no estilo catártico humanitário em qualquer lugar do planeta; intervenção sempre apoiada e defendida pelas corporações midiáticas da civilização burguesa planetária. Sob esse ponto de vista, é necessário não hesitar nunca: se existir interesse imperialista e corporativo na destituição do governo da Síria, então sejamos mais pró-governo sírio do que nunca, mas sempre compreendendo que tal governo (e todos, num certo sentido) é parte da tragédia geral da civilização burguesa, razão pela qual deve ser apenas transitoriamente apoiado diante do perigo-mor: o imperialismo ocidental-americano e suas corporações cenográficas do teatro da mais-valia do mundo contemporâneo.

O mesmo argumento vale, no campo da desopressão, para a Venezuela, Irã, Líbano, Brasil, Argentina, Bolívia, Equador e afinal para literalmente todos os países do mundo forçados a serem meros figurantes do Grande Teatro de Oklahoma das corporações ao mesmo tempo bélicas, econômicas, culturais, midiáticas, tecnológicas e epistêmicas do imperialismo ocidental-americano.

O Teatro do Desoprimido, portanto, porque não representa, intervém, milita, sabendo que os cenários da farsa burguesa já estão previamente montados, não apenas deve contribuir para desmontá-los, mas também antes de tudo saber escolher os cenários que mais urgentemente devem ser desmontados se quisermos trabalhar realmente para o fim das civilizações de hierarquias, de exploração e de polarização, as quais alcançaram, quer queiramos ou não, o seu fim com a civilização burguesa, pela evidente razão de que, se não destituímos o complexo sistema de hierarquia, de polarização e de exploração da atual civilização teatral planetária, não existirá mais humanidade, essa farsante comédia, trágica da pastoral de si mesma, quando atua nos cenários civilizacionais de uma humanidade como figurante (leia-se refém) catártica dela mesma.

Mas afinal onde está o Teatro do Desoprimido? O Teatro do Desoprimido não existe de tanto existir. Não precisa falar em nome de nada e de ninguém. Nós o produziremos integralmente quando todos nos tornamos desoprimidos, quando não mais existirem hierarquias, explorações, polarizações.

Começemos (e há milhares de anos que estamos começando) com toda coragem e ousadia, destituindo, a Igreja do teatro das convictas e voluntárias servidões catárticas da atualidade: as corporações midiáticas. Façamos de seus farsantes cenários, desmontando-os, o início de uma era de protagonistas de nós mesmos, sem precisar de catárticos reconhecimentos do cenário civilizacional burguês.

As corporações midiáticas, como gestoras mundiais das catarses da civilização burguesa, são o cenário que devemos desmontar necessariamente; e não nos iludamos, burguesmente, a respeito. Sem a destituição de suas pirotecnias ilusionistas planetárias, jamais transformaremos a humanidade em protagonista do instigante palco de beleza, de criação, de felicidade, de bondade, de cuidado individual e coletivo, através de um cenário civilizacional sem opressores e sem oprimidos; de desoprimidas liberdades de expressão, no teatro planetário da infinita liberdade para inventar reais catarses de justiças, na criação lírica de si por meio da criação epopeica de qualquer um, desmontando sem cessar hierarquias, explorações e polarizações.

Então, no lugar das mídias de opressão do farsante teatro da atualidade, teremos as mídias da desopressão como meios de nossos enleios.

SOBERANIA & ABANDONO

Vidas Secas, mensalão e a polícia jurídico-midiática (09/10/2012, primeira versão)

O soberano é o verso e reverso do povo, assim como Deus é o verso e reverso de demônio; assim como a morte é o verso e reverso da vida; assim como a verdade é o verso e o reverso da mentira; a seriedade é o verso e o reverso da farsa e o honesto é o verso e reverso do corrupto.

Constituir-se como verso e reverso – o soberano e o povo – está relacionado com a constatação simples de que o mundo – ainda que múltiplo, indefinível – é o nosso comum mundo, de todos e de ninguém – mundo de absoluta igualdade, independentemente de o que fizemos, fazemos e fizermos com ele, nele e através dele, porque, pelo menos enquanto a morte for a única universalidade que realmente existe (todos morremos), seremos inapelavelmente iguais, como vivos, inclusive se tivermos como referência os vivos não humanos – somos iguais a eles. Morremos, logo também somos iguais como consequência de nossa comum mortalidade no que diz respeito ao abandono, porque todos estamos e somos abandonados, como habitantes de um planeta igualmente abandonado, que, literalmente, gravita no infinito vazio do cosmos, como um barco à deriva (um barquinho de papel, para ser ainda um pouco mais preciso) no mar sem fim do infinito.

Dizer, pois, que o soberano é a cara e a coroa do povo é o mesmo que argumentar que a questão povo por excelência é a da igualdade no abandono – somos todos igualmente abandonados, de modo que a saída digna para os abandonados da Terra – todos nós – é a de nos cuidarmos, protegermos, cultivarmos, comumente, como iguais em abandono.

O abandono absoluto de uma família

Independentemente do período histórico, tendo em vista as grandes civilizações, a questão do soberano é também a da igualdade no abandono, embora na contramão do abandonado povo, porque o soberano (ou as elites) é aquele

que se torna mais igual que os iguais, de tal sorte que a força de sua soberania ou de sua superioridade de abandonado está em relação direta com o fato dele se fazer como mais igual que o igual povo, do qual o soberano é uma deriva, num contexto em que quanto mais o abandonado povo evidenciar na carne e no destino o abandono de que somos parte, mais o soberano surgirá na foto como aquele que não é abandonado, como aquele que não morre, que é uma espécie de Deus encarnado.

A verdadeira dicotomia da humanidade, portanto, é aquela que diz respeito à igualdade no abandono e o abandono da igualdade abandonada de que somos ao mesmo tempo parte, arte e contraparte – empatados que todos estamos, como comuns mortais abandonados.

Temos, pois, dois comuns destinos: 1) um primeiro no qual e através do qual o abandonado povo é todo o igual povo que se protege do abandono, de modo a produzir um mundo de proteção de nosso comum abandono, a fim de que nossa passagem neste abandonado planeta seja mais leve possível, além de criativa, de festiva, de digna, maravilhosa; 2) um segundo no qual e através do qual o abandonado povo torna-se a cara trágica e hedionda do abandono comum, sem comum cuidado e proteção, porque o soberano lhe rouba a igualdade que o povo sempre produz, através de sua existência concreta, tornando-se o único protegido do comum abandono nosso.

Consideremos, a fim de continuar o raciocínio, o romance *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos (1892), livro extraordinário porque narra o abandono absoluto de uma família de retirantes no seco nordeste brasileiro – família composta pelo pai, Fabiano; a mãe, Sinhá Vitória; por dois filhos, o menino mais velho e o menino mais novo; e pela cachorra Baleia, personagem igualmente abandonada, como os demais, no sertão não menos abandonado brasileiro.

Um mundo sem igualdade

Tendo em vista os dois destinos, para a vida na Terra, expostos acima, o de uma humanidade de abandono comum, protegendo-se igualmente do comum destino de abandonada; e o segundo que diz respeito ao roubo soberano do tra-

balho comum dos abandonados da Terra, trabalho contra o abandono, penso ser possível evidenciar os seguintes argumentos sobre o romance *Vidas Secas*. Não é verdadeira a análise crítica que assume comumente a premissa de que *Vidas Secas* seja uma narrativa de ficção que apresenta personagens humanos como se fossem sub-humanos, por estarem no mesmo plano de abandono da cachorra Baleia, igualmente pertencente à família de retirantes, como um legítimo membro da abandonada família de Fabiano e Sinhá Vitória.

A interpretação, portanto, de que *Vidas Secas* constitui-se como narrativa de alguns personagens humanos que se tornaram sub-humanos, pela miséria, está fundada na premissa de que o humano é ou deve ser menos abandonado que os seres não humanos, premissa que coloca o humano como o soberano, entre os vivos, da igualdade no abandono de que fazemos parte, humanos e não humanos, situação que torna os não humanos os mais abandonados seres da Terra, razão pela qual (deduz-se, de forma antropocêntrica) devem ser absolutamente abandonados ou inferiorizados ou sacrificados, a fim de que o humano ser possa produzir a crença ou a ilusão de que é diferente dos outros seres, não humanos, seja porque, talvez, tenhamos a imagem e semelhança de Deus; seja porque, talvez, sejamos racionais e os outros seres irracionais, como nos ensinam ainda hoje o sistema de ensino.

O que *Vidas Secas* evidencia, diferentemente da interpretação precedente, é nosso abandono comum, de humanos e não humanos, porque somos igualmente abandonados e igualmente marcados por um destino de abandonados – porque somos iguais, nem melhores e nem piores que os outros seres do planeta. *Vidas Secas* também evidencia, por outro lado, que o abandono igualmente absoluto, sem garantia alguma de comum cuidado, dos personagens humanos e não humanos, da e na narrativa de Graciliano Ramos, é consequência de um mundo no qual e através do qual o povo (agora incluindo os seres não humanos, o povo de seres vivos, portanto) vive realmente abandonado ao mais cruel dos abandonos, o da pobreza, entendida como a carne seca expressionista dos condenados da Terra; condenados bem entendido, a morrer de abandono, logo de falta de igual prote-

ção do abandono – de falta de um mundo de iguais, num mundo sem igualdade.

A política policiada

Vidas Secas é, pois, uma singular narrativa de ficção do comum abandono dos seres vivos da Terra; a ficção do retiro vivo do abandono, dos vivos seres, num contexto em que aqueles que se acham mais humanos que os outros humanos (os nobres, divinos e ricos humanos) condenam à pobreza, ao mais cruel dos abandonos, a maior parte dos vivos seres da Terra.

Vidas Secas é também o romance, portanto, que assinala que nosso destino de seres abandonados está implicado com o desafio de nos retirarmos sem cessar do abandono, transformando-nos em retirantes do abandono, retiro tanto mais fascinante e justo quanto mais for um retiro comum, de modo a produzirmos uma humanidade de retirantes do abandono ou, para não ficarmos apenas no plano humano, um planeta de retirantes do abandono, situação em quem sem cessar produziremos um mundo de iguais, sem abandonados, socialmente falando. No entanto, para que as vidas humanas e não humanas continuem infestadas de abandonos, através do abandono da pobreza, é fundamental que exista a política do abandono ou a política de abandonar ou ainda a política para os abandonados – política que é, na verdade, a polícia para os abandonados, ou a polícia que serve e existe para que os abandonados da Terra continuem como abandonados, abandonadamente.

Claro está que a política, entendida como polícia para os abandonados, que serve para conter e produzir abandonados, não deve ser entendida apenas como o aparelho policial do Estado, sob a forma de exército, marinha, aeronáutica, polícia civil, militar e assim por diante. A política policiada ou a polícia política para os abandonos é tudo aquilo que serve para condenar os abandonados ao abandono absoluto, sem que tenham chance de, retirando-se do abandono, produzir a igual proteção do abandono, sob a forma de justiça, entendida ao mesmo tempo como igualdade de abandonados seres a esboçarem sem cessar a proteção igual de nosso comum abandono.

O *reality show* denominado Julgamento do Mensalão

Sob o ponto de vista de uma polícia ou de uma política, entendida como polícia para os abandonados, vê-se, portanto, que a polícia, como uma legião, está em todo lugar: está no sistema de ensino, logo no saber; está no poder judiciário, legislativo, executivo; está no sistema midiático, na família, trabalho, amor, amizade, reconhecimento, sexo, no cotidiano; está, enfim, absolutamente em tudo, porque tudo que fazemos, como abandonados seres, pode estar comprometido com a produção de abandono ou com, simplesmente, o policiamento dos abandonados da e na vida, a fim de que continuem abandonados, jogados à própria sorte, para que alguns poucos sejam, de forma ao mesmo tempo ilusória e real, protegidos de nosso comum abandono.

Uma coisa é, pois, certa: a polícia para os abandonados é outra totalmente diversa da que diz respeito à política dos abandonados: a primeira ao mesmo tempo produz e condiciona o abandonado ao abandono absoluto, miserável, vil, mortal; a segunda, por sua vez, é o exercício sem fim de igualdade que o comum abandonado, todos nós, produz, no cotidiano, para proteger-nos do abandono, cuidando-nos uns dos outros. A questão de base, para tudo, é, portanto: tal ou qual situação é uma polícia para os abandonados ou uma política dos abandonados? É para produzir igualdade para todos ou para excluir os abandonados da Terra, o povo, do comum direito à igualdade, em todas as dimensões da vida?

Considerando estas questões, claro está que o policial *reality show* policialmente denominado como Julgamento do Mensalão, realizado pelos ministros do Supremo Tribunal Federal, STF, sob os holofotes não menos policiais de nosso policialesco sistema midiático, esteve comprometido até os miolos com a polícia para os abandonados e não com uma justiça ou política jurídica para os abandonados do Brasil, o seu povo, assim como para os abandonados da América Latina, pois o Brasil é um país estratégico no nosso continente, razão pela qual ora é chamado a exercer uma função de polícia ou de traição para

os povos latino-americanos, ora solicitado a inscrever-se como ponta de lança de efetiva política de solidariedade e cooperação de nosso comum abandono.

Um pacote policial imperialista

Dependendo do rumo do pêndulo Brasil, se policial ou político, no contexto latino-americano, a história nossa será uma e não outra, sempre tendo os Estados Unidos como a esfinge policial que nos assombram, porque o imperialismo americano exerce a função de ser a polícia para e a serviço de todas as polícias do mundo. Os Estados Unidos são a polícia, portanto, das polícias, uma espécie de hiperpolícia de e para todas as polícias de abandono dos abandonados. É nesse sentido que é possível falar em imperialismo econômico, cultural, educacional, epistemológico, comportamental, jurídico, midiático. A função de polícia do imperialismo americano, pois, é a de gerir e ao mesmo tempo fazer-se como o epicentro sísmico de todas as polícias de e no mundo, abraçando mortalmente, para não dizer policialmente o mundo todo, através de uma geopolítica mundial de abandono dos abandonados.

O Mensalão não é a primeira e nem será a última golpista estratégia policial dos corruptos e policiais poderes midiático e jurídico do Brasil. A única forma de se opor a esse golpismo policialesco permanente contra o povo brasileiro é a implementação inadiável de uma verdadeira democracia jurídica e midiática em ambos os setores; democracia cujo principal objetivo é o de extirpar a função policial desses e demais poderes, a fim de que cumpram o papel histórico de fazerem-se como, respectivamente, os meios de comunicação e os meios jurídicos de um país que de forma alguma deve admitir o abandono de suas vidas secas, a retirarem-se tragicamente a favor de seu próprio abandono midiático, jurídico, cultural e econômico.

GRANDE SERTÃO

O minuto de fama do STF (13/11/2012, primeira versão)

Grande Sertão: veredas (1956), de João Guimarães Rosa, é romance pactário do começo ao fim, assim como do começo ao fim, numa estrutura narrativa em que o fim é o começo, ser pactário está relacionado com a defesa do dispositivo ficcional, entendido como afirmação da vontade humana, que a si mesma se inventa à medida que pactua com o improvável, o inverossímil, os impossíveis da e na vida, sem se adaptar, portanto, ao constituído, ao dado, ao pronto e acabado – à realidade, enfim, esse fracasso do homem, como disse alhures o escritor argentino Julio Cortázar.

Em *Grande Sertão: veredas*, o pactário, o próprio romance, é aquele que pactua com o múltiplo, a multidão; com demo sem *cracia*, sem poderes, divinos e terráqueos, produzidos, no plano do realismo, da realidade, para domesticá-lo, domá-lo, controlá-lo, assassiná-lo, o povo, porque demo sem *cracia* é a multidão-povo desgovernada, livre, portanto, para pactuar-se com as ficções dos impossíveis: os futuros que estamos convocados, enquanto vivos, a escrever, porque o sertão, com suas veredas, “está em toda a parte” (ROSA, 2001, p24); em toda a arte, enfim, quando agitada pelo litígio democrático do “demônio na rua, no meio do redemoinho” (ROSA, 2001, p.114).

Estar, no entanto, livre desgovernadamente para agitar, no meio da rua, o futuro, demo por vir, só é possível se o pactário muda – e a si mesmo se muda – sua relação com a verdade, deixando de lado as verdades preestabelecidas, as verdades ditadas pelo passado opressor, pela lei, pela tradição, pelo patriarcado, pela dominação étnica, de gênero, de classe, de modo a abraçar as verdades que são produzidas do presente para o futuro, sempre em processo, de caso a caso, de acontecimento a acontecimento, pela singela razão de que demos, a multidão, o povo, não é uma massa homogênea, mas uma proliferação de verdades-povo, constituindo-se como verdade e como povo à medida que constrói seu destino, sem se atar ao império do passado, do antes.

Princípios éticos

O pactário é, por sua vez, aquele que constrói a verdade – a ficção – através de um triplo movimento simultâneo: 1) ele é pactário porque não tem compromisso com as verdades preestabelecidas – chamemo-las de verdades *a priori*; 2) ele é pactário porque produz verdades que são as mais justas precisamente porque são aquelas que se opõem ao império da lei ou do *a priori* de certo contexto histórico (como o *a priori* do sertão jagunço, onde prevalece a lei do mais forte), sempre e quando o *a priori* – as verdades ou saberes preestabelecidos – é usado para impedir *demos*, o povo, de produzir seu desgovernado destino de povo livre; 3) ele é pactário porque produz verdades no plano *a posteriori*, logo do presente para o futuro, experimentando cada situação e, portanto, acumulando experiência de liberdade, infinitamente.

Chamemos de experiências de liberdade aquelas produzidas através da oposição, da recusa, do questionamento e da não submissão, portanto, às verdades preestabelecidas, as verdades *a priori*, principalmente quando usadas para impedir (em nome da lei, de Deus, do rigor, do saber, do lucro, do bom gosto, do sangue azul, de transcendências) *demos*, ou o povo, de produzir livremente, com justiça, seu destino coletivo. Chamemos, por sua vez, de experiências *a posteriori*, pois, *demos* sem *cracia*, sem poderes *a priori* para oprimi-lo, domesticá-lo, idiotizá-lo, assassiná-lo.

Chamemos de poderes justos, legítimos, a todo e qualquer poder – empoderamento de *demos* – que é constituído no plano de o *a posteriori*, logo como poder experimental, produzido, sem se produzir como verdade *a priori*, ao questionar toda verdade *a priori*, quando esta sufoca *demos*, o povo);

Uma dada verdade *a priori*, produzida para sufocar, assassinar, humilhar, oprimir, *demos*, o povo, está no geral comprometida com outras verdades *a priori* que têm o mesmo objetivo: sacrificar *demos*, o povo;

Uma dada verdade *a posteriori*, produzida em consonância com as demandas de justiça e de liberdade sem fim de *demos*, o povo, é, no geral, solidária com outras verdades afins.

Cada época tem suas verdades preestabelecidas

Em *Grande sertão: veredas*, o pactário, portanto, é a ficção como escrita investida da experiência *a posteriori*, razão por que é um romance sobre a ética de demos – e demos, o povo, só pode fundar sua ética, sua demanda por justiça, no plano *a posteriori*, uma vez que o plano *a priori* serve para roubá-lo e privá-lo, o povo, de si mesmo, de suas infinitas e múltiplas verdades libertárias. É por isso que o protagonista da narrativa, Riobaldo, quando efetivamente se transforma – ou acredita ter se transformado – em pactário, torna-se em seguida o chefe dos jagunços, sendo designado, pelo personagem Zé Bebelô, como o Urutu Branco.

Riobaldo se torna chefe porque está apto, como pactário, a produzir verdades *a posteriori*. Logo está preparado, pactariamente, a não partir das verdades preestabelecidas para fundar seu juízo sobre tal ou qual situação, razão por que, podendo, como chefe dos jagunços, matar o personagem Nhô Constâncio Alvez, não o faz, porque sabe que o direito de morte sobre o outro, como o principal *a priori* ou lei do sertão sem lei, deve ser preterido, caso ele, Riobaldo, queira ser o chefe de demos ou o próprio demos no e do *a posteriori* sertão sem fim brasileiro.

Fiz toda essa digressão para chegar à seguinte hipótese, *a posteriori*: cada época tem seus *a priori*, como verdades preestabelecidas, para impedir *demos*, o povo, de produzir sua infinita demanda de justiça e verdadeiras liberdades, no plano, claro do *a posteriori*, o único que cabe e legítima demos, por não ter senão a si mesmo como precária verdade, sem garantias transcendentais, legitimadas por poderes econômicos, militares, simbólicos, jurídicos, midiáticos.

Em nome do minuto de fama

Sob esse, *a posteriori*, ponto de vista, um importante, senão o principal, *a priori* de nossa atual época é este: faça tudo – venda sua mãe! - para conquistar um minuto de fama! Matemos, condenemos, humilhemos, traiamos e usurpemos, *demos*, o povo, pelo nosso divino e não menos *a priori* direito à fama; pelo nosso,

enfim, direito *a priori* de nos tornamos famosos, principalmente, ainda, aparecendo, na TV, como, *a priori*, o lugar – ou o não lugar – que, *a priori*, nos colocará no grupo dos bons, dos verdadeiros, dos justiceiros, dos bonitos, dos alegres, dos íntegros, incorruptíveis, saudáveis, desejáveis, os mais belos da espécie humana, sobretudo se o canal de televisão que nos proporciona o nosso *a priori* minuto de fama for o *a priori* canal considerado o melhor, o mais interessante, o mais justo, o mais verdadeiro, sério, íntegro: a TV Globo.

No Brasil, é claro, esse canal de televisão é a TV Globo, *a priori* o principal veículo do nosso *a priori* desesperado direito à fama, como princípio ou precipício do contemporâneo, usado e abUSAdo para impedir, a todo custo, que o povo produza suas verdades *a posteriori*, no infinito plano desses grandes sertões veredas do presente e do futuro, a serem, ficcionalmente, inventivamente, verdadeiramente, experimentados, vividos, em liberdade.

É sob esse prisma que é também possível analisar o caso do julgamento do século, o Mensalão contra o PT, através da condenação não menos *a priori* pública de, antes de tudo, José Dirceu e José Genoíno, os dois Zé. E agora José? Pois é em nome *a priori* do direito à fama, do minuto de fama, que os ministros *a priori* do Supremo Tribunal Federal – além de outras razões *a priori* – estão condenando todos os julgados *a priori* da Ação penal 470.

O *a priori* da ditadura midiática

É porque já foram condenados pela *a priori* TV dos brasileiros, a Globo, e também porque estão sendo cooptados pelo *a priori* holofotes da fama, que a sentença condenatória de todos os réus já estava escrita nas estrelas, dentro dos *a priori* de justiça inscritos na formação de classe, jurídica, epistemológica dos ministros do STF, marcados que estão por uma proliferação de *a priori* ou de verdades preestabelecidas sem as quais dificilmente se tornariam ministros do STF.

De qualquer forma, a condenação do PT, através da sentença de morte pública ou de pública morte de seus dois principais Zé, Dirceu e o Genoíno, tem *a priori* um único objetivo: condenar, evitar, sequestrar, realizar um golpe, enfim, contra o *a posteriori* direito do povo brasileiro de produzir livremente suas próprias verdades, logo suas – ainda que pareçam *a priori* impróprias – próprias cenas e ceias: de justiça, de liberdade, de felicidade, de futuro, pactuando com o *a posteriori*.

Para terminar, ainda que sob o signo aberto de novos começos, não é difícil deduzir que, se o Governo da presidenta Dilma Rousseff tivesse algum compromisso verdadeiro com o *a posteriori* destino do povo brasileiro, ela estaria, como Riobaldo de *Grande Sertão*: veredas, desafiada eticamente a atravessar o nosso Liso do Sussuarão, talvez o mais difícil de atravessar, a saber: o inóspito deserto informativo da ditadura midiática brasileira, sob o nome *a priori* da TV Globo.

Dilma Rousseff, enfim, se quisesse produzir justiça *a posteriori*, as únicas que realmente contemplam o *demos* brasileiro, massacrado historicamente por tantos *a priori* de opressão e humilhação, estava desafiada, e não o fez, a enfrentar o *a priori* de que a ditadura midiática brasileira seja o reino cosmológico, escrito nas estrelas, do verdadeiro lugar da liberdade de expressão. Ter sido ou estar sendo pactária, Dilma Rousseff, teria sido, como Riobaldo, estar preparada para enfrentar, sem ilusões, o Hermógenes do Brasil, a TV Globo!

MÍDIA & PIROTECNIA

Machado de Assis, boate Kiss e as ideias fora de lugar (05/02/2013, primeira versão)

No livro *Ao vencedor as batatas* (1977), o crítico literário Roberto Schwarz elaborou uma pertinente crítica sobre a produção literária de Machado de Assis, tendo em vista o argumento de que, num país escravocrata, como era o Brasil do final do século 19, com uma estrutura produtiva pré-moderna, as ideias relacionadas ao mundo burguês europeu, como as relativas ao trabalho livre, ao progresso, a humanidade, só poderiam estar fora de lugar, razão por que, na boca dos brancos “homens livres” brasileiros, fossem eles republicanos ou monarquistas, o ideário do mundo das Luzes se tornava inevitavelmente uma comédia ideológica, sem vínculo ou compromisso algum com a transformação liberadora de um cotidiano tramado pela violência inominável da escravidão.

Investigando a produção literária de Machado de Assis, Roberto Schwarz observou que a singularidade das obras do autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) advém de sua potência irônica para ficcionalizar as ideias fora de lugar da classe proprietária brasileira. Machado de Assis teria, pois, montado um burlesco retrato ficcional da comédia ideológica de nossa elite intelectual e econômica do final do século 19, razão por que, leia-se, Brás Cubas, protagonista de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, não passaria, assim como tudo o mais na narrativa, de um quixotesco signo flutuante das ideias fora de lugar presentes no Brasil escravista, seja sob o ponto de vista amoroso, seja familiar, seja filosófico, estético, político, econômico ou qualquer outro.

Por outro lado, a leitura de Roberto Schwarz, embora oportuna (porque até hoje ainda vivemos de ideias fora de lugar) está ainda tomada por um viés colonizado, por aceitar a premissa do progresso e, por consequência, acreditar que a Europa do mundo das Luzes produzia ideias que correspondiam aos desafios de seu lugar histórico, produtivo, técnico-científico e social. Isso não é e nunca foi verdade pela singela razão de que todas as ideias estão fora do lugar, independen-

temente do contexto em que foram cunhadas. Num mundo marcado pelo sequestro das riquezas comumente produzidas, seja ele medieval, escravista, burguês, as ideias sempre estão fora do lugar.

Deploráveis ideias fixas

A grande sacada de Machado de Assis, portanto, foi a de ter produzido ficções fora de lugar, principalmente considerando os lugares naturalmente preestabelecidos para a Europa e para a periferia, num contexto em que esta tende a ser concebida como atrasada e bárbara e aquela como avançada e civilizada. Se se considera, como exemplo, o romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, o que se lê, do começo ao fim da trama, é a orquestração irônica de um narrador fora de lugar, o personagem Brás Cubas. Este, mais que assinalar o não lugar das ideias da classe proprietária brasileira, como um representante dela, evidencia em si mesmo ideias fora de lugar tendo em vista a própria história da humanidade, ultrapassando de longe a referência europeia. Sob esse ponto de vista, o capítulo VII da narrativa, Delírio, é exemplar porque nele o que fica registrado, através do delírio de Brás Cubas, é o delírio da própria humanidade, centro sísmico de uma avalanche de ideias fora de lugar.

Não se quer dizer com isso que o conceito de ideias fora de lugar de Schwarz seja simplesmente mais um artefato teórico fora do lugar, produzido para analisar a literatura brasileira e mesmo o Brasil. É possível propor não um rompimento crítico à proposta interpretativa de Roberto Schwarz, mas uma ampliação, através do seguinte argumento: Machado de Assis produziu uma literatura fora de lugar porque incorporou em sua produção criativa uma perspectiva cosmopolita, entendida como referência sem centro de gravitação. É assim que a proposta interpretativa de outro crítico da literatura de Machado de Assis, Abel Barros Baptista, mais que se contrapor aos argumentos teóricos de Roberto Schwarz, os suplementa, pois, ao defender, “Ideia de Literatura brasileira com propósito cosmopolita (2009)” que a produção criativa machadiana

não é brasileira, mas cosmopolita, Abel Barros junta a fome com a vontade de comer: Machado de Assis é o escritor sem lugar das ideias fora do lugar, sem dono ou propriedade autoral, linguística, estética, nacional, cosmológica, ainda que, curiosamente, seu ensaio tenha sido escrito ideologicamente com o propósito, também, de desqualificar Schwarz, como crítico marxista; ainda, assim, que seja um artigo antimarxista, o que deplorável.

O que está em jogo, nesse sentido, na produção literária de Machado de Assis, é a premissa de que a própria humanidade está ou é sem lugar, constituindo-se como uma orquestração de ideias fora de lugar sobre si mesma e o mundo que a rodeia, no seu perpétuo delírio possessivo ou territorializante. O pensamento estético da ficção machadiana assenta-se, pois, no argumento de que humanidade se torna tanto mais perniciosa e infernal precisamente quando procura fixar suas ideias religiosas, econômicas, étnicas, de gênero e culturais num lugar específico, igualmente religioso, econômico, étnico, de gênero, cultural, pois, assim fazendo, produz inevitavelmente lugares hierárquicos do tipo superior, inferior; avançado, atrasado; produtivo, improdutivo; civilizado, bárbaro, democrático, autocrático; feio, bonito e um sem fim de outras deploráveis ideias fixas.

Começo dos pesadelos

A humanidade, portanto, é uma única humanidade, sempre inacabada e por se fazer, em constante arranjo e rearranjo de si mesma. Sua tragédia, como espécie, é, pois, o lugar, a casa, o território, a fixação de identidades étnicas, de gênero, de classes, epistemológicas, o sistema de parentesco. É em nome de lugares, inclusive os religiosos, que a aventura humana tem sido esse delírio racista, belicista, eugênico, hierárquico. Dizer, sob esse ponto de vista, que as ideias são sempre fora de lugar não significa, por sua vez, que elas não tenham lugares, mas simplesmente que elas são, ainda que precariamente, propriedades comuns, de todos e de ninguém. A petulância de Machado de Assis, responsável

por sua ficção sem lugar sobre ideias sem lugar, tornou-o um legítimo representante das melhores produções ficcionais, igualmente sem lugares, da Europa; e da humanidade.

Evidentemente, embora não pareça, tal ponto de vista não constitui uma leitura antimarxista, por supostamente desconsiderar as relações efetivas de produção, base ou o lugar de todos os demais lugares: culturais, ideológicos, estéticos, filosóficos, jurídicos. Mas que a negação dessa perspectiva, cara aos marxistas, defendo, também inspirado no pensamento estético de Machado de Assis, a sua radicalização nos seguintes termos: tudo é infraestrutura porque tudo é superestrutura, assim como tudo é superestrutura porque tudo é infraestrutura. Tudo, as produções humanas, é um aglomerado comum, fora de mecânicas relações de causalidades; uma profusão de sem lugares que pululam de todos os lugares, em ininterrupta interação cosmológica.

Fundamentalmente, por isso mesmo, para o bem ou para o mal, o destino de uma ideia é não ter lugar, mesmo que acreditemos piamente na filiação geográfica, cultural, étnica, de gênero, econômica de tal ou qual ideia, crença que engorda e sedimenta as mais diversas formas de violência, constituindo-se como o combustível de todas as guerras, razão por que o principal inimigo da humanidade é o lugar, no sentido restrito e lato; e principalmente o lugar da humanidade dentro dela esma, seu lugar antropocêntrico, começo de todos os pesadelos.

Mortes banais

Imbuído dessa perspectiva, o que se propõe aqui é analisar a versão dos oligopólios midiáticos sobre a tragédia que resultou na morte de mais de duas centenas de jovens na boate que se incendiou em Santa Maria, interior de Rio Grande do Sul. Como sempre, a versão geral e irrestrita dos meios de comunicação é precisamente a que se funda tendo em vista a crença absoluta em alguns lugares: o lugar da juventude, a maioria branca e ascendente, inclusive sob o ponto de

vista escolar, pois a maior parte dos jovens cursava uma universidade pública; o lugar do mais-valor, o lugar do espetáculo, do show.

O primeiro lugar da versão do oligopólio midiático se inscreve na crença hierárquica de que a morte humana é mais trágica e, portanto, sofrível, narrável, pessoal, se for de jovens predominantemente brancos e, diz-se, plenos de futuro, por cursarem prestigiosos cursos universitários. A propósito, a presidente Dilma Rousseff mesmo fixou alguns lugares ao dizer mais ou menos esta pérola: “Perdemos médicos, engenheiros, advogados, agrônomos”, omitindo uma infinidade de outros, como o lugar do professor, por exemplo, na suposição prévia de que é um lugar sem futuro digno.

Sem ignorar e muito menos desprezar o inominável escândalo dos jovens que morreram na boate de Santa Maria: mortes estúpidas, banais, violentas, criminosas, imperdoáveis, indelévels, o argumento que deveria ser assinalado, no entanto, assume a premissa de que não existe lugares fixos para a morte. Por todos os lados, no mundo, as pessoas (inclusive milhões, podendo chegar a centenas de milhões de jovens, mortos de antemão porque condenados a não terem futuro) morrem de forma violenta, principalmente de guerras induzidas e com participação direta do genocida lugar por excelência do Ocidente: o imperialismo americano/europeu/sionista. Por que, tal como reagimos com a tragédia de Santa Maria, não nos escandalizamos igualmente com essa profusão sem fim de banais, violentas, estúpidas, criminosas mortes? Por que o oligopólio midiático não convoca seus famosos apresentadores e jornalistas para, de dia e de noite, discutir, chorar, denunciar todas essas mortes estúpidas, banais, violentas, criminosas, inclusive exigindo que algo seja feito para que elas nunca mais ocorram?

O beijo da morte

Por sua vez, o segundo delírio ou ideia fixa que não foi devidamente equacionado pelo oligopólio midiático diz respeito ao lugar do lucro, da mais-valia, como o assassino motivo da morte da maior parte dos jovens asfixiados pela fumaça tóxica da ganância dos donos da boate Kiss, de vez que ficou constatado que

o porteiro demorou a abrir a porta de saída porque estava previamente orientado a fazê-lo, sob o despótico argumento de que o pagamento da conta deve preceder a tudo, inclusive a vida ou mesmo antes de tudo à vida. Por acaso, mais que acusar os donos da boate se gananciosos (e ponto final) se deslocarmos nosso olhar para o lugar de todos os lugares da civilização burguesa – o lucro – não constataremos que é o próprio sistema capitalista que é inaceitavelmente ganancioso? O sistema do lucro, o nosso, não mata direta e indiretamente bilhões de pessoas (sem contar os seres não humanos) pelo mundo afora, fechando-lhes insensivelmente a porta do direito à vida, posto que sempre se coloca na posição de inegociável, imperdoável, inevitável, irrefreável, razão pela qual julga-se no direito de espoliar, sequestrar, dizimar, guerrear, caluniar, desprezar, matar e matar e matar?

O terceiro lugar, por último, é certamente a ideia fixa mais onipresente no planeta como um todo: o lugar da pirotecnia midiática, com seus jogos demagógicos, espetaculares, de *flashes* e mais *flashes*, ilusionismos e mais ilusionismos, sexuais, corporais, estéticos, financeiros, usados e abusados, de sol a sol, com o objetivo de enganar, manipular, dissimular, iludir, agitar, seduzir, induzir a humanidade em seu conjunto ao confinamento incendiário de sua morte, como espécie, no Coliseu Romano em que se transformou o próprio planeta, na era da sociedade do espetáculo. Não foi esta a causa direta do incêndio? As pirotecnias que a boate utilizava (e todas usam) para seduzir, iludir, agitar, manipular a diversão de jovens? Que diferença tem esse sistema de pirotecnia sexual, musical, alcoólico (tudo em nome do lugar dos lugares, o lucro) relativamente às pirotecnias produzidas pelos aviões não tripulados, com suas assassinas prestidigitações de mísseis a matar indiscriminadamente crianças, jovens, mulheres, adultos, velhos no Afeganistão, Paquistão, Somália, Congo, Mali? São menos importantes essas mortes *tornadas pirotecnias*?

A verdadeira tirania que sequestrou toda a humanidade é esta: a espetacular pirotecnia da demagogia midiática, pois ocupa a linha de frente de um sistema mundial de ilusionismo, de prestidigitação, estrategicamente articulado, em todos os quadrantes do planeta (eis o cúmulo da pirotecnia, chamamos isso de liber-

dade de expressão), com objetivo de nos asfixiar de ignorância, de alienação, de narcisismos, de preconceitos, de indiferenças, de maldades, enquanto, a serviço dele, do lucro, matamos e somos mortos, aos montes, aos milhões, aos bilhões.

Deus nos livre, leitor, desta ideia fixa: o poder astronômico do contorcionismo mundial das tecnologias midiáticas nas mãos de oligarcas que colocam o lugar do lucro na frente de tudo, pois, no momento em que o sistema mundial de ilusionismo do capitalismo tardio esfumou todo o planeta, como o momento atual, a única linha de fuga que temos está nas aberturas das portas que separam a Terra do cosmos, portas devidamente monitoradas por seguranças travestidos em satélites de última geração, a confeccionarem espetaculares imagens de uma humanidade confinada na boate planetariamente midiática chamada Kiss, com seu beijo da morte fantasiada de sorrisos molhados de Obama, lábios sérios de Merkel, boca assustada de Hollande, famosos lábios em estilo X da família Marinho, batons da Otan, austeridades de FMI, serpentinas da OMC, segredos inconfessáveis do Conselho de Segurança da ONU, do sionismo, das ditaduras do petrodólares do Golfo Pérsico, unidos língua a língua com al-Qaida, narcotraficantes, terroristas e todo tipo de fanatismo religioso.

Eis aí os meticulosos seguranças que nos fecham as portas do cosmos. Morreremos asfixiados?

MACHADO DE ASSIS

Cinismo, niilismo e utopia

Nos seus *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844), Karl Marx argumentou que o capitalismo atua, para produzir mais-valor, associando fluxo não qualificado de dinheiro a fluxo não qualificado de trabalho, o que significa dizer que o capital intervém, no mundo, de forma pragmática, sem se preocupar com a origem das riquezas e de igual maneira sem levar em conta o perfil do “trabalhador” – se é branco, negro, amarelo, alfabetizado, analfabeto, homossexual, heterossexual; adulto, infantil; católico, muçulmano, antiamericano, americanizado, autoritário; libertário, comunista, alienado – desde que, num contexto ou noutro, tais e quais perfis humanos possam ser instigados, ainda que através de estratégicas revoltas, a colaborarem com presentes e futuros empreendimentos favoráveis à produção concentrada de riqueza, sob a forma de monopólio simbólico e produtivo.

O capital só conhece um único valor, a sua autovalorização sem fim, por isso não acredita em Deus e nem em nada, razão pela qual é, antes de tudo, cínico, pois, embora não se fundamente senão em si mesmo, manipula crenças, identidades, conhecimentos, técnicas, a fim de conseguir seu único e unidimensional objetivo imanente, ainda que nos apresentado de forma transcendental: autovalorizar-se à custa de sofrimentos e exclusões, guerras, indiferenças, genocídios.

O capital é moderno e ser moderno é ter consciência de que, porque morremos, nada nos garante de forma transcendental. Ser moderno é ampliar a consciência da morte individual, “eu morro, nós morremos”, levando às últimas consequências o argumento de que, porque morremos, somos todos iguais, razão pela qual qualquer forma de privilégio constitui um atentado contra o comum que somos, porque morremos.

Fatalidade do destino

Bem mais que saber que Deus não existe, que a verdade é uma quimera, ser moderno é saber que tudo é esboço de tudo; que nada é, mas tem sido; que tudo que tem sido pode ser de modo diverso; que o mundo humano é o teatro do mundo humano; que o teatro do mundo humano, que é o mundo humano, tomado pelo capital, é o cenário planetário de nossa impotência, como humanos, pois o capital é o humano teatro que nos torna modernos para, sem cessar, reproduzi-lo em detrimento de nossa humanidade comum, porque, igualmente, morremos.

O capital, portanto, tomou a modernidade para si e fez de sua infinita potência laica a laica potência infinita de sua própria expansão ilimitada, em armas, sobre povos, nações, culturas, crenças, através da interdição, a todo custo, do desenvolvimento e experimentação ilimitados das múltiplas potências expressivas da modernidade, inclusive a expressividade de uma humanidade livre de armas de destruição em massa, de guerras imperialistas, sem opressores e oprimidos; justa, digna, pela singela razão de que, sendo potencialmente laica, logo não se fundamentando em transcendência alguma, a modernidade livre de opressão, mistificação e sequestro da riqueza comum é aquela que entende que nada é natural e definitivo e que, portanto, tudo pode ser diverso do que tem sido, bastando que coletivamente assim o decidamos.

Tomando para si a potência expressiva ilimitada da modernidade, o capital nos impõe o paradoxo de sua *doxa*: a de que só podemos ser modernos através das técnicas, saberes e tecnologias propriamente modernas, condenando-nos, por outro lado, a sermos pré-modernos no campo dos valores, das afetividades, das instituições, das identidades – da vida, enfim – porque se não podemos rever e refazer, como comuns viventes, nossos valores, afetividades, instituições, identidades, em conformidade com a premissa moderna de que nada é eterno e definitivo, é porque estamos impedidos de sermos plenamente modernos, razão pela qual vivemos a vida oprimida que vivemos – nós, os povos – como uma fatalidade do destino, assim como os povos pré-modernos.

Mundo sem Deus

Num mundo, pois, impedido de ser plenamente moderno, tentamos – nós, os quase modernos – atizar o potencial emancipatório da modernidade através de três dispositivos: o cinismo, o niilismo e a utopia.

Porque não somos plenamente modernos, no plano dos valores – sitiados que estamos por perspectivas religiosas, obscurantistas, mistificadoras, fatalistas –, tentamos ser modernos nos comportando cinicamente em relação às práticas e valores pré-modernos, ou que assim nos pareçam, numa circunstância ou noutra.

O dispositivo cínico, portanto, é aquele que joga com as crenças religiosas, amorosas, hierárquicas, jurídicas, econômicas, culturais, epistêmicas, linguísticas, desacreditando-as e perturbando-as através da ironia, da paródia, da carnavalização, do riso contido e/ou escrachado, com o objetivo consciente ou inconsciente de ora demonstrar que tais crenças não são nem naturais, nem transcendentais – de vez que foram construídas artificialmente por nós; ora as manipulando, através, por exemplo, da dissimulação, fingindo acreditar nelas a fim de conseguir vantagens econômicas, afetivas, simbólicas.

O capital, como vimos, é fundamentalmente cínico; ele avança em sua própria modernidade tecnológica, a fim de romper os limites do lucro, através de intensa manipulação de crenças e valores, usando como recurso, hoje, a indústria cultural; os meios de comunicação de massa.

O niilismo, por sua vez, é o dispositivo através do qual tentamos nos fazer modernos destacando a morte num mundo sem Deus, logo sem salvação, sem pós-morte. O niilismo espalha a morte em tudo porque sabe que tudo que reluz não é o ouro da eternidade, mas a respiração do que morre, morrerá.

Herança ou memória cultural

Tanto o cinismo como o niilismo constituem procedimentos de desmontes de premissas e valores preestabelecidos, negando-os no geral sem propor nada para substituí-los, o que os tornam radicalmente distintos do dispositivo aqui

chamado de o que diz respeito ao princípio de esperança utópico, que nega valores instituídos a fim de afirmar outras perspectivas e arranjos institucionais.

Marx, sob esse ponto de vista, foi um pensador modernamente utópico porque negou os arranjos institucionais da sociedade burguesa – baseados na opressão de classe –, demonstrando que não eram nem naturais nem transcendentais, a fim de afirmar outra perspectiva social, tendo em vista o argumento de que a modernidade só se realizaria ou realizará plenamente quando a violência da opressão de uma classe sobre a outra deixar de existir – isso é utopia da práxis, imanente, pois afirma o porvir, pois parte do princípio de esperança de a história é o que é, história em movimento, em constituição e produção de sim, sem cessar.

Sob o ponto de vista da criação literária, o autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), Machado de Assis (1839-1908), constitui um exemplo singular de uso criativo ao mesmo tempo do niilismo e do cinismo na ficção brasileira.

Existe um lado cínico na ficção machadiana, em diálogo intertextual com a literatura de língua inglesa, como a do escritor irlandês Laurence Sterne (1713-1768), autor de *A vida e as opiniões do cavaleiro Tristram Shandy* (1759), romance que não perdoou nem mesmo a convenção literária, parodiando o naturalizado lugar normalmente pactuado para o autor, o personagem, o leitor, o editor, pondo cinicamente em destaque a própria cultura letrada, ao experimentá-la como tanto mais ridícula quanto mais se pretende séria, bem escrita, bem lida, bem tramada, canonizável.

Por sua vez, Machado de Assis se valeu da potência cínica, parecida com a do escritor irlandês Sterne, ironizando não apenas a convenção literária de seu entorno, o romantismo e realismo positivista, para não falar de naturalismo, do século 19, mas também a própria ideia de herança ou memória cultural, arquivo morto que impede o presente de se constituir como laico e, portanto, livre para expressar suas potencialidades expressivas.

Verdades e mistificações

Como exemplo, consideremos o romance machadiano já mencionado, *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), a simples posta em cena de um narrador morto que relata cinicamente a idiota vida que tivera pode ser interpretada como não menos cínica crítica às nossas civilizadas formas de justificar e aceitar o presente, tal como se nos apresenta, tendo em vista o que fizemos ou deixamos de fazer no passado.

O passado, já morto e acabado, não pode ser reificado, em sua memória opressora, bloqueando o vivo presente em que vivemos. A herança da propriedade privada, por exemplo, passada de pai para filho, não pode ser um obstáculo ao direito inalienável de trabalho e moradia dignos para os vivos do presente.

De qualquer forma, mais que um escritor cínico, Machado de Assis foi um hábil ficcionista das potencialidades do niilismo, pois o cinismo em sua literatura desconstrói mitos, verdades e valores, não deixando pedra sobre pedra, a fim de fazer valer a onipresença da morte, madrastra de todo cinismo, pois, tal como o defunto autor/narrador de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, é o ponto de vista da morte, logo do niilismo, que cria o contexto favorável para que, cinicamente, ela, a morte, quando nos observa mortalmente, venha a rir, sem vergonha alguma, de nossas vãs atribulações, preocupações, apegos, verdades, idealizações, desprezos, autodesculpas, hipocrisias, roubos, limitações.

O cinismo, o niilismo e a perspectiva utópica, como expressividades modernas que recusam as verdades, os mitos e as transcendências pré-modernas, não valem por elas mesmas, razão pela qual não podem ser analisadas ou consideradas isoladamente, situação que as transformariam em transcendências pré-modernas.

Para se constituírem como expressividades plenamente modernas – no sentido deste aqui esgrimido, logo laicas, livres de verdades preestabelecidas –, tanto o cinismo, como o niilismo e a perspectiva utópica devem ser considerados na relação que efetivamente estabelecem com tais e quais verdades e mistificações.

Um anteparo à modernidade

De nada adianta ser cínico com valores, ainda que equivocados, vividos e apreciados por comunidades pobres e ao mesmo tempo reverenciar os valores das classes dominantes, ora os reificando, ora os deixando livres da visada desmistificadora cínica. De nada adianta o uso do niilismo para desacreditar as perspectivas utópicas de movimentos sociais diversos, ainda que equivocados, dizendo, por exemplo, que é inútil tentar transformar o mundo, e assim por diante, colocando o nada da vontade niilista na frente da luta por uma vida melhor.

De nada adiante a perspectiva utópica vivida e experimentada para afirmar valores de segmentos de classe privilegiados e de restritos grupos sociais, culturais, epistêmicos, étnicos, de gênero, desprezando, por consequência, a vida comum, pelo comum, através do comum.

Para ser plenamente modernos, o cinismo, o niilismo e a utopia não devem perdoar nem a si mesmos, além de terem um claro objetivo político: ser usado e experimentado para desacreditar e ao mesmo tempo demonstrar a má-fé, a parcialidade, e a falta de consistência dos valores dominantes do presente histórico que nos cabe viver.

Existe, pois, um uso elitista do cinismo, do niilismo e da perspectiva utópica; uso, é bom esclarecer, que de forma alguma é moderno, mas que serve antes de tudo de anteparo à realização plena da modernidade, como promessa de um mundo laico, apto para flagrar a historicidade de seus próprios valores e arranjos sociais, reescrevendo-os e rearranjando-os coletivamente, a fim de tornar mais plástica, mais leve, mais alegre e digna nossa mortal existência comum neste planeta.

Cinismo oportunista

E é precisamente porque o cinismo, o niilismo e a utopia constituem os três principais procedimentos que em si mesmos carregam a promessa de uma modernidade livre de valores preestabelecidos, transcendentais, que tais expres-

sividades são sequestradas por alguns perfis sociais que delas se apropriam, apresentando-se como modernos ou mais modernos, mais inteligentes, e mais livres que os demais mortais, razão pela qual a apropriação elitista e “bem-pensante” do cinismo, do niilismo e da perspectiva utópica – principalmente dos dois primeiros procedimentos – deve ser classificada claramente como reacionária e como lamentável estratégia de bloqueio de uma modernidade realmente moderna, logo comum, sem hierarquias, para os povos; e não contra os povos.

Não é circunstancial que tais cínicas e niilistas figuras costumem desacreditar, diminuir e negar precisamente a perspectiva utópica de povos e movimentos sociais. O cínico, através de deboches e sarcásticas piadas; e os niilistas, acusando-a de inútil quimera idealista de ignorantes e coisas que tais.

O mundo acadêmico está cheio desses perfis cínicos e niilistas ambulantes que sempre debocham e desqualificam dos pontos de vista modernamente utópicos, ora alegando que não são polifônicos, ora que constituem formas mascaradas de ressentimento, baseadas em ideais inconsistentes, como se tudo devesse ser o que tem sido, realisticamente: estereotipado e místico niilismo baseado no acato à ordem existente, por se basear no que tem sido a fim de justificar o que deve ser e o que será.

É, pois, para isto que serve tal cinismo e niilismo oportunistas: para desacreditar de tudo que não estava previsto; de tudo que não é regra, normal, instituído, legal, pois antes de tudo constituem – quando usados para desacreditar de perspectivas utópicas – duas formas de expressividade que todo opressor ou candidato a sê-lo utiliza, na suposição de que é mais laico que os mortais comuns.

A cínica das cínicas

Pela objetiva constatação de que o capitalismo tomou, cinicamente, a modernidade laica para si, no interior dele – como em época histórica alguma – todo poder instituído ou a serviço da mais-valia do capital toma igualmente para si, cinicamente, a promessa laica de um mundo comum, manipulando valores e crenças, com o objetivo de fazer valer o único valor que interessa ao capital: o

gozo da apropriação narcísica do mais-valor financeiro, privado, sexual, simbólico, epistemológico, multicultural, como apropriação privada de castas, oligárquicas, elites.

É por isso que, no capitalismo, o patriarcado é laicamente cínico, razão pela qual manipula crenças pré-modernas das alteridades femininas e homoeróticas – as que ainda acreditam em crenças pré-modernas, como as de edípicos e monogâmicos amores eternos –, realizando toda sorte de promessas, sendo o primeiro a descumpri-las, como cínica regra geral.

É por isso que os Estados Unidos, como centro do imperialismo do capital, sempre farão todo tipo de promessas democráticas, para os povos do mundo, pois cinicamente sempre são os primeiros a descumprirem, de modo niilista, inevitavelmente, razão pela qual não são nunca confiáveis, porque sabem que palavras são palavras e que contratos são meros papéis sem fundamentação religiosa alguma; rasga-se e pronto.

É por isso que no mundo atual, de capitalismo monopólico, o cinismo é onipresente e a publicidade é a cínica das cínicas, ou a morte das mortes, porque manipula sem cessar promessas de felicidades pré-modernas a fim de vender suas não menos cínicas bugigangas reificadas.

Espontâneos cínicos

É igualmente por isso que os administradores, executivos e chefes burocráticos dos monopólios midiáticos – mas não apenas – cinicamente usam e abusam dos meios de comunicação monopolizados com o claro objetivo de manter a população - a massa ou galera – dependente e mesmo viciada em obscurantistas valores e crenças pré-modernos; é para garantir, como cínicos gestores subordinados subordinantes da indústria cultural do capital, que sejamos domesticados indiferentemente, culturalmente.

Sob esse ponto de vista, a participação de Pedro Bial, do todo-poderoso diretor da Rede Globo, Boni, e de Caetano Velo, no programa *Altas Horas* da TV Globo, no sábado do dia 08 de janeiro, é exemplar.

A certa altura de *Altas Horas*, Pedro Bial diz: “Eu gosto de ver coisa ruim em televisão. Com os piores programas é onde eu aprendo mais...”, sendo interrompido pelo chefe-mor, Boni, que cinicamente observa: “Quer dizer que você assiste *BBB*”, momento em que é possível ver e escutar a gargalhada subordinada, incontida e não menos cínica de Caetano Veloso, o *cult* compositor popular da Casa Grande global.

As três situações do roteiro, a fala de Bial, a observação de Boni e a gargalhada de Caetano Veloso, constituem o cenário religiosamente encarnado de um *very exclusive club* de espontâneos cínicos, cujos integrantes ou afiliados afilhados se comportam além da regra do jogo, dizendo o que deve ser calado, por se acharem mais inteligentes e modernos que os comuns mortais brasileiros.

Mistificação e automistificação

Caetano Veloso, Bial e Boni são “ilustradas” figuras marcadas e demarcadas por um cinismo frouxo – e permissivo – que os torna “livres” para constatar que os meios de comunicação de massa servem mesmo para aquilo que os esquerdistas costumam dizer, para idiotizar e barbarizar a população, com a observação de que eles sim, seus cultivados cantores, apresentadores e diretores, são os que estão autorizados a dizê-lo, cinicamente, indiferentemente, como predestinados modernos e pré-modernos obstáculos a toda e qualquer perspectiva utópica que, ao criticá-los, os monopólios da comunicação, proporiam, de forma honestamente moderna, substituí-los por mídias que respeitassem e instigassem a infinita potência laica que o comum dos mortais também detém, fora de qualquer exclusividade de castas pretensiosas; cafajustes, hipócritas, para dizer o mínimo.

É inevitável, a esse respeito, dialogar com o filósofo e cientista político italiano Antonio Gramsci (1891-1937), especialmente com o seu conceito de intelectual orgânico, que diz que cada setor da sociedade burguesa traz consigo o seu orgânico intelectual, como o advogado no setor jurídico, o professor, no educacional, o administrador, no campo da gestão de empresas, assim como o economista; cada perfil orgânico desempenha o papel de pensar e zelar pelo lucro

do capitalista, em sua respectiva esfera de atuação, ao mesmo tempo em que serve para bloquear e desacreditar, com o uso costumeiro do cinismo e do niilismo covardes, de qualquer perspectiva utópica que proponha, com seus respectivos intelectuais utopicamente orgânicos – o povo todo – substituir o mais-valor concentrado pela festa do e para o comum.

Como não afirmar, sob esse ponto de vista, que Caetano Veloso constitui, no plano da Música Popular Brasileira, um orgânico cínico músico de nossa indústria cultural, especialmente da TV Globo, ecoando os estilos de vida estadunidenses da década de 60, 70, 80?

Como não pensar a mesma coisa de Bial e de Boni, como orgânicos cooptados a serviço do projeto burguês imperialista de manter a população brasileira refém da barbárie de valores pré-modernos, para que tudo permaneça em seu indevido lugar: o pobre na mistificação reificante e o rico na automistificação reificada, publicitária, monopólica?

O estupro da utopia

Então é para isto que o Estado brasileiro transfere a concessão pública dos meios de comunicação para os orgânicos cínicos gestores de nossa banalização diária; para que sejamos mesmo estupridificados, banalizados?

Sim, cara pálida; eles mesmos, seus orgânicos capatazes, confirmam tudo isso, cinicamente, nas *Altas Horas* da noite e nas baixas horas do dia, com a cínica e ao mesmo tempo niilista programação pré-moderna, de manhã, à tarde, à noite, integralmente, estuprando-nos.

Espero que você, caro leitor, lendo Machado de Assis, adapte, num piparote, o cinismo machadiano, em relação ao romantismo brasileiro do século 19, aos tempos atuais, não deixando, assim como o Bruxo do Cosme Velho, pedra sobre pedra, porque tudo é parte, na global programação televisiva, do imperialista empreendimento de estupro da utopia coletiva de um mundo livre de orgânicos traidores.

Bial, Caetano e Boni.

MÍDIAS CORPORATIVAS

Lacan, Drummond e a mediação global (29/11/2011, primeira publicação)

Como pode existir algo ou alguém que saia pelo mundo e se diferencie dos demais tendo em vista a sua posição de classe, sua pele, sua linguagem, seu sexo, idade, nacionalidade, filiação, saber, poder, marca de carro, saldo da conta bancária?

Como é possível o homem dominar outro homem, subjugá-lo, matá-lo? Não é inacreditável que uma pessoa se submeta a outra e que não apenas permita a ser submetida como também considera que sua submissão é aceitável em função de uma louca hierarquia sem sentido, baseada no poder econômico, na força das armas, ou numa infinidade de critérios hierárquicos absolutamente sem fundamento algum?

Como pode existir o pobre, o oprimido ou, por outro lado, o rico e o opressor? Dialogando, a propósito, com Jacques Lacan, transformo em pergunta uma afirmação sua, retirada de seus *Escritos* (1998): “Se um homem que se acredita rei é louco, não menos o é um rei que se acredita rei?”

Para que serve o sistema midiático?

Então não somos todos loucos por acreditar ser quem somos? Somos loucos de sermos a saúde de nós mesmos? Ser verdadeiramente saudável não será loucamente a infinita possibilidade de ser fora da loucura hipócrita, antirrealista e genocida que temos sido, ao habitar-mos normalmente este mundo e ao darmos sentido a ele como normais partes da trama que não ama senão a si mesma?

Em “Especulação em torno da palavra homem”, de Carlos Drummond de Andrade, o poeta mineiro (ou o seu eu-lírico) termina esse seu belíssimo poema com as seguintes perguntas ao mesmo tempo poéticas e ontológicas: “Para que serve o homem?/ Para estrumar flores,/Para tecer contos?/ Para servir o homem?/ Para criar Deus?/ Sabe Deus do homem?/ E sabe o demônio?/Como quer o ho-

mem/ Ser destino, fonte?/Que milagre é o homem?/Que sonho, que sombra?/Mas existe o homem?”

Parafraseando Drummond, pergunto: para que serve a mídia? Assim como as perguntas/respostas de Drummond, poderia apresentar uma infinidade de respostas possíveis para tal pergunta: serve para ser o estrume de flores de outros mundos possíveis? Serve para semear solidariedade, paz, justiça, criatividade, amor ao estranho, ao exilado, ao estrangeiro, ao diferente?

Serve para ser suporte tecnológico planetário de expressivas liberdades criativas, críticas, filosóficas, imaginativas? Serve para noticiar os verdadeiros acontecimentos do mundo, como todos aqueles que não estejam mediados nem pelo dinheiro e nem por sua encarnação reificada: a mercadoria?

Serve, pois, para noticiar alguém que, podendo viver normalmente no meio das injustiças gerais do mundo não menos normalmente louco em que habitamos, decide viver na floresta amazônica, sem bem material algum, sem dinheiro, em nome de uma Colômbia justa, como os anônimos combatentes das Farc, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia? Ou, por outro lado, serve para criminalizá-los, acusá-los de narcotraficantes, pela singela razão de que não estão, como os loucos normais, à caça cotidiana e sem sentido coletivo de dinheiro e mais dinheiro, além da propriedade privada X ou Y?

Para que, insisto, serve o sistema midiático, marca registrada de nossa atual civilização?

O maniqueísmo entre opressor e oprimido

Sob a sua forma corporativa, de monopólios e oligopólios, serve simplesmente para manter o sistema de hierarquias que tem sido a trágica marca da presença humana na Terra. Serve, pois, para ratificar o lugar do oprimido e do opressor, de quem manda e de quem é mandado, quem pode e quem não pode, quem existe e quem não existe.

Assim, se Drummond termina seu poema perguntando se existe o homem – alimentando a hipótese de que não tem fim o que podemos nos fazer ser, na

relação com os demais —, para o sistema midiático, por sua vez, o homem sempre existiu e se divide em duas espécies: o superior e o inferior; o inteligente e o burro; o produtivo e o improdutivo; o civilizado e o bárbaro; o rico e o pobre; o democrata e o déspota; o dominador e o dominado, o vencedor e o fracassado.

Tal como se organiza, sob a forma de monopólios e oligopólios, a mídia corporativa existe para sedimentar e retroalimentar todos os maniqueísmos que nossa lamentável humanidade despótica tem produzido no decorrer das grandes civilizações hierárquicas do passado e do presente, razão pela qual ela é o lugar por excelência do fascismo, pois este, para defini-lo, nada mais é do que a junção do pré-moderno com o moderno; do arcaico com as últimas tecnologias, da barbárie com o que acreditamos ser a civilização; do, enfim, casamento romântico e religioso do último paradigma técnico e científico com a herança histórica do que temos de mais atrasado e ignominioso, a saber: as mais diversas formas de guerra que produzimos, na Terra, em função do maniqueísmo entre opressor e oprimido, sob, obviamente, o ponto de vista do primeiro, o opressor.

O opressor é o redentor

Não é circunstancial, por isso mesmo, que a extrema direita seja o rosto onipresente nos meios de comunicação de massa, ora sob a forma de pastores a expulsar demônios de pobres coitados; ora sob a forma de comentaristas esportivos, políticos, econômicos, culturais; de animadores de auditório e tantas outras, pois o sistema midiático corporativo nada mais é que o epicentro do fascismo atual, no qual e através do qual o pior da gente mesmo, como milenares habitantes deste planeta, não apenas é naturalizado pelos novos suportes tecnológicos midiáticos, como é, antes de tudo, apresentado como o civilizado em oposição ao bárbaro, o democrata em oposição ao déspota, o honesto em oposição ao corrupto, o produtivo em oposição ao improdutivo, o sábio em oposição ao ignorante, o famoso em oposição ao anônimo e um sem fim de outras formas de ratificar e validar as mais diversas possibilidades de oposições maniqueístas.

É por isso que é necessário, a propósito, ler de modo mais consequente o argumento de McLuhan de que o meio é a mensagem, pois bem mais do que a

constatação de que a mensagem seja o próprio suporte que lhe dá vida o meio de fato é a mensagem porque o suporte que está em jogo não é simplesmente o dos meios de comunicação, mas o dos maniqueísmos e das hierarquias que fazem deste planeta o inferno que tem sido para 99% da humanidade e para 100 por cento dos outros seres, não humanos.

No campo das mídias corporativas, a única mediação efetivamente existente no sistema midiático é entre os suportes tecnológicos atuais e os maniqueísmos e hierarquias do genocida passado humano, tecido e entretecido por guerras sem fim de povos contra povos em benefício de uma elite que os sanguessuga.

Objetivamente falando, a mediação no sistema midiático é, portanto, mediação entre o óbvio e o ululante, isto é, entre o meio e sua despótica, arcaica e demagógica mensagem: o opressor é o redentor, razão pela qual a mediação, bem entendida, é entre opressores “solidários”, sob a forma tecnologicamente encarnada de oligopólios dos mais diferentes países e regiões do planeta, produzindo assim um verdadeiro sistema fascista: o das mediações opressoras das e entre as oligarquias do atual presente histórico.

O delírio de um rei que se crê um humilde plebeu

Tudo o mais é falsificação e mistificação.

Como parte mediadora de e entre opressores, para ficar num exemplo mais evidente, sempre que de uma forma ou de outra o interesse do epicentro dos opressores estiver correndo algum risco, não é preciso esperar outra estratégia da TV Globo senão esta: ou ela não realizará mediação alguma, pois simplesmente não noticiará; ou noticiará a fim de garantir a mediação de opressor para opressor, filtrando os acontecimentos e colocando efetivamente as coisas em seus devidos eternos lugares: o opressor é a verdade e a vida.

Exemplo mais atual é o do acidente ambiental causado pela petroleira americana Chevron, no litoral carioca. Num primeiro momento, a TV Globo simplesmente ignorou o acidente e mesmo pretendia não o noticiar. Como o assunto alcançou uma dimensão maior, ela finalmente resolveu noticiar, mas com o

propósito muito claro: mediar para garantir os interesses da Chevron, inclusive culpando o próprio governo brasileiro.

Como regra geral, a lógica subjacente é esta: ignore as situações adversas para o poder dominante no mundo ou, se não for possível, transforme-as em situações favoráveis, culpando ou as vítimas ou lado mais vulnerável do maniqueísmo. Com isso, estrategicamente, através de uma inversão de ótica, o que era desfavorável se torna favorável, transferindo a culpa para o oponente ou para o oprimido.

O mesmo argumento pode ser dito não apenas no que se refere à postura da TV Globo, mas a todas as mídias corporativas, em relação às revoltas populares que estão ocorrendo no grande Oriente Médio, pois a mediação realizada pelo sistema midiático dominante existe para querer nos fazer crer – e antes de tudo aos povos da Primavera Árabe – que a democracia que devem buscar, caso insistam na rebelião, é a dos opressores ocidentais, pois qualquer hipótese outra soará e será noticiada tão absurda e inverossímil – se for noticiada – quanto o delírio de um rei que se crê um humilde plebeu e cuja dignidade advenha da louca felicidade de colaborar com a floração de outro mundo, sem opressores e oprimidos, desejando, delirando e efetivamente estrumando infinitas primaveras, porque sem tronos.

Dostoiévski e o grito niilista da cultura de massa (19-04-2011, primeira publicação)

Em *Os Irmãos Karamazov* (1879), romance do escritor russo Fiodor Dostoiévski (1821-1881), a ficção projeta o inconsciente político, ou a “memória do subsolo” da emergência, na modernidade-mundo, de um sistema de mídias marcado e demarcado pela completa falta de limites, pois será configurado, tal como o enredo do livro de Dostoiévski, a partir da seguinte premissa: se a imortalidade não existe, porque Deus não existe, então as leis, as convenções ou os costumes não têm razão de ser, razão pela qual tudo é possível, inclusive o parricídio, o matricídio, o infanticídio, o genocídio, o incesto.

Sei que tal argumento parece inverossímil, mas penso que a inverossimilhança constitui o caminho mais factível, para não dizer o mais rigoroso, para a abordagem das instituições que configuram as linhas de força de nosso atual presente histórico, pela simples razão de que são, no geral, inverossímeis, como o é a instituição familiar, a do mercado capitalista, a do poder judiciário, legislativo, executivo e, antes de tudo, a midiática, por se constituir como a inverossimilhança “em pessoa”, como virtual tempo irreal; tanto mais inverossímil quanto mais pretende ocupar o lugar de todas as outras instituições, com sua não menos inverossímil onipresença de banalidades, de narcisismos, de idiotices, de hipocrisias, de mediocridades, de fetichismos.

Desconsiderando os dissimulados e hipócritas teatros éticos, nosso sistema midiático organiza a farsa de sua programação fora de todo e qualquer limite social, econômico, natural, seguindo à risca o principal argumento de *Os irmãos Karamazov*, qual seja: num mundo sem Deus, a humanidade pode se transformar em Deus, de tal maneira a se posicionar além do bem e do mal, razão pela qual pode produzir tanto um mundo infernal, bárbaro, inabitável, como, por outro lado, um mundo de justiças, de cuidados e de ilimitadas felicidades coletivas, no horizonte da plena e não menos ilimitada liberdade de expressão intelectual, corporal, amorosa, estética, técnica, civilizacional.

O que fazer com nossas ilimitadas potências expressivas?

A pretexto, no entanto, da ilimitada liberdade de expressão inscrita como laica necessidade, possibilidade e potencialidade na modernidade-mundo, o sistema planetário de mídias constitui-se como o lugar por excelência do divino, em nome do qual, de seu divino-soberano lugar, acredita e se arroga o direito de poder tudo, rechaçando despoticamente, como se fosse uma traição a Deus, ou ao rei, toda e qualquer legítima tentativa de democratização dessa ilimitada liberdade expressiva dos meios de comunicação, infelizmente voltada e devotada para a produção midiática de um mundo infernal, bárbaro, injusto, criminoso, estúpido.

A questão tópica, portanto, no que diz respeito à liberdade de expressão, não é a de controlar os meios de comunicação – argumento de fato autoritário –, mas de reverter a sua tendência expressiva criminosa, medíocre, banal, assassina, através da completa remodelação de seus dispositivos perversos, bárbaros, o que significa dizer que sua cosmológica potência deve estar plenamente voltada para o estímulo da plena liberdade expressiva da solidariedade, da cooperação, da justiça, do cuidado, da inteligência, da criatividade, ao invés de estar direcionada para a banalidade, para a barbárie, para a ignorância, indiferença, egoísmo, retardados infantilismos, exibicionismo, concentração de renda, preconceito, como é o atual caso.

O principal equívoco dos movimentos sociais que exigem regulação dos meios de comunicação é, assim, este: não compreender que o argumento da regulação é anacrônico porque não está assentado na dinâmica laica de um mundo pós-Revolução Francesa, no qual e através do qual o que interessa é liberar as potências expressivas da humanidade, no lugar de controlá-las, limitá-las, circunscrevê-las. O que está em jogo, numa civilização laica, portanto, é a questão apresentada pelo romance *Os irmãos Karamazov*, de Dostoiévski, a saber: o que fazer com as nossas ilimitadas potências expressivas, num mundo não mais regulado pela tradição, pelo conselho, pela sabedoria, pela transcendência, como é o caso do mundo moderno?

Os idiotas manipuláveis e os culpados

Qualquer tentativa de democratização dos meios de comunicação que não assuma essa questão esfíngica corre o sério o risco de não ser plenamente moderna, de modo que, de antemão, inscrever-se-á inevitavelmente como anacrônica e em franca desvantagem com o atual uso em massa que é feito pelas tecnologias de comunicação; uso, quer admitamos ou não, moderno, porque exerce a demanda de uma laica liberdade expressiva, ainda que de forma absolutamente direcionada para o estímulo – igualmente pré-moderno – do que existe de mais nefando

em nós: o egoísmo, a estupidez, a arrogância, a ignorância, o preconceito, a sujeição, a humilhação, o autoritarismo, a inveja e o sem fim de outras expressivas perversões que a humanidade vem protagonizando no decorrer de sua malfadada história neste planeta, razão suficiente para, sob o ponto de vista dos outros seres, consideramos que a besta das bestas, a mais destruidora e autodestruidora, é a besta humana, cujo fim será sem dúvida alguma um motivo de inigualável alegria para as vidas não humanas que habitam a Terra.

E é como expressividade moderna, embora perversa, que o sistema midiático produziu/inventou a cultura de massa como efeito possível, na modernidade, do desfecho da trama de *Os irmãos Karamazov*, de Dostoiévski, o que comprova, assim, o argumento de que a ficção literária pode antecipar os rumos prováveis e improváveis do futuro, considerando as “escolhas” que efetivamente fazemos no decorrer da narração desta outra ficção cravada na carne dos humanos: a ficção da realidade como evidência de nosso fracasso civilizacional.

Assim como o desfecho de *Os irmãos Karamazov* é aquele em que finalmente se descobre que o assassino do patriarca da família Karamazov, o fazendeiro Fiódor Pávlovitch Karamazov, é o supostamente idiota da trama, o bastardo e abobado personagem Smierdiákov (provavelmente um filho não assumido por Pávlovitch Karamazov), a cultura de massa é igualmente o lugar reservado pelo sistema midiático planetário para a produção/confecção de idiotizados e bastardos seres humanos ilimitadamente prontos a assassinar não apenas pais, por dinheiro, mas também a própria liberdade expressiva dos povos, como potência laica, posto que ela nada mais é do que a estratégia que o sistema midiático internacional tramou para inscrever, na modernidade-mundo, o lugar dos povos: o de bastardos e de idiotas manipuláveis, por um lado; e o de culpados por tudo de negativo que a besta oligárquica moderna planetária faz e desfaz, ata, desata e mata, contra os massificados povos.

Um mundo em que tudo é possível

A cultura de massa, assim, constitui o horizonte de expressividade dos povos contra si mesmos e para isto ela foi inventada, para figurar e configurar perfis humanos que são tanto mais idiotas quanto mais matam e inviabilizam a potência libertária sem fim dos povos, num contexto laico em que tudo é possível, mas que, no horizonte da cultura de massa, as infinitas possibilidades expressivas dos povos devem estar intrinsecamente implicadas com um sistema de submissão e sujeição, tanto mais eficiente quanto mais for da “livre” vontade dos povos, situação muito bem exemplificada no contexto festivo de um gol, nos estádios de futebol, no qual e através do qual a torcida grita feliz, com a realização em ato de seu próprio suicídio laico-expressivo: “Está dominado! Está tudo dominado!”

Eis porque o principal objetivo da cultura de massa é este: produzir um paradoxal tipo de niilismo: o de uma liberdade expressiva marcada e demarcada pela sujeição absoluta, de modo que a vontade de nada se transforma no nada da vontade ou no nada em relação à vontade de produzir, numa perspectiva laica, o mundo em que tudo é possível: o amor ao estranho, o fim da fome, a cooperação planetária e a infinita liberdade expressiva de nossas criatividade e potências inventivas, sem nome próprio, porque, como a poesia, a água e o ar, tudo é para todos e para ninguém.

PLANETA CANUDOS

Um internacional sistema de indiferença (05/04/2011, primeira publicação)

Na terceira e última parte de *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, intitulada “A Luta”, quando a revolução antissistêmica de Canudos dá mostras evidentes de que foi derrotada, sobretudo com a morte de Antônio Conselheiro, é possível ler um parágrafo em que um general do exército destrói parte da Igreja do Arraial, dessacralizando-a, como um fiel ímpio religioso, se é que me entendem. O gesto “iconoclástico” do general é em seguida imitado por um soldado raso, pois este, com dinamite, destrói e dessacraliza de vez a Igreja de Canudos, buscando, com esse gesto, ser reconhecido como valente profanador da Igreja do povo, seja pelo general, seja pelos demais soldados rasos como ele.

De forma perspicaz, no parágrafo posterior, a cena apresentada em *Os Sertões* é outra: Euclides da Cunha narra – descreve, com detalhes – um general totalmente indiferente diante das mortes de miseráveis crianças, mulheres, homens e velhos da dizimada Canudos. Mesmo estando no centro do cenário dessas trágicas “mortes matadas”, Artur Oscar, general do oficial exército brasileiro que massacrrou Canudos, realiza, no entanto, “palestras, discorre sobre assuntos diversos, sempre com o espírito franco e jovial”.

Tendo em vista ainda o parágrafo em que o general Artur Oscar entra deploravelmente para a História do Brasil, Euclides da Cunha descreve a indiferença dos assassinos em face dos assassinados, demonstrando claramente que não há arrependimento, sentimento de culpa, asco, nada. A comunidade de Canudos é massacrada e todos os “vencedores” das forças oficiais do Brasil estão leves, satisfeitos, alegres e seguem suas vidas privadas, com os pedantismos, as arrogâncias e inclusive as alegrias e algaravias dos jovens, como se nada tivesse ocorrido, como se cerca de vinte mil brasileiros exilados pela pobreza, o pior exílio de todos, não tivessem sido dizimados sem piedade.

A profanação de “crenças e valores”

A indiferença é parte da profanação da Igreja de Canudos, a parte principal, aliás, de vez que se constitui como uma atitude de desprezo profundo à vida daquelas pessoas desterradas, logo à “igreja” de suas vidas ou de suas vidas como “igreja”, como religiosidade que insiste em viver, apesar da indiferença geral. O obstáculo à alegria dos poucos foi suplantado e devidamente esconjurando. É hora de fingir conhecimentos, camaradagens, simpatias, sentimentos de honra. É hora, enfim, de viver as trivialidades de nossas taras, manias, luxos, egoísmos, sentimentalismos, amores românticos, pois o povo se encontra em seu devido lugar: a dependência, a humilhação, a derrota, o servilismo, a morte.

E é porque esses outros sertões, como nos diz o narrador legionário de *Grande Sertões: veredas*, o personagem Riobaldo, de Guimarães Rosa, está em todas as partes, em todas as artes, que é possível adaptar as duas situações narradas nos dois sequenciais parágrafos de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, para os tempos atuais, de tal sorte a observar que nada mudou, que somos tanto mais pré-modernos quanto mais modernos/pós-modernos supomos ser; ou mais bárbaros, tanto mais nos vemos e experimentamos como civilizados; do jeitinho do general que vomita piadas e pedantismos civilizatórios, com a autoconfiança dos “vencedores” exatamente porque acredita – é pio – ter derrotado a barbárie, a ignorância e o diabólico, através de sua participação generalesca no genocídio de Canudos.

O capitalismo contemporâneo, em sua guerra total para roubar-concentrar-gozar as riquezas dos povos, faz exatamente, e na mesma sequência, o que é narrado-descrito nos dois parágrafos analisados de *Os Sertões*: profana sem cessar as religiões dos povos e ao mesmo tempo produz um monopólio da palavra que nada mais é que a constituição do monopólio global da indiferença ao sofrimento sem fim dos milhões – para não dizer trilhões, se transbordarmos o plano humano – de seres que habitam esse planeta, por ora cada vez mais inabitável, em face da ganância desenfreada dos poderes constituídos.

No seu lado profanador, o capitalismo desconsidera qualquer valor e, mais do que isso, apropria-se dos valores, crenças e éticas dos povos, dessacralizando, assim, tudo que é ou pode se tornar uma fé em um mundo mais justo, fundado no respeito ao direito de viver em plenitude e dignidade – direito dos e para os povos. É como profanação das “crenças e valores” dos povos que o capitalismo dessacralizou a democracia, como governo de, para e pelo o povo, transformando-a em governo de, para e pela plutocracia que manda e desmanda no mundo.

O capitalismo não acredita nos “deuses laicos”

Em nome da “religião democrática”, o capitalismo massacra e espalha radiações de plutônio empobrecido, através de mísseis diversos, sobre os corpos vulneráveis dos povos, a pretexto de, em nome da democracia, protegê-los, como ocorre agora na Líbia. Eis aí o cúmulo da heresia à democracia, aos valores vitais dos povos – o valor-direito de garantir as suas nuas vidas através de uma chuva de partículas radiativas a dessacralizar por gerações os fetos das mães dos povos, logo dos filhos dos povos, deformando-os e tornando-os povos natimortos.

Em nome da “religião revolucionária”, da revolução dos povos, para os povos, o capitalismo atual não apenas se apropria dos valores revolucionários como instiga populações a realizarem o paradoxo auto herético de uma revolução contra si mesmas, pois quem não sabe – se é que quer saber – que agências do Departamento de Estado do centro do capitalismo contemporâneo, Estados Unidos da América – assim como a CIA e o Pentágono – cooptam, financiam e treinam jovens pelo mundo afora, a fim de que estes protagonizem “revoluções coloridas” contra os interesses vitais dos povos de suas respectivas nacionalidades? Quem não sabe – se é que quer saber – que tais comprados jovens têm sido, muitas vezes, os atuais “revolucionários” ou cavalos de Tróia contra seus próprios povos?

Quem tem olhos para ver e ouvidos para escutar a dessacralização que o capitalismo promove hoje contra o desejo e a potência revolucionários dos povos, manipulando-os e cuspiendo neles, fazendo-os voltar caricaturalmente contra

eles mesmos? Pois não é isso que está ocorrendo na Líbia neste momento? Pois não é isso que pretendem fazer com o povo Sírio? Não é isso que querem fazer com o povo iraniano, cubano, venezuelano? Mas como conseguem isso, fazer os povos se rebelarem contra si mesmos?” Isso é absurdo, inverossímil, não passa de mais um argumento falacioso, apto a subestimar a força revolucionário dos povos!” – poderão contra-argumentar. Mas é disso que estou falando! Respondo: o capitalismo subestima o potencial revolucionário dos povos, pois não apenas não acredita nos “deuses laicos” inscritos nesse potencial revolucionário – o laico Deus justiça, o laico Deus liberdade, o laico Deus igualdade, dignidade –, mas também USA e ab-USA das energias revolucionárias, empurrando os povos contra o motor a combustão de seus erráticos desejos de se transformarem, um dia, em capitalistas – eis a armadilha!

A promoção da Igreja do capital

Mas como isso é possível?

É aqui que entra o parágrafo da indiferença em relação ao sofrimento dos povos – o parágrafo de *Os Sertões* de Euclides da Cunha – esse visionário que soube ver os futuros infaustos dos povos, alertando-nos para o pior: o massacre de presentes-futuros Canudos pela besta fera profanadora do capital, com suas bárbaras justificativas civilizatórias. É através do parágrafo sobre a indiferença das “forças oficiais” em relação ao sofrimento dos povos que é possível entender a maneira pela qual o capitalismo contemporâneo consegue fazer com que os povos se rebelem contra si mesmos. E essas “forças oficiais” nada mais são que o sistema de comunicação internacional, assa oficial oficioso força bélica da desinformação, tergiversação, dissimulação, exibicionismo, como máquina estrategista da promoção da indiferença e principalmente da autoindiferença dos povos em relação a si mesmos, posto que em relação a seus próprios destinos de e para os povos.

Diferentemente de Canudos, de sua época, final do século 19, o capitalismo atual criou um sistema de indiferença planetário – os meios de comunicação de

massa! –, sistema que é a principal arma bélica do capital, pois tem como principal objetivo produzir povos dóceis e, quando interessa, produzir “revolucionários” povos que combatem a si mesmos, ainda que alimentados pela crença de configurar um cenário coletivo de um mundo mais justo, visceralmente democrático, para eles mesmos.

Como sistema planetário de indiferença, os meios de comunicação – ou de desinformação – fazem de tudo para que seus fins justifiquem os meios e seus meios justifiquem os fins, de tal sorte a que os seus meios – a promoção da Igreja do capital – sejam os seus fins, sem diferença alguma: colocar os povos a serviço do capital, contra eles mesmos.

Anônimos sujeitos-objetos massificados

Para tanto, dois objetivos são permanentemente perseguidos:

O primeiro objetivo dos meios de desinformação ou do sistema de indiferença internacional é o de transformar os potencialmente revolucionários povos em dóceis povos obedientes, serviçais e dotados de uma bárbara indiferença em relação a seus próprios destinos de povos – agora humilhados. A cultura de massa ou a indústria cultural ou a sociedade do espetáculo são os meios que os meios de comunicação utilizam para idiotizar e barbarizar os povos, através da autoindiferença dos povos em relação a si mesmos.

Para tanto, esse sistema de indiferença apresenta os povos como massas de manobra, felizes em serem obedientes povos dóceis, logo sem história, logo sem passado, como se a temporalidade dos povos fosse ou devesse ser – e assim é, através dos meios de desinformação – constituída por um presente eterno no qual e através do qual os povos se encontram numa posição de anônimos seres em busca da fama – logo em busca do próprio capitalismo, esse intangível lugar por excelência da fama, porque é o concreto lugar da concentração da riqueza.

Através da cultura de massa, os meios de desinformação ou o sistema de indiferença do capitalismo contemporâneo divide o mundo em famosos e anônimos, instigando-nos sem cessar a desejar nos tornar famosos, como se só pudés-

semos ser felizes se nos tornarmos famosos. Através desse subterfúgio, que é a base de toda a programação dos meios de desinformação internacional, os povos não param, como anônimos, de transformar os famosos em famosos, pois no fundo e no raso são os povos que garantem que os famosos jogadores famosos sejam famosos de fato; assim como os famosos atores famosos; assim como os famosos animadores de auditórios famosos; assim como os famosos cantores...

Ao conseguirem dividir o mundo entre famosos e anônimos, o sistema de indiferença internacional, por consequência, “mata dois coelhos numa cajadada só”, pois de um lado transforma os povos em adoradores de uma religião que não é e nem pode nunca ser suas próprias religiões, que é a religião de adorar os famosos e, de outro lado, ao conseguirem fazer com que os anônimos povos adorem os famosos não povos, os meios de comunicação de massa conseguem fazer com que os povos passem automaticamente a adorar o próprio sistema, o capitalismo, esse sistema que faz com que esses famosos sejam antes de tudo ricos, de tal sorte a configurar midiaticamente um novo perfil para o burguês, ou o burguês ideal: ser famoso e ser rico, que é o que o povo quer, através dos meios de desinformação, ser famoso e rico, situação que deixa obviamente o povo rendido, dócil, a trabalhar pobremente para o sistema que os oprime; que os torna anônimos sujeitos-objetos massificados.

Chávez derrotou o sistema de indiferença

Por sua vez, o segundo objetivo dos meios de desinformação internacional ou do sistema de indiferença global é o de focalizar o desejo dos povos, direcioná-lo, seja através da tentativa de imprimir nos povos o desejo de não serem povos, mas famosos; seja através da manipulação do rosto que os povos devem perseguir, quando se rebelam. Os meios de comunicação, assim, determinam – ou tentam determinar – qual é o interlocutor ao qual os povos devem odiar, quando, por um motivo ou outro, queiram deixar de ser dóceis e realizar revoluções, situação que faz com que os povos, de uma forma ou de outra, errem literalmente o alvo, destronando do poder figuras que – mesmo que sejam déspotas – não passam de fantoches dos verdadeiros poderes que oprimem os povos, condenan-

do-os a serem anônimos seres sem vida própria, que é a pior forma de dizimar os povos: idiotizá-los através da cultura de massa.

É precisamente esse segundo objetivo que o sistema de indiferença internacional não cessa de perseguir com a atual rebelião dos povos do Norte da África e do Oriente Médio: canalizar as revoltas de tal sorte a fazer com que os povos errem o alvo, identificando todo o desejo de justiça na revolta contra verdadeiros fantoches do sistema de dominação planetário, que é o capitalismo, ou naqueles outros perfis ou líderes, os quais não obstante estarem, de uma forma ou de outra, massacrando os povos, estão ao mesmo tempo dificultando o livre acesso das multinacionais do Ocidente colonizador às riquezas que existem nos subsolos desses países, principalmente se essa riqueza for o petróleo, como ocorre na Líbia, no Irã e na Venezuela, embora, seja preciso destacar: a Venezuela não é governada por ditador, pela evidente razão de que Hugo Chávez é um presidente eleito democraticamente, inclusive se tivermos como parâmetro o profano processo eleitoral do capitalismo, baseado em eleições cujos eleitos geralmente são aqueles que têm o apoio do sistema de indiferença, ou da mídia dominante, assim como são aqueles que têm o apoio das burguesias locais e internacionais, que os encham de dinheiro.

Hugo Chávez, é bom dizer, venceu as eleições que disputou na Venezuela, derrotando nas urnas não apenas os concorrentes diretos, mas também o sistema de indiferença ou mídia da Venezuela, além, é claro, de ter vencido, através do voto popular, o poder econômico local-internacional, que patrocinou financeiramente os outros candidatos.

Uma democracia sem povo

De qualquer forma, como esse não é o foco deste artigo, mas as mídias como sistema de indiferença internacional, retomo o fio da meada, concluindo que vivemos, hoje mais do que nunca, no planeta Canudos, no qual e através do qual tropas oficiais, autodenominadas civilizadas, somam suas forças para derrotar e tomar as riquezas dos povos, ao mesmo tempo em que são amparadas por um sistema de indiferença igualmente planetário, cuja utilidade bélica é também a de

esconder a informação de que os povos estão sendo assassinados por tais forças civilizadas; inclusive nos desinformando também, quando escondem, protegem e, pasmem!, tornam famosos exatamente os verdadeiros ditadores que humilham, subjagam e transformam os povos em anônimas massas dizimadas, como é o caso do famoso Obama, presidente dos EUA, do famoso Nicolas Sarkozy, da França, e do primeiro-ministro inglês, David Cameron.

A única saída para essa guerra civil planetária, que é o estado de exceção capitalista como regra geral, continua a mesma de sempre: a revolução dos povos! Revolução que deve ser também em relação ao domínio da dominação planetária, que pode ser em relação ao ditador de plantão, mas também que deve ser em relação ao poder econômico, logo em relação às multinacionais; que deve ser em relação ao FMI, à OMC, à ONU e, principalmente, hoje, em relação ao sistema de indiferença planetário que são as mídias sob o domínio e a serviço do capital, pois revolução alguma será verdadeiramente exitosa se não destronarmos esse sistema de indiferença internacional, os meios de comunicação, que riem, mentem, escondem, confundem, idiotizam e banalizam os povos do mundo, cada vez mais entrincheirados em Canudos de miséria, ignorância e fome.

A única saída é a de transformar o sistema de indiferença internacional em um benfazejo sistema de promoção de singularidades humanas solidárias. Singularidades que recusam a massificação e a docilidade alienada, pois desejam ou desejarão simplesmente um mundo sem opressores e oprimidos; sem famosos e anônimos, visto que a fama de cada qual será medida não pela riqueza e o exibicionismo narcisistas, mas pela capacidade de lutar contra qualquer modelo civilizatório que – inventem a desculpa que quiserem! – só existe e se garante dizimando Canudos pelo planeta afora.

Hoje esse sistema é o capitalismo, razão pela qual a revolução deve ter um horizonte de desejo bem claro: a superação do capitalismo, essa atual, malabarista e poderosa forma de rapina dos povos, com seu bárbaro sistema de indiferenças baseado em ilhas de fantasia de uma democracia sem povo, posto que constituída por oligarquias que agem como se fossem todo o povo, em nome do povo, indiferentemente, midiaticamente, belicamente.

DEMOCRACIA ROTEIRIZADA

Franz Kafka e os roteiros da panóptica espionagem global (16/07/2013, publicação priefira)

Um dos aspectos mais interessantes da literatura do escritor checo Franz Kafka (1883-1924) está relacionado com a sua potência para mostrar como as relações de poder se inscrevem em todos os lugares, porque tudo está absolutamente misturado. É assim, por exemplo, que no romance *O processo* (1925), o ateliê do personagem Titorelli, pintor de juízes, é também o seu quarto de dormir, que é também um cubículo de um imenso cortiço popular, que é também o próprio tribunal de justiça, onde K, o protagonista da narrativa, é processado sem ter feito mal algum.

Em consonância com a trama do romance *O processo*, é possível argumentar que todo e qualquer poder é tanto mais presente quanto mais onipresente; tanto mais potente quanto mais onipotente e tanto mais transcendente quanto imanente, quanto mais existe em qualquer um, de tal maneira que seu centro se confunde com sua periferia, tal como ocorre em outro romance de Franz Kafka, *O castelo* (1926), cuja trama apresenta um nevoado castelo no topo de uma montanha e uma vila cujos habitantes vivem em função de sua onipresença soberana, não obstante a impossibilidade de alcançá-lo, como se ele existisse de tanto não existir realmente: uma miragem que assombra os aldeões, contaminados que estão com a bruma misteriosa e indevassável que vem do castelo.

A força imperial do castelo advém de sua distância e pelo efeito que esta causa na Vila, cuja vida real é sequestrada pelos próprios aldeões, que agem e vivem sob o julgo de uma tirânica e tragicômica hierarquia supostamente advinda de um castelo que ao fim e ao cabo não passa de um retrato na parede, para lembrar um verso de um poema de Drummond. Os miseráveis súditos da vila vivem como se estivessem condenados ao inferno de existir dentro do tempo histórico, mas sem poder modificá-lo, como se fossem mortos vivos, porque o castelo é o próprio tempo sem história, um tempo fora do tempo, dono de todos os tempos – tempo morto que mata o tempo dos vivos; tempo parasita que sanguessuga os al-

deões hospedeiros, que são acometidos por delírios de um despótico castelo que só existe dentro deles, através deles, na desesperança deles, na rotina encastelada do trabalho aldeão deles, tal que, neles, o soberano se faz como onipresente bruma, abraço letal.

América (1927), outro romance de Franz Kafka, pode ser lido como uma narrativa em que o poder ou os poderes, sempre em rede, cansado dos ares frios do castelo europeu e da burocracia que se espalha em seu cotidiano, transfere-se para os Estados Unidos, onde o alto da montanha de *O castelo*, representando o campo, o soberano e o camponês; e a planície urbana de *O processo*, representando a cidade e suas múltiplas instituições – como se fossem uma única –, são substituídos por um mundo de poderes em que a dicotomia campo versus cidade perde o sentido porque tudo se torna campo e cidade; tudo se torna, enfim, um imenso parque de diversões, tal que o alto é o baixo e o baixo é o alto, o soberano é o súdito e o súdito é o soberano, sempre, é claro, tendo em vista a ilusão despertada pelo efeito de parque ou efeito de teatro, cujo resultado mais evidente (claro como efeito de magia) é a eliminação do castelo, no campo, e da burocracia, no mundo urbano, porque os súditos se tornaram soberanos, sem deixarem de ser súditos.

O poeta, dramaturgo e escritor brasileiro Oswald de Andrade (1890-1954) de alguma forma intuiu esse fenômeno *América* de parque de diversões em seu *Manifesto Antropófago* de 1928, no qual a certa altura diz “roteiro, roteiro, roteiro, o cinema americano explicará”. Com os Estados Unidos no comando do mundo, tudo se tornou roteiro, roteiro, roteiro, como efeito de parque de diversões, como Walt Disney, teatro de marionetes de súditos que são soberanos e de soberanos que são súditos, num contexto em que a bruma ameaçadora do castelo europeu, não deixando de existir, foi transferida para os serviços secretos, de polícias secretas, de administração secreta, de secretos poderes financeiros, comerciais, militares, os quais (através de paranoicos roteiros de terroristas, de comunistas, de narcotraficantes) eliminam sem dó nem piedade qualquer um que ouse questionar os roteiros de felicidade, de justiça, de liberdade, como efeito

publicitário em relação à mercadoria-mor: os Estados Unidos mesmos, o único país do mundo que se tornaram efetivamente uma despótica mercadoria de democracia, razão pela qual se impõem ao mundo como roteiros publicitários sobre si mesmos.

Os Estados Unidos são *O Castelo* e *O Processo* como roteiros, roteiros, roteiros, como *América*, portanto, esse lugar onde o lugar do castelo é o do processo e o deste é o daquele, tendo em vista a indefinida plasticidade do roteiro, versão cinematográfica, cuja magia inventa a edição que quiser, confundindo a todo tempo a realidade com a ficção, embaralhando as cartas em conformidade com os segretos roteiros de poder que estão em jogo nessa ou naquela circunstância histórica. Sob esse ponto de vista, é possível afirmar que o modelo norte-americano de poder, ao mesmo tempo local e planetário, funciona como um sistema que joga sem cessar com a realidade e com a ficção, com o que é e o que não é, com o que ocorreu realmente e as suas indefinidas versões prováveis e improváveis.

Para *América* atual, o roteiro de nossa circunstância histórica é *O Castelo* como Panóptico estelar e *O processo* como o Panóptico molecular. O primeiro Panóptico, o estelar, produz seus indefinidos roteiros a partir do uso de tecnologias, via-satélites, que nos apanham por todos os lados, tal como no *Castelo* de Franz Kafka, com a diferença de que a névoa que toma toda a vila envenenando os aldeões agora vem do cosmos e toma todo o planeta, de modo que a Terra toda hoje é uma aldeia: a aldeia global, vista e revista de todos os lados, como vemos uma bola nas mãos.

O Panóptico estelar mapeia a tudo e a todos, produzindo seus próprios roteiros de intrigas, de táticas, de estratégias, de vigiados e punidos, num contexto em que a tendência é sermos vistos sem ver, sermos apanhados sem apanhar, sermos intrigados sem produzir nossas intrigas, ou as produzindo num cenário a partir do qual seremos, sempre, do alto, milimetricamente fotografados, editados e transformados – roteiros de roteiros – em personagens de uma telenovela cujas intrigas são escritas e reescritas em conformidade com a realidade dos segretos desafios de *América*, a única que importa, centro voluntarioso de todos os roteiros, independente do que ocorra, pois sabe que tudo é matéria de roteiro, de mais

intriga, mais novela, mais efeito de cinema, no infinito jogo combinatório de nossas imagens em circulação cosmológica.

O segundo Panóptico, por sua vez, o molecular, constitui-se como um processo sem fim que, da gente para a gente, na imanência da vida, faz convergir todas as tecnologias de comunicação, transformando-nos a nós mesmos em convertidos usuários de secretos roteiros de América, tal que não é possível mais saber quando realmente estamos produzindo nossos próprios roteiros, quando estamos na verdade sendo roteirizados, pois tudo é *in* e é *out*, tudo é *feed* e é *back*: é *feedback*, sob o controle meticuloso de América: o humano e a máquina.

No Panóptico molecular, portanto, somos apanhados e processados a partir do roteiro das subjetividades individuais no real tempo em que usamos os artefatos eletrônicos, no celular, na internet, no controle remoto, em tudo quanto existe e existirá em termos de possibilidades comunicativas de roteiros a acessos a roteiros: o roteiro amoroso, o da amizade, o dos protestos, o da pornografia, da religião, dos estudos, da família. Com o Panóptico molecular nos mergulhamos num mar sem fundo de partículas de informação e nele nadamos e somos nadados, como peixes que mais a si mesmos se processam quanto mais processam o movimento digital, sonoro, auditivo, visual e comportamental de suas nadadeiras, nessa imensa rede de comunicação que risca o planeta de sol a sol com as fibras ópticas dos pulsos de nossos impulsos.

Como é facilmente dedutível, o Panóptico estelar e o molecular de forma algum estão isolados um do outro. Eles, sem cessar, realizam ininterruptas conexões entre eles, *in/out*, *feedback*, vinte quatro horas por dia, em tempo real, quando usamos os artefatos de comunicação para acionar nossos roteiros e mesmo, é claro, independente da gente. Assim funciona o processo deles, conjuntamente, como relação indiscernível entre o castelo, a vila e a cidade, planetariamente. É essa conjunção entre o alto e o baixo, o estelar e o molecular, que é possível chamar de a nossa *América* mundial: uma rede de intrigas que produz sem cessar roteiros e mais roteiros, de tal maneira que todos tendamos a ser transformados em personagens de ficção, com seus gêneros de comédia, dramáticos, românticos, trágicos, tragicômicos, tendo em vista o cenário de um planeta mapeado em

Ocidente, Oriente, Norte, Sul, aliados, suspeitos, terroristas: de um lado é o sorriso que surge na tela, e eis que a esse lado chamamos de democracia; de outro é o rosto duro, acusado de antemão de despótico, ditador, populista, como se acusava Joseph K, personagem do romance *O processo*, acusado de estar nas malhas do processo do capital, da modernidade, da civilização, assim como somos todos hoje processados por estarmos no roteiro e mais roteiro do poder que sabe que tudo é roteiro, como é o poder americano, razão por que domina as tecnologias de roteiro, para roteirizar-nos: aterrorizar-nos, alegremente.

É assim, monopolizando o Panóptico estelar e o molecular que os Estados Unidos invadiram todo o planeta, adaptando-o ao roteiro dos interesses de seus bancos, multinacionais, redes de intrigas e de segredos. Existe, pois, fato de maior impacto que este: os Estados Unidos invadiram literalmente todo o mundo! Nada, sob hipótese alguma, é mais desalentador e perigoso que essa obviedade contemporânea, tendo em vista a gigantesca força bélica do Tio Sam e o efetivo uso genocida que tem feito de seu poder militar para dissuadir, submeter e impor o mais inominável inferno sobre populações inteiras, bastando que nos fixemos nos casos mais recentes: invasão do Iraque, do Afeganistão, do Congo, Somália, Líbia, do mundo todo afinal.

E o que é invadir todo o mundo? Como ocorre? O lado mais óbvio dessa invasão planetária sem dúvida alguma está diretamente relacionado com as bases americanas, – mais de 800, pelo planeta afora –, ocupando territórios alheios, vigiando-os e punindo-os. O lado menos óbvio, por sua vez, e nem por isso menos efetivo sem dúvida alguma está relacionado com o domínio imperial das tecnologias do Panóptico estelar e molecular, utilizando como suporte cada um de nós, através de nossos próprios roteiros subjetivos, razão por que nos tornamos o corpo vivo fundamental para acionar a rede mundial estabelecida pelo Panóptico estelar e molecular, ao mesmo tempo em que nós mesmos estamos enredados.

A América planetária constitui-se, pois, como efetivo roteiro de invasão bélica, financeira, econômica, tecnológica, informativa, cultural sobre os povos do mundo; invasão realizada no rés-do-chão, através de um processo kafkiano de Panóptico molecular e também através das alturas celestiais, por meio de não me-

nos kafkianos encastelados satélites usados e abusados como Panóptico estelar. Seu objetivo é um só: apanhar as multidões e roubar os recursos que alimentam esse gigantesco sistema panóptico estelar-molecular, não sem o disfarce realizado pelos efeitos de *close-up* meticulosamente editados e reeditados pelas mercadorias ópticas moleculares de nossos rostos de admiração ao círculo périplo dos malabarismos mágicos de América.

É por isso que, sem medo de errar, América, sua elite, bem entendido, constituiu-se como um fabuloso poder latrocida ou mais especificamente latrogenocida, que roteiriza a tudo, o passado, o presente e o futuro, a humanidade toda, transformando-nos num filme ao vivo: o filme da humanidade roteirizada, com as suas fiéis filiais especialistas em roteiros, em roteirizar a tudo e a todos, como as corporações midiáticas, que funcionam como mais uma panóptica molecular-estelar forma de América ocupar os países do mundo, posto que geralmente recebem nomes nacionais (*El País*, *Globovisión*, *TV Globo*, *BBC*) constituindo-se efetivamente como uma espécie de quinta coluna de América nos países onde se localizam, razão pela qual são também especialistas em inventar roteiros e transformam, tal como América, em nome de América, tudo em roteiro, a serviço de América.

No Brasil as Organizações Globo (especialmente sua roteirizada comissão de frente, a TV Globo) são a nossa América invadindo-nos através de pirotécnicas táticas e estratégias de roteiros de nós mesmos, em todos os âmbitos: no noticiário, roteiriza-nos; nas telenovelas, roteiriza-nos; nos programas de esporte, roteiriza-nos; nos programas de auditório, roteiriza-nos; nas “engraçadas” séries noturnas, roteiriza-nos, roteirizando também suas relações com os poderes legislativo, judiciário e executivo, geralmente manipulando o roteiro de sedução dos dois primeiros para colocá-los contra o executivo sob o comando das administrações petistas. Estas, especialmente as de Lula e agora a de Dilma, tem tido uma inacreditável capacidade masoquista de caírem nas malhas mágicas dos roteiros da família Marinho, que ora as acata, sem dó e nem piedade, com evidentes roteiros golpistas; ora, também como roteiro, finge que nada ocorreu, inclusive roteirizando, por exemplo, simpáticas entrevistas com integrantes do governo, em

suas redes de roteiro *O Globo*, TV Globo, Globo News, *Época*, Globos locais. E tudo funciona de roteiro para roteiro, do roteiro golpista para o roteiro puxa-saco, tão simples como uma novela que sucede a outra.

É, pois, como roteiro de roteiro, que é possível analisar o motivo pelo qual as Organizações Globo assumiram o papel de noticiarem as ações de espionagem contra cidadãos, empresas e governo brasileiros, feitas por América, e reveladas pelo agora implacavelmente perseguido ex-técnico terceirizado da CIA, Edward Snowden. Nada melhor que elas, especialistas fiéis em roteiros dos roteiros de América, para levarem a cabo o roteirizado desafio de nos roteirizarem informações sobre a rede de espionagem de América, através da conexão do *panóptico* estelar e molecular, lançada sobre todos os âmbitos da sociedade brasileira: o civil, o econômico, o militar, o administrativo, residindo aí a roteirizada bombástica entrevista com o jornalista americano, Glen Greenwald, o primeiro que noticiou o caso de planetária espionagem da NSA, através do jornal britânico *The Guardian*, tendo obtido esses dados diretamente com Edward Snowden em Hong Kong, China.

Após mais um roteiro golpista contra o governo Dilma, roteirizando as manifestações que tomaram as ruas do Brasil precisamente (mas não casualmente) durante a Copa das Confederações, nada melhor que taticamente mudar o foco, concentrando-se nas roteirizadas denúncias de espionagem do governo de América sobre nós todos, a fim de, ao mesmo tempo, roteirizar a mentira de independência da família Marinho em relação ao imperialismo de América, como se ela não fosse sua fiel produtora de subservientes roteiros colonizados. É nesse cenário que é possível entender a roteirizada entrevista, realizada no *Fantástico* do último dia 7 de julho, com o jornalista americano Glen Greenwald, o homem do Ocidente que guarda consigo as denúncias de ciberguerra de espionagem de América contra o mundo e o Brasil, prometendo divulgá-las gota a gota, não sem muito roteiro, é claro.

Se se considera especialmente o momento, durante a entrevista do fantástico com o jornalista Glen Greenwald, em que este disse que a ciberguerra de espionagem do onipresente Tio Sam não visa nem o Governo Brasileiro nem a

relação deste com os países da América Latina, o roteiro que está em jogo se divide em duas variáveis, a saber: uma primeira, fundamentada no roteiro da mentira a ser editada como se fosse verdade, baseada nos argumentos expostos por Glen Greenwald; e uma segunda que é a que devemos nos ater, porque é a única que nos interessa, a verdadeira: o Brasil é um dos países mais espionados do mundo porque seu Governo ensaia táticas e estratégicas relações com a China, com a Rússia e com os países rebeldes da América Latina, especialmente Venezuela, Argentina, Bolívia e Equador, de modo que somos vigiados porque América quer nos impor o roteiro de sempre: servidão voluntária, a nós e aos latino-americanos.

Era e é essa segunda variável, a verdadeira, que os roteiros mágicos da TV Globo deveriam e devem disfarçar, além de fixar-nos o roteiro que os Estados Unidos não cansam de realizar ao mesmo tempo com o mundo e para o mundo: o de transformar as situações adversas, quaisquer que sejam, em versões roteirizadas como positivas, independentemente de o que esteja em jogo, pois a principal função da América como roteiro ou da América como roteiro de um país que se tornou o roteiro ou a ratoeira de todas as mercadorias do mundo é nada mais e nada menos que, como fazem todos os roteiros publicitários, vender gatos por lebres, venenos por remédios, mentiras por verdades, ditaduras por democracias, genocídios por defesa da liberdade e da justiça.

Se não quisermos ser capturados pela ratoeira dos roteiros da TV Globo, a serviço da ratoeira-mor, os Estados Unidos, como a mais exemplar roteirizada democracia de fachada do planeta, a única saída reside na realização efetiva de nossos roteiros de soberania, inclusive e antes de tudo da soberania midiática.

Para tanto, é preciso ter absoluta clareza – sem a mais mínima hesitação – de que todos os roteiros que vêm do Tio Sam e da TV Globo não passam de ratoeiras de golpes (diretos ou indiretos, declarados ou dissimulados), colocadas em pontos estratégicos, com muitas guloseimas confeitadas, para apanhar e escravizar povos, vistos e concebidos sempre como desprezíveis ratos, tal é o nojo, o desprezo e a indiferença deles, assim como o sentimento de superioridade, sobre todos nós, inclusive o próprio povo americano.

CAPÍTULO 2

SOCIEDADE DO CONTROLE INTEGRADO REVOLUÇÕES CAPTURADAS

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

**Notas sobre a sociedade da soberania e do controle
(14/08/2012, primeira publicação)**

Desde as grandes civilizações, temos vivido a disputa de três formas de epistemologias ou saberes: a estético-expressiva, a cognitivo-instrumental e a moral-prática.

O conhecimento estético-expressivo está relacionado à linguagem, entendida como sistema semiótico, razão pela qual envolve um mundo de formas semióticas de expressão: linguagem verbal, escrita, icônica, fílmica, musical, televisiva, poética, ficcional e um sem fim de possibilidades.

O conhecimento cognitivo-instrumental, por sua vez, está relacionado com o mundo técnico-científico e, portanto, com a transformação dos recursos da natureza em recursos de segunda natureza, porque feitos pelo homem, como tudo que se encontra em nosso redor: mesas, livros, computadores, energias, ladrilhos, casas, prédios, carros, máquinas, asfaltos; o humano mundo.

O conhecimento moral-prático é ao mesmo tempo estético-expressivo e cognitivo-instrumental, sendo o atributo do pobre, porque este é o que produz saber marcado por uma moral prática, isto é, moral prática porque vinculada à luta pela sobrevivência imediata, num contexto em que a produção de saber está diretamente relacionada com a sobrevivência cotidiana, razão por que o conhe-

cimento moral-prático é antes de tudo o saber sobre o cotidiano, no cotidiano, produzido cotidianamente pelos homens e mulheres cotidianos, comuns.

Durante boa parte das grandes civilizações pré-modernas, a escrita tornou-se a forma de conhecimento estético-expressivo de maior prestígio, porque estava sob o controle restrito da aristocracia e do clero, castas que utilizavam o conhecimento estético-expressivo ligado à escrita para, via escrita alfabética, escrevem-se a si mesmas, epicamente, liricamente, dramaticamente, como centros soberanos do poder terrestre.

Poderíamos dizer que a escrita alfabética, como epicentro do conhecimento estético-expressivo de maior prestígio, era a Bíblia por ela mesma, o sopro gráfico-sonoro de Deus, porque sua posse e seu uso estavam vinculados ao projeto de justificar o platônico mundo das ideias divinas da aristocracia e do clero, duas castas que a si mesmas se escreviam como a encarnação de Deus, na Terra, não sendo circunstancial, sob esse ponto de vista, que caligrafia signifique escrita bela, cabendo ao calígrafo, com a própria mão, desenhar caprichosamente, letra a letra, a escrita bela daqueles que se consideravam os mais belos, superiores, como se fosse o próprio rosto divino do aristocrata e do clero.

O advento da modernidade, a partir do século 16, transformou o conhecimento cognitivo-instrumental no seu principal motor, pela simples razão de que é com ele e através dele que a modernidade produz o mundo moderno, através da invenção de novas tecnologias bélicas, agrárias, urbanas, de transporte, de comunicação, como, no caso desta última, da invenção da tipografia, por Gutenberg, o qual, por volta de 1439, desempregou os calígrafos medievais através da criação de uma máquina que agitava tipos móveis nos quais as letras estavam inscritas e eram infinitamente reproduzidas por tintas num suporte de papel, razão por que, doravante, o rosto divino do aristocrata e do clero deixam de ser belos, caligráficos, em face da homogeneidade das letras no tipo móvel, sempre iguais a elas mesmas.

Diferentemente das civilizações pré-modernas, a moderna, tal como ocorreu com a invenção da impressão tipográfica, aumenta a capacidade de reprodu-

zir não apenas letras, mas também alimentos, mas também guerras, mas também transportes, mas também fábricas, mas também cidades, mas também mercadorias, ocupando o próprio lugar de Deus, pois que sua força produtiva, através do auxílio do conhecimento cognitivo-instrumental, era e é também força para produzir uma segunda natureza, não mais divina, mas antropocêntrica, razão pela qual a modernidade é laica e destrona de vez o mundo religioso da aristocracia e do clero.

O domínio do conhecimento cognitivo-instrumental passou a ser, no decorrer da modernidade, o poder de produzir segundas naturezas ou o mundo segundo a natureza do poder do capital colonizador, razão pela qual, sob o domínio do sistema capitalista, o conhecimento cognitivo-instrumental, na modernidade, colonizou tanto o conhecimento estético-expressivo como o conhecimento moral-prático.

Uma forma possível de sair do imbróglio imposto pela modernidade capitalista, que tomou para si o conhecimento cognitivo-instrumental, através de produção de tecnologias de dominação, estava (está) implicada com a união do conhecimento estético expressivo, vinculado à escrita alfabética, com o conhecimento moral-prático, a fim de acumularem força para tomarem para si o conhecimento cognitivo-instrumental da burguesia dos países centrais do Ocidente – o que chamamos usualmente de transferência de tecnologia.

O que a “bem pensante” crítica literária brasileira jamais percebeu, sob o ponto de vista da relação entre os saberes, foi que o principal desafio do *Manifesto Antropófago de 1928*, do poeta modernista, Oswald de Andrade, era inseparável do objetivo de propor que o conhecimento moral-prático brasileiro, através de seu próprio povo bárbaro, devorasse o conhecimento cognitivo-instrumental produzido pelos colonizadores europeus, a fim de, tomando-o para si, construir uma nova civilização tropical, tal que, o sul do planeta, como o lugar por excelência do conhecimento moral-prático, devorasse antropofagicamente o norte do conhecimento cognitivo-instrumental e estético-expressivo, com suas tecnologias de dominação técnicas e gráficas.

Obviamente, a modernidade capitalista tem sido esta em que o conhecimento cognitivo-instrumental, ocupando o epicentro de tudo, submete tanto o conhecimento estético-expressivo como o moral-prático.

De qualquer forma, com o decaimento do clero e da aristocracia, a própria ideia de Deus também decai. A modernidade é, pois, laica, no seu sentido mais forte; é o único período da história humana que tem consciência de sua historicidade, sem Deus, num contexto em que o conhecimento cognitivo-instrumental, o estético-expressivo e o moral-prático lutam para conquistar espaços.

Essa abertura laica da modernidade-mundo agitou o planeta, portanto, no horizonte das três epistemologias: a cognitivo-instrumental, a estético-expressiva e a moral-prática. A história da modernidade é, pois, inseparável da relação de força ou de cooperação entre essas três epistemologias. Sob esse ponto de vista, um desafio presente, portanto, era este: qual caminho que o conhecimento estético-expressivo, sob o nome da escrita alfabética, tomará, no momento em que perde espaço para o conhecimento cognitivo-instrumental? Seguirá subserviente ao conhecimento cognitivo-instrumental, permitindo-se se colonizar por ele? Articulará um intercâmbio solidário e revolucionário com o conhecimento moral-prático? Ou, por outro lado, produzirá a si mesmo de forma isolada, através de uma experimentação que é na verdade autoexperimentação?

Sob o ponto de vista do dominó do domínio, o conhecimento cognitivo-instrumental submeteu os demais, o estético-expressivo e o moral-prático, pelo menos até a primeira metade do século passado, através da produção de instituições disciplinares, que são as instituições de confinamento, como a família, a escola, as segmentações dos saberes, sob a forma de disciplinas ou campos epistemológicos isolados; a Igreja, o exército e mesmo, no limite, o indivíduo e sua identidade.

O papel dessas instituições disciplinares era o de controlar e moldar os corpos (Foucault chamou isso de biopoder) para torná-los aptos a produzir a modernidade capitalista. Mas que reprimir os corpos, a questão de base, sob o ponto de vista do biopoder moderno e cognitivo-instrumental, era: como disciplinar e

submeter o conhecimento estético-expressivo e o moral-prático? Como os corpos desses saberes devem agir e viver a fim de que a mais-valia mundial do capital se faça onipresente?

É por isso que essa primeira modernidade ou primeiro modernismo produziram resistência e alternativas contra disciplinares e tinham como principal desafio, portanto, liberar os corpos, o que significa dizer, também, liberar o conhecimento estético-expressivo e o moral-prático através da liberação do corpo do negro, da mulher, das sexualidades não heterossexuais, dos colonizados, dos operários e assim por diante – esse foi o cenário da luta libertária na primeira modernidade, sob domínio produtivo e cognitivo-instrumental da segunda revolução industrial e, por consequência, da Inglaterra.

É aqui ou aí que surgem os Estados Unidos. Os americanos foram gradativamente deslocando o centro gravitacional do imperialismo para eles mesmos porque produziram um país usando estrategicamente as forças “liberadas” do poder disciplinar – reside aí a ideia de liberdade, de democracia, que os estados unidos até hoje vendem para o mundo, na suposição de que são o lugar em que o conhecimento estético-expressivo passa para as mãos do conhecimento moral-prático, sob a proteção das mais sofisticadas tecnologias produzidas pelo conhecimento cognitivo-instrumental moderno.

Terem, os Estados Unidos, no entanto, produzido um país a partir das forças de liberação da primeira modernidade não significa liberdade e democracia de fato. Significa simplesmente que essas forças foram agenciadas tendo em vista o novo cenário do mundo. Aqui começamos a entrar no segundo período da modernidade ou simplesmente na pós-modernidade. Os Estados Unidos são o país da pós-modernidade. Emergiram como potência porque agenciaram as forças libertárias da primeira modernidade, as do conhecimento estético-expressivo e moral-prático.

A esse agenciamento das forças libertárias Deleuze e Guattari deram o nome de axiomática. Axiomática, nesse sentido, significa um sistema de aparência ou algo que é sem ser. Explico melhor. Nova York é uma axiomática mundial das minorias do planeta, sob o ponto de vista das lutas libertárias da primeira mo-

dernidade. Assim, se na primeira modernidade, a liberação da disciplina estava relacionada com a liberdade não apenas econômica, mas também no campo dos direitos civis – direito de liberdade de expressão intelectual, corporal, racial, de gênero –, então Nova York se tornou uma axiomática dessas liberdades antes de tudo ligadas ao campo dos direitos civis.

Axiomática é algo sem ser porque simplesmente é um sistema de aparência, um teatro, uma publicidade da coisa, mas que vive de massacrar a coisa. É como se produzíssemos uma ilha da fantasia para tal ou tal projeto de liberação dos corpos. Os Estados Unidos e a pós-modernidade vivem de axiomática, isto é, de teatro da liberação humana, subjugando o conhecimento estético-expressivo e moral-prático pelo conhecimento cognitivo-instrumental.

Obama, por exemplo, é uma axiomática ambulante. Ele é axiomática ou o teatro de um negro no poder e sua existência diz respeito a um sistema de aparência em que o que está em jogo é produzir a aparência de que o negro foi liberado – no “democrático” Estados Unidos da América, sem considerar, obviamente o fato de que a gestão dele é péssima para os negros americanos e sobretudo para africanos – mais pobreza, abandono e guerras para povos negros do mundo.

Eis aí o papel estratégico da axiomática: a produção de um sistema de aparência tendo em vista as lutas libertárias da primeira modernidade de tal sorte a produzir o efeito publicitário de que elas existem e se realizam em determinados lugares – ditos democráticos – e não em outros – considerados autoritários, despóticos. Em nome desse jogo axiomático, as guerras hoje são travadas precisamente contra aqueles que vivem fora da proteção das ilhas das fantasias axiomáticas. Contra, portanto, o conhecimento moral-prático dos povos do mundo.

É exatamente na encruzilhada de um mundo que apenas é livre e democrático axiomáticamente, como publicidade, propaganda de pasta de dente, que a pós-modernidade americana produz um retorno vertical para o mundo pré-moderno, de tal sorte que é tanto mais pós-moderna quanto mais pré-moderna se faz de fato, embora viva de vender a imagem de que é o período em que os corpos oprimidos estão finalmente liberados para se exprimirem, integralmente.

Se o período pré-moderno é aquele em que o conhecimento estético-expressivo, sob o ponto de vista da escrita alfabética, expressava o rosto caligráfico da aristocracia e do clero, como divinas castas de sangue azul, massacrando impiedosamente o conhecimento moral-prático, o período pós-moderno, axiomáticamente norte-americano, realiza o mesmo cenário através do domínio oligárquico do conhecimento estético-expressivo do mundo contemporâneo, que não é mais a escrita alfabética, mas as tecnologias de comunicação, que produzem filmes, novelas, notícias, narrativas diversas, através de uma semiótica mista, que é ao mesmo tempo gráfica, icônica, indicial, sob a hegemonia, é claro, dos ícones.

Se, novamente, no período pré-moderno, ligado a um tipo de poder a que chamamos de soberano, o conhecimento estético-expressivo, vinculado à escrita alfabética, era usado para expressar a beleza caligráfica do rosto da aristocracia e do clero, isto é, do soberano, submetendo, sem cessar, à mais extrema tortura o povo do conhecimento moral-prático, então considerado inferior, servo, *homo sacer*; o período pós-moderno norte-americano, por sua vez, utiliza o conhecimento estético-expressivo, vinculado aos meios de comunicação de massa, num contexto em que sempre parecem sorrindo na foto, como os bons, os democráticos, os valentes, os livres, massacrando a humanidade toda do conhecimento moral-prático, considerada bárbara, terrorista, ignorante, num cenário mundial em que os meios de comunicação rebaixam o conhecimento estético-expressivo dos povos, caricaturizando-o e inferiorizando-o.

Se a primeira modernidade produziu um tipo de poder a que chamamos de disciplinar e cujo objetivo era o de domesticar os corpos através de instituições de confinamento, como a família, o casamento, a escola, a pós-modernidade produz um tipo de poder a que chamamos de poder de e da sociedade do controle, que é este através do qual a liberdade é transformada em axiomática de liberdade, sempre para poucos, os oligarcas, num contexto em que liberdade e justiça são sempre encaradas como liberdade e justiça civis, individuais, nunca, portanto, coletiva e econômica.

Ser livre, hoje, nesse sentido, é ser uma axiomática ambulante, como Obama. Trata-se, portanto, de um teatro de liberdade vinculado ao campo restrito

dos direitos civis subjetivos e isolados, como a liberdade gay, étnica, periférica, feminina, desde que não coloque em cena demandas econômicas, situação em que deixa de ser liberdade axiomática, estilizada, narcísica e teatral e passa a ser liberdade comprometida com o conhecimento moral-prático – o perfil humano mais aviltado em toda história da humanidade –, razão pela qual a liberdade axiomática das minorias pós-modernas normalmente fazem de tudo para não serem vinculadas com o conhecimento moral-prático, isto é, com o povo comum.

É por isso que o horizonte revolucionário do mundo atual deve incorporar o campo dos direitos civis, mas de forma alguma deve ficar restrito a esse campo, porque o principal horizonte legal, como nunca, continua a ser o de sempre: o dos direitos econômicos. As axiomáticas representam uma cortina de fumaça que disfarçam a falta de direitos e garantias econômicas para maiorias, num contexto em que existe axiomática para cada gosto.

A cultura de massa é o lugar por excelência da axiomática no horizonte da pós-modernidade, pois tem como objetivo produzir o controle do conhecimento moral-prático. O programa *Esquentta*, da Regina Casé, é um micro teatro axiomático do conhecimento moral-prático ligado ao campo da axiomática da música popular brasileira.

A cultura de massa é, portanto, a axiomática do conhecimento moral-prático na pós-modernidade; a única forma em que o conhecimento moral-prático pode se expressar “livremente”, sem ser incomodado, aviltado, desprezado, razão por que os programas populares, incluindo os de futebol, são axiomáticas estético-expressivas ou funis únicos em que o povo pode se fazer presente nos meios de comunicação; do contrário, é recusado, negado, humilhado, barbarizado.

Quando o povo ou o conhecimento moral-prático insiste em produzir a expressão livre de seus corpos e saberes fora da axiomática da cultura de massa, imediatamente esta o acusa ou de terrorista, ou de autoritário, ou de ignorante, ou de ingênuo, ou de manipulado.

Mais do que qualquer época história, a atual, em função mesmo dos limites físicos, energéticos e espaciais do planeta Terra, no contexto de uma pós-modernidade

nidade tomada pela axiomática do mercado do luxo, do narcisismo individual e do desperdício... mais, enfim, do que qualquer época histórica anterior, a atual é a que vincula inevitavelmente o futuro do planeta Terra ao presente não massificado do conhecimento moral-prático, pela singela razão de que é a única forma de saber que, quando não axiomatizada, é capaz de priorizar o que interessa de fato, a partir de uma moral prática, cotidiana, a saber: a água para beber, a comida para comer, a casa para morar, a terra para plantar, a vida para viver, sob a proteção prática do comum, para os comuns.

Hugo Chávez Frias, presidente da Venezuela, é o rosto não axiomático do conhecimento moral-prático por excelência do mundo contemporâneo, porque sua experiência de poder esteve vinculada com o conhecimento moral-prático não massificado do povo venezuelano. É por isso que Hugo Chávez é o homem mais caluniado no mundo todo, pela cultura de massa pós-moderna.

É nesse contexto, portanto, que devemos entender a acusação de que a Venezuela é um país autoritário, sem liberdade de expressão, pois qualquer lugar do planeta em que o povo ou o conhecimento moral-prático insistir em sua livre expressão, fora das amarras e controles da cultura de massa, será fatalmente taxado por esta de autoritário e manipulado, porque a sociedade do controle axiomático contemporânea só entende como liberdade de expressão a liberdade sem livre e coletiva expressões, que é a liberdade domesticada, individual, axiomática, confinada narcisicamente na ilha da fantasia dos teatrais direitos civis de poucos e para poucos.

Só existe liberdade de expressão de fato, no mundo contemporâneo, fora da prisão da axiomática dos direitos civis para poucos, isto é, quando recusamos os direitos fuzis para as maiorias.

Só existe liberdade de expressão revolucionária na contramão da cultura de massa.

PANÓPTICO MIDIÁTICO

Biopoder confessional e o protesto contra o aumento da passagem de ônibus (julho de 2013)

Chamemos de discursos o reino dos ditos e dos escritos, independentemente da área do saber. Todas as sociedades, sob esse ponto de vista, são constituídas de discursos, de ditos e de escritos. Nelas e através delas um rigoroso controle dos discursos é implacavelmente exercido, razão pela qual o desafio da ordem social, fundamental para qualquer tipo de sociedade hierarquizante, está na relação direta com a ordem dos discursos. Uma sociedade, pois, é a sua ordem discursiva, seus ditos e escritos e principalmente seus interditos, suas escritas validadas, sagradas; e suas grafias proibidas, desqualificadas, profanas.

Em *A ordem do discurso* (1970), o filósofo francês Michel Foucault propôs, como objeto de pesquisa precisamente isto: a história da ordenação dos discursos no interior da modernidade ocidental. Como uma edição escrita (um escrito de um dito) de sua aula inaugural no Collège de France, o livro *A ordem do discurso* de Foucault concentrou os principais temas com os quais o autor de *Vigiar e Punir* iria trabalhar doravante, motivo suficiente para a sua singular importância. Nele e através dele Michel Foucault procurou mapear o modo pelo qual a modernidade foi discursivamente organizada a fim de produzir seus próprios critérios de verdades e, portanto, de cientificidade.

Para tanto, Foucault argumentou que três dispositivos externos aos discursos foram fundamentais para as suas ordenações, no Ocidente. São eles: 1) A interdição da palavra; 2) a segregação da loucura; 3) a vontade de verdade. O primeiro dispositivo, a interdição da palavra, desdobra-se em dois campos interditados discursivamente: o sexo e a política, o que significa dizer que, na história da modernidade ocidental, o sexo e a política deveriam entrar literalmente numa ordem discursiva; deveriam ser ordenados como discursos ou simplesmente constituírem-se, se quisessem ser validados socialmente, como partes e contrapartes de uma ordem social que reconhecia de antemão o especial

perigo da política e do sexo, de modo que, mais que evitá-los e expulsá-los da ordem discursiva vigente, o importante seria a classificação e a distribuição ordenada da política e do sexo, produzindo, por exemplo, um sexo sem política e uma política sem sexo, separando-os.

O poder no corpo da vida

De alguma forma, portanto, a palavra-chave para os discursos válidos, no Ocidente, era e é: a separação da política do sexo, a partir da ordenação discursiva de ambos. E aqui entra uma questão que Foucault desenvolveu melhor noutro livro, *História da sexualidade: vontade de saber* (1976), precisamente tendo em vista o conceito de *biopoder*, a partir do qual o que estava e está em jogo foi e é a invenção/produção do sujeito moderno. É por isso que, para a constituição do biopoder moderno/pós-moderno, o mecanismo da confissão tornou-se extremamente importante, o que significa dizer que o que esteve e está em jogo não foi e não é a proibição/repressão do sexo e da política, mas antes de tudo a colocação de ambos em discurso. Para produção do sujeito moderno/pós-moderno é preciso fazê-los confessar como sujeitos políticos e sexuais. A palavra de ordem tornou-se, na modernidade, a seguinte: confesse-se!

Sob essa perspectiva, a modernidade (sempre incluo a época atual) pode ser concebida como um imenso confessionário, a partir do qual, ajoelhados, confessamos nossas sexualidades e nossas políticas. Mais que reprimir a política e o sexo, o biopoder é o dispositivo da ininterrupta produção do sujeito em permanente estado de confissão de si. Uma vez segregado o louco, internado em hospícios ou assujeitado pela ingestão de fármacos, o sexo e a política deverão confessar-se no divã da ordem discursiva, revelando-se seja como direita, esquerda, socialdemocrata; ou, no que se refere ao sexo, assumindo confessadamente a sua identidade sexual, se homem, mulher, homossexual feminino, masculino, travesti, trans, bi.

O importante, eis aí o biopoder, é a sua confissão. A modernidade burguesa, hoje planetária, pode ser definida como um sistema mundial de confissão.

Confesse-se, é sua palavra de ordem, como mulçumano, como cristão, como direita, como esquerda, homem, mulher, gay, ocidental, oriental, asiático, africano, índio, latino-americano, poeta, escritor, professor. Seja o que queira ser apenas confessando o que deseja ser. É assim que somos todos entrelaçados pelo biopoder, pelo poder no corpo da vida, afirmando-a a partir mesmo de si, sem precisar, necessariamente, de repressão, de grito, de medo.

A proposta do *Panóptico*

Seja alegre confessando-se o que deseja ser. Esta é a divisa da modernidade, seu modo de organizar os discursos, produzindo uma humanidade discursivamente confessional. Quer modo mais eficiente e engenhoso de controle social que este: um sistema mundial de confissão de si, ao mesmo tempo de forma alegre, religiosa, afirmativa, partindo mesmo do sujeito espontaneamente confessado, confessando-se? Se o maior desafio dos soberanos, desde que o mundo é mundo, foi o de entrar nos segredos dos súditos a fim de apanhá-los em flagrante delito, punindo-os exemplarmente, em praça pública, a modernidade ocidental, por sua vez, é a civilização da confissão em praça pública. Seu principal êxito, portanto, é este: a produção de tecnologias de confissão que estimulam as pessoas a se confessarem. Quer situação mais favorável que essa, para os poderes constituídos?

Uma vez confessando-se o que deseja ser, o mercado mundial de produção mercadorias para os confessados te apanha em todas as encruzilhadas do mundo. Você não é mais perigoso. Está perfeitamente incluído, mesmo que seja um excluído, confessando-se como tal. O biopoder é a confissão de si de tal modo que, confessando-se, você se torna perfeitamente conhecido, previsível, moldável, palatável, comercializável. Se o que marca a modernidade capitalista é a falsa universalidade do mecanismo de compra e venda, confessando-se você não apenas se torna uma mercadoria, mas também, mais cedo que tarde, encontrará as mercadorias ideais para a sua identidade confessada, para os seus desejos, razão pela por que você entrou no circuito do capital. Foi apanhado. Transformado em um cordeiro do Deus dinheiro.

Se os poderes constituídos investem inteligência, trabalho, pesquisa, recursos tecnológicos para a produção social da ordem discursiva que convém a um determinado modelo de sociedade, é porque sabem que manter a ordem discursiva, mesmo que seja através do caos, é fundamental para a sobrevivência deles. Uma sociedade de tipo opressora, fechada (isso não é uma fatalidade ou uma condição humana) nos interesses de oligarquias, precisa vigiar e punir, título, aliás, de outro livro de Foucault, *Vigiar e punir* (1975), no qual o autor de *da História da loucura* (1966) ao mesmo tempo descreve, desenvolve e amplia a proposta do *panóptico* – que significa etimologicamente visão total – originalmente apresentada pelo filósofo Jeremy Bentham em 1785 para construção de centros penitenciários seguros.

Mostrando-nos e pagando para isso

O *Panóptico* de Foucault é arquitetural e tem a cadeia como modelo para as demais instituições sociais: a escola, o quartel, o hospício. A partir de Bentham, Foucault o descreve como uma prisão que tem uma torre no centro, sendo contornada por celas com abertura nos fundos e na frente, de tal maneira que, a partir da torre de comando, o preso é visto sem que possa ver, de modo a criar uma sensação, nele, de que está sendo vigiado em tempo integral, mesmo que não haja ninguém na torre de vigilância. O conceito de superego de Freud não deixa de ser um *panóptico* do inconsciente, pois parte de um princípio semelhante: o sujeito a si mesmo se vigia, incorporando a moral social, sem precisar necessariamente de ninguém para controlá-lo.

De qualquer maneira, embora o Panóptico de Bentham/Foucault ainda seja uma realidade arquitetural, sobretudo nas grandes cidades (tomadas por câmeras de vigilância), já não é o modelo de referência do mundo contemporâneo. Tornamo-nos servidores de servidores do tipo Google, Windows, G-Mail, Android, Facebook, pois somos uma grande rede social de confissão de nós mesmos, abastecendo sem cessar os centros de poder oligárquico do mundo inteiro, sobretudo o ocidental, marcado por um fundamentalista extremismo

bélico. O *panóptico* contemporâneo é o do biopoder da confissão. Nele e através dele e por ele, a partir de nosso desejo, caímos literalmente na rede, na Web, como peixes, confessando-nos subjetivamente e, por consequência, alegremente nos mostrando sem que possamos ver quem nos esquadrinha e vigia e muito menos quais as suas verdadeiras intenções: domesticar, punir e matar!

Na atualidade, o centro sísmico do *Panóptico* se inscreve nas tecnologias de confissão, chamadas normalmente de meios de comunicação, pois é através delas que somos apanhados, vigiados, em tempo real, nos confessando, nos revelando, nos mostrando e, pasmem, pagando para isso, através de contas de telefonia fixa ou móvel, através de provedoras de internet, num contexto em que o papel da televisão é precisamente o de nos estimular a confessar, a fim de, nos confessando, usar as tecnologias de confissão de modo a, através delas, sermos arquivados, previamente conhecidos, ao usarmos celulares, redes sociais, escrevermos e-mails, produzimos sites, blogs.

Um cenário teatral reificado

Tendo em vista esses argumentos, é possível afirmar que toda a programação da TV Globo (nunca apenas) não passa no fundo e no raso de estímulo à confissão, na suposição de que devemos ser seres confessionais, se quisermos ser pessoas boas, inteligentes, despojadas, alegres, bem resolvidas, amadas. Programas como telenovelas, *A grande família*, *A mulher invisível*, *As brasileiras*, *Como aproveitar o fim do mundo*, *Altas horas*, *Amor&sexo*, *Esquenta!*, *As cariocas*, *Tapas e beijos*, *Encontro*, *Louco por elas*, entre outros, não passam de estímulos à produção de uma sociedade da confissão, ao nos apresentar personagens que são divertidos, inteligentes, rebeldes, desejáveis, sem recalques precisamente porque têm a coragem de se confessarem como amantes, como bandidos, como gays, como frustradas, como suburbanos, favelados, politicamente corretos, principalmente no que diz respeito ao dispositivo da sexualidade, pois este nada mais é do que a senha a partir da qual, se nos confessamos através dele, tendemos a ser vistos como desejáveis pessoas além de nossa época.

Nada mais reacionário e absolutamente previsível que as confissões sexuais fundadas na crença no despojamento, no desprendimento e na liberdade subjetivas, individuais. Confessar-se sexualmente, no que diz respeito ao biopoder contemporâneo, cumpre um duplo papel conservador: 1) substitui a política como espaço de decisão transformadora, através da manietada presunção liberal de que justiça é antes de tudo uma questão de confissão de sua suposta diferença sexual; 2) transforma o campo dos direitos civis em teatro planetário das confissões de identidade, de tal maneira que tudo que é democrático, audacioso, talentoso, digno, relevante, sensato, inteligente, criativo diz respeito – eis aí a nossa fundamentalista crença – às confissões adstritas aos direitos civis, confissões de diferenças sexuais, étnicas, religiosas, de gênero e mesmo de classe, num contexto em que a diferença é reificada e passa a valer por ela mesma, perdendo todo o vínculo com a justiça econômica coletiva.

Vivemos, pois, num planeta do biopoder confessional, razão por que, por herético que possa parecer tal afirmação, não existe diferença fundamental entre o deputado Marco Feliciano – confessadamente racista e sexista – e os críticos confessionais, as alteridades de gênero e étnica que o reprovaram e reprovam, quando ocupam e assumem o confessionário narcísico da confissão pública de si. É claro que Marco Feliciano jamais deveria ter ocupado a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Aliás, o fato dele ser um deputado é precisamente o que nos torna hoje todos iguais, não obstante nossas profundas diferenças, pois todos nos confessamos o que desejamos ser. A sociedade da confissão elegeu o pastor Feliciano porque ele é um confessado e confessados votam em confessados. Essa é a divisa civil de nossa época, na qual todos vivemos num mesmo cenário teatral reificado, vinculado exclusivamente ao campo dos direitos civis. Todos somos tomados pelo biopoder confessional contemporâneo. Todos estamos gradativamente nos tornando, enfim, mercadorias do capital: compramos e vendemos confissões, tendo em vista a nossa própria diferença confessada.

O sistema internacional de confissão

É por isso igualmente que o programa *Agora é tarde* (Band), apresentado por Danilo Gentili, do começo ao fim é biopoder confessional. Nada tem de inteligente, de criativo e de vanguarda, sendo simplesmente a retaguarda da retaguarda, com seus clichês de clichês confessionais presunçosamente joviais, iconoclásticos, despojados, alegres. Danilo Gentile é a encarnação classe mediana do dispositivo da sexualidade não apenas exilado da dimensão política, mas motivado e engendrado para desqualificar a política, entendida como suporte coletivo da decisão sobre o nosso próprio destino social.

Vivemos numa civilização fundamentalista precisamente porque por todo lado o que vemos é confessionário para nos confessarmos. Por todos os lados a confissão é a regra geral e só ela é valorizada, de modo que, se não nos confessarmos, seremos vistos como autoritários, ignorantes, pervertidos, anacrônicos. Quer se dar bem numa sociedade como a nossa, para começo de conversa, confesse-se. Seja um confessado, alegremente, afirmativamente, narcisicamente. Assuma a sua confissão de si em público e requisite-a como princípio dos princípios, valor dos valores. Do contrário, será a encarnação do mal, como ocorre, por exemplo, na configuração do personagem Félix Khoury, representado pelo ator, Mateus Solano, da novela das 9 da vez, *Amor à vida*. A prova mais cabal da perversão caricatural do personagem deriva antes de tudo de sua incapacidade de confessar a sua diferença sexual, fingindo ser um heterossexual quando na verdade é gay.

A moral da história: desconfie de todo aquele que não confesse publicamente a si mesmo. Sendo enrustido, terá tudo para ser a encarnação diabólica da maldade. Clichê de clichê de clichês fundamentalistas. O verdadeiro lugar da maldade no contemporâneo é, pelo contrário, o sistema internacional de confissão de si. É nele que todas as aberrações se tornam naturais, possíveis.

Uma lição de política para o mundo

Não é circunstancial, a propósito, que o supostamente laico imperialismo ocidental está confessadamente vinculado à al Qaida: ambos são fundamentalistas da confissão. O primeiro, o Ocidente, detém o fundamentalismo da confissão “de tudo pelas corporações” e confessadamente põe seus exércitos nos ares, mares e terras para, apocalipticamente, salvar e o ultrafundamentalista Deus lucro de suas multinacionais, o confessionário-mor; o segundo, por sua vez, sendo o fundamentalismo religioso, sabe como ninguém que tudo funciona de Deus para Deus, do Deus transcendental para o Deus Dólar, pois sempre estamos diante de uma questão de adoração confessada: o Ocidente e o Oriente, religiosamente.

A mesma questão pode ser dita no que se refere à Irmandade Mulçumana, confessadamente eleita pelo Deus do imperialismo ianque-ocidental para, falando em nome de seu fundamentalismo religioso, sem contradição alguma, falar também em nome do sistema imperialista. É por isso que a ideia dominante de “eleição democrática” no Oriente Médio, patrocinada pelo fundamentalismo ocidental, é: eleja alguém confessadamente ligado à Irmandade Mulçumana! Qualquer outra escolha não confessada será vista como fraude, despotismo, ditadura, populismo e sofrerá um confessado ataque midiático e bélico internacional.

Ser fundamentalista é a divisa de nossa época, assim como fazer-se de forma laica, sem partir da missionária e narcísica confissão de si, é tudo que o biopoder contemporâneo não quer de nós. Reside aí a razão principal da total falta de compreensão no que diz respeito aos protestos que se espalham pelo Brasil (tendo começado aqui em Vitória, ES) e a acusação infelizmente tanto do PT como do PSDB a respeito: são jovens de classe média! O que assusta nessas rebeliões estudantis é precisamente o fato de que a molecada saia para as ruas para lutar por uma agenda que não é confessadamente apenas e antes de tudo delas, na suposição de que só é legítima (afirmação cínica, é claro) uma revolta baseada na mais rigorosa confissão de si. A luta por um transporte coletivo de qualidade não pode ser protagonizada por ninguém mais que a própria população confessadamente pobre diretamente prejudicada.

Fala-se tanto de alteridades confessadas e, no entanto, proíbe-se terminantemente uma política reivindicativa de alteridade para alteridade, que não coloque o seu próprio umbigo diante das demandas de justiça. É evidente que isso ocorre porque a verdadeira palavra proibida de nossa época não é mais a que pertence ao campo da sexualidade, mas a palavra política, entendida como política do comum, de todos e de ninguém, não narcísica, não fundamentalista, não autoconfessional ou autoafirmativa, mas a política como escolha pública pela justiça coletiva, nunca particular.

O protesto estudantil contra o aumento das passagens de ônibus, na verdade uma magnânima luta comum pela qualidade do transporte coletivo, por si só uma confessada violência contra a população, é uma lição de política para o mundo todo, porque fazer política hoje só é possível no plano da não confissão de si, fora do confessionário do capital.

Direito divino

Se a política, no sentido positivo, implica necessariamente sair do confessionário e lutar no campo do comum, pelo comum, não podemos ser ingênuos e acreditar cegamente, por outro lado, nas forças políticas nelas mesmas, por elas mesmas. A verdadeira palavra de ordem trágica de nossa sociedade é a *reificação*, cuja definição é simples: tirar algo de seu contexto e lidar com ele como se pudesse funcionar por conta própria. Paradoxalmente mesmo demandas com apoio em necessidades coletivas podem ser *reificadas*, isto é, descontextualizadas e tomadas por grupos de interesses que nada tem de coletivos, antes pelo contrário.

As corporações midiáticas fazem sem cessar isto: produzem, no campo da representação, uma reificação generalizada de nossa sociedade. Tudo é reificado e tende a viver a si mesmo como reificado, isolando-se, descontextualizando-se. No contexto brasileiro, a representação das lutas políticas por melhores condições de transporte, por garantia de direitos de saúde e educação de qualidade, pelo acesso digno à terra, através da reforma agrária, enfim toda e qualquer demanda política de dimensão coletiva tenderá a ser editada pelas corporações midiáticas

com o objetivo claro de desgastar o Governo do PT, a fim de fazer que o Brasil volte a ter, em termos absolutos, como na época do PSDB, um governo federal totalmente submetido aos interesses dos Estados Unidos, assumindo sem pejos assim a nossa condição de vira-lata e, portanto, de pátio traseiro do *Tio Sam*.

Não obstante os erros graves que o PT tem cometido, principalmente o erro de fazer o jogo dos traidores, é preciso separar claramente as *reificadas* representações midiáticas das lutas sociais nelas mesmas, de suas legítimas apresentadas demandas, se não quisermos voltar à ordem discursiva historicamente cumprida, servilmente, pelas elites brasileiras: a ordem se serem o principal obstáculo para uma América Latina (e um mundo) cuja expressão política “desordeira” seja: soberania para decidir seu próprio destino, com justiça coletiva, dizendo não ao direito de morte, nunca de vida, dos soberanos do capital, inclusive o midiático.

A entrevista no *Fantástico* de uma militante do movimento *Passo Livre*, de São Paulo, nada tem de vontade de informar, com transparência, mas antes, pelo contrário, é parte do direito de morte que a TV Globo julga, como destino manifesto, ter sobre todos nós.

O nome desse divino direito de morte é um só: as *reificadas* representações midiáticas de nosso cotidiano, de nossa alegria, tristeza, desejo, sofrimento; de nosso, enfim, direito de viver, sem servidão forçada, despótica, letal; e também sem biopoder - sem servidão voluntária.

NOTAS SOBRE soberano biopoder e as quatro figuras do apocalipse (03/09/2013, primeira publicação)

Michel Foucault, no primeiro volume da *História da Sexualidade*, partiu da seguinte premissa: a história do mundo moderno, incluindo o contemporâneo, é simultaneamente a da produção do biopoder, entendido como uma forma de tecnologia de dominação através da qual o soberano, com seu romano poder de morte sobre os súditos, perde espaço (principalmente nos países centrais do Ocidente) para uma emergente jurisprudência: a que foca seu raio de ação no poder de vida, de gestar, organizar, classificar, distribuir, perfilar vidas humanas, subjetividades, num contexto em que as forças da vida, fundamentalmente adaptadas à ordem produtiva do capital, tomam o lugar das forças da morte.

O que esteve e está em jogo na produção da modernidade capitalista, na perspectiva de Foucault, inscreve-se nas seguintes questões: como produzir um perfil humano imanente ao modelo produtivo do capitalismo ocidental e que, por isso mesmo, encarne, subjetivamente, o projeto moderno de ocidentalização do mundo? Como realizar o prodígio de fazer com que o soberano se confunda com o súdito de tal maneira que um se torne o outro, sem que o soberano seja um fora transcendental, Deus do Antigo Testamento, em relação ao povo? Como engendrar uma civilização que seja antes de tudo uma biocivilização, posto que, em seu processo de constituição, a tecnologia mais importante passa a ser a da produção histórico-produtiva da própria civilização?

O que a modernidade ocidental expandida faz e tem feito, pois, é, além de concentrar mais-valor econômico num cenário de relações de produção determinadas pela propriedade contratual dos meios de produção, é a permanente invenção de si mesma tendo em vista o seguinte axioma: o meio de produção mais importante, mais que as fábricas, as corporações, é a própria civilização ocidental em expansão planetária. Os verdadeiros donos dos meios de produção, portanto, os burgueses, são aqueles que se apropriam da civilização ocidental planetarizada, essa unipolar empresa mundial supremacista, autorreferida, oligárquica.

A corporação ocidental-planetária é o verdadeiro empreendimento da modernidade capitalista, constituindo-se como um *bioempreendimento* que é também um biopoder. Este possui dois eixos intercambiáveis, a saber: 1) um eixo individual, ao qual Foucault dá o nome de anátomo-político; 2) um eixo coletivo, que abarca o perfil da civilização a ser engendrado ininterruptamente: o da biopolítica da população.

O primeiro eixo, o *anátomo-político*, se concentra na produção de corpos individuais e pode ser definido como uma fábrica de produção de identidades humanas, abarcando desde a confecção de subjetividades de referência, homem, heterossexual, branco, tecnocrático, ocidental, cristão, quanto os perfis que serão concebidos como alteridades em relação aos traços da identidade dominante, a saber: pobres, como os outros para o rico; negros, índios, amarelos, mestiços, como os outros para os brancos; mulheres como as outras para os homens; homoafetividades, como os outros para os heterossexuais; vodu, candomblé, islamismos, hinduístas, budistas, como os outros para o cristianismo.

O eixo da *biopolítica* da população, por sua vez, possui dois momentos importantes: um primeiro circunscrito à sociedade disciplinar e um segundo que diz respeito à sociedade do controle. O primeiro eixo, o disciplinar, diz respeito à produção de uma *biocivilização* disciplinar, imanente aos meios de produção igualmente disciplinares, de modo que tudo passa a ser investido de vontade de produção de corpos disciplinados, dóceis.

Se partimos da premissa de que a sociedade disciplinar é uma empresa mundial disciplinar, uma imensa fábrica planetária, então o que usualmente é chamado de divisão social do trabalho pode e deve ser pensado não apenas no âmbito da fábrica e sua divisão interna de perfis laborais, mas também e antes de tudo em relação ao conjunto da sociedade, marcado pela divisão social de instituições, como a família, a fábrica, a escola, o hospício, a cadeia.

Cada instituição, na cadeia produtiva da fábrica civilizacional disciplinar, possui seus regulamentos internos próprios que servem precisamente para disciplinar os corpos individuais, razão pela qual o eixo da biopolítica da população

tem vínculo com a dimensão *anátomo-política*. O modelo da civilização disciplinar se compara com a esteira de produção fordista na linha de montagem, que se movimenta enquanto operários diversos, imóveis, ocupando posições diferenciadas no decorrer da esteira, dividem tarefas: alguns põem os parafusos no lugar adequado, outros os apertam; outros põem o capô do carro e assim por diante, de tal maneira que no final da esteira tem-se o carro praticamente montado.

Tal como a esteira fordista de produção, a civilização disciplinar encarrega às suas instituições disciplinadoras o papel de imprimir no corpo individual as marcas subjetivas e mesmo físicas que definirão, quando adulto, a identidade disciplinar. A família imprime suas marcas, desde o nascimento e talvez mesmo antes no corpo de seus filhos e filhas. A escola, por sua vez, inscreve outras marcas, vinculadas ao saber, que também é disciplinar. A mesma situação se dá na fábrica, na igreja, nas instituições disciplinares. Se, ainda assim, a pessoa não for aprovada pelos diversos testes de qualidade disciplinar, ela fatalmente ou vai parar na cadeia ou no hospício, sendo considerada louca ou criminosa.

A relação entre o eixo *anátomo-político* e o da *biopolítica* da população de forma alguma é baseada numa estrutura de causa e efeito, embora possua um método comum, mediador, que é igualmente usado em todas as instituições disciplinares, a saber: o dispositivo da sexualidade. Este é igualmente manietado, embora sob diversas perspectivas, com o objetivo de produzir confissões. A família joga com o dispositivo da sexualidade a fim de que os filhos se confessem como homens e mulheres heterossexuais, trabalhadores, marcando, na pele daqueles que não se encaixam ao padrão, signos negativos, preconceituosos, que serão depois apanhados por outras instituições, como as relativas ao mundo dos saberes, como a psicanálise, a psicologia, a medicina, o direito, os quais, de uma forma ou de outra, produziram saberes e poderes, logo verdades, sobre os perfis subjetivos humanos, concebendo-os ora de normais, ora de anormais.

Principalmente em seus primeiros momentos (final do século 18), durante até pelo menos a primeira metade do século passado, a sociedade disciplinar pegou pesadíssimo com os considerados anormais, empurrando-os no limite ou para o hospício ou para a cadeia, não sendo circunstancial que as subjetividades

vistas e concebidas como desviadas e desviantes eram precisamente as que detinham maior potencial de desconstrução da ordem disciplinar, os indisciplinados desordeiros da disciplina, razão por que era e é preciso capturá-los, isto é, de muitas e variadas formas, normalizá-los, adaptando-os à ordem vigente.

A norma, portanto, é o objetivo da ordem disciplinar, a norma, bem entendido, disciplinar, o que, sob o ponto de vista de Deleuze e Guattari, seria chamado de sujeição social: a disciplina foi (ainda é) uma fábrica civilizacional de subjetividades sujeitadas, normatizadas e normatizantes.

Um argumento que Marx nos legou e que não podemos perdê-lo de vista jamais é o seguinte: o capitalismo vive sob o signo do desafio de suplantar seus limites, seja de escassez de produção, seja de superprodução, com vistas a produzir a autovalorização do valor, da concentração das riquezas. Esse argumento de Marx vale também para a indústria civilizacional disciplinar. Diante do limite colocado pelos corpos considerados fora da norma, como os rebeldes processos de subjetivação produzidos na contramão da disciplina, por operários rebeldes, por mulheres, homoafetividades, negros, índios, latinos, árabes, colonizados insubmissos, o desafio das tecnologias de poder se concentrou no projeto civilizatório de normatizar os desvios, capturá-los, momento em que as tecnologias disciplinares de sujeição social são substituídas gradativamente por novos artefatos técnicos de produção/ampliação da norma.

Diante dos limites tecnológicos, policiais e epistemológicos da sociedade disciplinar, cujas indisciplinas operárias, negras, indígenas, femininas, homoafetivas, linguísticas alcançaram, durante a primeira metade do século passado, dimensões que colocavam em risco a biopolítica da e na civilização burguesa, emerge a sociedade do controle cujo objetivo é capturar os rebeldes, as alteridades insubmissas, normatizando-as, independente se tais alteridades sejam de esquerda, não patriarcais, não heterossexuais, não brancas, não europeias. A sociedade do controle, portanto, é constituída por novas tecnologias de poder – agora não disciplinares – voltadas antes de tudo para cooptar alteridades, domesticá-las, mantendo ao mesmo tempo a publicidade de que as demandas indisciplinares do modelo disciplinar precedente foram realizadas, razão pela qual, no jogo de ilu-

são de ótica, estaríamos vivendo numa sociedade finalmente livre, comunista, de iguais.

Estamos, pois, no cenário civilizacional do biopoder do controle, distinto do disciplinar não apenas porque não mais disciplina através da imposição de uma norma estreita, ancorada no rosto do padrão dominante, mas porque, sem abandonar este, passa a ter como foco a norma para os desviados e desviantes da sociedade disciplinar, as alteridades de classe, de gênero, étnicas, religiosas, geográficas, epistemológicas. No biopoder do controle, o dispositivo da sexualidade é ampliado e deslocado para o que poderíamos chamar de dispositivo libidinal-fundamentalista, despertado e estimulado pela e através da confissão, que continua presente, embora com o objetivo de, através de tecnologias de controle, produzir alteridades confessadas, tanto mais normais quanto mais se afirmam como particularidades, diferenças positivas; quanto mais demandarem representação e espaços sociais na ordem do capital.

A sociedade disciplinar, como foi dito, não termina. Num certo sentido, seria possível dizer que ela foi e é largamente vitoriosa, como tecnologia de poder disciplinar. Se sua função era produzir subjetividades no âmbito anátomo-político, tendo como referência o corpo individual a fim de dividi-los em normais e anormais, sob o ponto de vista da biopolítica da população, ela cumpriu plenamente o seu objetivo, capturado pelo biopoder do controle, que vai precisamente radicalizar na perspectiva anátomo-política, reificada para, a partir do corpo da alteridade individual e isolada, instaurar o dispositivo libidinal-fundamentalista, despertando confissões igualmente isoladas, reificadas, separadas.

A identidade, seja normal ou anormal, foi especialmente uma invenção das tecnologias disciplinares, cabendo às de controle ampliar a norma, inscrevendo-nos, as alteridades, como normalmente diferentes, na ordem do capital, marcada pela abstração geral do dinheiro, a única referência realmente comum, sol que faz girar em torno de si uma rede indefinida e metamórfica de alteridades confessadas, libidinais, fundamentalistas.

Se, na dimensão disciplinar da biopolítica da população, o modelo produtivo da fábrica social era cortado e recortado pela divisão social das instituições

disciplinares, que estabeleciam o alto e o baixo, hierarquicamente, o alto da norma e o baixo do fora da norma, na ordem do controle tal hierarquia é eliminada precisamente na dimensão *anátomo-política*, individual, subjetiva; dimensão que, sempre separada, transforma-se em uma *biopolítica* da população especial, porque, ao invés de estar ancorada nas instituições disciplinares, tem como referência a indústria cultural, razão por que é possível afirmar que tudo na sociedade do controle se torna cultural – uma indústria cultural.

Vivemos, assim, numa biocivilização do controle fundada na sociedade do espetáculo: uma biocivilização como indústria cultural, de modo que tudo é espetacularizado de forma anátomo-política: as subjetividades, as corporações, os estados nacionais, o setor primário, secundário e terciário da economia. Uma sociedade da produção, da comercialização e da distribuição anátomo-políticas, na qual e através da qual tudo é reificado, separado e marcado pelo dispositivo libidinal-fundamentalista, cuja palavra de ordem comum é: confesse-se! Confesse-se Coca-Cola, confesse-se Google, confesse-se evangélico, homoerótico, negro, azul, vermelho, yihadistas, salafista, ocidental, oriental, judeu, americano, brasileiro, flamenguista. Tenha a sua marca e a divulgue de forma libidinal-fundamentalista, produzindo-a, distribuindo-a e consumindo-a no âmbito da indústria cultural do controle.

Mais que as mídias intermediárias entre a sociedade disciplinar e a do controle, como a televisão, o rádio e a imprensa escrita, a internet se tornou e nasceu mesmo para ser, como rede das redes ou mídia das mídias, a mais legítima tecnologia do controle da biocivilização do espetáculo *anátomo-político*. A rede mundial de computadores é o virtual espaço da confissão planetária. Inevitavelmente ao usá-la nos confessamos de forma libidinal-fundamentalista, mesmo se o não desejamos, porque ainda assim, quer queiramos ou não, somos vigiados, esquadrinhados e capturados pelas corporações como Google, Microsoft, Yahoo, Facebook, as quais nos oferecem (muitas vezes “gratuitamente”), seus serviços a partir dos quais nos confessamos e a partir dos quais somos capturados, catalogados, vigiados e eventualmente punidos.

O objetivo do biopoder do controle não é vigiar e punir (pelo menos prioritariamente) na dimensão anátomo-política, mas na do contexto da biopolítica

da população. É aqui que entra o que Foucault chamou de racismo de Estado, embora o tenha analisado no contexto de um biopoder disciplinar. Para o autor de *Arqueologia do Saber* (1966), o biopoder coloca em destaque a disciplina da vida, nos parâmetros do modelo produtivo dos países centrais do Ocidente. No entanto, engendrar vidas produtivas, inscrevendo-se na norma da reprodução do capital, só é possível através da invenção de inimigos da norma, potencialmente encontráveis fora dos Estados de biopoder. Estes, por consequência, precisam assumir a tarefa de produção estatal de racismos, o que ocorre através da invenção permanente de patologias do biopoder, encarnadas em Estados, principalmente os da periferia; e perfis humanos que supostamente põem em risco a vida nos países ocidentais do biopoder.

Distintamente do racismo de Estado disciplinar, que produzia racismo mantendo a relação entre a dimensão anátomo-política e a da biopolítica da população, o micro e o macro, o racismo de Estado do biopoder do controle, o atual, separa em polos opostos a dimensão anátomo-política, individual, da que diz respeito à biopolítica da população, fazendo com que aquela entre em conflito (bélico) com esta. Emerge, assim, o racismo de estado da sociedade do controle, no qual e através do qual alguns Estados, especialmente os Estados Unidos, devem assumir e patrocinar uma forma racista específica, a saber: a que negativa e inferioriza, expondo-a como perigosa, terrorista, louca, patológica, de forma suicida, a humanidade inteira.

O que está em jogo no biopoder da sociedade do controle, em sua dimensão mais funesta, é a afirmação da anátomo-política, de indivíduos isolados, razão pela qual a norma fica dilatada apenas nesse âmbito, sendo estreitada, como compensação, no polo da biopolítica da população, o que significa que existe, nos centros ocidentais, a produção de uma civilização que se volta contra a própria civilização, ao afirmar a vida, engendrando biopoder, apenas no âmbito anátomo-político, o da vida separada, reificada, individualizada, assumindo, por sua vez, uma forma esdrúxula de racismo: o racismo contra a biopolítica da população, contra, portanto, a biocivilização.

Está-se formando, portanto, uma nova figura da soberania, a que detém o direito de morte sobre os súditos: a soberania anátomo-política. Nesse cenário, o

biopoder do controle perde seu duplo gancho, produzido no interior da sociedade disciplinar, o gancho anátomo-político e o da biopolítica da população, posto que aquele se volta contra este, elegendo-o como patológico, suspeito, terrorista e ao mesmo tempo assumindo o direito de morte, mais que de vida, sobre a biopolítica da população.

A política neoliberal nada mais é do que a ideologia planetária da soberania do biopoder circunscrita à dimensão anátomo-política. Esta envolve, por sua vez, não apenas alteridades, indivíduos ou grupos de indivíduos isolados, mas também alguns países, principalmente os do centro do Ocidente, como Estados Unidos (o gestor racista da guerra anátomo-política contra a civilização), Israel, Inglaterra, principalmente; e França, Alemanha, Itália, Espanha, dentre outros, secundariamente.

O biopoder do controle, exclusivamente *anátomo-político*, possui as seguintes figuras: 1) a de alguns países que se assumem como *anátomo-políticos*, confessando-se como tais, de forma fundamentalista, e tornando-se referências da norma geral. Estados Unidos, Inglaterra, Israel são os principais países *anátomo-políticos* do biopoder da sociedade do controle; 2) As corporações financeiras, econômicas e midiáticas desses países em nome das quais o racismo de Estado impõe um estresse jamais visto contra a civilização (a civilização burguesa), assumindo o direito de morte sobre ela; 3) oligarquias, espalhadas pelo mundo, que funcionam como a quinta coluna das duas dimensões *anátomo-políticas* supracitadas, assumindo igualmente o direito de morte sobre tudo que cheire ou se pareça com civilização, com biopolítica da população; 4) as alteridades, principalmente as de gênero e étnicas, mas incluindo também as de classe, que passam ser cooptadas em nome precisamente do biopoder anátomo-político dos países centrais do Ocidente e de suas respectivas corporações, procedendo daí o que é chamado hoje de guerras humanitárias, simples pretextos para a realização do racismo de estado contra a biopolítica da civilização – contra a humanidade inteira.

Essas quatro figuras do biopoder *anátomo-político* neoliberal se tornaram os soberanos do mundo contemporâneo, razão pela qual confessam, não sem

muito fundamentalismo, as suas próprias vidas como mais importantes que a civilização, momento em que se arrogam o poder soberano, a partir do direito de morte, sobre a própria civilização. A esse fenômeno é possível dar o nome de sociedade do controle soberano, a que utiliza os suportes das tecnologias de controle (poder nuclear, internet, satélites, aviões não tripulados, celulares, a biotecnologia, a nanotecnologia) para afirmar o direito de vida do lado anátomo-político do biopoder (principalmente as quatro figuras *anátomo-políticas* supracitadas), alçando-o como o soberano (daí o poder soberano) dotado de direito de morte sobre a civilização, razão pela qual o racismo de Estado o é antes de tudo o racismo de Estado contra o que existe de civilização, dimensão coletiva, na humanidade contemporânea.

É, pois, a coletividade humana a que sofre o racismo de Estado do biopoder do controle soberano. Por todos os lados o que estamos assistindo é essa nova (velhíssima) figura do soberano, o anátomo-político, fazendo uso efetivo de seu direito de morte a tudo que cheire civilização, inclusive as pessoas, grupos humanos, instituições e países que, de um modo ou de outro, opõem-se ao biopoder anátomo-político soberano, que, bem entendido, não conhece fronteiras e cassa sem piedade, exercendo seu direito de morte, a tudo e a todos que se colocam no caminho dessa nova (velhíssima) besta ultraliberal, o que vale inclusive para os cidadãos americanos, ingleses, israelenses, para qualquer um.

A guerra que os Estados Unidos, Inglaterra, Israel, Alemanha, França (a Otan) estão ameaçando desencadear contra Síria é parte de um planejamento mais amplo contra países (não importa que seus respectivos governantes foram eleitos pelo povo ou não; isso é só pretexto) que impõem resistência às quatro figuras do biopoder soberano anátomo-político do contemporâneo: aos Estados Unidos, Israel, Inglaterra (outros secundários), suas corporações, as oligarquias a serviço dessa lógica, as alteridades seccionadas, separadas, confessadas.

Sem dúvida alguma, os próximos países serão Irã, Líbano, Rússia, China, países da América Latina que estão propondo não apenas resistência ao biopoder anátomo-político soberano, mas também perspectivas de alternativa, enfim,

a qualquer um que pode emergir como obstáculo, razão pela qual o lado civilizatório dos Estados Unidos, da Inglaterra, de Israel ou de qualquer lugar do mundo é alvo da soberania do controle anátomo-político, que pode, a seu bel-prazer, decretar o direito de morte a qualquer alado lado que afirme o biopoder civilizacional.

E qual a função da indústria cultural, da sociedade do espetáculo no interior da sociedade do controle do biopoder soberano? É a de produzir o espetáculo de uma civilização *anátomo-política*; uma civilização contra a civilização, bem entendido, promovendo e ao mesmo tempo se colocando ao serviço das quatro figuras supracitadas do biopoder *anátomo-político*. A partir do argumento de que vivemos numa civilização da indústria cultural, o que temos é o projeto planetário (para não dizer terrorista) da indústria cultural anátomo-política contra tudo que seja biopolítica da população, contra a própria população do planeta, portanto.

Diante desse cenário absolutamente catastrófico o que é proibido é a própria liberdade de imprensa (ou liberdade de expressão, ou a liberdade mesma), se entendemos como liberdade o direito de afirmar a dimensão coletiva em oposição às quatro figuras do biopoder do controle soberano. Não é circunstancial que a polícia inglesa, em nome da polícia americana, obrigou o jornal britânico, *The Guardian*, a eliminar qualquer arquivo que contivesse informações das denúncias de espionagem realizadas pelo ex-agente da CIA, Edward Snowden. Também não é de se estranhar que os donos do *The Guardian* tenham acatado a ordem, decretada a partir da afirmação irônica de que se tratava de brincadeira: “Vamos acabar com essa brincadeira”, frase ambígua para a situação que passa a humanidade no contemporâneo.

O que o poder do controle soberano objetiva é colocar a humanidade toda sob os narcísicos direitos de morte da soberania *anátomo-política* das quatro figuras do apocalipse acima explicitadas, que podem brincar, confessando seus próprios Ids, com a civilização em seu conjunto, com o planeta, como os donos da bola, isto é, da Terra, ao mesmo tempo em que, sob o ponto de vista desta última, da Terra, a sua coletiva defesa não passe disto, de brincadeira civilizacional,

cujo jogo deve acabar imediatamente: o jogo de nos fazermos como iguais, justos e livres, os *guardiãs* de um planeta vulnerável que flutua, ao mesmo tempo de forma absurda e poética, no cosmos, abrigando vidas.

Os únicos guardiões possíveis para as quatro figuras do apocalipse são suas próprias libidos fundamentalistas, confessionais. Não é circunstancial que as corporações americanas, israelenses (incluindo as bélicas) e inglesas sejam aliadas dos regimes monárquicos soberanos e absolutistas do Golfo Pérsico. Não é circunstancial também que sejam aliados do fundamentalismo islâmico, de salafista, yihadistas, al-Qaida, financiando-os e treinando-os para combater civilizações que resistem ao biopoder do controle soberano.

Sob o ponto de vista das quatro figuras do apocalipse, as libidinais confissões fundamentalistas são os verdadeiros aliados do eixo do bem: do bem posto, tecnologicamente, para matar o planeta.

O evento segundo Alain Badiou e a “revolução das tulipas” no Brasil (publicado entre 2013/2014)

O que significa assumir todas as consequências do argumento de que somos, os humanos, seres que fazem a sua própria história? Para uma primeira possibilidade de resposta para essa questão, recorro a Marx, o de *18 de Brumário de Luís Bonaparte* (1852), no qual assim o autor de *O capital* (1867) se expressa a respeito: “

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob a circunstância de sua escolha, mas sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, a fim de representar, com essa venerável roupagem, as novas cenas da história mundial (MARX, 1978, p.329).

Para o Marx de o *18 de Brumário de Luís Bonaparte*, portanto, os homens produzem seu próprio devir, como sujeitos históricos, mas não de forma livre, uma vez que “vestem” o futuro com os estilos, pantomimas, o peso, enfim, da herança do que fizemos e principalmente do como fizemos o que está feito e pretende perseverar no presente a partir mesmo dos atores deste.

Uma séria questão emerge da leitura de Marx: a produção histórica do que não existe só será possível através de uma dialética com o passado, donde seja possível concluir que ou sim somos livres produtores de nossa história ou não somos: 1) livres se partimos da premissa de que o passado humano é múltiplo de modo que não estamos condenados a eleger, por exemplo, os acontecimentos trágicos de Roma Antiga; 2) não somos de fato livres porque não temos liberdade para eleger o passado que nos referenciará, no presente: aquele constitui um acúmulo de despojos que desemboca inevitavelmente neste.

Ficções presunçosas e autoritárias

É evidente que a leitura de Marx, ao menos no *18 de Brumário de Luís Bonaparte*, sobre as condições do devir histórico humano, é tributária de uma perspectiva ao mesmo tempo determinista e eurocêntrica porque pressupõe que a histórica humana constitui a história das grandes civilizações, incluindo obviamente a da Europa burguesa, na suposição de que esta é sequência e consequência daquela, de forma mnemonicamente (para não dizer belicamente ou culturalmente) determinada.

De minha parte, opto pela primeira opção: somos livres para produzir o futuro tendo em vista uma igual liberdade para eleger o passado que nos inspirará, num contexto em que essas duas eleições simultâneas se fazem fundamentais para a produção de um verdadeiro devir histórico, digno do seguinte nome tão desgastado em épocas atuais, a saber: acontecimento revolucionário, razão suficiente para assim defini-lo: um evento histórico revolucionário se constitui através da liberdade que a humanidade coletivamente tem para produzir seu próprio destino, tendo em vista a eleição solidária e inspiradora de acontecimentos igualmente revolucionários protagonizados por diferentes grupos humanos por todos os lados e rincões deste planeta.

Como um objetivo deste artigo é o de dotar de dignidade o termo revolução sem, no entanto, isolá-lo do mundo, abstraindo-o do cotidiano, penso que a melhor forma de fazê-lo será por meio da realização de um intenso diálogo com conceito de evento, desenvolvido pelo filósofo francês, Alain Badiou, na contramão do ceticismo e do niilismo de setores acadêmicos contemporâneos que destituíram de seus referenciais de pesquisa e reflexão categorias fundamentais como as de sujeito, de verdade e universalidade, alegando, na melhor das hipóteses, que tais termos são ficções presunçosas e autoritárias apropriadas para justificar a dominação de um grupo humano sobre os demais.

Os mortos do passado persistem nos vivos do presente

Embora verossímeis tais argumentos ignoram que categorias como as de sujeito, verdade e universalidade são extremamente importantes para coletividades humanas oprimidas, pela evidente razão de que elas não poderão articular nenhuma mudança histórica realmente coletiva se as abandonam em nome de particularidades identitárias ou subjetivas. Como tudo o mais, a verdade e a universalidade necessitam de um sujeito coletivo histórico que lute não apenas para destituir a apropriação étnica, de gênero de classe delas, mas também e antes de tudo para se inscrever nelas, como verdade e universalidade do gênero humano, sem prejuízo das particularidades. Imaginem a propósito se tivéssemos como referência de luta no atual presente histórico a constituição de uma cidadania planetária. Pois não é essa a cidadania que nos interessa? Não será ela mais importante do que nunca, principalmente considerando a catástrofe de uma hecatombe ecológica nas portas da falsa universalidade do progresso?

É para se contrapor ao niilismo contemporâneo que Alain Badiou desenvolveu uma filosofia em que coloca no centro de suas preocupações precisamente o sujeito, a verdade e a universalidade, pois sabe que é preciso evitar o pior: as universalidades (na verdade falsas universalidades) do dinheiro, do progresso, da mercadoria, da mais-valia, da concentração de poder, as quais convivem muito bem com as particularidades subjetivas do mundo contemporâneo, que tendem a se render a elas a fim de se afirmarem historicamente, perdendo com isso o horizonte da luta comum, universal, como precondition da liberdade coletiva humana.

Advém daí o esforço que Alain Badiou articulou e tem articulado para desenvolver, divulgar e contextualizar o conceito de evento, pedra de toque de sua filosofia. Em *O ser e o evento* (1996), Alain Badiou define evento como um sítio histórico que a si mesmo produz seu próprio devir, sendo fundamental, para tanto, que se constitua como um *altra-um* em relação à conta por um de uma estrutura, razão pela qual esta, uma estrutura, nada mais é que uma multiplicidade contada como um (1), portadora de uma causalidade própria. Como exemplo, voltemos à

leitura que Marx propôs sobre a condição histórica do homem. A interpretação de Marx, fundada no argumento de que os mortos do passado persistem nos vivos do presente, só é possível tendo em vista a conta por um (1) de uma estrutura, qual seja: a da modernidade burguesa europeia entendida como herança progressiva (para não dizer fatal) das grandes civilizações do passado, principalmente a grega e a romana.

O evento é *indecidível*

Essa concepção eurocêntrica do devir histórico é um exemplo do que venha a ser uma estrutura, nesse caso contada por um (1) porque a multiplicidade que ela inscreve, a dos personagens, fatos históricos, avanços tecnológicos, línguas, saberes, culturas, tipos humanos, considerando a história da Grécia e Roma antigas, da Idade Média, Moderna, até chegar aos tempos atuais, é literalmente contada como um: o um (1) da modernidade eurocêntrica, sua estrutura interna implicada portanto com uma causalidade típica, descrita por Marx, em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, como causalidade de um passado específico, especialmente o de Roma antiga, que teria fornecido a roupagem cenográfica para o teatro dos acontecimentos da civilização burguesa ocidental, como, por exemplo, a Revolução Francesa de 1789, embora seja importante dar crédito a Marx argumentando que seu pensamento não era precisamente o da conta por um da civilização burguesa. Ele simplesmente, e de forma imanente, partiu dela, da civilização burguesa, de sua conta por um (1), para propor uma resposta revolucionária, um evento tal que, de forma universal, o mundo operário, uma vez consciente de seu protagonismo histórico, destituiria de vez a conta por um (1) das relações de poder da civilização burguesa, substituindo-a pela conta aberta de uma sociedade sem classes.

Diferentemente da conta por um de uma estrutura, o evento, na perspectiva de Alain Badiou, constitui-se como *ultra-um* seja porque não advém de uma causalidade estrutural, seja porque, fora de todo saber instituído, produz sua própria multiplicidade nunca contada por um e, portanto, supranumerária, precisamente porque não parte ou partiria dos termos da causalidade estrutural, de vez que cria seus próprios múltiplos, inscrevendo-se como verdade, entendida como a verda-

de do que não existe na estrutura (por exemplo, uma sociedade sem classes), mas que passaria a existir como evento cujo suporte, sempre histórico, dá-se através de quatro tipos de sujeito: o sujeito arte, o sujeito amor, o sujeito ciência, o sujeito político.

A arte, o amor, a ciência e a política, portanto, constituem-se como sujeitos de eventos, logo como *ultra-uns* de estruturas predeterminadas, contadas como um (1). Para Alain Badiou, a grande história não existe ou só existe como estrutura, múltiplos contados como um (1), razão pela qual o evento, sítio histórico, é sempre local.

Tendo em vista que um evento se constitui como um *ultra-um* de uma dada estrutura, esta jamais o admitirá ou o assinalará como relevante, possível, razão pela qual o desqualificará sempre que o evento emergir aqui e ali, num determinado sítio histórico. É por isso que não podemos dizer com garantia que um dado acontecimento arte, amor, político, científico sejam eventos. Sob o ponto de vista de uma estrutura, o evento é, pois, *indecidível*.

A metaestrutura imperialista

É precisamente porque não se constituíram como *indecidíveis* que as manifestações de junho último não podem ser consideradas um evento, argumento aparentemente facilmente desqualificável porque o que nos dizem normalmente sobre elas (inclusive o próprio Alain Badiou) é que foram *indecidíveis* pois a estrutura petista de governança, contada como um (1) múltiplo político-administrativo pós-neoliberal (pelo menos em termos), ainda que melhor que a estrutura doutrinariamente neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, constituiu-se, ainda assim, como uma estrutura, razão pela qual, estruturados como estão, os petistas jamais admitirão que em junho de 2013 o Brasil produziu um evento político absolutamente *indecidível*.

Para me contrapor a esse último argumento, retomo o primeiro traço de um evento: o sítio histórico. Um evento é sempre local, embora tenha vocação universal. No entanto, ainda que seja a verdade de um sítio histórico, qualquer evento do mundo contemporâneo não pode ignorar a conta por um (1) estruturante e

estrutural do imperialismo em sua versão americana, ocidental, pois esta, pelo menos desde à Segunda Guerra Mundial, desenvolveu e tem desenvolvido sem cessar uma intensa e incansável tecnologia de dominação da humanidade tendo como objetivo principal transformar em conta por um (uma estrutura das estruturas, uma metaestrutura) todas as outras estruturas de poder do mundo, sejam as do passado, sejam as do presente, tornando-as simultâneas e onipresentes, tendo em vista interesses táticos e estratégicos específicos.

Sob esse ponto de vista, jamais podemos nos esquecer de que uma estrutura se define como a conta por um (1) de múltiplos e que, portanto, a metaestrutura imperialista americana-ocidental não negligenciaria ou negligenciará a multiplicidade revolucionária das ruas, protagonista de importantes transformações históricas no decorrer da modernidade, incluindo nosso atual presente histórico, se tivermos em conta (nunca por 1), por exemplo, os primeiros levantes populares antineoliberais latino-americanos, em Venezuela, ainda na década de 90, que levou ao poder o inacreditável Hugo Chávez (fenômeno universal, um evento do mundo atual); de Bolívia e Equador, no início deste milênio; ou até mesmo a presidência de Lula, no Brasil.

Principalmente com o objetivo de acabar com a ex-União Soviética e os regimes comunistas do leste europeu, ainda no contexto da guerra fria, a partir da década de 80 (e mesmo antes), a metaestrutura imperialista americana-ocidental levou adiante como nunca atividades golpistas através do estímulo às manifestações de rua, transformando-as em conta por um (1), em, portanto, estruturas tecidas e entretecidas por multiplicidades em rebelião, as quais, querendo ou não, foram capturadas para cumprir o objetivo principal de combate ao socialismo e ao comunismo.

A tecnologia de guerra

Essas falsas revoluções, no geral protagonizadas por setores médios de suas respectivas populações, levaram, por exemplo, ao desmembramento da República Socialista Federativa da Iugoslávia, através de intensas manifestações de rua que levaram à renúncia de Slobodan Milosevic, preso em 2001 e transformado,

no período, no maior ditador da humanidade, tendo inclusive sido condenado pelo Tribunal Penal Internacional.

Em plena era Clinton (1993 a 2001), como presidente dos Estados Unidos, a Otan invadiu a República Federativa da Iugoslávia, em 1999, usando inclusive como tropas de guerra, no terreno, fundamentalistas islâmicos treinados pela CIA, responsáveis diretamente por agressões inomináveis contra a população (como estupros de crianças, genocídios étnicos, tal como ocorre hoje, por exemplo, na Síria), atribuindo a responsabilidade delas a Milosevic, o qual, não obstante não fosse um santo, foi caricaturado e acusado por muitos crimes orquestrados pelo imperialismo americano-ocidental.

Foi nesse período, portanto, que a metaestrutura do imperialismo americano-ocidental desenvolveu, como nunca, a tecnologia das falsas revoluções, conhecidas comumente como revoluções das cores – aqui me lembro do estilo índio verde e amarelo nos rostos de muitos manifestantes.

Depois das acusações de Edward Snowden, só sendo muito ingênuo para não deduzir até que ponto chegou, na atualidade, a tecnologia de guerra que usa e abusa das manifestações de rua, transformando-as em conta por um (1) a serviço dos interesses dos oligarcas do Ocidente.

O destaque favorável às manifestações

Se, portanto, um evento é um sítio histórico, ele não pode ignorar de forma alguma que o nosso atual sítio histórico é esse em que a metaestrutura imperialista americana-ocidental detém um poder enorme sobre as manifestações de rua, transformando-as facilmente em conta por um (1) de seus interesses táticos e estratégicos, sempre econômicos, oligárquicos. Isso não significa que as manifestações de rua sejam inviáveis. Tampouco significa que não tenhamos nossos próprios motivos para nos rebelarmos, seja no Brasil, seja na ex-União Soviética, na ex-Iugoslávia, ou na atual Síria, em Líbia ou mesmo nos Estados Unidos.

O que quero dizer é muito objetivo. Para se constituir como evento, qualquer manifestação de rua da atualidade deve partir de um sítio histórico em que a metaestrutura do imperialismo americano-ocidental seja colocada em xeque, de modo que seu *ultra-um* o seja antes de tudo em relação à conta por um das oligarquias do ocidente e do mundo, sendo igualmente um *ultra-um* para as corporações midiáticas que impõem a versão que querem dos acontecimentos que afetam a humanidade no contemporâneo, razão pela qual estas inevitavelmente recusarão qualquer evento verdadeiro.

Sob esse ponto de vista, não nos enganemos. Não é verdade que o sistema midiático brasileiro, com sua metaestrutura ancorada nas Organizações Globo, tenha resistido às manifestações de junho último, seja no início ou no seu decorrer. É tolice supor que os gestos caricaturais de Arnaldo Jabor, acusando os manifestantes de serem bárbaros, foi uma evidência de que a TV Globo estaria contra as manifestações. Essa informação é no mínimo ridícula, primeiro porque antes do Jabor, a Globo mesma estava dando amplo destaque favorável às manifestações, sem contar os outros veículos de comunicação, sinalizando claramente que eles estavam muito mais bem informados que nós todos, detendo inconfessáveis segredos que nós mesmos não conhecíamos e não conhecemos.

Ou será que seja mera coincidência que, no período, os jornais todos destacassem favoravelmente as manifestações, assim como as TVs, que as apoiaram em blocos, através de um Datena, um Marcelo Resende, um Danilo Gentili, esse vetusto novo bárbaro, um Jô Soares, um Galvão Bueno, uma Fátima Bernardes, um Faustão e tantos outros e outras a destacarem que finalmente o “gigante havia acordado”?

O coelho na cartola

Um evento jamais será televisionado ou informado pelas mídias corporativas, pois estas são as metaestruturas das contas por um dos grupos de identidade do contemporâneo. Jamais farão a mínima concessão a qualquer evento verdadeiro, seja político, seja científico, seja amoroso, seja artístico.

De qualquer forma, o mais relevante no momento se inscreve na seguinte pergunta: o que eles sabem que nós desconhecemos, no que diz respeito às manifestações que deverão ocorrer em junho/julho deste ano, durante a Copa do Mundo do Brasil? O que colunistas como Diogo Mainardi, Eliana Cantanhêde, Reinaldo Azevedo, Guilherme Fiúza sabem que nós não sabemos? O que os faz vaticinar a vitória de Dilma Rousseff antecipadamente? Querem que pensemos que apoiam o governo, assim como Arnaldo Jabor quis que pensássemos que a TV Globo era contra as manifestações de junho? O que sabe a revista *The Economist*?

Se um editorial se constitui como a versão ideológica de um veículo de informação, o seu posicionamento político-informativo, talvez seja o caso de admitirmos que saiba também dizer o que queremos ouvir de modo que nem sempre o que dizem seja o que pensam ou defendem efetivamente. De qualquer forma, uma coisa é certa: eles são bem informados. Sabem mais do que qualquer um de nós, talvez mesmo mais que sistema de inteligência (ou contrainteligência) do governo federal, com seus agentes normalmente treinados pela metaestrutura-mor: o imperialismo americano-ocidental. Eles sabem e têm este coelho na cartola: o destino manifesto da metaestrutura imperialista. Por isso planejam (e são planejados) para tirá-lo da cartola no momento preciso: a Copa do Mundo de 2014.

“Denunciando o desigual”

Os meios corporativos têm, portanto, esta missão estruturante: transformar as estruturas do mundo, tão presentes quanto antigas, em satélites da metaestrutura do imperialismo americano-ocidental. Por isso se sentem como Joaquim Barbosa, além do bem e do mal, e sambam enquanto contam por um (1) tudo que respira, pois são os sanguessugas de nossas infinitas possibilidades de produção de eventos, abortadas por suas mafiosas edições e reedições letais da universal verdade dos povos: a estrelar aposta num futuro livre de opressão de classe, de gênero, étnica.

Como mortos que enterram os vivos, é a morte do evento revolucionário que eles nos vendem, como se viva múmia fosse, amarrados e cobertos que estamos pelos panos/planos antigos da edição despótica que nos inviabiliza desde remotas eras: a edição da história segundo o ponto de vista dos civilizados bárbaros de ontem e de hoje.

Um evento verdadeiro deixaria as múmias midiáticas se enterrarem, juntamente com a metaestrutura. Jamais carregaria palavras de ordem editadas ao gosto do freguês com a esperança de aparecer no *Jornal Nacional*.

Pelo contrário, um evento, digno do nome, saltaria os vivos das estruturadas covas editoriais oligarcas – que nos prendem, mumificam – desestruturando-as e apostando no futuro incontável de tudo que viceja, sempre “denunciando o desigual”, banqueiros, multinacionais, ricos e famosos, a fim de salvar o singular: a vulnerável vida terráquea.

MÍDIAS CORPORATIVAS

As manifestações dos jovens de classe média (23/06/2013, primeira publicação)

No prefácio (1920) de **Imperialismo**, *fase superior do capitalismo* (1916), Vladimir Illitch Lenin (1870-1924), líder da revolução russa de 1917, define o imperialismo tal como sugere o subtítulo de seu livro, fase superior do capitalismo, detendo os seguintes traços: 1) através dele, o capitalismo se transformou num sistema mundial de subjugação; 2) que estrangula a maioria da população do planeta; 3) através de um punhado de países “avançados”, armados até os dentes; 4) que dominam e arrastam todo o planeta para uma incessante guerra pela partilha das riquezas dos povos; 5) saqueando-os implacavelmente; 6) nesse cenário, não existe a mínima possibilidade de alternativas românticas, como se pudéssemos produzir história nacional, por exemplo, fora das estratégias imperialistas de dominação do mundo: ou nos submetemos, deixando que saqueiem nossos recursos e nossos povos humilhados e empobrecidos, quando não assassinados; ou nos armamos até os dentes entrando na disputa interimperialista; ou nos unimos, com países igualmente saqueados e submetidos, a fim de, em processo, através de uma agenda própria, construirmos história.

As duas guerras mundiais do século passado foram, sob esse ponto de vista, desencadeadas por países armados até os dentes que disputavam a partilha do mundo, principalmente os países do Ocidente, Alemanha, Inglaterra, França, Itália, Espanha, Estados Unidos, porque, se o imperialismo é a fase superior do capitalismo, ele é simultaneamente a fase superior da expansão colonizadora europeia; uma espécie de cruzada ocidental pela repartição não menos ocidental de todo o planeta, sob a forma, por exemplo, da imposição de um modelo único de produção econômica, o sistema mundial de produção de mercadorias, conforme a definição do filósofo alemão Robert Kurz, independente se prevalece, nele, o Estado, a “livre iniciativa” ou o socialismo, pois por todos os lados a mercadoria reina absoluta, mercantilizando-nos imperiosamente, ocidentalmente, através da expansão imperialista.

Japão, União Soviética e China, entre outros, entraram em cena, sob essa perspectiva, mais como reação, resistência e subordinação à palavra de ordem da expansão imperialista do capitalismo ocidental do que como protagonistas históricos de outro modelo de sociedade, não rendido à forma-mercadoria, razão pela qual as guerras de pilhagem eram e são também guerras culturais, epistemológicas, tecnológicas; guerras de imposição para todo o planeta de um homogêneo e vazio modelo planetário de civilização, a burguesa, o que não significa que a invasão de terras alheias seja uma questão ocidental. As grandes civilizações de tradição do oprimido, anteriores à nossa, também invadiam povos, submetendo-os e sequestrando suas riquezas. As diferenças entre a expansão imperialista do Ocidente, sob a forma de ocidentalização de todo o planeta, em relação às formas precedentes, são: 1) o imperialismo burguês é planetário; 2) Nenhuma outra expansão, nem a romana, alcançou esse status, razão por que esse é o grande jogo no qual estamos e através do qual devemos agir, inclusive para superá-lo.

Após a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos se tornaram o epicentro da expansão imperialista do Ocidente, com um claro objetivo de impor uma *Pax Americana* planetária, fundada na dominação levada a cabo pelo que ficou conhecido como *keynesianismo* bélico. Sob esse ponto de vista, não nos iludamos: as guerras são o principal agente econômico do imperialismo, dominado até o momento por Estados Unidos. São elas que tem feito o mundo crescer, constituindo-se como o verdadeiro combustível do que geralmente chamamos de progresso ou de desenvolvimento.

Se, conforme Lênin, o imperialismo é a fase final do capitalismo, significa simplesmente que ele é seu gestor mundial, razão pela qual, os Estados Unidos, como epicentro desse modelo, são antes de tudo os pragmáticos administradores mundiais do capitalismo, motivo pelo qual investem (isto é, nós investimos) fortunas para manterem a dianteira bélica no sistema-mundo, principalmente realizando guerras sem cessar, seja diretamente, seja gerenciando outras, através, por exemplo, da Otan e de parceiros como as ditaduras do Golfo Pérsico, região de países como Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, todos

cada vez mais armados até os dentes e dispostos a realizarem, patrocinarem e organizarem guerras em nome antes de tudo dos interesses americanos, como a que neste momento está ocorrendo na Síria, país invadido por mercenários fundamentalistas treinados, armados e financiados pelos agregados comerciais e bélicos dos Estados Unidos, em nome do Deus-lucro, para as corporações, e de Alá, para os ditadores do petrodólar.

Com mais de 872 bases militares espalhadas pelo planeta, incluindo as 7 recentes, de Colômbia, os Estados Unidos literalmente invadiram o mundo, invasão que se realiza não apenas através de presença militar, mas também pela presença diplomática, através das embaixadas americanas, núcleos elas mesmas de golpes, espionagem, ameaças, cooptação não importando o país onde estejam; por meio da presença cultural, encarnada no estilo americano de vida; através de quantidade indefinida de agências financiadas pelo poder público, financeiro e corporativo, de nomes pomposos e dissimulados, como Usaid, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, NED, Fundação Nacional para a Democracia, *Freedom House*; ONGs, meios de comunicação e uma intrincada rede de espionagem telefônica e eletrônica de maneira que hoje é possível afirmar que a Rede Mundial de Computadores, de domínio americano, é também uma rede planetária de espionagem, como ficou evidente com as recentes denúncias do administrador de sistemas americano, Edward Snowden, mais um perseguido político, na lista dos já incontáveis, da ditatorial democracia bélica do imperialismo americano, sem contar os aviões não tripulados, os quais, em tempo real, ao mesmo tempo esquadrinham e matam “suspeitos” e inocentes, concebidos cinicamente como danos colaterais.

Chegamos enfim ao Brasil, este estranho país que vive a si mesmo como se não fizesse parte desse grande jogo planetário, o do imperialismo como administrador mundial do capital, inclusive como se não fizesse parte do que usualmente os gringos americanos chamam de pátio traseiro deles. Basta olharmos os noticiários, inclusive os de esquerda, com raríssimas exceções, para constataremos estarrecidos que vivemos os acontecimentos internos como se fossem sempre

internos, questões nossas, seja de incompetência, seja de corrupção, seja de êxito, competência ou ainda de resistência, de lutas populares. O Brasil vive a si mesmo como se fosse um laboratório endógeno de sobrevivência histórica, uma espécie paradoxal de povo formado e formando-se por geração espontânea, *in vitro*.

No Brasil, tanto a direita como parte da esquerda insistem em omitir esta questão fundamental, questão de sobrevivência: ou continuamos como pátio traseiro do imperialismo americano, humilhando-nos e empobrecendo-nos eternamente; ou nos esforçamos, unindo-nos a nossos vizinhos, para produzir um mundo multipolar, a fim de deixarmos de ser uma das fontes mais seguras de formação de capital primitivo para o Tio Sam, por exemplo através de tratados de livre comércio que nada mais são do que tratados de livre sujeição, nos quais e através dos quais os beneficiados são antes de tudo eles e um segmento capacho, hipócrita, cínico, racista e vendido de nossas elites econômicas, culturais e acadêmicas, com a certeza de que a esmagadora maioria da população, inclusive as classes médias, ficará cada vez mais pobres, ignorantes, subalternas, mergulhadas na barbárie.

Com todas as contradições próprias de um processo histórico complexo, a América Latina dos últimos pelo menos 15 anos tem efetivamente experimentado a possibilidade de deixar de ser o humilhado e miserável pátio traseiro dos Estados Unidos através, por exemplo, da memorável recusa do Alca, o famigerado tratado de aliança arquitetado por Clinton e levado adiante por Bush e enterrado em Mar del Plata, Argentina, precisamente porque elegemos presidentes mais comprometidos com o desafio de nos livrarmos da condenação de sermos, por estarmos tão próximos, o sempre disponível capital primitivo do Tio Sam. É, pois, a incorporação política do desafio de superação de nossa subserviência ao imperialismo americano que levou presidentes eleitos na Argentina, na Venezuela, no Equador, na Bolívia, no Brasil, Uruguai a se aproximarem e investirem energias na produção de nossa integração soberana, seja por meio da criação da Alba, Alternativa Bolivariana para as Américas, do Unasur, União de Nações sul-americanas, Celac, Comunidade de Estados latino-americanos e Caribenhos;

da inclusão de novos membros ao Mercosul, como a Venezuela, com o claro, ainda que vagaroso, objetivo de nos tornarmos mais independentes de Estados Unidos, única alternativa, não existe outra, de produção de verdadeira democracia e, portanto, de realização efetiva de protagonismo político e justiça para os nossos povos, historicamente humilhados e violentados pelo mais implacável poder colonial jamais presenciado: o poder do imperialismo americano, acúmulo milenar de todas as violações, usurpações, ismos, idiotismos, sofisticando-os por meio de tecnologias de enganar, espionar e matar, tudo ao mesmo tempo agora, sem contradição alguma.

Como gestor pragmático do capitalismo mundial, tendo em vista antes de tudo os interesses econômicos de suas multinacionais, o imperialismo americano tem mundialmente o seguinte objetivo primordial: canalizar as multiplicidades do planeta transformando-as em modelo de realização do teatro de guerra, que é o mundo, pois só assim conseguirá usurpar as riquezas dos povos. Para tanto, ele não exclui absolutamente nada, nem esquerdistas, nem direitistas, nem anarquistas, nem fundamentalistas, nem evangélicos, nem católicos, nem homens, mulheres, homossexuais, índios, brancos, negros, mestiços, pois sempre parte da realidade do terreno, com suas especificidades, procurando tirar proveito mesmo em situações adversas.

Com o objetivo de esquadrihar e capturar as multiplicidades humanas, independente de suas especificidades (insisto), o imperialismo americano domina totalmente as tecnologias de controle de nossa época, em sua dupla dimensão interrelacional: 1) a dimensão individual, marcada pelo objetivo maior de mapear o indivíduo isolado e/ou as multiplicidades de indivíduos. Chamo essa dimensão de *panóptico* molecular porque está voltada ao mesmo tempo para as pessoas isoladas e também para a visualização dos fluxos humanos numa determinada região, inclusive e antes de tudo os fluxos de jovens rebeldes, insubmissos. A internet é a tecnologia responsável pela captura dos movimentos dos fluxos, razão pela qual os Estados Unidos detêm um indiscutível domínio da Rede Mundial de Computadores e nos espiona a todos, através, por exemplo, das redes sociais,

instrumento poderoso para observação do movimento e das tendências comportamentais de diversos perfis humanos; 2) a dimensão do *Panóptico* estelar, a partir da qual a Terra é vista de fora, através de uma infinidade de satélites que gravitam em torno do Planeta. O *panóptico* estelar não conhece fronteiras, nem de países, nem de continentes ou subcontinentes, capturando-as como modelo de realização geoestratégico da dominação americana de todo o mundo, simplesmente porque tudo é usado como modelo de realização de mais-valia: mais-valia financeira, mais-valia de recursos energéticos, mais-valia cultural, mais-valia comportamental, mais-valia de recursos naturais, mais-valia de subjetividades, de sexualidades, enfim, de multiplicidades mapeadas, vigiadas e efetivamente operadas para a realização da mais-valia mor: a dominação implacável de todo o planeta.

Tudo é, pois, transformado em peças de um grande jogo de dominação do mundo: fronteiras, línguas, etnias, ideologias, recursos naturais, doutrinas religiosas, perfis etários, sexuais, razão pela qual, combinado com o *panóptico* molecular, o estelar nos captura como táticas e estratégias de um jogo totalitário, a que chamamos simplesmente de geopolítica de dominação imperialista. China e Rússia, em maior medida, mas também Brasil, Índia, África do Sul, Argentina, Venezuela, Irã, Equador, norte da África, Síria, Líbano, países que fazem fronteira com China e Rússia, demais países que possuem abundância de minerais raros, além de petróleo e água, todos somos especialmente esquadrihados pelo *panóptico* estelar ocidental, pois somos ao mesmo tempo, na atualidade, obstáculos e focos de desejo do imperialismo americano; obstáculos porque estamos produzindo um mundo multipolar e objetos de desejo porque temos abundância de riquezas fundamentais para a movimentação da máquina do capital.

Durante o governo de Lula, em maior medida, e de Dilma Rousseff, Brasil entrou de forma mais audaciosa (menos submetida aos Estados Unidos) na geopolítica internacional e tem orquestrado, com os vizinhos, tentativas significativas de libertar-se da condição de pátio traseiro do Tio Sam. Sob esse ponto de vista, não tenhamos dúvida: Brasil é um modelo de realização do domínio americano da América Latina e mesmo do mundo. Está sendo caçado para novamente

se submeter integralmente, como ocorria nos governos anteriores, especialmente do PSDB, às botas de Tio Sam. Somos, pois, extremamente vigiados. A não ser que queiramos acreditar em nossa síndrome de geração espontânea, não sejamos ingênuos: as manifestações juvenis que estão ocupando as ruas das grandes cidades brasileiras foram milimetricamente planejadas pelo imperialismo americano. Como?

Cena 1: Através das tecnologias típicas do *panóptico* molecular, especialmente celulares, redes sociais, e-mails, desde fora e de dentro muito especialmente a juventude legitimamente inconformada com a injusta estrutura de classe que ainda impera no Brasil (não temos tido mudanças estruturais) confabula rebeliões, manifestações e se organiza com o objetivo de produzir situações políticas (sempre) que forcem os governos a reverem as draconianas condições de transporte, de saúde, de educação, de moradia, de trabalho, da maior parte da população brasileira. Ao usar as tecnologias de controle *panóptico* da atualidade, esse segmento audacioso, fundamentalmente jovens universitários, está sendo milimetricamente vigiado. O grande irmão sabe o que estamos planejando fazer.

Cena 2: O imperialismo americano sabe das fragilidades dos governos do PT. Sabe que, por mais que o país tenha avançado, existem muitas injustiças, escandalosas, injustificáveis, infelizmente prevalecendo. Sabe também das manifestações que jovens universitários, já há alguns anos, tem realizado, nas ruas, contra aumento de passagens de ônibus, utilizando precisamente as redes sociais para convocá-las. De posse dessas informações, ONGs e agências americanas, como a Usaid, tem cooptado, financiado e treinado jovens, especialmente de classe média, para se tornarem especialistas em convocação de grandes manifestações, através, por exemplo, do uso de Facebook.

Cena 3: Os jovens treinados e financiados por ONGs e agências americanas, a partir de palavras de ordem abstratas (fim da corrupção, CPI das obras da copas, entre outras) deveriam desencadear manifestações, sobretudo nas cidades das Copa das Confederações, Essas manifestações foram cuidadosamente planejadas com um duplo objetivo: tirar todo mérito que o governo do PT poderia ob-

ter de tal evento esportivo, desqualificando-o perante o mundo e impor a agenda da próxima eleição, que será constituída de desgastes contínuos, podendo chegar a um impedimento da presidenta antes mesmo do fim de seu mandato.

Cena 4: O aumento das passagens de ônibus de algumas cidades que estão sediando jogos da Copa das Confederações deveria ser o detonador de tudo. A manifestação extremamente legítima contra o aumento da passagem de ônibus de São Paulo, centro econômico do Brasil, foi capturada antes mesmo que acontecesse. Tornou-se, pois, uma circunstância oportuna para desencadear uma série de manifestações pelo Brasil afora.

Cena 5: Setores especiais da polícia de São Paulo foram orientados a reprimir (e também no Rio de Janeiro) com firmeza as manifestações contra o aumento da passagem de ônibus. Para tanto, visaram especialmente jornalistas que estariam presentes na cobertura dessas manifestações, pois sabiam que, assim ocorrendo, o impacto seria maior.

Cena 6: Jovens treinados, especialmente em Brasília (mas não apenas) por agências americanas finalmente entraram em cena: imediatamente usaram as redes sociais para convocarem manifestações pelo Brasil afora, pegando carona da repercussão da violência policial de São Paulo, previamente planejada.

Cena 7: Os meios de comunicação em conjunto, imprensa escrita, radiofônica e televisiva, com a liderança da TV Globo, deveriam repercutir sem cessar a violência policial de São Paulo e Rio de Janeiro, com o objetivo de instigar demais manifestações pelo Brasil afora, que seriam e foram incansavelmente incentivadas e noticiadas.

Cena 8: Os meios de comunicação, a mídia corporativa em seu conjunto, fariam o que fizeram: capturariam as manifestações, reeditando-as e impondo a agenda delas, independente das manifestações. Uma dupla agenda, uma primeira explícita, marcada por palavras de ordem do tipo “fim da corrupção”, “CPI da Copa do Mundo”, “fim da violência”, “fim da incompetência”, “fim da inflação”; e uma segunda mais ou menos oculta: desgaste da presidenta, então com uma grande aceitação popular, com o objetivo implacável de realização de um golpe

de estado, por exemplo, com a efetividade da CPI da Copa do Mundo, aprofundarem o desgaste da presidenta, sangrando-a impiedosamente, até a cena final: seu impedimento ou sua derrota nas urnas, em último caso.

De tudo, o que ficou evidente foi e é a orquestração coesa do conjunto das corporações midiáticas brasileiras. Na manifestação da última quinta-feira, dia 20 de junho, tanto a imprensa escrita, como a radiofônica e como a televisiva estavam incansavelmente convocando a população para se manifestar, nas ruas, com o objetivo claro de produzir um novo “Fora Collor, Michel Timer novo presidente do Brasil”.

Temos, portanto, que fazer a pergunta fatal: o que gera essa “espontânea” coesão nas corporações midiáticas brasileiras, sobretudo diante de uma situação em que apenas a TV Globo está diretamente sendo beneficiada pelo uso monopólico da transmissão da Copa das Confederações? Resposta simples: as corporações midiáticas em seu conjunto são fundamentalmente ventríloquas do imperialismo americano e cumprirão fielmente qualquer roteiro orquestrado por Estados Unidos, com o objetivo de tornar o Brasil totalmente submetido aos interesses americanos. A mídia corporativa odeia o povo brasileiro e existe para impedi-lo, para realizar sem cessar, no cotidiano, o *impeachment* do Brasil livre, justo, digno, portanto, independente do julgo imposto por Estados Unidos.

O maior inimigo do Brasil sem dúvida alguma é o monopólio da palavra e das imagens (e, por consequência, o monopólio interpretativo dos fatos e acontecimentos) imposto pela coesão implacável de nosso criminoso oligopólio dos meios de comunicação. Estaremos eternamente impedidos, como povo que aspira a sua soberania (nunca *in vitro*) enquanto prevalecer esse ditatorial monopólio da palavra em nossas terras; monopólio que só mostra, divulga e incentiva aquilo que lhes interessa, em conformidade com as orientações do Tio Sam, constituindo-se, pois, como a ponta de lança de traição do povo brasileiro, embora, com muita demagogia, através de programas de entretenimento, entrevistas, novelas, hipócritas altruísmos, sorrisos, diga o contrário.

Diante do sequestro, realizado pelas corporações midiáticas, das manifestações que estão ocorrendo pelo Brasil afora, a única saída digna, audaciosa, inteligente, comprometida com o país, é voltar-se contra o monopólio da palavra, indo às ruas para exigirmos o seu fim imediato, razão suficiente para enchermos as ruas não com o objetivo de irmos até a sede dos governos eleitos, mas antes de tudo para nos manifestarmos, em paz, na frente das sedes da TV Globo em cada capital brasileira.

Quero só ver como a TV Globo nos editará quando fizermos essa realmente revolucionária manifestação...

NOVAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO

A sociedade espetacular planetária de maio de 68 (02/07/2013, primeira versão)

Os filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari propuseram duas formas de política para atuar, pensar, criar, ler, viver: uma política existencial molar e uma política existencial molecular. A primeira, a molar, é constituída por planos fixos, segmentados, já instituídos, como certa ideia de esquerda em contraposição a outras não menos previsíveis visões do que seja direita; bem versus mal, povo homogêneo, amigo versus inimigo, centro e periferia; pobre e rico; homem e mulher, heterossexual, homossexual; ser branco, ser negro, ser índio, ser criança, ser latino, ser americano, ser jovem, fases etárias, saberes instituídos, a própria língua, entendida como um conjunto de convenções que nos faz falar cadeira, por exemplo, e imediatamente pensar ou ver uma cadeira, objeto de quatro pernas contendo um suporte onde sentamos para realizar múltiplas atividades cotidianas; enfim, molar é tudo que está estratificado, organizado, dado, realizado, sendo perceptível, dedutível, acreditável. Por sua vez, a segunda perspectiva existencial, a molecular, é precisamente o contrário da molar: é tudo que não está dado, que não está pronto, que não está instituído, nunca é um *à priori*, de modo que também não é fixo, é movente, metamórfico, uma coisa e outra e outra, sem que possamos regular de antemão; sem que possamos dizer, “é isto”, “é aquilo”, porque é sempre um aglomerado de partículas, de misturas, de heterogêneos, de imperceptíveis, de séries divergentes. O molecular é, pois: o não visto, o não sentido, não pensado, não escutado, não realizado, não esquadrinhado, multiplicidades imprevisíveis.

O jogo entre a política existencial molar e a molecular determina nossas vidas, sobretudo se o assumimos integralmente, o que só é possível sabendo de antemão que o molar, os valores fixados numa época dada, não é absoluto precisamente porque a sua grande tara, sua, digamos, verdadeira fixação é a conquista

ininterrupta do plano molecular, seja administrando-o, seja potencializando suas energias irreprimíveis para conquistas definitivamente molares, como a de cargos eletivos, de lucros astronômicos. Desde que o mundo é mundo, principalmente tendo em vista as civilizações de tradição do oprimido, o desafio dos poderes molares instituídos sempre foi o de submeter o plano molecular, colocá-lo a serviço do molar. A nossa época, principalmente na sua versão falsamente molecular, a ocidental, pode ser simplesmente definida como um período histórico que imita o plano molecular, a fim de a vivermos ou de vivermos nela como se estivéssemos em pleno ciclo da vida livre, irreprimível, marcada por multiplicidades étnicas, de gênero, culturais, etárias, estéticas. Essa é, pois, uma questão crucial, de vida ou de morte, na atualidade: o imperialismo ocidental se especializou, com o uso das novas tecnologias de comunicação, em apanhar o plano molecular, fazendo-o agir a seu serviço, mesmo que acredite que esteja produzindo a sua liberdade molecular, múltipla, irreprimível. A crença atual na espontaneidade juvenil, sobretudo das classes médias, marcada pela alegria, descontração, pela suposta liberdade sexual, pelo respeito às diferenças, enfim, a crença que nossa época tem no plano molecular certamente tem relação com o pior aspecto possível do plano molar: a sua gestão mundial sofisticada pelo imperialismo ocidental.

Nas civilizações marcadas por religiões semíticas de salvação, como a nossa, a cristã, a mulçumana, a judaica, Deus geralmente é concebido como um centro molar transcendental, um *a priori* da justiça, da bondade, da beleza, da harmonia, da proteção, por outro lado, o diabo é visto e descrito como molecular, daí a célebre passagem bíblica, em Marcos 5:9: “Então Jesus lhe perguntou: ‘Qual é o seu nome? Meu nome é Legião’, respondeu ele, porque somos muitos’.” O diabo, pois, é molecular porque é legião, sempre é um e outro de outro, híbrido, sem que possa ser definido de antemão, não sendo circunstancial que é também vara de porcos, um indefinido coletivo considerado sujo, bestial, incontrolável.

É possível conceber o povo, portando, sob duas formas: um povo molar e um povo molecular, num contexto em que o primeiro é apanhado pela trans-

condência molar, por Deus, pelo Estado, pelo mercado, pelas instituições, pelos saberes, sendo harmonizado, esquadrihado, enfeixado, organizado, amansado, pacificado; e, por sua vez, o segundo, o povo molecular, é geralmente percebido como um povo sem direção, descentralizado, desorganizado, invadindo ruas, instituições, sem que possamos apreendê-lo, domesticá-lo, tal como a vara de porcos – um coletivo inapreensível, sujo, impuro, híbrido, imperceptível, imprevisível. Por outro lado, como o contemporâneo é o período de imitação do plano molecular, uma dissimulada época que a si mesma vive como se realizasse por todos os lados os fluxos livres das multiplicidades imperceptíveis, com sorrisos, é possível deduzir que na verdade o nosso atual período histórico se caracteriza como a de um povo molecular apanhado e esquadrihado pelo plano molar, de tal maneira que acredite que, ao se expressar supostamente de forma criativa, destemida, revolucionária, esteja livre dos planos molares tradicionais, como o plano molar do patriarcado, logo da opressão de gênero, e/ou o plano molar racista, logo da opressão étnica; ou ainda o plano molar da concentração de riqueza, sob a forma de opressão de uma classe sobre as outras.

A grande sacada do imperialismo ocidental, como forma planetária de gestão de ilusões no interior do capitalismo contemporâneo, é a produção (via tecnologias de comunicação, via sociedade do espetáculo) de um teatral povo molecular que é paradoxalmente tanto mais molar quanto mais acredita ser molecular. Um, portanto, molecular povo molar que, ao ter a ilusão de que se expressa como molecular, como povo livre de poderes instituídos, realiza sem que o saiba (e muitas vezes sabendo) o jogo dos poderes molares de sempre, como o molar e milenar poder patriarcal, como o molar e não menos milenar poder étnico, branco, se consideramos a história da modernidade ocidental; como enfim e em começo o poder molar do sequestro das riquezas comuns. Nossa época acha que deve se livrar dos planos molares históricos, como, por exemplo, o molar plano maniqueísta que divide o mundo em bem e mal, e, achando, ilude-se que basta dizer que não é molar que a gente deixa de ser, espontaneamente, como um

ato de vontade individual e de pequenos grupos ou segmentos de classe. Esse é, pois, o pior obstáculo do contemporâneo: a crença de que estamos realizando as liberdades irreprimíveis do plano molecular, abandonando e desqualificando, como inferiores, todos os planos molares, sem saber que estes continuam nos esquadrihando, vigiando, orquestrando, tomando, usando-nos a seu bel-prazer, principalmente o plano molar-mor da atualidade: o imperialismo ocidental, especialista em sequestrar povos moleculares e fazê-los agir em seu nome acreditando produzir a sua própria liberdade.

Ser molar, hoje, portanto, é acreditar que somos moleculares, abandonando totalmente “velhos” planos molares produzidos pelos povos moleculares do mundo, como o da luta de classes, o da necessidade de produzirmos uma sociedade pós-capitalista, dos comuns, comunista. Nossa época ilusoriamente molecular orgulhosamente defende a dúvida, a confusão, a incerteza, como parâmetros de uma supostamente livre sociedade molecular, num contexto em que necessitamos como nunca dos molares planos das seguintes certezas realmente liberadoras: a certeza de que é impossível uma sociedade realmente molecular ou a produção de uma civilização de povos moleculares sem a superação do capitalismo, imutavelmente molar; ou a molar certeza de que a opressão de classe, de alcance planetário (sob a forma molecular de intensa divisão social do trabalho e dos saberes), é ainda o grande desafio a ser superado, se quisermos realmente produzir, em processo, um povo molecular. O abandono principalmente dessas duas certezas molares precedentes, a necessidade de produção de uma sociedade pós-capitalista a partir do fim da opressão de classe, é o que tem nos tornado extremamente vulneráveis, alegres presas fáceis do, insisto, mais funesto plano molecular jamais existido, acúmulo sofisticado e tecnológico de todos os outros: o imperialismo ocidental.

Por outro lado, não existe maior perigo para as esquerdas que o de se tornarem molares, acreditando-se moleculares. Acreditando, pois, que o povo molecular está nas ruas realizando involuções “revolucionárias” líbias, egípcias, sírias, espanholas, brasileiras e tantas outras do passado mais ou menos recente,

chamadas de “revoluções das tulipas”, das laranjas, das cores, tendo como parâmetro antes de tudo o horizonte da liberdade civil, como se este fosse o lugar por excelência de realização de um povo molecular. As esquerdas estão no geral sem norte e muitas vezes defendem a falta de norte como uma salutar forma de produção de perspectivas moleculares. Elas não podem, sob hipótese alguma, abandonar alguns importantes e indispensáveis planos molares duramente conquistados, de forma molecular, sempre, a saber (e repito): o plano molar de que é preciso cobrar sim dos movimentos sociais, confundindo-se com eles, sendo eles, perspectivas pós-capitalistas claras, objetivas, sabendo de antemão que o imperialismo é o nosso molar inimigo comum, razão pela qual as nossas bandeiras, ao irmos para as ruas, deve ter esse norte, um norte principalmente fundamental para os moleculares povos do sul: o norte sul ou o sul norte de que é preciso ir para as ruas sim contra o capitalismo, logo contra as oligarquias, logo contra as corporações, logo contra o imperialismo ocidental, plenamente consciente de que este é o gestor mundial do engano geral em que nos metemos ao nos acreditarmos moleculares sem realizarmos um efetivo exercício de desqualificação e de destronamento do mais nefasto plano molar em que estamos mergulhados muito além do pescoço: a civilização ocidental e seus molares esteios fundamentados no fetiche da mercadoria, na submissão planetária à forma-dinheiro e também na submissão ao fetiche desta outra mesma mercadoria: a de que as sociedades civis são o verdadeiro lugar do plano molecular de nossa época.

Um verdadeiro povo molecular, portanto, não pode, sob hipótese alguma, abandonar os planos molares conquistados historicamente por suas revolucionárias lutas moleculares do passado só porque acredita que hoje ele é espontaneamente molecular. Maio de 68 foi apanhado, como movimento molecular, pelo plano molar das estratégias atuais do imperialismo ocidental, que nos vende (se trata mesmo de vender) a ilusão, por exemplo, de que a juventude (principalmente as de perfis de classe média, marcadas pelo estilo americano de vida) é o espontâneo, alegre e sexual corpo/rosto da produção de um mundo molecular,

de modo que, para que este último aconteça, é necessariamente fundamental que abandonemos a figura do adulto e do mestre, vista e concebida por todos os lados como autoritária, despótica, molar. Maio de 68, na França, inventou a juventude, tal como a conhecemos no contemporâneo. A hipótese principal é: maio de 68, como movimento revolucionário que procurou destronar a figura do mestre e do adulto foi capturado pelo imperialismo ocidental, razão pela qual produzimos sim uma juventude presunçosa, que tende a desqualificar os planos molares conquistados pelos (também jovens) moleculares povos do passado porque, de forma molar, acredita que esses planos (exemplos de sempre: a produção de uma sociedade pós-capitalista, o fim da opressão de classe) são anacronismos defendidos por carrancudos adultos que insistem em se posicionar como não menos anacrônicos e superados mestres.

As esquerdas tendem a fazer uma conciliação entre Deus e o Diabo quando o assunto é o povo revolucionário, molecular, pois geralmente o concebem ao mesmo tempo como vara de porcos, revoltando-se, mas também como povo homogêneo, marcado pela unidade transcendental, como se o povo se revoltasse por motivos semelhantes: a fúria contra um ditador, contra um governo, contra uma igual situação de injustiça patrocinada por tal e qual estado, sempre tendo em vista a premissa molar de que o povo é o povo da revolução, da luta por justiça, genuinamente anticapitalistas ou que o povo o é de determinado país, o povo brasileiro, o argentino, o venezuelano, o americano, sem considerar, por exemplo, a molar molecular divisão do povo, sua dissonância, seus dissensos irreconciliáveis, como a divisão de classes, de língua, étnicas, culturais; e também seu perfil híbrido, nacional e estrangeiro, rural e urbano, anacrônico e futurista, metamórfico como o diabo, sem que possamos enfeixá-lo por qualquer forma de *a priori*.

Muito do que tem sido analisado sobre as manifestações que tomam as ruas do Brasil, previsivelmente parte de pontos vista típicos de uma política existencial molar. As análises feitas pelo mundo daqueles que se consideram de esquer-

da exigem perspectivas moleculares, se quiserem realmente não apenas entender de antemão a salutar ocupação das ruas, com vistas a produzir um país mais justo, mas também se quiserem influir de modo mais consequente nos rumos dos acontecimentos. E isso por uma questão muito simples: o imperialismo, como gestor mundial do capital, embora molar, planeja e age de forma molecular, sabendo claramente que o grande jogo, o da dominação total da espécie humana, só é vencido realmente se o plano molecular, o da vida em sua intensidade de criação, de tesação, de crítica, de libertação, de desejos, justiça, for cuidadosamente apanhado pelo plano molar dos interesses, por exemplo, das multinacionais – verdadeiro poder do contemporâneo, mais que o poder do Estado.

No entanto, como o que era molecular tende a se tornar molar, é preciso ter clareza, fora de qualquer dúvida molecular (ou molar) de como devemos agir. Na primeira versão do filme *Matrix* (1999), num momento culminante da narrativa, o personagem Morpheus diz claramente para Neo: “Não temos mais tempo para dúvidas!” Se quisermos realmente ser jovens (neo, como sabemos, significa novo), esta é também, ainda que molar, a verdadeira premissa de nossa época: “Não temos mais tempo para dúvidas!”. Não temos igualmente mais tempo para brincarmos de confusos ou acharmos que somos espontâneos numa civilização de hierarquização, de polarização e de opressão, como a nossa, fiel herdeira das civilizações precedentes, igualmente hierarquizantes, polarizadoras e opressoras. Vivemos, portanto, numa civilização velha de modo que ser novo é também e antes de tudo entender claramente as consequências desse argumento: temos sim que superar a civilização burguesa, começando por superar os principais esteios que a sustentam, com clareza e sem dúvida: o imperialismo ocidental, fundamentalmente bélico; as oligarquias, os despóticos poderes das corporações, assumindo integralmente a política como espaço de decisão sobre os destinos da humanidade inteira, independente de grupos, de países, de qualquer outro referencial segmentado, particular.

Leituras feitas de sites de esquerda pelo mundo afora, principalmente de analistas políticos internacionais, tendem a assumir os seguintes pressupostos

molares: 1) Os governos do PT, de Lula e de Dilma, traíram totalmente a classe trabalhadora, ao não se libertarem do neoliberalismo, principalmente considerando seus dois principais eixos molares, o da chamada autonomia do Banco Central e o da política submissa de garantia de um insustentável *superávit* primário, fonte criminosa de enriquecimento de meia dúzia de credores, abandonando, por exemplo, setores como o da saúde, educação, moradia, reforma agrária, transporte coletivo, pois tanto a política dos juros altos, estabelecidos pelo Banco Central, como o suicídio do *superávit* primário constituem, juntos, a verdadeira sangria do povo brasileiro e a continuidade da nossa rendição ao neoliberalismo. Se quisermos dar consequências a esses argumentos, absolutamente legítimos, é preciso perguntar, também: onde o povo molecular na rua está claramente exigindo o fim de sua escravidão relativamente à autonomia do Banco Central e de seu sequestro realizado pelo *superávit* primário? Ou será que, mesmo sem o saber e que tenha todos os motivos do mundo para se rebelar, o supostamente molecular povo na rua não foi capturado para precisamente retirar do poder um governo considerado duvidoso (para as oligarquias dominantes) precisamente porque não tem respeitado tanto assim o imperativo categórico dos juros altos (da autonomia do Banco Central) e também o do *superávit* primário? Onde o povo molecular na rua, insisto, para exigir que o governo diminua drasticamente os juros (taxa Selic) e acabe logo com a verdadeira corrupção que é o *superávit* primário, investindo todo esse recurso nas cidades brasileiras, editadas de forma duramente molar pela divisão de classe que empurra sem dó nem piedade o povo pobre (vara de porcos?) para as periferias de periferias?

Em diálogo com David Harvey, existe uma relação direta entre os espaços da cidade, fundamentalmente molares (editados previamente pelos interesses especulativos, imobiliários, multinacionais, por segmentos de classe) e a edição privatista e individualista da cultura prevalecente em nossa época pelo menos desde a década de 70, qual seja: a cultura neoliberal. As cidades possuem, pois, uma divisão espacial previamente editada no âmbito de sua configuração de clas-

se, intensificada no período neoliberal, que é o que ainda vivemos. É evidente que as manifestações que tomaram as cidades nas últimas semanas têm relação direta com as históricas exclusões inscritas no próprio tecido urbano, não sendo circunstancial que tudo tenha começado com um aumento da passagem de ônibus, independentemente se foi aquém da inflação, pois a mobilidade urbana constitui o mais flagrante delito contra o direito de ir e vir, deixando claro o *impeachment* contra a cidadania, a verdadeira premissa urbana de nossa época.

É igualmente por isso que um movimento insubmisso, jovialmente indignado, que se volte contra o segregacionismo urbano, enchendo suas ruas e avenidas, não deve permitir, no processo de sua constituição: 1) que o monopólio da palavra elitista, capacho do imperialismo americano, marca do sistema midiático brasileiro, edite e sequestre a luta por um país justo ao reforçar as tendências mais nefastas da exclusão urbana, as quais se definem concretamente pelas péssimas condições de mobilidade e de moradia precisamente dos pobres e dos negros, empurrados cada vez mais para periferia de periferias, pela implacável volúpia da especulação imobiliária; 2) que a questão política da edição, portanto, não se dá apenas no âmbito dos suportes midiáticos, mas também no tecido urbano, ele mesmo editado previamente pela evidente repartição estratificada classista e racista do espaço urbano, com a região dos ricos, dos pobres, dos miseráveis, dos excluídos mesmo da exclusão, tal o abandono histórico da maior parte da população; 3) que intervir no espaço urbano é também uma questão de edição, no sentido claramente político, razão por que tal intervenção não pode negar a política e muito menos não pode ser uma manifestação contra a política, mas antes de tudo uma manifestação que leve em conta que o espaço urbano é ele mesmo um espaço de ignominiosa exclusão de classe, étnica, de gênero, epistemológica; 4) que qualquer intervenção no espaço urbano que não leve essas molares edições prévias, ao mesmo tempo contra a população pobre, contra os negros, contra a maioria esmagadora, será facilmente reeditada pelas corporações midiáticas nacionais e internacionais e servirá inevitavelmente aos interesses mais

escusos, fascistas e golpistas; 5) que é, por isso mesmo, preciso decidir, decisão revolucionária, realmente indignada, sobre qual espaço da cidade vale a pena ser ocupado; 6) que é preciso evitar a tudo custo ocupar os espaços da cidade nos quais os trabalhadores mais excluídos geralmente circulam; 7) que a cidade a ser ocupada é precisamente a dos ricos, a fim de não sermos apanhados pela edição prévia de estarmos tomando precisamente a cidade já tomada, enquanto os ricos nos assistem confortavelmente, em conformidade com as edições prévias e as reedições posteriores elaboradas precisamente pela TV Globo e pelo conjunto do oligopólio midiático; 8) que não temos que ir para as ruas com cartazes esperando que o sistema midiático nos apanhe e nos mostre para o mundo porque esse tipo de perspectiva está previamente editado pela sociedade do espetáculo; 9) que a luta é também contra a sociedade do espetáculo; 10) que o imperialismo é o gestor mundial das edições prévias, presentes e futuras de modo que sua principal preocupação é manter a ordem imperialista das edições instituídas, razão por que não nos iludamos, ele conhece nossos passos; 11) que é preciso ir às ruas contra as edições prévias, presentes e futuras do imperialismo, conhecendo seus interesses prévios, presentes e futuros com relação ao Brasil, à América Latina, ao mundo; 12) que tudo está perdido se acreditamos apenas no espaço urbano concreto, sem levarmos em consideração a necessidade imperiosa de ocuparmos outros espaços, o jurídico, o subjetivo, o bancário e sobretudo o mediático, por ser o virtual espaço de reedição do já editado: a miséria da vida e do mundo; 13) que o lugar da mentira e da demagogia no contemporâneo é o das corporações midiáticas, de modo que sob hipótese alguma devemos cair em suas artimanhas; 14) que ou ocupamos o espaço midiático ou estaremos condenados, independente de nossas verdadeiras intenções, a sermos inevitavelmente ocupados, ao sermos reeditados em conformidade com os interesses, sobretudo imperialistas, realmente responsáveis pela miséria urbana do Brasil e do mundo.

O imperialismo ocidental-estadunidense não é uma transcendência, isto é, não é um fora em relação às nossas supostas moleculares vidas, pois se mani-

festa em nós mesmos, em nossas supostas multiplicidades quando, por exemplo ocupamos as cidades, para nos manifestarmos, sem considerar que os centros urbanos do Brasil e do mundo estão, de forma molar, previamente editados pelos interesses especulativos, imobiliários, midiáticos, oligárquicos. Se não reeditamos essas edições prévias dos centros urbanos, mais que ocuparmos as cidades, estamos sendo literalmente ocupados por ela, logo pelo imanente e onipresente imperialismo ocidental, que se manifesta concretamente no jogo das edições passadas, presentes e futuras, a serviço dos interesses de suas oligarquias.

Desde que o mundo é mundo, como aqui foi dito, o grande jogo despótico dos poderes constituídos foi e é: capturar as multiplicidades, esconjurando seus demônios. Na sociedade do espetáculo, que é a que realmente vivemos, as cidades são antes de tudo cidades espetaculares, fortemente editadas pelas edições e reedições elaboradas despoticamente (nunca somos consultados) pelo tirânico e molecular (porque sabe sorrir) poder das corporações midiáticas, sempre a serviço do imperialismo ocidental. Ir às ruas para produzir fisicamente o espetáculo no interior de uma cidade espetacular é simplesmente suicídio ao mesmo tempo molar e molecular, pela simples razão de que fatalmente seremos reeditados em contextos a partir dos quais e nos quais nossos mais legítimos desejos de justiça serão capturados e transformados em dezenas de milhões de brasileiros exigindo dos molares poderes constituídos a volta da ordem imperialista, sob a forma de golpe militar, jurídico, parlamentar, midiático, moleculares.

É assim que esconjuraremos, nós mesmos, nossos demônios, acreditando que estamos sendo sujeitos moleculares de edição, em contextos posteriores, de reedições, nos quais e a partir dos quais somos e seremos espetacularmente reeditados em conformidade com o molar plano dos donos do mundo.

É preciso ocupar a sociedade do espetáculo, desestruturá-la de sua função espetacular, que transforma sem cessar tudo em mais espetáculo, inclusive as possíveis revolucionárias revoltas juvenis.

Ocupemos, pois, aqueles que nos ocupam desde antes. Ocupemos as mídias corporativas e as usemos, de forma molecular, para que editem notícias, filmes, danças, novelas, entretenimentos, reportagens, músicas, poemas, ficções e realidades de um povo realmente molecular porque sabe claramente que jamais pode abandonar as conquistas molares fundamentais para a vida: a do pão para todos; a da moradia digna para todos, a do transporte urbano digno, que de forma alguma pode ser privado; a de que um povo livre, que produz os caminhos moleculares e molares de sua infinita justiça, é antes de tudo um povo que não se submete aos poderes instituídos, sabendo, na atualidade, conhecer e reconhecer, sem a mínima dúvida, o mais nefasto deles: o imperialismo bélico ocidental, que nos ameaça destruir a todos com as atômicas armas moleculares vindas de todos os lados: a bomba atômica, as radiações bombásticas de fósforos brancos, de plutônios empobrecidos, as de nêutrons; as igualmente radiativas bombas especulares que nos tornam inevitavelmente espetaculares, quando devemos ser simplesmente amáveis amantes das infinitas igualdades, as únicas que nos tornarão, inventando-as, realmente povos moleculares.

Para tanto, nosso maio de 68, quando não mais precisaremos de mestres, não mais será editado por insubmissos jovens espetaculares, porque todos sere-mos vetustamente jovens, no devir infância de nossa jovialidade velha, porque jamais recusará as duras aprendizagens molares do milenar passado opressor que nos tem tornado todos vetustos quanto mais nos pensamos espontaneamente livres de suas moleculares molares garras despóticas, soberanas, étnicas, patriarcais, midiáticas, cibernéticas, no enquadramento espetacular de um estilizado sorriso para a morte, enquanto os fluxos da rede nos enreda quanto mais nos sentimos nós mesmos partículas da Matrix das multiplicidades ilusoriamente espontâneas, nos servidores do capital.

Aí, sim, seremos nosso junho de ninguém, porque de qualquer um, porque realmente de carne e osso, fluxos de abraços.

Sistema *Echelon*. O suicídio dos jovens revolucionários (30/07/2013, primeira edição)

Se, no campo da musicologia, o ritornelo é a repetição de um trecho de uma composição musical (seu refrão), na filosofia de Deleuze e Guattari, por sua vez, ele é concebido como o conteúdo ao mesmo tempo retomado e em expansão da música, um mesmo que é um outro: repetição e diferença. Existe sempre um torrão de terra no ritornelo, razão por que seu conteúdo primordial é a terra natal, entendida não apenas como o lugar onde se nasce, mas também como o corpo da existência (individual ou coletiva) produzindo o retorno a si a partir de sua relação com o mundo exterior, de tal maneira que o si que se repete, na música, o ritornelo, é também o si se expandindo ou se expressando no mundo, situação que transforma a existência em ininterruptos passos de dança, sob o ritmo ou o compasso do diálogo musical do si com caos, do si com Terra e do si com o cosmos.

Três são, pois, os ritornelos: o si/caos, o si/Terra, o si/cosmos, sendo que o si é o que se repete – refrão – produzindo a sua diferença no caos, na Terra e no cosmos. Por outro lado, de forma alguma o si, ao se repetir, se opõe ao caos, à Terra e ao cosmos porque, nesse caso, não expressaria a sua diferença de si, tornando-se sempre igual a si mesmo. O si se repete perante o caos, a Terra e ao cosmos, incorporando-os e a si mesmo se inventando como si/caos/ si/Terra, si/cosmos. O si repete-se e se torna ritornelo não apenas para se isolar do caos da Terra e do cosmos, mas também ou antes de tudo para a si mesmo se criar através do caos, da Terra e do Cosmos. O si, portanto, é uma invenção permanente de si mesmo perante e através do caos, da Terra e do cosmos.

Ainda em diálogo com a filosofia de Deleuze e Guattari, ao primeiro ritornelo, o si/caos, dá-se o nome de clássico. O ritornelo clássico tem como objetivo produzir a casa protetora do si perante o caos que se espalha por todos os lados, motivo suficiente para concluir que o si se repete perante o caos, inventando a casa do si, sua proteção de si, sem, no entanto, expulsar o caos de si, mas abrigando-se no caos e do caos simultaneamente. Uma criança cantarolan-

do sozinha no escuro produz o ritornelo de sua casa diante do caos do escuro, no caos do escuro, protegendo-se do escuro, respirando-o: si, caos noturno; si, morte de si; si, repetindo o abrigo para si, sua casa, no escuro, sua, enfim, proteção do escuro.

O segundo ritornelo, o si/Terra, é o romântico. Uma vez formada a casa de si, perante e dentro do caos, o romântico é o ritornelo em que o si está diante das forças da Terra: a terra natal, a terra nacional, o planeta terra; os subterrâneos da Terra. A terra se agita no ritornelo romântico e o si a si se repete perante as suas forças, agitando-se nelas, através delas. O si do ritornelo romântico é antes de tudo o si povo diante de um povo sem terra. As forças de ritornelo povo captam as forças da terra, podendo produzir, para os poderes constituídos, o pior ritornelo povo possível (na verdade um dos melhores): o do povo infernal, que faz uso das forças subterrâneas da Terra para infernizar a todos os poderes que produzem abandonados povos sem terra: a rosa do povo da Terra.

O terceiro ritornelo é o moderno. Nele e através dele o si povo do ritornelo romântico a si mesmo se repete perante as forças do cosmos, lançando-se nelas, alimentando-se delas, aventurando-se nelas, inventando-se nelas. Povo cosmológico que sabe, do cosmos, que um povo é mesmo um povo sem terra, com a condição de que o povo seja todo o desterrado povo da Terra, razão pela qual o ritornelo moderno convoca o povo a despovoar-se de si, a produzir um povo sem povo, apto a se inventar – incorporando o infinito cosmológico – ao infinito: povo infinitamente povo: a rosa do povo do cosmos.

Existem, pois, três perfis de povo: o clássico, o romântico e o moderno. Assim funciona o ritornelo povo: Ora, ora, ora: caos, Terra, cosmos. Diante das forças do caos, ora o clássico povo com sua casa protetora: a tribo, a comunidade, o bairro, a rua, a comuna, a civilização. Diante das forças da Terra, ora o romântico povo. Diante das forças do cosmos, ora o moderno povo. O ritornelo povo, pois, orchestra e é orchestrado por três forças fundamentais, as do caos, as da terra, as do cosmos.

Os três ritornelos de povo, o clássico, o romântico e o moderno, também são apanhados pelos poderes contra o povo, apenas sendo necessário, para continuar o argumento, fazer uso da seguinte ressalva: as forças do povo são sempre dele mesmo, de modo que é sempre o povo que a si mesmo se prende ou a si mesmo se libera. Nenhum poder sobre o povo se dá, pois, fora do povo, mas dentro do povo, pelo próprio povo, que a si mesmo se rouba concentrando suas forças clássicas, românticas e modernas em oligarquias e elites usurpadoras, as quais, sem o povo, não são absolutamente nada, razão por que é possível afirmar que todos somos o povo, independente de nossas diferenças e independente do que pensamos sobre nós mesmos, pois nossas diferenças são as diferenças das forças do povo e o que pensamos sobre nós mesmos são pensamentos possíveis produzidos pelas forças do povo.

Três, portanto, são os poderes usados contra o povo, através do próprio povo, de vez que em tudo existe um torrão de povo como ritornelo povo. São eles: 1) o poder clássico contra o povo, que impõe um povo sem casa (na tribo, mas sem as forças da tribo; no bairro, mas sem as forças do bairro; na civilização, mas sem as forças desta) a serviço da casa dos poderes contra o povo; 2) os poderes românticos contra o povo, que se utilizam das forças da Terra para impor um povo sem Terra, submetido pelo trabalho na Terra e ao mesmo tempo, fora de si, produzindo uma Terra para poucos; 3) os poderes modernos contra o povo, que se valem das forças cosmológicas para, de fora da Terra, lançarem povos contra povos, condenando-os à condição emparedada de povo finito, incapaz de transcender a si mesmo, de se inventar o além de si, infinitamente.

Na história da humanidade, o ora, ora, ora dos poderes contra o povo tem um nome: ocidentalização do mundo. O Ocidente tomou para si a casa do povo, a Terra do povo e o cosmos do povo, colocando-se como o exclusivo povo, sobretudo tendo em vista a oligarquia ocidental, ela mesma um povo que dissimula não ser, apresentando-se como a casta proprietária do povo, pois se apropria de suas forças caóticas, terráqueas e cosmológicas.

A virada de mesa do Ocidente, como o povo que tomou para si as forças do povo, ocorreu precisamente na era romântica dos povos do mundo: a modernidade capitalista, iniciada com a expansão europeia no final do século 15. Tal expansão é ela mesma um ritornelo romântico sobre as forças da Terra, quais sejam: os mares, os recursos minerais e vegetais, os povos do planeta. Acumulando para si as forças da Terra, sequestrando-as, a Europa ocidentalizou o mundo e se tornou, por isso mesmo, a referência a ser sempre retomada, o ritornelo do planeta, seu refrão.

Após a Segunda Guerra Mundial entramos definitivamente na era moderna dos povos, a era do povo moderno, cujo ritornelo passa a ser o cosmológico: orquestra forças do cosmos. A luta pela dominação do mundo encontrou, pois, um novo cenário: as forças da Terra em seu conjunto passaram a ser subjugadas pelas forças do cosmos. Como o Ocidente dominou a era romântica dos povos, ocupou e ocupa uma posição de extrema vantagem na era moderna, que é a que vivemos, sob a liderança dos Estados Unidos, país que emergiu precisamente como o ritornelo da atual era dos povos do planeta, a referência a ser retomada incessantemente: o refrão do mundo.

Este é o cenário em que estamos: as forças cosmológicas do povo, que apanham o povo fora da casa do povo, a Terra, não estão sob o controle e livre uso expressivo dos povos, mas de oligarquias. Estas no geral se submetem aos Estados Unidos como o refrão do planeta, o ritornelo a ser retomado e convocado para a sujeição planetária dos povos. Os Estados Unidos protagonizam ou mesmo monopolizam as tecnologias cosmológicas dominando a tecnociência das forças do cosmos, cujo objetivo primordial é o de captar e explorar as forças cosmológicas dos povos contra estes últimos pela singela razão de que os povos do mundo não estão tomando para si, com autonomia e dignidade coletiva, as forças cosmológicas potencializadas, na atualidade, pelas tecnologias da era moderna, que nada mais são que as tecnologias do ritornelo cosmológico.

O principal objetivo do refrão da era cosmológica dos povos, os Estados Unidos, é o de ter realmente todo o planeta subjugado pelo domínio da tecnociência cosmológica, sob o seu exclusivo controle e uso despóticos, razão pela

qual concentram todas as suas fichas, táticas e estratégias, para vencerem toda e qualquer resistência, inclusive e antes de tudo utilizando os artefatos ou suportes técnicos propiciados pela tecnociência cosmológica: aviões não tripulados, submarinos atômicos, satélites, fibras ópticas, o domínio imperial sobre a internet, a rede das redes da era moderna: cosmológico arquivo planetário do povo clássico, romântico e moderno.

Se a internet foi desenvolvida pela Agência de Projetos de Investigações Avançadas de Defesa dos Estados Unidos, é preciso simplesmente constatar que ela antes de tudo foi milimetricamente arquitetada como um projeto de defesa na era moderna das forças do cosmos, razão por que, antes de ser o bastião planetário da liberdade de expressão, o virtual suporte da inteligência geral humana, ela é fundamentalmente a rede das redes das táticas e estratégias de defesa, cujo nome atual é: guerra preventiva.

É preciso dizer o que é sem fantasiar com o que nos dizem a partir dos nossos desejos, por mais legítimos que sejam: a internet não é neutra e não o é não apenas porque a neutralidade não existe, mas porque o povo cosmológico não detém o seu domínio, mas é dominada por ela no preciso ponto em que se julga livre nela, através dela, com ela, para expressar-se na era das forças cosmológicas.

Recuperemos, a propósito, o velho Marx, e antes de tudo aquele acusado de ter produzido um pensamento mecanicista, ao separar a superestrutura da infraestrutura, alegando que o que vem primeiro é esta última, constituída pelo mundo concreto, pelas forças produtivas reais e seus detentores, os burgueses, donos dos meios de produção. Os povos do mundo não são os donos dos meios de produção das forças cosmológicas da nossa atual época, a moderna. Embora seja necessário discordar de Marx parcialmente, porque tudo é força produtiva, a infraestrutura e a superestrutura, é aquela realmente que precede em importância, razão por que é preciso fazer a seguinte pergunta esfíngica: quem domina a infraestrutura da internet? Elementar resposta: o Estado americano e antes de tudo as suas multinacionais, os dois parceiros que estão no domínio do topo (*top-level domain*) da Rede Mundial de Computadores, não sendo circunstancial que ambos sequer precisem ser identificados nacionalmente. Os Estados Unidos não possuem um

domínio que o identifique na internet (o Brasil tem o domínio “br”, a Venezuela, o “ve”, a China tem o “cn”) simplesmente porque são o domínio dos domínios, de sol a sol, global.

Os povos do mundo de forma alguma podem acreditar que farão revolução através de uma infraestrutura mundial de forças produtivas de comunicação sob o controle restrito e imperial do Governo americano e de suas multinacionais, razão pela qual é preciso afirmar com todas as letras: é absolutamente impossível uma revolução social verdadeira ancorada ou mesmo dependente de empresas como Facebook, e Twitter ou de qualquer outra forma de comunicação – uso de celulares, por exemplo – vinculada, direta ou indiretamente, com o “.com”. As denúncias reveladas pelo ex-agente da CIA Edward Snowden não passam da ponta do iceberg de um mar de lamas sem fim de usos e abusos do domínio americano da internet e mesmo do domínio americano das infraestruturas produtivas da era moderna.

A complexa trama de espionagem conhecida como Sistema Echelon, sob o controle dos Estados Unidos e alguns países aliados, utiliza-se de antenas, estações de escuta, satélites, radares, submarinos, aviões não tripulados e tripulados para espionar o mundo todo dentro do sistema maior de guerra preventiva contra a humanidade, na era moderna das forças produtivas cosmológicas. A internet como um todo é parte deste sistema maior, orwelliano-cosmológico, a saber: a humanidade toda como suspeita de terrorista.

Os revoltosos do Brasil (assim como os do Egito, os de Síria, os do Irã, da Venezuela, da Bolívia...), por mais bem-intencionados que sejam, só farão verdadeira transformação social se deixarem a presunção espontaneísta de lado e recorrerem humildemente ao velho Marx: revolução se faz tomando a fábrica, isto é, com o povo se tornando o dono soberano dos meios de produção. O resto é balela, quando não é o que tem sido efetivamente, formas modernas de massas de manobra, as quais, por serem modernas, isto é, imbuídas de energias cosmológicas, nem por isso são melhores que as da era romântica ou da era clássica. São absolutamente iguais: bois de piranha, carnes de canhão.

Para complexificar um pouco Marx, com Marx, um pensador da era romântica, que pensou o mundo de forma absolutamente revolucionária, mas tendo em vista os referenciais das infraestruturas de produção das forças da Terra, na era moderna, a das infraestruturas das forças produtivas cosmológicas, tudo se tornou infraestrutura, inclusive e antes de tudo as infraestruturas de comunicação (vistas no geral como superestruturas), de armazenamento de dados, de informação, com a diferença de que o papel principal destas últimas está relacionado com o desafio produzir uma humanidade totalmente submetida, incapaz de resistência, de tal maneira que, quando tenta resistir, acaba realizando de forma burlesca um golpe contra si mesma.

A trama cosmológica de comunicação da era moderna das forças produtivas cosmológicas constitui o nosso sistema Echelon planetário de manipulação das forças da Terra, logo de manipulação de povos. Sob o ponto de vista da Ocidentalização do mundo, a era moderna pode ser definida como a época, como um videogame, de povos que realizam “revoluções” contra si mesmos. O que estamos vendo no Brasil é o Sistema Echelon funcionando, na prática: revolução de direita, dos donos das infraestruturas da era moderna, “protagonizada” corporalmente pelas esquerdas românticas do mundo – mas não apenas.

Ou as esquerdas se contemporizam, tornando-se esquerdas modernas, dispostas, com clareza, a destronar os donos das forças produtivas cosmológicas, ou burlescamente protagonizarão, “revolucionariamente”, o suicídio dos povos.

É afinal para isto que estão indo para as ruas do Brasil: para, com todas românticas boas intenções, suicidar-nos.

A função fálica do dinheiro e a polícia midiática (24/12/2013, publicação primeira)

No livro *Kafka, por uma literatura menor* (1975) de Gilles Deleuze e Félix Guattari, existe um capítulo que merece ser retomado especialmente porque nele é possível ler a proposta de uma estrutura edípica que ricocheteia na triangular família patriarcal, com mamãe, papai e filhinho, precisamente para nos mostrar que esta pode ser gradativamente dilatada até chegar à humanidade toda.

A humanidade inteira como Complexo de Édipo de si mesma pode ser melhor visualizada com uma simples troca de posição simbólica, a saber: o pai do triângulo edípico familiar pode ser, no plano social, o patrão, que pode ser uma autoridade qualquer, que pode ser o poder corporativo ou o Ocidente, a ordem, a força, a polícia, as hierarquias ou, ainda, Deus, este conjunto vazio disputado por todos os poderes constituídos, mesmo aqueles que se apresentam como laicos e que tomam, no interior do capitalismo, a forma geral do dinheiro.

O dinheiro é, sob esse ponto de vista, o Deus conjunto vazio que torna tudo familiar e que, portanto, torna a humanidade familiar a si mesma de uma forma ao mesmo tempo patriarcal, oligarca, divina, policial. O dinheiro é a polícia do mundo, o que quer dizer que ele se constitui, na civilização burguesa planetária, como um superpai, o verdadeiro soberano.

Premissas básicas

Se, por sua vez, admitirmos que o dinheiro é o verdadeiro soberano do sistema mundo e se, conforme Carl Schmitt (1922), “o soberano é aquele que decide o estado de exceção”, é perfeitamente possível deduzir que o dinheiro é o soberano que decide o estado de exceção da civilização burguesa planetária, o que significa dizer que é ele que decide o perfil da humanidade como familiar a si mesma, tendo em vista a seguinte premissa: ser familiar a si mesma é estar submetida à ordem simbólica mundial do dinheiro; é viver o dinheiro como a linguagem por excelência, a que devemos desejar para, através dela, aprendermos a falar.

Se, em conformidade com a psicanálise lacaniana, aprender a falar constitui ao mesmo tempo um ritual de iniciação ao mundo simbólico, o dinheiro é a ordem simbólica por excelência, a verdadeira língua do mundo; lugar a partir do qual, portanto, alcançamos o imaginário, produzindo a nossa imagem de nós mesmos como seres que devemos nos mirar no espelho do dinheiro, doravante o verdadeiro suporte de nossa autoimagem, o espelho d'água onde, como Narciso, nos vemos e nos imaginamos, vivendo, no mundo.

Tendo em vista os argumentos explicitados, proponho as seguintes premissas para este ensaio:

1. O dinheiro, como o soberano da civilização burguesa planetária, decide sobre a ordem simbólica igualmente planetária;

2. No atual estágio parasitário/bárbaro da civilização burguesa, no qual a forma dinheiro corresponde a mais de 20 vezes a economia real, como nunca a verdadeira dicotomia que atravessa e sequestra a humanidade se inscreve na relação entre o abstrato/transcendental e o concreto/imanente;

3. O polo abstrato/transcendente dessa dicotomia constitui-se como um sistema familista planetário de tal modo que só faz parte da família humana quem se encontra nele;

4. A maioria esmagadora da humanidade (e também dos outros seres vivos do planeta) se encontra condenada à dimensão concreta desse polo, motivo pelo qual não existe;

5. A relação de não existência da maioria da humanidade (sempre considerando os não humanos) é inversamente proporcional à relação dinheiro/economia real: quanto mais aquele se sobrepõe a esta, mais a humanidade é/será refém da barbárie edípica/ familista dos endinheirados ou, para ser mais preciso, dos dolarizados, esses filhos diletos do Superego Tio Sam.

O povo não existe

É nesse sentido que é possível, em convergência com Deleuze/Guattari, engordar Édipo. A família edípica humana é a da abstração/transcendência do dinheiro e sua estrutura triangular, em equivalência à do papai/mamãe/filhinho,

é: dinheiro (pai simbólico), parasitismo sem lastro na vida concreta (celeste mãe imaginária) e vida de todo o mundo, cotidiana, aviltada, humilhada e assassinada pelo significante absoluto, total: o dinheiro dolarizado.

Se, para Lacan, no *Seminário 7*, (1959) “A Coisa é aquilo que, do Real”, padece do significante”, ela é antes de tudo os condenados da Terra, a própria Terra como concreta dimensão coisificada que sem padecer, é padecida, sem estar doente, é adoentada, capturada; é parasitada pelo significante da forma dinheiro e seu micrológico e reificado falo: as mercadorias que circulam o planeta todo. Assim como, no *Seminário XX* (1975), o significante, sendo homem, decreta, como soberano, a não existência da mulher, assim o significante dinheiro soberanamente declara em todos os lugares do mundo realmente existente sua sentença fálica: o mundo Real da Coisa-povo não existe quanto mais o povo-Coisa for o Real fora do significante dinheiro; fora do dólar, esse, ainda, dinheiro dos dinheiros ou abstração-povo por excelência.

Na era neoliberal em que vivemos, o povo existente é aquele que é capturado pela função fálica do dinheiro, no dinheiro, motivo suficiente para sustentar o argumento de que o povo efetivamente não existe, uma vez que, no capitalismo, o povo é sempre sem dinheiro. É por isso que é possível dizer que o povo existente, tal como a mulher na psicanálise de Lacan, é povo policiado pela função fálica, condenado, portanto, a ser eternamente não existente quanto mais aceite ser capturado pelo dinheiro.

Um arranjo de dois déspotas

A função fálica por excelência, portanto, é a do dinheiro. Embora todo e qualquer dinheiro se inscreva, em cada lugar do mundo, como significante de referência, soberano a decidir, de forma imanente, nosso destino, sua expressão mundial é esta: petrodólar: a verdadeira polícia do mundo.

E, por falar em polícia, em *O desentendimento* (1995), o filósofo francês, Jacques Rancière, demarcou em polos opostos a política e a polícia, num contexto em esta se constitui como aquilo que impede aquela. É por isso que em tudo há política ou polícia, no saber, no amor, na arte, na ciência, no cotidiano, na

relação entre países, na amizade, na informação. A função fálica que “permite” a existência do povo, sob esse ponto de vista, pode ser definida com função policial e tem como principal objetivo fazer com que o povo não seja um povo político, capaz de se inventar e autoinventar, sem cessar, despoliciando o mundo e, nesse sentido, a si mesmo e a tudo.

No Brasil e na maior parte da América Latina, o principal bastião policial contra o povo-coisa, povo despoliciando-se, ocorre a partir do arranjo golpista entre o sistema midiático corporativo e o poder judiciário. Ambos se articularam com um único e unidimensional objetivo: evitar que o povo se politize e, se politizando, abandone, em devir, a função despótica do falo dinheiro, a partir mesmo do abandono do petrodólar.

Sob esse ponto de vista, mesmo que fosse verdade, é absolutamente ridícula a alegação de que o chamado Mensalão foi um julgamento contra a corrupção na política, a não ser se levarmos em conta a ambiguidade inscrita no coração da expressão, “corrupção política”, pois, sob o ponto de vista da função fálica do dinheiro, a política sim é e será sempre corrupta. Por mais que o PT tenha errado, por mais que tenha se endireitado, por mais que tenha se corrompido, o julgamento do Mensalão se constitui como um arranjo de dois déspotas, a serviço do petrodólar, principalmente na América Latina: o poder judiciário e o midiático.

Aumento dos juros e fim da PEC 37

Sob a liderança despótica do sistema midiático corporativo, o poder judiciário, na América Latina, está sendo convocado a criminalizar qualquer mínimo vestígio ou risco de um povo coisa política. É aqui precisamente que as forças de esquerda estão perdendo de braçada, pois acreditam ainda ingenuamente em praças públicas, num contexto tecnológico de uma humanidade midiática no qual a verdadeira praça pública tornou-se virtual e está totalmente sendo editada por oligarquias a serviço do dinheiro, do falo petrodólar, de tal sorte (ou azar) a fabricar um povo policiado, autopoliciado.

Acreditar no romantismo das ruas nos tem tornado muito vulneráveis por dois motivos básicos e intercambiáveis: 1) o poder midiático nacional e internacional impo(em) a versão que quer(em) das manifestações de rua. É precisamente essa versão editada em conformidade com um projeto fascista de policiamento geral do povo que tem prevalecido e prevalece, bastando que observemos os clichês que circulam em torno da chamada Primavera Árabe e também os efetivos resultados das manifestações de junho em Brasil; 2) se enchemos as ruas com cem, duzentos, um milhão de pessoas, o poder midiático imporá a versão que quer e multiplicará a sua versão editada do povo na rua por milhões e até por bilhões, se tivermos como referência o sistema midiático internacional.

No caso do Brasil, qual foi o resultado efetivo das manifestações junho? Aumento dos juros e fim da chamada PEC 37, proposta de emenda constitucional que tinha como objetivo diminuir o poder de decisão policial do Ministério Público brasileiro, basicamente constituído por procuradores que diligentemente tem atuado como polícia da política. O fim da PEC 37, defendida pelos manifestantes nas ruas do Brasil, foi o que prevaleceu como agenda das manifestações precisamente porque o sistema midiático brasileiro capturou essa agenda pressionando em seguida o parlamento para que decretasse o seu arquivamento.

A política no lugar da polícia

Outro aspecto também que pode ser visto como resultado efetivo das manifestações de junho foi o aumento dos juros, que sanguessuga a economia brasileira de forma absolutamente parasitária, uma vez que quase a metade de nosso PIB é destinada ao sistema financeiro. A presidente Dilma, antes das manifestações de junho, estava peitando a chamada autonomia do Banco Central, impondo a agenda de diminuição processual dos juros. Após junho, não casualmente os juros começaram a subir novamente, sem cessar.

Duas forças policiais, portanto, estavam nas ruas do Brasil, como fantasmas, assombrando os manifestantes: o sistema midiático e os banqueiros e foram elas que impuseram seus interesses objetivos vinculados ao poder de polícia sobre o povo. O grande desafio revolucionário da liberdade de expressão da atualidade é este: ocupar as praças midiáticas, inclusive a internet, exigindo que o povo coisa, o povo política seja mundialmente editado tendo em vista versões comunicativas que se oponham radicalmente às versões comprometidas com o policiamento do povo.

A batalha pela liberação dos povos, portanto, dá-se no campo das versões. Existe uma versão política das demandas populares que está não apenas sendo sequestrada pelo policiamento midiático nacional e mundial, mas carnavalizada, parodiada, ridicularizada. Estamos na obrigação de ter consciência de que a luta de classes hoje ocorre no campo das versões de povo que o povo recebe goela abaixo, num contexto planetário em que a versão policial se impõe de forma monumental.

Como sempre, trata-se de luta de classes. Sua singularidade contemporânea se deve ao seu deslocamento para o campo midiático das versões de povo. Tragicamente, as esquerdas, que deviam se comprometer com a política do povo, no povo, contra toda polícia contra o povo ou no povo, parece não ter clareza desse cenário, pois, quando muito, transforma a luta midiática das versões de povo em batalha secundária, tecida na superestrutura e/ ou dimensão imaginária. Ou ocupamos o sistema midiático mundial, politizando-o contra todo poder de polícia, ou perderemos todas as batalhas, sucessivamente, rumo a uma civilização toda política porque tecida e entretecida pelo povo todo político.

Essa civilização toda-política é o verdadeiro lugar do Real lacaniano e seu realmente revolucionário devir coisa tem o seguinte nome não simbolizável: comunismo. É contra o Real comunista do povo coisa que as forças de polícia da atualidade, com clareza, atuam. Estamos, pois, condenados a sermos atuais, se quisermos ser a política no lugar da polícia!

A sociedade do espetáculo difuso e o devir negro-gay-indígena-mulher... de Putin (10/09/2013, publicação)

Bakhtin não se cansava de nos lembrar que o signo é ideológico. A ideologia, por sua vez, bem mais que uma falsa consciência, deve ser entendida afirmativamente: é a hierárquica história humana acumulada como monumento à barbárie, para dialogar também com Walter Benjamin.

Uma ideologia é, pois, o próprio monumento, bárbaro porque foi construído à custa de indescritíveis genocídios, humilhações, escravidão, desprezo, indiferença, preconceitos, guerras, arrogância, presunção, mentiras. O monumento é o fetiche que abstrai, em seu engenho e arte, as relações de opressão entre humanos. Nenhuma civilização baseada na opressão (de classe, de gênero, étnica, simbólica, etária) existiria sem o que é possível chamar de forças de trabalho assassinadas no monumento.

O monumento é constituído de roubadas e assassinadas forças de trabalho despendidas para produzi-lo em nome das classes dominantes, razão suficiente para afirmar que, bem mais que palácios, pirâmides, estátuas, cidades, os opressores de ontem e de hoje são monumentais – barbáries encarnadas.

Se, com Marx, a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante, é porque esta rouba para si as forças de trabalho humanas e tecnológicas erigindo-as como monumento de sua dominação de classe. Se, por outro lado, o monumento é barbárie, ele também é a ideologia da classe dominante; sua barbárie monumental. Esta só existe à custa da humilhação, do sofrimento e da morte da força de trabalho coletiva.

Sob esse ponto de vista, pouco importa se o opressor também está no oprimido, que também aqui e ali se manifesta como opressor ativo, pois, se numa determinada relação é, por exemplo, o oprimido econômico, noutra pode se tornar um ativo machista, um opressor no âmbito das relações de gênero. Pouco importa se o ativo e o passivo são intercambiáveis. A barbárie-mor, a classe dominante, é a civilização inteira que rouba, humilha, sequestra e mata o trabalho coletivo, o

qual se torna trabalho morto, porque é trabalho voltado contra a dimensão coletiva; trabalho monumental, a barbárie de todas as épocas marcadas por civilizações opressoras.

Não existe saída para esse imbróglio senão indo além de sua própria civilização, coisa que não se consegue sem entender claramente que a barbárie da opressão no contemporâneo rouba, sequestra, liquida, humilha e genocida as forças de vida do planeta inteiro, solapando-as e capturando-as em graus de complexidades e eficiências cada vez mais surpreendentes, de tal maneira que, no contemporâneo, é a força revolucionária mesma – a que os povos oprimidos levam a cabo para destituir o monumento à barbárie de sua própria época – que se transformou em um atroz monumento à barbárie, em tempo real, dedicado espetacularmente a semear a barbárie nos e entre os povos do mundo. Líbia, Egito, Síria são atualmente os exemplos mais monumentais.

A ideia de revolução, portanto, como monumento à barbárie de nossa época, ao invés de ser usada para ir além do sistema de opressão da civilização burguesa, está sendo manietada para mantê-lo.

Estamos na obrigação de estar à altura de nossa época. Para tanto, é preciso ultrapassar a civilização burguesa sem ignorar as forças futuristas de suas tecnologias de dominar. Parece que resistimos a perceber o nó górdio dessas forças, responsável pela própria civilização burguesa e se constituindo como a sua forma específica de produzir sem cessar o monumento genocida de sua barbárie, instalado no plano catastrófico da destruição da vida no planeta, na atualidade.

Entender o monumento à barbárie da civilização burguesa de alguma forma está relacionado com o desafio de oferecer respostas consequentes às seguintes questões: como a civilização burguesa produz a vanguarda ou o futuro de sua dominação. Se o jogo da aranha e sua presa é esse no qual esta, ficando quieta, se submetendo, traçará inevitavelmente seu destino, a morte, a senha para a sua libertação da teia deve ocorrer através de sua agitação desesperada, inconsciente? Mas não é precisamente se agitando na teia que a presa sela de vez seu destino fatal? O que a aranha deseja não é mesmo que a presa se agite para fugir? Não é

assim que ela, a aranha, soltando-se sobre a presa agitada, ratifica sua condição de predadora? Como se constitui a teia da civilização burguesa? Como não ser apanhado por ela, tornando sua presa dócil ou “revolucionária”?

Penso que um bom começo de conversa para essas questões pode ser agitado, para ficar no mesmo campo semântico, a partir da teia argumentativa encontrável no livro *O inconsciente estético* (2009), do filósofo francês, Jacques Rancière. Para o autor de *Políticas da escrita* (1995), Freud não teria dialogado com Sófocles, para fundamentar o conceito de inconsciente, por mera questão retórica ou eterno retorno ocidental à arte grega, mas antes de tudo porque existe um link que ligaria *Édipo Rei* (tragédia que Sófocles escreveu por volta de 427 a.C.), a modernidade capitalista e o inconsciente freudiano.

Para Rancière, a modernidade se constitui a partir de um inconsciente estético – seu sujeito e não seu predicado – porque nela o que está em jogo é o mundo do sensível, o encontro, a mistura, o resvalar dos corpos vivos produzindo forças de trabalho. A modernidade é ela mesma uma moldagem estética no campo do sensível, uma montagem de corpos, logo de povos, agitando-se, amando-se, odiando-se, o que significa dizer que é antes de tudo uma peça de teatro, uma tragédia, mundialmente representada e apresentada com o objetivo de colocar em cena povos se movimentando, como presas, na teia de aranha do mundo sensível, a própria modernidade, planetária teia de povos capturados a erguer por todos os lados o monumento estético de um destino que deve ser trágico porque a agitação dos povos serve antes de tudo para atizar o desejo sem fim de mais-valia trágica dos deuses do Olimpo: seus oligarcas, encarnados monumentos vivos que apresentam e representam a barbárie de toda uma civilização.

O inconsciente estético da modernidade, portanto, é a agitação planetária dos povos, renovada e implementada a cada novo desafio, razão pela qual, no contemporâneo, a ideia de revolução passou a ser largamente usada como tática e estratégia para capturar povos e fazê-los movimentar-se tragicamente quanto mais acreditam que podem produzir suas respectivas liberações e revolucionárias justiça.

Se a ideia de revolução é parte da teia da modernidade burguesa no contemporâneo é porque ela está tecida e entretecida para capturar e produzir especialmente dois perfis ávidos por agitá-la, a saber: o fundamentalismo religioso e identitário e o romantismo revolucionário das esquerdas.

O primeiro perfil é encontrável aos milhões, para não dizer aos bilhões, e se desdobra em dois. De um lado hordas de humanos abandonadas à própria sorte especialmente após e durante a avalanche das receitas neoliberais que foram impostas aos países da periferia do planeta por entidades como FMI e Banco Mundial e que agora estão sendo enfiadas goelas abaixo nos povos da Europa e Estados Unidos. Essa multidão de humanos precisa basicamente de um valor e de uma oferta mais ou menos irrecusável para se agitar de forma suicidária. O valor é a crença religiosa; a oferta é uma garantia mínima de sobrevivência, sua e de seus familiares: empregos. No Oriente Médio, o valor é a crença religiosa, milenarmente produzida. O novo posto de trabalho, a oferta, por sua vez, é a do emprego de combatentes (por Alá), treinados, financiados e armados principalmente pelas oligarquias americanas, europeias, israelenses e dos aliados daquela região, Turquia, Jordânia, Arábia Saudita, Qatar.

Os dedicados religiosamente ao trabalho do combate precisam ainda de uma motivação a mais, a do inimigo a ser combatido, a saber: o grupo étnico supostamente não tão protegido por Alá como, por exemplo, supõe ser *Al Qaeda*, bravos extremistas religiosos ávidos por explodir o Oriente Médio em nome de Alá usado e abusado para combater contra os xiitas e os laicos, em nome especialmente das oligarquias sunitas de Qatar e Arábia Saudita e também das castas sionistas de Israel – todos funcionando como a quinta coluna do extremismo saqueador do imperialismo ocidental. Aqui, tempos, pois, o segundo lado do primeiro perfil de agitadores da teia de aranha atual, o fundamentalismo identitário, o qual, misturado ao fundamentalismo religioso forma a carnicreira bomba de bucha de canhão mais poderosa do planeta.

Por sua vez, o segundo perfil é este: os românticos revolucionários da velha esquerda – e velha porque cega para perceber que a ideia de revolução foi absolu-

tamente colonizada e funciona como isca poderosa para capturá-los. Embora estejam marcados pelo idealismo romântico do século 19, esse perfil de agitadores da modernidade capitalista, em sua linha de frente ocidental e ocidentalizante, é basicamente composto por jovens de classe média que acreditam na força espontânea do combate revolucionário, na intuição e de uma forma ou de outra inspiram-se em filosofias vitalistas, como as de Deleuze e Guattari e, por derivação, as de Antonio Negri, com o seu conceito de multidão: o suposto neorromântico ator da vanguarda político-revolucionária do contemporâneo.

Não estou, com isso, recusando a filosofia de Deleuze e Guattari. Os conceitos, ideias, pensamentos não são absolutos e não valem igualmente em todas as épocas, não sendo circunstancial que, respondendo, em uma entrevista, à questão relativa ao ser da esquerda, já no final da vida, Deleuze afirmou: “Ser de esquerda é uma questão de perspectiva”, num contexto em que a perspectiva contemporânea é esta em que os revolucionários são solicitados para agitarem tragicamente a teia de aranha da civilização burguesa.

A filosofia pós-estruturalista, em sua versão francesa, foi largamente capturada pelas universidades americanas, razão por que (também, ou antes de tudo) alcançaram prestígio internacional. É claro que essa filtragem não fica de graça e é preciso afirmar com todas as letras: as universidades americanas são usinas de ideias comprometidas até os miolos com o imperialismo ocidental, não sendo circunstancial que formem doutores e pós-doutores, principalmente na área das humanas, cada vez mais críticos do próprio conceito de imperialismo, assim como cada vez mais aptos a confeccionarem requintados e sutis argumentos esgrimidos como armas teóricas comprometidas com a desqualificação de qualquer perspectiva teórica pós-capitalista, razão por que tratam com desdém, às vezes com piedade, o devir esquerda, que só pode sê-lo se sua perspectiva não estiver comprometida com as linhas de frente do imperialismo ocidental.

O devir esquerda do contemporâneo necessita mais do que nunca de clareza de perspectivas para não ser usado como bucha de canhão da agitação da modernidade burguesa em sua versão mais trágica: a do imperialismo americano-

-ocidental, que usa e abusa da ideia de revolução para empurrar a humanidade à barbárie do monumental racismo elitista do Ocidente. Devir esquerda, portanto, só tem uma saída em termos de perspectiva, colaborar com o processo de construção de uma sociedade pós-capitalista afirmando a importância irrecusável de um mundo multipolar, razão suficiente para evidenciar que o lugar da multiplicidade no contemporâneo o é antes de tudo o da multipolaridade de blocos de países no interior da própria modernidade burguesa.

Sob esse ponto de vista, o imperialismo ocidental-americano, marcado por um belicismo comprometido com o domínio unilateral estadunidense-sionista é sim o maior perigo para a vida no planeta, principalmente porque se tornou especialista em inventar falsas multiplicidades, através do domínio da sociedade do espetáculo incluindo nesta não apenas a televisão, o rádio a imprensa escrita, o cinema, mas também a internet e as redes sociais, verdadeiros monumentos à barbárie de uma humanidade dividida explosivamente em subjetividades étnicas, de gênero, de classe, etárias, religiosas; subjetividades absolutamente vulneráveis e capturáveis pela teia de aranha fundamentalmente estadunidense que é a web, rede de redes nas quais e das quais somos presas fáceis quanto mais nos agitamos nela julgando estarmos livres para revolucionar (essa é a palavra de ordem), isto é, agitar, inviabilizando, a multipolaridade como vetor de devir esquerda no interior da civilização burguesa atual.

Guy Debord, ao desenvolver o conceito de sociedade do espetáculo, a dividiu em duas variáveis intercambiáveis, constituídas, respectivamente, pelo espetáculo concentrado e o espetáculo difuso. Ao primeiro, ele se referia às sociedades, como as da periferia do sistema-mundo, tomadas por lideranças políticas autoritárias, que concentram em si tanto a esperança como o desespero de todo um povo liderado. Ao segundo, por sua vez, Debord se referia à americanização espetacular do mundo, difusa porque constituída por múltiplos rostos espetacularizados, incluindo rostos políticos, mas também de famosos do cinema, do esporte, da moda, do sexo, da arte, de gêneros, etnias.

À junção dos dois espetáculos Debord deu o nome de espetáculo integrado, abraço monumental e bárbaro da espetacular civilização burguesa sobre o planeta.

O que está acontecendo com o lado difuso da sociedade do espetáculo, seu lado americano, é que ele está cada vez mais concentrado, de forma ditatorial, fazendo uso de rostos isolados, sobretudo aqueles que se encontram no campo étnico e de gênero, para despoticamente atacar a multipolaridade em processo de construção no interior da civilização burguesa atual, usando para tal o romantismo revolucionário de esquerda e as identidades fundamentalistas, ambos formados a partir do espetáculo concentrado, logo facilmente agitáveis pelo poder difuso do espetáculo americano.

Se, por sua vez, o que marca a modernidade capitalista é a sua força intrínseca para apanhar e orquestrar o mundo sensível, sob o nome comum das forças de trabalho dos povos, o lado difuso dessas forças, o espetacular americano, está cada vez mais concentrado, ditatorial, porque percebeu que seu verdadeiro obstáculo está neste outro campo em formação do mundo sensível pós-moderno, o da multipolaridade, que tem funcionado precisamente como contraposição ao espetáculo difuso americano, cada vez mais concentrado, razão por que necessita como nunca de um vetor específico da sociedade do espetáculo, o publicitário, requisitado para esconder a perversão bárbara concentrada do outrora poder difuso americano.

Um lado publicitário do outrora difuso espetáculo ocidental nos é apresentado como direitos humanos, pretexto para o pior espetáculo concentrado que a modernidade jamais imaginaria, o americano, que sorri, recebe prêmio Nobel da Paz, joga com as alteridades, com o romantismo de esquerda, com o fundamentalismo religioso, a fim de colocar-nos todos a serviço do espetacular difusamente concentrado poder estadunidense; esse monumento à barbárie disposto inclusive a começar uma terceira guerra mundial como parte de um não menos espetacular plano monumental de poder despótico.

Se o conceito devir, conforme a filosofia de Deleuze e Guattari, é sempre devir outro, de alteridade, significa dizer que não existe devir branco, homem, heterossexual, mas devir negro, gay, mulher, criança, animal, pobre, índio, esquerda, molecular, periferia. Outro importante aspecto do devir está relacionado precisamente com seu movimento, sua perspectiva, razão pela qual não é nunca imitação. Sob esse ponto de vista, embora um branco não realize devir branco, ele pode devir negro, índio, latino, assim como um heterossexual pode devir gay. Devir não é identidade fixa; Guattari não se cansava de destacar isso, mas singularidades que destituem as semióticas dominantes.

Não existe semiótica mais dominante no contemporâneo do que o monumento do espetáculo concentrado, travestido de difuso, do poder das elites americanas, marcado por um belicismo que utiliza sua força difusa espetacular e a coloca a serviço da produção de um mundo despótico, unipolar, ditatorial. Destituir essa vontade despótica de unipolaridade, que realiza guerra no mundo todo, substituindo-a por uma multipolaridade, mesmo que no interior da sociedade burguesa, é, sim, uma questão de devir esquerda e, como um devir é sempre solidário com outros, é também uma questão de devir negro, índio, mestiço, amarelo, mulher, criança, homoafetivo, animal, molecular, periférico.

Se as invasões americanas, suas infinitas guerras, beneficiam fundamentalmente multimilionários brancos, sexistas, machistas, racistas, perfil de sua corporativa elite, é evidente que uma declaração de guerra à Síria, feita por um presidente negro, como Obama, nada tem de devir negro, pelo contrário. Se, por outro lado, devir é sempre devir outro e destitui, de maneiras diversas, as semióticas dominantes, não resta a menor dúvida de que, no último encontro do G-20, realizado na Rússia, Putin, mesmo sendo branco, mesmo tendo sido acusado de homofobia recentemente, produziu, em perspectiva, devir negro, ao dizer não à barbárie de uma nova guerra, a qual mata, e tem matado, implacavelmente mulheres, crianças, idosos, gays, alteridades.

Considerando que um devir leva a outro, que um devir negro o é também índio, que o é devir mulher, que é devir criança, que é devir animal, que é devir

molecular, duas derradeiras perguntas emergem: ao dizer não à barbárie de uma nova guerra estadunidense, país que mais efetivamente tem usado suas armas de destruição massiva, inclusive armas químicas, contra os devires do mundo, Putin não terá produzido um extraordinário devir gay, negro, mulher, criança, molecular?

Síria, ao resistir à invasão de fundamentalistas racistas, homofóbicos, antilaicos, treinados, financiados e a serviço, como combatentes do terror, ao monumento ocidental-americano, não está como Estado soberano, produzindo devir negro, mulher, homoafetivo, criança, molecular, futuro?

Obama, por outro lado, cada vez mais não está se evidenciando como o racista, o homofóbico, o machista, o ditador sanguinário a serviço das brancas e heterossexuais oligarquias do Ocidente?

Alteridades do mundo, uni-vos contra o difuso poder concentrado da ditadura planetária americana, através, por exemplo, da luta incessante por um mundo midiático multipolar, tomado cada vez mais, em perspectiva, por devires de justiça, liberdade, cooperação, de todos os povos, entre todas as multiplicidades.

TV GLOBO

O supremo tribunal de exceção (17/09/2013, primeira publicação)

Se, no campo das artes e do pensamento, o gênio nada mais é que o sujeito que se permite ao delírio, tal que ele e o louco varrido se tornam indiscerníveis, então é possível definir dois tipos de gênio: um primeiro marcado por um delírio reacionário, fascista mesmo; e um segundo por um delírio libertário.

Ambos têm um traço em comum: sabem que tudo é delírio, que tudo lira, delira, razão por que expressam com grande precisão o que o conformismo generalizado tende a esconder, dissimular, proteger, covardemente, a saber: o homem, ou deliria Deus, transcendências, posses, poderes, hierarquias, o reino do já dito, a herança do passado ou o passado como herança presente e futura; ou delira a invenção de si sem Deus, a imanência, a desposseção; futuros possíveis da própria humanidade, como potência de inteligência coletiva.

O gênio, enfim, ou delira Deus, logo o passado autoritário de toda uma coletividade; ou delira a si mesmo, logo a humanidade inteira, razão suficiente para sustentar o argumento de que ele efetivamente não existe, pois é sempre a encarnação possível da loucura da humanidade em certa circunstância histórica; a loucura daquilo que Marx chamava de inteligência geral, que ora pende, através do gênio, para um lado profundamente reacionário, ora para outro libertário, preenche de justiça que inscrevem cenários possíveis para o conjunto dos humanos, num contexto em que não haverá mais gênios reacionários, porque seremos todos a invenção de nós mesmos através da livre invenção de todos.

De qualquer forma (o gênio, o reacionário ou o louco) expressam os dramas, os anseios, as possibilidades existenciais da humanidade inteira, o que fica evidente em duas figuras extraordinárias, Walter Benjamin (1892) e Carl Schmitt (1888-1985) no que tange, por exemplo, à produção de um pensamento sobre o estado de exceção, ao enfocá-lo por um viés reacionário, caso do segundo; e por outro libertário, caso do primeiro, mas em ambos os casos produzindo verdades

que dizem respeito à coletividade dos humanos, na sua faina histórica de sua lírica, épica e dramática produção de si.

Comecemos, a propósito, pelo segundo, Carl Schmitt, um gênio reacionário que, em *Teologia política* (1922) teve coragem de escrever, como um católico extremamente conservador, o que ele mesmo acreditava: “Todos os conceitos centrais da moderna teoria do Estado são conceitos teológicos secularizados (SCHMITT, p.39.)”, não sendo circunstancial, portanto, que inscrevam “o Deus onipotente no legislador todo poderoso (SCHMITT, p.39)”.

Se, para Schmitt, a política é uma teologia secularizada, o estado de exceção, por sua vez, é análogo à teologia, dividindo com esta o seguinte traço: o milagre. Ambos, o estado de exceção decretado pelo soberano e o milagre divino intervêm no curso da história e da natureza, alterando abruptamente tudo que acreditávamos e tudo em que nos apoiávamos, sem pedir licença e literalmente se inscrevendo numa instância que está além do bem e do mal, em relação aos comuns mortais. Estes, por sua vez, não passam ou passariam de meros objetos das compulsões milagreiras das exceções produzidas por Deus ou pelo soberano.

A partir, pois, de uma relação estrutural entre potência absoluta de Deus e a posição transcendental-onipotente do soberano, este assim é definido por Schmitt: “Soberano é aquele que decide sobre o estado de exceção (SCHMITT, p.15)”.

De alguma forma, Walter Benjamin parte dessa definição de Schmitt de soberano, o que decide sobre o estado de exceção, para propor outro olhar, totalmente oposto, ancorado no seguinte argumento: “A tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de exceção é regra geral (BENJAMIN, 1994, p.226)”. Benjamin, dialogando com a teoria marxista, retira o traço teológico do estado de exceção, formulado por Schmitt, para lançá-lo na imanência do mundo histórico: só existe estado de exceção porque existe uma tradição do oprimido milenar.

A milenar tradição do oprimido de que fala Benjamin existe porque produzimos civilizações submetidas a oligarquias soberanas, as quais ideologicamente se identificam com Deus a fim justificar a necessidade transcendental de seu estado de exceção permanente. A relação, pois, entre Deus e oligarquia soberana

não passa de uma estratégia religiosa para oprimir as maiorias. Estas são inferiorizadas tendo em vista o argumento de que apenas o soberano se identifica com Deus, é seu encarnado representante, de modo que o estado de exceção decidido pelo soberano na verdade é decisão divina, transcendental, sem relação alguma com a história dos homens.

Não é por acaso que o próprio Schmitt, ainda em *Teologia política*, tenha afirmado que o anarquista Proudhon (1809-1865), a partir de uma perspectiva laica, teria proclamado que a humanidade deveria ocupar o posto de Deus, argumento que ecoa nossa atual ideia de democracia: regime da soberania do povo, no qual o povo decide, fora de qualquer intervenção divina ou transcendental, seu próprio destino.

Qual é então o lado reacionário de Schmitt e o libertário de Benjamin? Schmitt disse tudo de que precisamos saber sobre o estado de exceção de qualquer época histórica: está sempre marcado por um delírio divino a partir do qual uma instituição ou um segmento de classe, a oligarquia, em nome de razões transcendentais, o decide no fundo e no raso contra a imanência, contra a democracia, contra a liberdade, contra qualquer perspectiva laica, contra, enfim, o povo, ainda que fale em nome dele. Benjamin, por sua vez, disse-nos tudo que poderíamos ouvir ou saber sobre a decisão soberana em relação ao estado de exceção: é regra geral e é tomada para manter uma tradição do oprimido milenar.

Ser regra geral, por sua vez, significa três coisas: 1) É mesmo geral e irrestrita. O estado de exceção é toda a civilização fundada a partir da tradição do oprimido; 2) A civilização burguesa é ela mesma um arranjo social planetário de estado de exceção igualmente planetário; 3) A relação oprimido e opressor é a primeira manifestação do estado de exceção, pelo evidente motivo de que ela, conforme Benjamin, existe para mantê-la.

O estado de exceção é uma decisão da soberania de uma civilização de tradição do oprimido. Só existe, pois, quando a relação oprimido e opressor constitui a base de exploração do trabalho coletivo civilizacional, razão pela qual não é natural, mas histórico.

Existem três grandes estados de exceção, a saber: o estado de exceção da sociedade da soberania, o estado de exceção da sociedade disciplinar e o estado de exceção da sociedade do controle.

O primeiro, o soberano, ecoando Schmitt, é precisamente o que torna indiscernível Deus e o soberano, tendo o milagre como a forma pela qual este último, como Deus, decide o estado de exceção. É também, por isso mesmo, marcado geralmente por regimes monárquicos e ditatoriais, com nítida distinção entre o soberano e os súditos. Se o milagre constitui, ainda conforme Schmitt, o traço comum entre a política e a religião, pelo menos tendo em vista as religiões semíticas de salvação, o milagre do estado de exceção soberano é o poder de morte que este decide sobre as maiorias, como se fosse o próprio Deus, dono da vida e dos destinos.

A relação entre Deus e o soberano é a marca fundamental do estado de exceção soberano e se espalha em toda civilização de estilo soberano, como as pré-modernas.

O estado de exceção disciplinar, por sua vez, constitui uma variável da civilização burguesa e tem relação direta com a intensa divisão social do trabalho, levada a cabo pela Segunda Revolução Industrial, razão por que é marcado também pelo que pode ser chamado de divisão social de instituições de exceção, como regra geral: a fábrica, a família, o hospício, a cadeia, o saber, o casamento, a Igreja, as identidades étnicas, de gênero, de classe, os países, num contexto em que todas essas instituições funcionam como uma imensa rede civilizacional para pescar e domesticar o humano, adaptando-o para o trabalho oprimido da, principalmente, Segunda Revolução Industrial.

A relação homem/homem é a marca do estado de exceção disciplinar, razão pela qual ela é fundamentalmente laica. Cada instituição de exceção reproduz a relação homem/homem. Na família, a relação entre pais e filhos; na fábrica, entre patrão e operários; no hospício, entre a medicina e os loucos; no casamento, entre marido e mulher.

O estado de exceção do controle, o atual, é planetário e pós-industrial. É fundamentalmente um modelo ancorado em tecnologias híbridas, pois servem para múltiplas tarefas simultâneas, como, por exemplo, a tecnologia de artefatos como satélites. Estes são usados ao mesmo tempo para vigiar os povos do mundo, para estudo de casos científicos sobre continentes e mares; para ser o suporte da sociedade de massa planetária, porque é o dispositivo a partir do qual se produz o que pode ser chamado de sociedade midiática mundial.

A relação principal do estado de exceção do controle é entre homem e máquinas híbridas, como a relação que ora estabeleço com o PC a fim de escrever este artigo.

O estado de exceção da tradição do oprimido burguesa herda as formas de exceção das civilizações precedentes e as utiliza para produzir o que pode ser chamado de uma geopolítica de exceção, numa primeira instância, entre os centros de poder, Europa e Estados Unidos, e a periferia do sistema-mundo, razão pela qual esta é sequestrada, via “milagre”, pela imposição do estado de exceção soberano, não sendo circunstancial que regiões como a periferia da América Latina, o continente africano, o Oriente Médio sejam ainda hoje predominantemente marcadas, no cotidiano de seus povos, pelo estado de exceção soberano, com seu direito de morte, antes que de vida, sobre as maiorias.

O pobre é a evidência mais pungente da permanência do estado de exceção soberano; sua existência significa que o direito de morte do soberano, como milagre divino, permanece e é imposto, como marca letal, em seu rosto sofrido, abandonado.

Como as civilizações de tradição de oprimido o são principalmente porque a relação opressor/oprimido produz o abandonado pobre, tanto o estado de exceção disciplinar quanto o do controle, além de cumprirem as suas respectivas funções de exceção, existem antes de tudo em nome do estado de exceção soberano, razão pela qual servem para garantir a existência do pobre seja no interior dos países, seja no mundo todo.

Principalmente tendo em vista as periferias do estado de exceção do sistema-mundo, sempre que um governante, eleito ou não, trabalha com o compromisso, mesmo que vago e pusilânime, de tirar o pobre do abandono de ser pobre, eliminando gradativamente a pobreza, sofrerá inevitavelmente o ataque dos centros de poder da tradição do oprimido burguesa, que utilizará tanto o estado de exceção disciplinar como o do controle para desqualificar, caricaturar e, no limite, derrubar, via golpes diversos, tal ou qual governante.

Na atualidade é possível presenciar o seguinte fenômeno no interior da civilização burguesa: os centros de poder soberano, Estados Unidos e países europeus, estão produzindo mais e mais abandonados pobres, inclusive para compensar o fenômeno oposto: as periferias gradativamente (ainda que com extremas contradições e passos falsos) estão cada vez mais produzindo uma geopolítica de resistência e alternativa aos centros da tradição do oprimido da civilização burguesa, razão pela qual estes centros utilizam tanto as tecnologias de poder do estado de exceção soberano, quanto as disciplinares e as do controle para atacar principalmente países como Venezuela, Bolívia, Equador, Argentina, Brasil, China, Rússia, Índia, Irã, África do Sul, dentre outros, a fim de submetê-los a uma ordem mundial de pobreza e miséria dos povos.

Invasões genocidas e absolutamente marcadas pelo “milagre” do direito de morte sobre povos inteiros, como as do Iraque, Afeganistão, Líbia, Sudão, Somália, Síria, Iêmen são a prova cabal do ataque impiedoso, marcado pela arrogância divina, dos centros do estado de exceção ocidental sobre países e regiões que detêm importância geoestratégica (luta pelos recursos energéticos da civilização burguesa) para a manutenção de uma ordem burguesa planetária, fundada na pobreza igualmente planetária.

A tentativa de impor o petrodólar como fundamento econômico-financeiro do estado de exceção planetário da civilização burguesa é o que explica tanto o lado genocida dos centros do poder ocidental como o lado de resistência e alternativa das periferias do sistema-mundo burguês, razão pela qual é possível dizer que os Estados Unidos, como gestor mundial do petrodólar, está nitidamente em

guerra soberana, disciplinar e do controle contra países e regiões que procuram se livrar da submissão humilhante e miserável da unilateralidade financeira e econômica do petrodólar.

E aqui finalmente chegamos ao caso do tribunal de exceção que foi montado para condenar exemplarmente figuras históricas do Partido dos Trabalhadores, razão pela qual é preciso ser redundante e afirmar com todas as letras novamente: a ação Penal 470, do Supremo Tribunal Federal, publicitariamente chamada de Mensalão é, sim, um tribunal de exceção, de divina e “milagreira” decisão soberana, contra o PT, razão pela qual os condenados (principalmente José Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares, João Paulo Cunha) não passam de bodes expiatórios de uma decisão jurídica típica do Antigo Testamento, cuja finalidade é a condenação pública, tal como as de um estado de exceção soberano, contra o PT.

O leitor poderá achar que quem escreve este artigo é um petista. Adianto que, além de não ser verdade, essa é uma falsa questão e é tanto mais falsa e absolutamente ressentida, na melhor das hipóteses, quanto mais observamos a ordem global do estado de exceção da civilização burguesa sob o domínio principalmente dos Estados Unidos.

A questão aqui também não tem mesmo nada a ver com a falsa polêmica de o PT não ser mais um partido de esquerda, logo um traidor dos trabalhadores. O que está em jogo na condenação de exceção desencadeada publicamente contra o PT (através de alguns de seus militantes históricos) está implicado com um aglomerado de motivos nacionais e internacionais, razão por que a condenação é na verdade contra: 1) a não submissão integral do Brasil aos Estados Unidos, como o centro da teologia soberana da civilização burguesa; 2) a incorporação de milhões de brasileiros historicamente totalmente abandonados, contrariando a sina histórica de um país que periféricamente deve se constituir como estado de exceção policial, portanto fundamentalmente constituído pelo domínio integral de uma oligarquia que se considera a escolhida, divinamente, para humilhar, submeter, roubar a imensa maioria da população; 3) a petulância, para os donos do mundo, de um governo, ainda que timidamente, decidido a fazer política fora

do plano da fatalidade histórica da tradição do oprimido como regra geral, seja no campo interno (ainda que como ameaça e promessa), seja no externo, ao, por exemplo, deixar de ser a traidora polícia subserviente da América Latina, sobretudo tendo em vista o surgimento de governos ainda mais ousados do que o brasileiro em países como a Venezuela, Bolívia, Equador, Argentina, Uruguai; 4) Impor-se na agenda do governo de tal sorte que não consiga levar adiante, com eficácia histórica, nenhum dos pontos precedentes; 5) Destituir o PT exemplarmente do poder a fim de que todos os pontos precedentes sejam varridos do mapa e o Brasil volte a ser o país do mundo talvez com maior eficácia histórica de produção, na periferia do sistema-mundo, de um estado de exceção soberano, líder mundial em fabricação de uma sociedade marcada pela paz dos cemitérios.

O que mais merece atenção no tribunal de exceção que se tornou a ação Penal 470 contra o PT, no entanto, é a forma de seu arranjo, tipicamente constituída pelo liame “milagreiro” do jurídico estado de exceção soberano e o do midiático estado de exceção do controle, razão pela qual os juízes do Supremo (com corajosa exceção, liberadora, de Lewandowski), com a liderança de Joaquim Barbosa, assumiram uma função celestial típica de um perfil de Deus que, das alturas, decide sobre o estado de exceção judicial na verdade contra o povo brasileiro.

No lado do controle do estado de exceção contra o povo brasileiro, a TV Globo cumpriu e cumpre uma função fundamental. Como se sabe, na sociedade da soberania, tal como descreve Foucault em *Vigiar e Punir* (1976), o direito de morte do soberano deve ser espetacularmente encenado em praça pública, a fim de que o povo seja submetido a um sistema de catarse cuja premissa é: reconhecimento integral do direito de morte do soberano – direito de vigiar e punir e de matar exemplarmente, residindo aí o lado teatral, embora extremamente cruel, da punição, sob a forma de tortura fatal.

O papel da TV Globo (na linha de frente, sempre), no interior do estado de exceção do controle, que é o nosso, é o de constituir-se como uma praça pública nacional em relação ao estado de exceção soberano contra o povo brasileiro, através de exemplar e implacável punição de lideranças petistas.

A TV Globo se uniu ao Supremo Tribunal Federal e esta união nada mais é do que a articulação do poder divino de julgar o povo, impondo-lhe o toque de recolher para o interior do estado de exceção soberano, o que equivale a dizer que o que está em jogo é precisamente a produção midiática de uma telenovela, o Mensalão, cujo propósito é o de produzir uma catarse coletiva marcada pela seguinte sentença de morte: “Povo brasileiro, se conforme com o juízo de Deus soberano dos monarcas juízes do Supremo. A festa da inclusão tem que acabar. Aceitem a pobreza eterna como condição ao mesmo tempo natural, histórica e transcendental imposta pelo estado de exceção soberano brasileiro, em íntima articulação com o soberano-mor, marcado pelo manifesto destino divino de decidir um estado de exceção planetário: os Estados Unidos da América”.

O que estamos assistindo, com o Mensalão, é precisamente o lugar que ocupa as mídias corporativas no estado de exceção soberano imposto ao planeta inteiro pela doutrina Monroe da oligarquia americana, a saber: ser a praça pública local, nacional e global de exemplares punições contra toda e qualquer possibilidade de o povo, para dialogar ao mesmo tempo com Schmitt e Engels, perder o medo do religioso estado de exceção que o, milenarmente, submete, acabando de vez com a tradição do oprimido e sua nefasta regra geral de produção de miséria.

Como praça pública local, nacional e mundial, as corporações midiáticas passam a cumprir, no contemporâneo, o papel fundamental de se constituírem como o liame sinistro entre o estado de exceção do controle – marcado, talvez antes de tudo, pelas híbridas tecnologias de comunicação – e o estado de exceção soberano; liame que transforma o planeta Terra, via-satélite, em praça pública do poder de morte dos tiranos do mundo sobre o conjunto da vida terráquea.

Quando alguns possuídos milagreiros juízes do Supremo Tribunal de exceção ameaçam os ambíguos, alegando que o povo não perdoará a absolvição dos condenados, o que querem dizer, na verdade, é o seguinte: o povo não perdoará a absolvição de si mesmo, através de uma cínica confusão entre povo livre para decidir seu destino (contra a milenar tradição do oprimido) e o fantasma de povo que a TV Globo produz diariamente, ao representá-lo no conjunto de sua programação.

O povo fantasmal, representado diariamente pelo estado de exceção do controle da TV Globo, é o vivo morto povo zumbítico sequestrado de si pelo estado de exceção soberano, digno do Antigo Testamento – estado de exceção decidido implacavelmente pelas elites brasileiras, com o objetivo de decretar, divinamente, o eterno abandono do povo de si mesmo.

Todo o resto é demagogia global.

CAPÍTULO 3

TELENOVELAS E INDÚSTRIA CULTURAL

AVENIDA BRASIL

O golpismo do darwinismo social (21/09/2012, primeira publicação)

O Naturalismo foi, como se sabe, uma escola literária do século 19 e início do século 20, se interpretado sob o ponto de vista da historiografia tradicional. Bem mais que se inspirar no evolucionismo de Charles Darwin (1809-1882), do qual tomou de empréstimo o argumento da seleção natural, estava visceralmente implicado com o tumulto das relações de força mais reacionárias vinculadas ao epicentro sísmico da Segunda Revolução Industrial, tendo em vista uma presunção científica de neutralidade no uso da terceira pessoa gramatical, que rebaixava e substituía a livre vontade humana por um aglomerado determinista que era ao mesmo tempo econômico, social, racial, etário, físico, geográfico, sexual, cultural.

O uso do onisciente narrador em terceira pessoa, no Naturalismo, distinguiu-se de sua presença nas narrativas do Realismo, precisamente porque se elevou à escala do absurdo e do patológico, para não dizer do totalitarismo, quando pretendeu ocupar a onisciência e a onipresença de Deus, sob a forma de cientificismo ficcional; ao passo que Realismo, diferentemente, tem como premissa, como foi assinalado na Apresentação em interlocução com Engels, “supõe, além da exatidão dos pormenores, a representação exata dos caracteres típicos em circunstâncias típicas (ENGELS, 1971,196).A estética naturalista almejou a tornar-se o impassível, onipresente e onisciente olho de Deus,

transformando-nos em cobaias nas mãos de uma terceira pessoa gramatical, apta, em nome da isenção científica, a nos descrever, observar, auscultar, manietar e narrar como ratos de laboratório, tendo em vista a seguinte premissa: o humano, seu inevitável destino, é o resultado de um amálgama hereditário ao mesmo tempo: 1) biológico, sua raça, sua genética, sua anatomia, a cor de sua pele; 2) temporal, a época na qual tal ou qual pessoa vive; 3) ambiental; o meio social e/ou geográfico onde atua e convive com os demais, igualmente predeterminados pelo mesmo espaço de interação; 4) sexual, tendo em vista uma concepção patriarcal e machista de instinto, pois preconcebiam um comportamento sexual ativo para o macho e passivo para a fêmea, embora ambos, homens e mulheres, devessem ser arrastados pelas pulsões sexuais quanto menos civilizados eram considerados – logo quanto menos europeus; 5) sociológico, a classe social à qual pertence.

Os efeitos da miséria

Ironicamente, por sua vez, o Naturalismo, em nome de uma lógica fundada no destino manifesto inscrito em nossa raça, classe, anatomia, posição social, era ele mesmo determinado pelo delírio ao mesmo tempo científico, econômico e imperialista das duas primeiras revoluções industriais, as quais pretendiam fazer-se, e fizeram-se, como inevitáveis determinações históricas de e para toda a humanidade, razão pela qual se tornou um estilo de época laico e supostamente científico comprometido com a mais nefasta razão teológica do Ocidente imperialista e colonizador, a saber: a Europa, principalmente a Inglaterra, está determinada a impor-se ao mundo porque constitui o cenário deterministicamente superior do centro de uma civilização ilustrada, tecnologicamente avançada, além de abrigar uma raça humana evoluída intelectual e geneticamente.

Em função mesmo do racismo implícito e explícito na representação naturalista, não foi nada circunstancial o fato de que ela vicejou e se espalhou principalmente na periferia do sistema-mundo, nos países colonizados, pois serviu de suporte à estratégia colonizadora de nos desqualificar e nos inferiorizar a fim de justificar deterministicamente nossa posição de “matéria prima ou insumo humano” para a acumulação primitiva do capital, na suposição de que nossa

inferioridade hereditária servia não apenas como mão-de-obra barata para o setor primário das economias do centro industrial, Inglaterra, EUA, Alemanha, mas também se constitui como o corpo vivo e descartável do modelo extrativista de nossa produção econômica, situação que continua a ser a nossa pedra no sapato, de vez que ainda hoje somos uma economia predominantemente extrativista, exportadora de matéria-prima, entendida tanto como recursos naturais não humanos como humanos – buchos de canhões.

Fiz, no entanto, essa digressão toda a fim de defender o seguinte argumento: o Naturalismo não é um estilo de época circunscrito a alguns artefatos artísticos, principalmente no campo da literatura e da pintura, produzidos no século 19 e início do 20, de vez que continua presente ou onipresente nas periferias do sistema-mundo, inclusive no Brasil, como narrativa ou representação cujo principal objetivo determinista é o de justificar o injustificável: o absoluto abandono de milhões de humanos, tendo em vista uma “científica” (ou jornalística, no contemporâneo) suposição de que abandono produz abandono num contexto em que os efeitos da miséria (a violência, o desespero, a ausência de infraestrutura, o lixo, o esgoto, a fome e suas consequências deploráveis; as condições precárias de moradia) são filmados, narrados e noticiados como a evidência visível de sua causa.

Os codenunciantes de uma situação de violência

Se representação etimologicamente significa olhar, o Naturalismo acredita no que vê, tal como se dá a ver, no tempo e no espaço, enquadrando o visível nas míopes lentes do darwinismo social, através de uma estratégia de clonagem ou reduplicação caricatural da miséria humana, razão pela qual reproduz a realidade, confirmando preconceitos, sujando o considerado sujo, aviltando o aviltado, violentando o violentado, condenando o condenado, tendo em vista uma presunção técnico-científica incapaz de fazer relações, razão pela qual isola o que narra ou mostra a fim de dizer-nos, de forma moralista e ao mesmo tempo tautológica: “Narro, mostro ou noticio tal situação porque ela é tal como eu narro, mostro ou noticio, sem mais, cientificamente, tecnologicamente, naturalmente.”

Desde o seu surgimento, na Europa do século 19, o Naturalismo tem sido a principal forma de representação dos povos colonizados, seja através de textos literários, seja através de filmes, seja através de noticiários, sendo normalmente a forma pela qual somos naturalmente vistos, mostrados e concebidos pelas máquinas de representação a serviço das oligarquias de todos os quadrantes; máquinas que são também literárias, que são também cinematográficas, que são também jornalísticas.

Mesmo que as atuais obras literárias, os mais vistos filmes e os noticiários jornalísticos não usem mais a terceira pessoa gramatical, sobretudo considerando a figura do narrador-personagem, a representação naturalista pressupõe, no geral, uma isenta terceira pessoa gramatical, sob o ponto de vista: 1) do autor, que escreve narrativas de ficção, colocando-se como neutro escritor que nada tem a ver com a trama narrada; 2) o cineasta, que roteiriza um filme, realizando-o igualmente como um “criador” que se coloca de fora das cenas filmadas; 3) um repórter, que noticia fatos policiais ocorridos na periferia e que também se põe como alguém que não tem relação alguma com os criminosos, tendo como função a acusação moralista descomprometida com qualquer presunção de inocência e baseando-se no “fato cru”, efeito sem causas a ser denunciado de forma sensacionalista; 4) os leitores de obras literárias naturalistas (ou o público de tal ou qual filme igualmente naturalista, ou ainda o telespectador de programas do tipo *Brasil Urgente*, protagonizado por Datena), de modo geral, ao interagirem com uma representação naturalista, realizam uma catarse tal que se sentem aliviados por figurarem também como codenunciadores de uma situação de violência, posicionando-se igualmente de fora.

A predominância do masculino na pós-modernidade

Como se vê, a representação naturalista pressupõe uma mão limpa que denuncia o flagrante delito cometido por mãos sujas de pobres favelados ou de abandonados perfis humanos, sem trabalho, sem cuidado de saúde, sem acesso à qualidade de ensino; sem proteção do Estado e da família. Existe, pois, no naturalismo, um jogo cafajuste entre o limpo e o sujo: de um lado está o limpo a de-

nunciar; de outro está o sujo a ser denunciado, de tal modo que o segundo destaca o primeiro, pois quanto mais sujo se mostra ser o sujo, no nível da representação, mais limpo se acredita o limpo, no nível do que chamamos de realidade.

Costumo dizer, sob esse ponto de vista, que o naturalismo possui a seguinte função catártica: suja o considerado preconceituosamente sujo e limpa o considerado presunçosamente limpo, num contexto em que a pessoa que entra em contato com obras naturalistas tende a sentir-se purgada de qualquer sujeira social, vendo-se como mais limpa do que nunca, como se estivesse saindo de um confessionário. É por isso que as obras naturalistas, sobretudo no cinema, são muito apreciadas, não sendo circunstancial que os filmes brasileiros mais badalados sejam predominantemente naturalistas, como *Cidade de Deus*, *Carandiru*, *Tropa de Elite I e II*.

O mesmo fenômeno tende a ocorrer no campo da literatura. Os autores de obras naturalistas são os mais conhecidos e lidos, como ocorre, no caso brasileiro, com o escritor contemporâneo João Gilberto Noll ou mesmo Raduan Nassar, cuja obra mais conhecida, também transformada em filme, *Lavoura Arcaica*, é nitidamente naturalista, sujando o que é considerado sujo na atualidade, a figura masculina, num contexto em que o perfil feminino se apresenta como limpo, embora, a bem da verdade, seja mais homem que o homem, razão pela qual acabe confirmando a predominância do masculino no interior da pós-modernidade, embora deslocado geneticamente para o corpo feminino.

Um país tomado por um povo corrompido

Considerando que tanto João Gilberto Noll como Raduan Nassar produziram obras que pouco se assemelham ao naturalismo do século 19 e início do 20, a afirmação de que são escritores naturalistas soará evidentemente como absurda. Aproveito, portanto, para destacar que o naturalismo atual (vale para o cinema) obviamente não é do mesmo tipo que o do passado. Embora mantenha a mesma lógica do naturalismo de um escritor como Aloísio de Azevedo (1857-813), sujando o considerado sujo a fim de que o presunçosamente limpo se confirme como limpo, as obras naturalistas atuais possuem uma linguagem

contemporânea, plástica, dotada de extrema variação formal, inclusive usando estratégias e recursos experimentais produzidos pelas vanguardas artísticas do início de século 20.

E aqui chegamos à atual novela das 9, da TV Globo, *Avenida Brasil*, de João Manoel Carneiro, igualmente naturalista, razão pela qual possui uma função catártica através da qual suja o considerado sujo e limpa o considerado limpo, absolvendo tanto o autor ou o produtor (a limpa TV Globo), embora nem tanto assim o telespectador, por ser convocado a se identificar com a estilizada imagem alegre, sensual e banal do povo brasileiro, no fundo e no raso o sujado por excelência, embora nos seja apresentado como festivos, sarados e bonachões.

Avenida Brasil tem motivações naturalistas parecidas com a do filme *Cronicamente Inviável* (2000), do cineasta Sérgio Bianchi, embora, diferentemente do filme, que tem uma estrutura típica do naturalismo do século 19, seja uma novela de linguagem plástica, típica do naturalismo contemporâneo; da era ianque, neoliberal. O filme *Cronicamente Inviável* (2000) suja o Brasil como um todo, independente da região e da posição social dos personagens. Com exceção de Adam (representado pelo ator Dan Stulbach), garçom do restaurante de Luis (Cecil Thieré), todos os personagens do filme são cronicamente inviáveis, inclusive o misto de escritor e cientista social, Alfredo (Umberto Magnani), personagem que percorre todo o território brasileiro a fim de procurar algum lugar do Brasil que não seja sujo, comprovando imparcial e deterministicamente que produzimos um país inviável, pois está tomado por um povo corrompido (direita, esquerda; rico e pobre; proprietário e sem-terra) não escapando o próprio pesquisador Alfredo, envolvido que estava, conforme se depreende no final do filme, com o tráfico de órgãos humanos, aproveitando a naturalista pesquisa que fazia pelo Brasil afora para sorrateiramente transportar de forma clandestina órgãos humanos, a fim de ganhar uma grana extra.

Lixo jamais pode ser transformado em luxo

Não circunstancialmente o único personagem do filme que demonstra ser incorruptível e digno seja o polonês Adam (Dan Stulbach), pela simples razão de que não é naturalmente brasileiro, isto é, naturalmente sujo.

Tal como o filme *Cronicamente Inviável*, a novela *Avenida Brasil* é naturalista porque sua função catártica é a de sujar todo o povo brasileiro, independentemente da posição social dos personagens, se rico, pobre, homem, mulher, negro, branco. O Brasil é cronicamente inviável, segundo a moral da história de *Avenida Brasil*, porque sua elite econômica é decadente e parasitária; seu povo é banal, ingênuo, tosco e facilmente corruptível; sua classe emergente não tem força coletiva, seja porque se enriquece através do futebol, coisa que não dá camisa para muita gente, como o caso de Tufão (Murilo Benício); seja porque é constituída de um perfil tosco de novo rico, como a empreendedora cabeleireira Monalisa (Heloísa Périssé), a qual, embora arregace a manga, seja honesta e “gente boa”, é incapaz, por outro lado, de encarnar um país viável e próspero, por ser demasiadamente periférica, tosca.

Por outro lado, o lixão da novela, onde gerações de miseráveis brasileiros convivem e vivem promiscuamente como catadores de lixo, é seu elemento mais evidentemente naturalista, podendo ser interpretado como o epicentro da *Avenida Brasil*, sua insalubre, inviável e literalmente suja praça pública. O lixão, portanto, é o Brasil, lugar onde miseráveis extrativistas inviáveis vivem de extrair restos de lixo para manter suas imundas vidas. Ele é, pois, o viveiro de onde brotamos, germinamos e para onde inevitavelmente voltaremos, deterministicamente, seletivamente, hereditariamente.

Do lixo viemos, para o lixo voltaremos; eis a catártica e naturalista moral da história de *Avenida Brasil*. No entanto, se a fórmula da representação naturalista está implicada com o jogo de sujar o já preconceituosamente sujado e de limpar o presunçosamente limpo, onde está o limpo na novela *Avenida Brasil*? É aqui que *Avenida Brasil* se aproxima novamente do filme *Cronicamente Inviável*, pois tal como este o limpo jamais pode emergir e se constituir do lixão chamado Brasil, país do darwinismo social no qual lixo jamais pode ser transformado em luxo, de vez que é lixo que faz lixo, vindo do lixo, hereditariamente.

Sair do neoliberalismo é desprivatizar-nos

Como, de novo, *Cronicamente inviável*, *Avenida Brasil* apela para a origem limpa do limpo, sua herança genética, territorial e miticamente considera-

da limpa, a saber: os bens físicos, comportamentais, axiológicos, intelectuais, linguísticos, artísticos, tecnológicos do colonizador europeu e norte-americano. Tal qual, ainda, *Avenida Brasil* é de fato um pedido desesperado de socorro à arrogante missão civilizatória, inscrita religiosamente no DNA do imperialismo europeu e americano.

Diferentemente de *Avenida Brasil*, no entanto, o filme de Sérgio Bianchi constitui um pedido de socorro à germinal missão civilizatória imperialista tendo como motivação ou pretexto o fim deplorável dos dois mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, num contexto em que a sua política neoliberal contribuiu como nunca para sujar o Brasil de miséria, abandono, violência, cinismo, indiferença e privatização, tanto no sentido objetivo, de empresas e recursos públicos, quanto no sentido subjetivo, de vez que o neoliberalismo privatizou não apenas grandes empresas públicas, mas também famílias, as classes sociais, subjetividades, desejos. Num certo sentido, com o neoliberalismo, todos fomos privatizados, razão pela qual sair do neoliberalismo é também nos desprivatizar.

De forma diferente e ao mesmo tempo semelhante ao filme *Cronicamente inviável*, por sua vez, a novela *Avenida Brasil* suja o Brasil após dois mandatos do governo Lula da Silva, com o propósito de indicar – e ao mesmo tempo profetizar – que vivemos num país cronicamente inviável porque a ascensão econômica e a cultural que vêm do lixo (a primeira, a econômica, representada pela personagem Carminha, Adriana Esteves; e a segunda, a cultural, pela personagem Nina, Débora Falabella) é hereditariamente lixo, razão pela qual para o lixo voltará, como que a dizer que Lula, vindo do lixo da pobreza migrante nordestina, só poderia produzir, como presidente, um embuste de ascensão econômica e cultural para o Brasil, porque como lixo, seu governo é hereditariamente lixo.

Avenida Brasil é, pois, um pedido de socorro naturalista ou um desesperado clamor de golpe de Estado, financiado e planejado pelos limpos, civilizados, genuínos e humanitários imperialistas, contra o “lixo” do governo de Lula e agora de Dilma Rousseff.

SALVE JORGE

Notas sobre os danos colaterais (27/11/2012, primeira publicação)

Em diálogo com a premissa de que a presença humana na Terra, tendo em vista as grandes civilizações, tem sido absolutamente trágica, porque historicamente tem se realizado através da dominação a um tempo econômica, patriarcal, étnica, epistemológica e um sem fim de outras correlacionadas, no livro *Tragédia moderna* (2002), o crítico literário, Raymond Williams (1921-1988), define a dimensão trágica como imanente ao arranjo institucional opressor de um dado período histórico – arranjo que por si mesmo, portanto, é trágico e que, em consequência, produz convenções, como a patriarcal, igualmente trágicas.

Ainda com Raymond Williams, instituições e convenções de antemão trágicas, porque fundadas em uma ordem de opressão, produzem experiências humanas limitadas pela tragédia, razão pela qual, quando agimos segundo a normatividade institucional e convencional dominantes de um dado período histórico inevitavelmente encarnamos o drama histórico do arranjo ele mesmo trágico da civilização que nos cabe viver – caso em que a vontade individual, não sendo livre, porque tragicamente determinada, aciona um sem fim de moleculares tragédias inomináveis, irrepresentáveis, indiferentes, porque tornadas cotidianas, normais.

Sob esse ponto de vista, torna-se fundamental a distinção entre tragédia e efeitos trágicos. Trágico não é somente a experiência dramática inscrita na vontade individual, sob o nome comum do que fazemos ou não fazemos, do que percebemos e não percebemos, do que sentimos ou omitimos, mas antes de tudo o lugar (as instituições e convenções opressoras) a partir do qual agimos e deixamos de agir. A única saída, assim, para a superação da tragédia de uma dada civilização estruturalmente trágica, está na ação coletiva, sempre e quando esta tem como foco a mudança revolucionária do trágico arranjo institucional e convencional de uma dada época, desarranjando-o para rearranjá-lo sob novos parâmetros, abertos a constantes mudanças e revisões, segundo a necessidade coletiva.

O que está em jogo na tragédia, portanto, num duplo movimento, é a ação coletiva. Esta sempre existe, pois é sempre através do coletivo que o mundo é o que é. É por isso que a ação coletiva pode ser tanto trágica, quando institui arranjos institucionais e convencionais opressores; como não trágicos, quando produz arranjos institucionais e convencionais baseados na igualdade absoluta de todos os humanos – igualdade que de modo algum é homogeneizante, pelo contrário, porque é ela mesma a condição não trágica da verdadeira diversidade, que é aquela que se inscreve no desafio de que a minha liberdade só é legítima se, ao agir livremente, contribuo para dilatar a livre ação expressiva de outrem. Ser livre, nesse contexto, é ser igualmente – nunca exclusivamente – livre. Qualquer privilégio (de classe, étnico, de gênero, epistemológico), sob esse ponto de vista, é injustificável, execrável, – um princípio ou precipício trágico, porque baseado na desigualdade estrutural de um dado arranjo social fundamentalmente trágico, porque produzido tragicamente através da extorsão da inteligência, trabalho, criatividade comuns.

Por sua vez, ainda com Williams, enquanto as civilizações pré-modernas produziam trágicos arranjos institucionais vinculados à vontade do soberano, a única que contava, sendo equiparável à dos deuses, a civilização burguesa em que vivemos mudou tudo para não mudar absolutamente nada, porque substituiu o soberano (o rei, o faraó, o sultão, o déspota, Deus) pela figura de uma vontade supostamente autodeterminista, objetiva e impessoal, fundada na ordem intocável do progresso, visto e concebido como o positivo, científico, tecnológico e racional sujeito absoluto das ações de alcance coletivo, cabendo a nós, comuns mortais, o lugar da primeira pessoa da vontade individual, subjetiva, às vezes criativa, irracional, experimental, alegre, autoconfiante, publicitariamente exuberante, sensual, democrática, desde que não nos envolvamos com a suntuosa e fatalista terceira pessoa sem rosto do progresso, cuja ação vale por si mesma, na suposição, que não deixa de ser religiosa, de que uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa – uma coisa é a vontade autodeterminista do arranjo institu-

cional e convencional do progresso, no mundo burguês, o qual, por ser concebido como a ausente terceira pessoa objetiva, sistemicamente racional, torna-se intocável, inominável; outra coisa, por outro lado, é a vontade subjetiva nossa, de indivíduos portadores de nomes próprios, identificados pelo rosto, pela cor da pele, pelo gênero, endereço, profissão, nacionalidade, sempre “livres”, em tese, para agir em conformidade com o arranjo institucional e convencional do Deus progresso.

A tragédia do arranjo institucional e convencional da civilização burguesa (na qual estamos mais que afundados, afogados) reside, como efeito, na ilusão de que o espaço da política, o único possível, está circunscrito, para não dizer confinado, no plano da liberdade individual, deixando intocável a terceira pessoa, ausente quanto mais presente, do progresso. Trata-se ao mesmo tempo de uma tragédia e de uma farsa, tal arranjo moderno: trágico porque somos impedidos, nele, de agir coletivamente, pois não podemos mudar o próprio arranjo; farsante porque, na democracia liberal, escolhemos os rostos individuais, para elegê-los ou sacrificá-los, condenando-nos ao horizonte dos efeitos do arranjo trágico do mundo burguês, pela singela razão de que todo indivíduo, seja quem for, isoladamente, não passa de um efeito de efeitos do verdadeiro lugar do poder: a terceira pessoa ausente, racional, objetiva e transcendente do progresso, cuja ação nos envolve a todos, como implacável destino sobre o qual não temos poder algum.

A democracia liberal é ela mesma, nesse sentido, um arranjo institucional-eleitoral ao mesmo tempo farsante e trágico, porque nela e através dela não escolhemos nunca pôr em discussão o arranjo humano, demasiadamente humano, por excelência da civilização burguesa: a terceira pessoa sem rosto do progresso sem fim, destino dos destinados. A esperteza da estrutura de poder da civilização burguesa deriva do fato de ter montado um arranjo institucional e convencional no qual e através do qual os efeitos trágicos, as escolhas e decisões individuais, tomaram publicitariamente o lugar do próprio arranjo, a terceira pessoa do progresso, produzindo a ilusão de que somos os sujeitos

livres de nosso destino social, criativo, amoroso, familiar, subjetivo, razão pela qual tal arranjo possui a seguinte fórmula infinitamente desdobrável (em todos os planos da civilização burguesa, o econômico, o jurídico, o cultural, o social), a saber: sem rosto, com rosto; ausente, presente, na qual o sem rosto, ao mesmo tempo ausente, é a fatalidade do progresso, a única cujas ações podem ter alcance coletivo, civilizacional; e o com rosto, logo presente, é o indivíduo isolado, o único lugar possível da escolha – de escolher dentro da fatalidade do progresso.

No âmbito da fórmula do arranjo institucional do mundo burguês, sem rosto e com rosto, a política para valer, entendida como o lugar da decisão coletiva, nunca será realizável, sendo um simulacro de política, uma farsa, para ser mais claro; farsa montada para que fiquemos condenados ao mundo dos rostos, dos efeitos da tragédia burguesa, sem que decidamos de verdade sobre o que importa realmente: o próprio arranjo, o qual, como não tem rosto, não tem sujeito e como não tem sujeito não tem, este é o nosso delírio burguês, como destroná-lo do poder soberano, produzindo o que chamamos de revolução. Uma situação cotidiana que indicia o lugar sem lugar ou o sujeito sem sujeito da terceira pessoa ausente do mundo burguês, a fatalidade sem fim do progresso, inscreve-se na resposta usual de um funcionário de tal ou qual banco, quando tentamos realizar alguma operação bancária e não conseguimos por um motivo qualquer: “O sistema está fora do ar”. Diante de tal resposta, nada podemos fazer, porque o sistema não tem nome, não tem endereço, CPF, não tem, numa palavra, rosto.

Não obstante, por outro lado, o arranjo institucional e convencional do mundo burguês nos seja apresentado como um sistema sem rosto que, quando questionado, diz-nos que está fora do ar, tal sistema produz rostos, inclusive e antes de tudo o seu rosto ideal, aquele que mais incorpora a imagem publicitária da primeira pessoa presente do mundo burguês, o único rosto, é o que nos dizem, que realmente sabe decidir, criar, amar, viver, ser democrático. Tal rosto é o do estilo americano de vida, *american way of life*. Por uma razão muito simples,

o *american way of life*, por ser o estilo de vida produzido no âmbito parasitário da concentração de renda e de poder do arranjo institucional do mundo burguês, cuja premissa é a mais-valia, é o próprio rosto mais-valia – o rosto lucro, do lucro, em lucro, razão pela qual os rostos humanos inscritos no estilo americano de viver são a presença publicitária da ausência determinista do progresso, como contraparte estilizada, portanto, da terceira pessoa racional, objetiva, científica.

Tudo funciona como se a terceira pessoa ausente do progresso, o verdadeiro soberano da ação coletiva da civilização burguesa, dissesse-nos assim, tal como Deus teria dito no momento do batismo de Jesus, “Eis o meu filho amado a quem me comprazo”, sentença ironicamente ambígua, porque se, por um lado, o estilo americano de vida é o comprazido da terceira pessoa ausente do progresso, o Deus do capital, também comprazer, nesse caso, é indissociável dos genocídios, das guerras, dos abandonos e da pilhagem na vida na Terra, razão pela qual o *american way of life*, embora nos seja apresentado como o rosto divino da vida em abundância, constitui, a bem da verdade, o rosto tétrico da morte matada, matando, matando-nos, como o implacável parasita-mor do planeta, tal como o ausente rosto da terceira pessoa do progresso; sua cara metade.

O que põe a vida na Terra em extremo perigo hoje e o que tornou a civilização burguesa o desastre que é, inviável, é precisamente o fato de que a potência destruidora da terceira pessoa ausente do progresso, na sua dimensão sem rosto, tornou-se indissociável de sua cara metade, o estilo americano de vida, o *american way of life*, de tal maneira que, quanto mais este nos é apresentado como o exemplo-mor ou o parasita-mor da liberdade, da bondade, da criatividade, da alegria e da democracia, mais a terceira pessoa ausente do progresso acelera, através de seus mil exércitos (bélicos, culturais, epistemológicos, midiáticos), a destruição da vida, tendo, via-satélite, o próprio planeta como foco de pilhagem e degeneração.

Esboçar o rosto da terceira pessoa ausente do progresso da civilização burguesa, de tal sorte a torná-lo evidente, surpreendendo-o em flagrante delito de

morticínio generalizado, absolutamente bárbaro, sanguinariamente incomparável, é também ou antes de tudo inseparável de sua configuração *close-up*, o *american way of life*, o rosto do criminoso-mor, embora, como todo criminoso para valer, jure inocência e mesmo tenha certeza de que o é, inocente, pois não precisa nunca sujar a própria mão para cometer os crimes inomináveis que comete, crimes irrepresentáveis, pela singela razão de que têm uma terceira pessoa ausente belicosa e assassina para comprazer os estupros que comete em seu lugar, sem deixar pistas pessoais, contratuais, razão por que quem paga a conta da guerra da civilização burguesa contra a vida é sempre os danos colaterais, a própria vida geral do planeta, enquanto o rosto do *american way of life* sorri para a foto.

A indústria cultural da falida e cínica civilização burguesa constitui-se, a rigor, como o suporte tecnológico desse “sorrir para a foto” do estilo americano de vida, razão pela qual ela é o *close-up* ou a sociotécnica da mentira da civilização burguesa, produzindo a ilusão ou a sensação de que a terceira pessoa ausente do progresso sem fim, em rosto, é o próprio estilo americano de vida, de tal modo que os 99% dos humanos e 100% dos não humanos não passam de lamentáveis e inevitáveis danos colaterais; uma tragédia que, no máximo, devemos lamentar, enquanto somos ou adoramos o estilo americano de vida, como a santa presença do espírito humano na Terra. Sob esse ponto de vista, quando dizemos que a civilização burguesa se constituiu e se constitui a partir da oposição parasitária homem versus natureza, seria mais preciso se disséssemos: ... “a partir da oposição odiosa do *american way of life* em relação ao planeta Terra”. Para manter, pois, o estilo americano de vida é preciso colocar a própria vida na Terra como dano colateral inevitável, fatal, da civilização burguesa.

Dessa forma se o progresso sem fim é a terceira pessoa ausente e sem rosto que massacra todo o planeta, ele não pode ser condenado jamais porque efetivamente mata e assassina terceiras pessoas igualmente ausentes, conhecidas como danos colaterais, num contexto em que a única pessoa que se torna efetivamente presente, *close-up*, é a primeira pessoa do estilo americano de vida. É

nesse contexto que faz plenamente sentido dizer que vivemos numa civilização tecnológica, pois a modernidade burguesa se constituiu, alcançou a sua idade senil, tornando indissociável sociedade e técnica, razão pela qual vivemos numa civilização a que podemos chamar de sociotécnica. Esta, tendo a indústria cultural como modelo de realização, produz duas grandes ausências inevitáveis e colaterais e uma única presença *close-up*, publicitária: 1) a ausência em terceira pessoa da ação totalizadora do progresso; 2) a consequente ausência de seu dano colateral, a do próprio planeta terra como foco de ação do progresso; 3) e a onipresença *close-up* do estilo americano de vida, presente minuscilmente, como casta social, em todos os países do planeta, razão por que nos passa a impressão, e esse é o objetivo, de que é universal, pois tal estilo se amalgamou com as culturas locais e nacionais espalhadas pelo planeta, de tal maneira que é possível falar, hoje, de samba *american way of life*, sertanejo *american way of life*, rock brasileiro *american way of life*, literatura contemporânea brasileira *american way of life*, para ficar apenas em alguns exemplos produzidos no interior de nossas fronteiras *american way of life*.

Se, pois, o que marca a civilização burguesa é o fato dela se constituir como uma sociotécnica perfeita, com suas imagens bem elaboradas, limpas de danos colaterais, é porque o monitor da TV (ou do PC) é, como suporte tecnológico, o lugar da terceira pessoa neutra que efetivamente inscreverá o sorriso não menos estampado do estilo americano de vida, razão pela qual o monitor da TV (ou do PC) se constitui, na atualidade *american way of life* em que vivemos, como a presença das presenças – uma hiperpresença – na e da civilização burguesa, a tecnologia em seu estado indiferente e que tem como objetivo principal livrar-nos dos danos colaterais – e que tudo o mais vá para o inferno: o próprio planeta como um todo, dano colateral inscrito (decifra-me ou devoro-te) no esfíngico sorriso singelo, simpático e plástico de uma criança *american way of life, close-up*, num shopping qualquer do planeta.

Não resta dúvida de que, no Brasil, o “monitor” TV Globo é o que mais faz valer a perfeição necessária da sociotécnica civilização burguesa, razão pela qual

cumpra eficazmente todos os objetivos cinicamente em jogo no atual período histórico: 1) tornar ausente a terceira pessoa do progresso, como megalomáquica de matar o planeta; 2) tornar ausente os danos colaterais (a vida de modo geral) provocados pela atuação comprazida da megamáquina do progresso burguês; 3) disfarçar as duas ausências precedentes, ratificando-as como inevitáveis danos colaterais, através da onipresença *close-up* do estilo americano de vida, com sua presença planetária a dizer-nos que se trata de uma casta plenamente legitimada, porque plenamente presente, como publicidade de saber, bondade, inteligência, amor, democracia, alegria, em todos os países da Terra, e não apenas nos Estados Unidos da América.

De modo geral, toda a programação da sociotécnica TV Globo cumpre os objetivos expostos acima, expondo-nos sem cessar o estilo americana de vida como única presença *close-up* possível e desejável, divina, fatal. Trata-se, bem entendido, de uma programação publicitária do estilo americano de viver, de tal sorte que podemos chamar de *close-up* virtual-virtuoso, a estampa *american way of life* dentro da estampa TV Globo, como sociotécnica da mentira, figuras como Faustão, Ana Maria Braga, William Bonner, Fátima Bernardes, Angélica, Luciano Huck, Jô Soares, William Waack, Patrícia Poeta, sem contar uma legião de atores que comprem essa função estampa ou função *close-up* da sociotécnica da mentira chamada TV Globo – o monitor da indústria cultural da civilização burguesa em sua mais perfeita, logo mais trágica, versão tupiniquim.

Sob esse ponto de vista ou sobre essa vista do ponto virtual-virtuoso, como quintessência da mentira burguesa, a autora de novela global, Glória Peres, entendeu muito bem o recado burguês. Não obstante a péssima qualidade de sua atual novela das 8, *Salve Jorge*. Glória Peres se especializou em produzir tramas de novela apresentando-nos, como protagonista-mor, o *close-up* do estilo americano de viver fora do eixo Brasil/EUA/Europa, pois tem como preferência o eixo Brasil/Oriente, pelo menos se considerarmos a sua atual e anterior novela, razão pela qual suas tramas noveleiras têm cumprido três objetivos desdobráveis: 1)

mostrar-nos que o estilo americano de vida é realmente universal, vitorioso, glorioso, tal como o Império Romano, pois existe de sol a sol, do Ocidente ao Oriente, alegremente, exoticamente; 2) sub-repticiamente cumpre uma função ou objetivo civilizatório, pois, ao tramar o estilo americano de vida no coração de países orientais, diz-nos por tabela que onde prevalece tal estilo de vida tudo é mais alegre, bonito, charmoso, sensual, simpático, numa palavra, civilizado, tal como nos propunha os nossos colonizadores do passado, por exemplo, com a expansão genocida da fé cristã; 3) ainda de forma mais sub-reptícia, cumpre também o objetivo de tornar universalmente ausente os danos colaterais provocados precisamente pelo estilo americano de vida, pois, ao inscrevê-lo no Oriente, o principal inimigo eleito pela eterna cruzada civilizatória do Ocidente burguês, procura mostrar-nos, ou melhor, esconder-nos os danos colaterais da miséria humana e ambiental provocados pela tragédia da terceira pessoa ausente do progresso da civilização burguesa sobre a ausência terceira pessoa dos condenados da Terra: curdos, iraquianos, palestinos, afegãos, líbios, sírios somalis, sudaneses, xiitas, os, enfim, povos do mundo, bombardeados e caçados, como danos colaterais, pelos *drones* do progresso da civilização burguesa, das alturas celestiais, de forma ausente, mas fatal, infernal, através de sociotécnicos controles remotos.

Se considerarmos, tal como nos viciaram em pensar, que o Brasil é um país ocidental, duas perguntas me assaltam, de imediato, sobre o lado brasileiro-ocidental da trama da novela, *Salve Jorge*. A primeira pergunta é: por que diabos Gloria Peres transformou o exército brasileiro em *close-up do american way of life*, se considerarmos o perfil dos atores que representam a hierarquia das forças armadas em *Salve Jorge*, estilisticamente estampados nos termos do rosto, dos jeitos e trejeitos, da primeira pessoa presente do perfil comportamental do americano médio, para não dizer, pequeno-burguês? Por que um exército *american way of life*, como o da novela *Salve Jorge*, não apenas “protege” como também se apaixona e se casará, no final da trama, felizes para sempre, com a favela carioca, se interpretamos o caso de amor entre a personagem Morena (Nanda Costa)

e a do capitão Théo (Rodrigo Lombardi) como índice geral da ficção do caso de amor entre o exército e a favela?

Até por não ter tais respostas, deixo ao leitor, porque farei o mesmo, o exercício, se achar que vale a pena, de pensar prováveis respostas e considerações para tais perguntas. Por ora, comprazo-me, com o perdão de usar um verbo tão pernóstico, em argumentar que um arranjo trágico geralmente se articula e se efetiva, como tragédia anunciada, tendo em vista sua articulação traidora com outros arranjos igualmente trágicos. Se, por isso mesmo, recentemente, tendo em vista a novela do Mensalão, tivemos a oportunidade de assistir perplexos o casamento ao mesmo tempo real e ficcional entre o poder judiciário e a grande mídia, sobretudo a TV Globo, não estaremos presenciando agora o casamento ficcional (com o desejo de se tornar real?), como plano de fundo e de raso, da mesma grande mídia, e antes de tudo da mesma TV Globo, com as forças armadas brasileiras americanizadas? Que tipo de tragédia se pretende efetivar, como projeto golpista, entre um arranjo matrimonial e outro, principalmente se considerarmos o nosso passado não muito distante e também os últimos golpes, como o de Honduras e o de Paraguai, no contexto latino-americano?

A guerra civil planetária que assola a Terra, como dano colateral-mor da civilização burguesa, não apenas tem o povo palestino como o danado-mor, mas todo e qualquer povo parasitado pelo estilo americano de vida. Os olhos da socio-técnica da indústria cultural tem um único objetivo: ser a mediação, os médios, do olhar dos danados da Terra, tornando-os cegos de sua própria danação e, por consequência, danando-os a si e por si mesmos, em nome do fundamentalismo-mor de nosso atual período histórico: o estilo americano de vida. Este, como o herdeiro burguês do Velho Testamento, encontrou sua cara metade na crença sionista e profundamente antissemita do judaísmo como ideologia messiânica do único povo escolhido por Deus a povoar incestuosamente todo o planeta. A civilização burguesa contemporânea se tornou refém deste híbrido: o sionismo *american way of life*, arranjo institucional e convencional que, em nome do milenar

povo escolhido, pretende transformar todo o planeta em Faixa de Gaza; uma prisão a céu aberto para todos os povos abandonados pela suposta pureza racional, científica e antissemitica da sociotécnica do *close-up* da tragédia moderna.

Eis, pois, o arranjo trágico da atualidade neoliberal, com seus derivativos financeiros, culturais, epistemológicos, bélicos, tecnológicos: o *american way of life* e seus híbridos aristocráticos, pelo mundo afora, rosto de rosto de rosto da primeira pessoa expressiva da castidade do progresso. Para manter sua pureza antissemitica, de original escolhido rosto, o sionismo *american way of life*, o escolhido entre os escolhidos, está disposto ir às últimas consequências “holocásticas” com o objetivo de levar adiante a missão transcendental de sacrificar a vida dos impuros povos/rostos, considerados em pecado por encarnarem o drama vivo da condenação à terceira pessoa ausente dos danos colaterais, razão pela qual, é o que acreditam, devem ser colocados no altar do estômago insaciável do progresso, como bodes expiatórios de um modelo civilizatório pernicioso, racista e que é capaz de tudo, pois sabe que tudo é transformado, pela indústria cultural planetária, da qual são os gestores, em *fotoshop* do estilo americano de viver: mercadoria burguesa.

Danados de todo o mundo, uni-vos! Rasurai a sociotécnica da era mundial do monitor de TV, de celular, de notebook, de ai isso ai aquilo outro! Fora da mercadoria *american way of life*, esboçai um expressionista mundo, livremente, revolucionariamente, em processo, de estilos cosmológicos de viver.

A novela Cordel encantado da TV Globo e o laico religioso reinado do capital (03/05/2011)

O capitalismo é tanto mais laico quanto mais religioso for, valendo também o ponto de vista inverso: o capitalismo é tanto mais religioso quanto mais se faz como laico, ao atuar concretamente no mundo a fim de produzir ao mesmo tempo valor e *desvalor*, valor para uma cada vez mais reduzidíssima plutocracia, ela mesma o valor dos valores; e *desvalor* para que tudo o mais, a esmagadora maioria dos humanos, a flora, a fauna, a própria vida, enfim, como palavra comum, vivos que somos, transfira seu próprio valor coletivo para os hipervalorizados ricos do planeta.

É nesse contexto que os meios de comunicação de massa, sob o domínio do capital, desempenham um papel protagonista, pois são o epicentro sísmico mundial da produção, por um lado, de uma informe massa de anônimos, a galera; e, por outro, de uma minoria de humanos ungidos pela aura religiosa da fama, da reificação e da mistificação, como se fosse a encarnação de Deus na Terra.

Endeusamento, reificação e mistificação

À anônima massa informe de humanos, a comunicação de massa instiga-lhe o desejo de deixar de ser anônima, tendo em vista três estratégias correlacionadas:

1. A constituição de uma massa informe que busca, de maneira desesperada e individualmente – num salve-se quem puder –, fazer-se como o perfil encarnado antes de tudo das cantoras e cantores promovidos a famosos pela indústria cultural, os quais passam a ser o ideal de ego banal e narcísico da massa anônima, que os mimetiza e os promove sem cessar;

2. Ao buscar fazer-se como as cantoras e cantores famosos, por exemplo, uma Ivete Sangalo, a massa informe, por redundância, se transforma em massa informe literalmente. Com isso, a cultura de massa produz o perfil de população desejável para o capitalismo espetacular: banal, egoísta, infantil, erótico, prostituído, despolitizado, massificado e, por isso mesmo, sempre pronto a dançar

no ritmo imposto, embora como entretenimento, pelo capital e sua concentração oligopólica;

3. Ocupando, assim, o eterno lugar da plateia, a massa informe endeusa o palco e se torna incapaz de olhar o mundo a partir de seu ponto de vista laico, como coletividade que pode mudar o mundo se e apenas se destruir toda e qualquer forma de palco, de endeusamento, de reificação e mistificação.

Luxo e parasitismo

É assim que a massa informe deseja a sua própria submissão e sujeição sem fim, desejando aqueles que se enriquecem e se tornam famosos à custa de sua banalidade e estupidização narcóticas, razão pela qual a população anônima e massificada só pode ser laica se estiver narcotizada, isto é, se orientar o seu desejo, logo suas ações e omissões, para o endeusamento do palco.

A isso podemos chamar, um pouco em diálogo com Boaventura de Souza Santos, de universo laico tanto mais passivo quanto mais ativo for, pois sua intensidade passional – as fanfarras e bebedeiras ao som do acervo musical da cultura de massa –, volta-se contra a própria população, transformando-a em massa informe ou energia de combustão corporal – para não dizer de tração animal – que movimentará, no rés-do-chão e/ou na plateia, a máquina de produção de valor a serviço da plutocracia planetária.

Esse triplo dispositivo correlacionado da cultura de massa canaliza a população para a experiência passiva e autodestruidora de sua vivência laica, razão pela qual constitui um triplo dispositivo que tem como objetivo fornecer o lugar laico para a população do mundo, o que significa dizer que a população só pode ser laica, produzir a vida, se seu campo laico, suas ações, produzir sua própria sujeição.

A cultura de massa, portanto, serve ao propósito de produzir uma esfera laica passiva para a população do planeta, a qual, não obstante “libera-se geral” endeusando o altar do luxo e do parasitismo da plutocracia que domina e manietta as tecnologias de comunicação de forma absolutamente despótica.

Tempo e verdade

Por outro lado, se consideramos o primeiro parágrafo deste ensaio, o leitor tenderá a achar que mudei totalmente de assunto, porque comecei dizendo que o capitalismo é tanto mais laico quanto mais religioso for, para, em seguida, começar a tratar da cultura de massa sem vinculá-la explicitamente à premissa explicitada no começo.

Ledo engano: a premissa serve também para os explorados pelo capitalismo: eles também devem ser tanto mais laicos quanto mais religiosos forem, só que de uma forma passiva, razão pela qual eles, os explorados, sob a égide da cultura de massa, são laicos, porque “se divertem sem culpa”, sem medo de castigos divinos, embora sob a condição de endeusarem os famosos e os ricos, desejando ser como eles, famosos e ricos. Portanto, desejando ser aqueles que os oprimem, motivo pelo qual desejam a sua própria opressão sem fim. É só nesse contexto que a população pode ser laica, passivamente, como plateia informe.

Equacionado o desejo da população de ser e fazer-se de forma laica, que é simplesmente o desejo de viver, via cultura de massa, o capitalismo se impõe como sistema em que apenas os capitalistas podem ser ativamente laicos, sem deixar igualmente de ser ativamente religiosos.

Para explicar esse paradoxo, é indispensável que defina o que entendo como horizonte ou esfera laica. Para tanto, assumo como minha a definição do filósofo francês, Jacques Rancière, o qual, num ensaio intitulado “Os enunciados do fim e do nada”, define a dimensão laica como aquilo cujo tempo não tem relação com a verdade. Para o laico, portanto, o tempo não está comprometido com nenhuma verdade transcendental.

Dividir e bombardear

Se se considera, como exemplo, o tempo de nosso presente histórico, ser laico antes de tudo é não se comprometer com a verdade do capital ou com a verdade que diz que nada é possível ou viável se não produzir lucro; se não

concentrar renda e poder. A verdade atual que impede que vivamos o nosso tempo como um aberto tempo laico, em que tudo é possível – inclusive e antes de tudo um mundo sem opressores e oprimidos – é também aquela que divide o mundo entre famosos e anônimos.

É assim, nessa dupla divisão, que a potência laica de nossa atual fase história está bloqueada, razão pela qual só é possível instaurar um campo laico verdadeiramente transformador e revolucionário se conseguirmos coletivamente desconstituir essa verdade: a do lucro, a da divisão social entre famosos e anônimos, entre astros e massas informes, entre ricos e pobres.

Valho-me dessa definição de esfera laica do filósofo Jacques Rancière para constatar o óbvio; para o poder ou poderes ligados ao capital, o poder dos famosos e dos ricos, o tempo não tem relação com a verdade, motivo pelo qual os poderes contemporâneos são laicos, pois não se fecham com verdade alguma que não seja a verdade do lucro e da posse plutocrata da mais-valia produzida pelas anônimas massas do planeta, os plebeus.

É por isso que é possível dizer que os poderes ligados ao capital, ou o poder-capital, é tributário de um ponto de vista laico ativo, ao contrário da população, que exerce uma dimensão laica passiva. Para a plutocracia planetária, tudo é possível e o nosso mundo, com suas guerras surrealistas, seu sistema dominante de inexpressivas liberdades de expressão, a crise ecológica, o abandono absoluto de pais e filhos, a miséria generalizada, enfim, tudo é prova cabal de que o tempo não tem relação com a verdade para o capital, pois este consegue, via satélite, mapear, ordenar, desordenar, massificar, banalizar, dividir e bombardear a população do planeta, pondo-a cinicamente a seu serviço, independentemente de qualquer forma de ética, moral, verdade, transcendência, piedade, solidariedade, cooperação.

O casamento do tempo

O capital é, portanto, laico, porque não vive o tempo como constituído por verdades. Para o capital, o tempo é uma abertura sem fim e pode ser preenchido

por qualquer tipo de acontecimento, os mais absurdos e inverossímeis, como, por exemplo, a invasão de um país, a Líbia, por três países colonizadores, EUA, Inglaterra e França, para roubar petróleo e dominar geoestrategicamente o norte da África; invasão, diga-se de passagem, aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU, entidade criada, após a Segunda Guerra Mundial, para, dentre outras coisas, garantir a soberania dos países do mundo; verdade ou garantia internacional que não é respeitada pelo capital, que está além do bem e do mal, além de qualquer legislação, prescrição, consenso, jurisprudência, pela simples razão de que é despoticamente laico, motivo pelo qual o tempo é preenchido por acontecimentos que lhe interessam, sem precisar dar satisfação a nada e ninguém, bastando que tenha a posse e o controle de um sistema de mídia como um não menos laico – e ativo – suporte simbólico capaz de fazer qualquer coisa com o tempo da notícia, editando-a, escondendo-a, inventando-a do jeito que o capital quer, na abertura laica do tempo laico, em que tudo é possível, exceto o questionamento ou o bloqueio do próprio capital.

Eis porque o capitalismo é também religioso, tanto quanto é laico, porque preenche o tempo com a sua verdade, a verdade do capital, transformando-a em religião planetária, fundamentalista, despótica, ditatorial, pela evidente razão de que só o capital pode ser laico; só ele pode preencher o tempo com acontecimentos em que o capital gera mais capital; só esses acontecimentos, enfim, são credíveis, os que produzem lucros para poucos, razão pela qual são acontecimentos-deuses, que tanto produzem os totens a serem adorados pela passiva população massificada, as mercadorias e os astros que as exibem; como os tabus, que são sem cessar acusados de terrorista, de fundamentalista, de ignorante, de fracassados quanto mais não partem do tempo da verdade do lucro.

O capitalismo é, assim, um sistema laico que caça sem cessar a todos que são verdadeiramente laicos porque não preenchem o tempo com a verdade do capital. Não é circunstancial, desse modo, que praticamente a metade da população do planeta tenha assistido – ou sido incessantemente instigada a assistir –, na última sexta-feira, dia 29 de abril, ao casamento de um príncipe e

uma plebeia no centro original do capitalismo anglo-saxônico, Inglaterra, porque no balaio de gato em que tudo é possível, no despótico tempo laico do capital, é indispensável que este seja aureolado por uma coroa de duas faces, a saber: uma face a-histórica, constituída por um tempo da corte, de reis, príncipes e rainhas, com suas temporalidades de poderes transcendentais, mágicas e supostamente sobre-humanas; e uma segunda face constituída pelo rosto de uma plebeia, rosto histórico a indiciar o casamento do tempo transcendental, divino, com a historicidade plebeica, desde que tudo esteja a serviço da reificação, do reinado a-histórico do capital, via satélite.

Súditos do capitalismo

Não é igualmente por acaso que a indústria cultural inglesa – principalmente a literária e a cinematográfica – produza massificadas obras, como a saga Harry Potter, da escritora inglesa Joanne Rowling, série de aventuras fantásticas dotada de um tempo fora do tempo, fabuloso, mágico, ocultista, misterioso, em que tudo é possível, embora desta vez não sob o ponto de vista laico, mas sob o ponto de vista religioso dos deuses e da magia.

É o próprio ocultismo étnico-religioso do berço do capitalismo contemporâneo que essas obras literárias e cinematográficas não cansam de enredar e representar, como que a dizer que o tempo do capital é o da origem mítica, dotado de ocultistas verdades transcendentais, inexplicáveis e a serviço do preenchimento do tempo laico pela verdade misteriosa do tempo mágico.

E é o tempo mágico do capital que a Rede Globo de Televisão – mas não apenas – transmitiu com reverência, ao televisionar o casamento de um príncipe e de uma plebeia ingleses, transmissão narrada num tom religioso porque no fundo e no raso a reverência é devida ao capital, posto que estamos na era de seu lastimável, histórico e genocida reinado, razão pela qual somos, ou devemos ser, seus súditos. E foi assim que a Rede Globo narrou o casamento dos angélicos príncipes, como súditos do capitalismo anglo-saxão, a serviço que está de seu imperialismo.

Despótico, ditatorial, parasitário

Essa situação evidentemente esclarece muito o motivo pelo qual a mesma Rede Globo esteja transmitindo uma novela como a das seis da tarde atual, *Cordel Encantado* (de Thelma Guedes e Duca Rachid), pois ela só consegue, ao que parece, aproximar-se da cultura popular nordestina propondo que esta se inscreva como súdita por excelência de um mágico reino de além-mar, Seráfica, reino cujo rei, como já sabemos, irá se casar com uma plebeia negra brasileira, como que a dizer, e dizendo que o melhor berço para a potência laica negra deve ser o da magia cortesã pré-moderna, através de uma rainha negra que receberá o sêmen do reinado de um tempo sem história: o tempo eterno de soberanos e súditos, miscigenado e transformado, em perspectiva ocultista, em tempo mulato da opressão eterna.

Por uma transcendental lei das sincronias, talvez não seja casual que a novela *Cordel Encantado* tenha o mesmo motivo de contos de fada que a transmissão do casamento de um príncipe e plebeia do reinado inglês, ocorrido nessa última sexta-feira, pós-sexta da paixão de Cristo.

Com a crise fabricada do capitalismo atual e a consequente tríplice aliança do imperialismo americano, inglês e francês invadindo a Líbia, prenuncia-se a abertura sem fim do presente tempo histórico ao acontecimento laico-religioso da rapina do capital em busca desenfreada dos recursos não renováveis da Terra; prenúncio não apenas sintomático, como bélica estratégia para compensar os déficits e dívidas astronômicas dos governos americano, inglês e francês, mas também uma tentativa de transformar de vez o mundo do capital em questão de fé, dividindo-o não mais entre burgueses e operários, mas entre plutocratas e súditos.

A novela *Cordel Encantado* é parte desse prenúncio, num contexto em que a realidade brasileira não é favorável, por não estar sendo administrada pelo governo encantado da Rede Globo - ou do PSDB - razão pela qual a ficção global o realiza novelisticamente, despoticamente, já que todo rei ou reinado, seja ficcional, real ou constituído por um poder simbólico, como o inglês, é despótico, ditatorial, parasitário.

ARAGUAIA

A contraguerrilha imperialista da TV Globo (08/02/2011, primeira publicação)

Como uma pedra jogada num lago, qualquer manifestação imperialista age por expansão concêntrica, pois forma um dilatado círculo que parte da pressão estabelecida por um centro bélico, ideológico, econômico, oligárquico, egótico. Em cada mínimo espaço expandido/conquistado/colonizado, o centro imperialista se enriquece não apenas através da pilhagem/roubo das riquezas materiais sequestradas, mas também em complexidade, em sutileza de táticas e estratégias para continuar colonizando, pois, como um camaleão, mimetiza e incorpora as singularidades técnicas, culturais, étnicas e científicas dos povos subjugados.

Para ser eficiente, um centro imperialista se expande como um enxame de aglomerados bélicos, que são também econômicos, que são também culturais, que são também fascistas, que são também objetivos, que são também subjetivos; que são também carrancudos, que são também sorridentes, que são também, a um tempo, uma violência explícita, letal, e um afago, uma promessa, uma esperança, tal que um lado complementa o outro, como se sorrissemos e falássemos matematicamente, ao mesmo tempo que empurrássemos alguém para o abismo.

O imperialismo é um dentro que estupra o fora, o cerca, adestra, toma, produzindo uma ilusão de ótica, a saber: o dentro imperialista, o seu centro narcísico e bélico, passa a ocupar o lugar do fora, tal que nós, que somos tomados por essa onda expansionista, tendemos a pensar que o dentro imperialista é todo o fora, como se não houvesse saída, só nos restando nos adaptar ou a fazer algumas cosméticas reformas num território ou noutro colonizado pelo dentro do rosto do centro expandido.

Uma forma inconsciente de colonizar

Toda colonização, assim, é uma forma imperialista de fazer um dentro narcísico ocupar um fora qualquer, tomando-o para si, como um parasita, razão pela

qual colonizar é desejar o fora através de sua interiorização, o que o impede de ser um fora, entendido como as infinitas possibilidades que abrigam o viver, uma vez que, fora da zona de poder, dos poderes, o presente pode ser entendido como a pauta vazia através da qual podemos escrever muitas formas diferentes de futuro, refazendo valores, instituições, acordos, convenções, sempre coletivamente e necessariamente como um fora ao centro imperialista da vez, porque este existe para expandir apenas a si mesmo, impedindo qualquer acontecimento que não seja o seu próprio determinismo laico-religioso, para explorar, roubar, matar, subjugar.

É por isso que tudo que se propõe a ser um fora ao centro imperialista sofre imediatamente um ataque colonizador desse centro, pela simples razão de que é o fora que a colonização imperialista deseja, motivo pelo qual todo fora deve ser ou ocupado, ou eliminado, ou reescrito, ou reprogramado, ou cooptado, ou dopado, ou comprado, ou substituído, ou, ou, ou. No colonizado sistema televisivo do Brasil, a TV Globo é sem dúvida o canal que nasceu com vocação imperialista, razão pela qual tem a pretensão de ser onipresente em todas as instituições e lares brasileiros.

A TV Globo, desde seus começos, constitui o centro imperialista da comunicação de massa no Brasil e está a serviço do imperialismo americano, como seu melhor aluno, mais obediente, mais atencioso, mais dedicado. É por isso, como TV com vocação imperialista, que ela procura, em sua programação, ou domesticar, ou eliminar, ou reprogramar tudo que, na História do Brasil, seja um fora em relação ao centro imperialista americano, assim como em relação ao centro expandido e em expansão permanente da modernidade capitalista, ela mesma (a modernidade capitalista) a mais expansionista forma de imperialismo, de vez que o imperialismo não constitui apenas uma ação consciente de elites, empresas ou países, mas também uma forma inconsciente de colonizar mundos, foras.

A guerrilha e a novela

Tomemos como exemplo a atual novela das seis da TV Globo, *Araguaia*. Será mera coincidência que a Rede Globo produza uma novela às margens do Rio Araguaia, a mesma margem onde, ao longo da qual, nos fins da década de 60 e metade da de 70, atuou a mais conhecida guerrilha brasileira, a guerrilha do Araguaia?

Criada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e inspirada na Revolução Cubana e na Chinesa, a guerrilha do Araguaia tinha como principal objetivo transformar o Brasil, via revolução armada e a partir do campo, numa sociedade socialista, razão pela qual pode ser considerada uma tentativa de descentramento (de produção de fora) em relação ao centro imperialista da e na oficiosa História oficial brasileira. A novela *Araguaia*, da TV Globo constitui uma espécie de contraguerrilha global, sua forma imperialista de reescrever a História da Guerrilha do Araguaia, através de quatro estratégias substitutivas, a saber:

Essa primeira estratégia substitutiva funciona simplesmente submetendo a existência de um acontecimento histórico relevante, numa determinada região, ocupando-o, colonizando-o e o tomando por outra narrativa, totalmente diversa da anterior, com o objetivo de não permitir o retorno do reprimido: o projeto abortado de produção de um fora, uma sociedade socialista, que objetive superar a rapina imperialista, cujo centro é o capitalismo americano e cujas concêntricas ondas expansivas a TV Globo repercute sem cessar, com suas próprias ondas desinformativas, ilusionistas, espectrais.

Uma cidade utópica ao estilo global

Como toda ação imperialista age colonizando e submetendo, a global não é diferente: cria uma narrativa de ficção, uma novela, *Araguaia*, cujo cenário ocorre na mesma região onde atou a guerrilha do Araguaia, às margens do Rio Araguaia. É aí, na mesma região da guerrilha do Araguaia, no rio da guerrilha, que a TV Globo monta sua ficção fundacional, substitutiva, colonizadora, através

das peripécias do personagem Solano Rangel, interpretado pelo ator Murilo Rosa. É aí, às margens do rio, que a TV Globo propõe que outra narrativa ocupe o lugar da Guerrilha do Araguaia: a narrativa circunscrita à cidade de Girassol, fundada por Solano Rangel para que venha a ser o “novo” lugar da História do Brasil, de tal sorte a opor campo e cidade, passado e presente, anacrônico e moderno, razão pela qual a contraguerrilha global é urbana, em oposição ao objetivo da guerrilha do Araguaia, que pretendia iniciar uma revolução socialista a partir do campo.

Essa primeira substituição tem como inconsciente político o argumento de que o progresso, representado pela cidade de Girassol, é sempre o melhor caminho para desqualificar supostamente anacrônicos projetos rurais, donde é possível deduzir, a partir da trama da novela, que o projeto socialista é coisa do passado, incapaz de dialogar com a atualidade histórica.

A cidade de Girassol é uma espécie de cidade utópica ao estilo global: sem conflito entre classes sociais, onde todos são felizes, pobres e ricos, empregados e empregadores, embora perturbada pelo inconveniente de um mal absoluto, sem razões sociais, como o mal que marca o personagem Max Martinez, representado pelo ator Lima Duarte.

Um final feliz eterno

Chamo de mal absoluto ao mal que não advém de injustiças sociais, da exploração econômica, mas ao mal que é mal, sem razões históricas, sociais, culturais, posto que está marcado por um determinismo genético, existencial: nasceu mal e ponto final (!), razão pela qual pode atingir tanto patrões e latifundistas, como trabalhadores ou empregados públicos, como o delegado Geraldo Lutti, representado pelo ator Ângelo Antônio, cuja ação perversa está a serviço das artimanhas não menos perversas de Max Martinez.

Na outra ponta, por sua vez, está o bem absoluto, o bem que nasceu bem. Solano Rangel é esse bem absoluto, o fundador da cidade utópica que vai abrigar uma constelação genética de bons personagens, independente de suas posições de classe.

Reside aí o momento da segunda substituição narrativa na novela global, pois enquanto a primeira é marcada pela sobreposição narrativa (no lugar da narrativa da guerrilha do Araguaia, sobrepõe-se a novela *Araguaia*), a segunda substituição é de uma utopia por outra: a utopia que marcava os militantes da guerrilha do Araguaia, uma utopia socialista, sem exploradores e explorados, colonizadores e colonizados, coletiva, revolucionária, e baseada no projeto de constituir-se como um fora em relação ao imperialismo da vez, é substituída pela utopia da, digamos, “Cidade dos Deuses”, dos bons que nasceram bons, por isso se conformam alegremente com seus lugares sociais, como se estes fossem criados por alguma ordem eterna divina, de modo que a empregada doméstica e o latifundista Solano Rangel estejam igualmente ungidos por Deus, posto que ambos têm seus lugares sociais garantidos na eternidade celestial da utopia global.

É possível concluir, assim, que basta, para garantir a celestial utopia global, acabar com a guerrilha do mal absoluto, o que ocorrerá sem dúvida no final da novela, quando apenas aqueles que aceitarem a ordem divina de Girassol serão agraciados por um final feliz igualmente eterno; e cada qual, é claro, com seu amor, “escrito nas estrelas”, para sempre garantido.

A eternidade indígena e a do progresso

É a partir da substituição de uma utopia dos homens, revolucionária e laica, por uma dos deuses, fundada numa ordem social eterna, que emerge uma terceira forma de substituição: a de uma ordem indígena cíclica, cosmológica, pela ordem utópico-religiosa de Girassol.

Na perspectiva da novela, a ordem cíclica indígena é ou deve ser, na verdade, diabólica, pois é uma ordem/desordem mítica marcada por acontecimentos regidos pelo incompreensível e assustador tempo cíclico da cultura indígena, apresentado, em *Araguaia*, como fonte de perversão, de vingança, de feitiçarias, credices e obscurantismos.

A terceira substituição, portanto, é de uma eternidade por outra: a eternidade divina da cidade do progresso, Girassol, substitui a eternidade a ser eliminada

da mítica narrativa indígena, sobretudo das tribos ou etnias que não aceitam a suposta inevitabilidade histórica da marcha implacável do progresso; essas têm que ser não menos implacavelmente eliminadas, a fim de que a geração dos fundadores latifundistas, a de Solano Rangel com sua amada, possa ,eternamente, respeitando a suposta eternidade do progresso, viver feliz.

Essa terceira estratégia substitutiva de *Araguaia*, diferentemente das duas anteriores, não tem como objeto o consciente imperialismo de elites, países, e a desqualificação das lutas anti-imperialistas por justiça, como a que diz respeito à Guerrilha do Araguaia, mas sim esta outra forma de imperialismo, de base inconsciente: o imperialismo da modernidade capitalista, com seu trem da história carregando a marcha supostamente sem fim do progresso rumo ao abismo de tudo que se lhe opõe, resiste ou constitua um fora em relação à lógica de acumulação que lhe diz respeito, como o fora indígena, esse fora que não aceitou se adaptar ao ritmo do trabalho escravizado, subjugado e explorado, seja pelo mercantilismo, seja pela modernidade capitalista, razão pela qual o índio tem sido sistematicamente eliminado no decorrer da História latino-americana; e por isso são os exterminados por excelência, ontem e hoje.

Entregue à causa da solidariedade

Não obstante a esse extermínio, praticado desde o começo pelos primeiros colonizadores europeus, o genocídio por excelência da ordem do progresso capitalista, a terceira substituição da novela *Araguaia* reescreve/substitui o extermínio indígena, justificando-o como necessário, uma vez que, quando não são bons selvagens – e ser bom selvagem é a aceitar que a modernidade capitalista lhes roube tudo –, os índios se tornam geneticamente feiticeiros, preguiçosos e peçonhentos, obscurantistas.

Talvez seja por isso mesmo que a tribo Kaurê, da índia Estela, representada pela atriz Cleo Pires, seja constituída apenas por dois índios, ela e seu avô, dois sobreviventes do extermínio trans-histórico, prova cabal. na perspectiva da novela, de que são realmente venenosos, vingativos e refratários ao progres-

so da modernidade capitalista, pois, se assim não fosse, não seriam eliminados, razão pela qual a novela *Araguaia* dará certamente um jeito de eliminar os dois últimos que sobraram, não sem eliminar igualmente a maldição dos kaurê, a qual, bem entendida, é vivida por todas aquelas e aqueles que dizem não à suposta ordem eterna da dominação mercantilista-imperialista-capitalista.

Uma quarta: a substituição do revolucionário pelo padre altruísta

E por falar em maldição, não estarei sendo injusto com a novela *Araguaia*, com relação à forma como ela pratica a sua contraguerrilha, em função do lugar que ocupa, em sua trama, o personagem padre Emílio, representado pelo ator Otávio Augusto? Tal personagem, por ser bom, justo e totalmente entregue à causa da solidariedade, não constitui uma homenagem à guerrilha do Araguaia, especialmente por ter sido um ex-guerrilheiro?

Mais um desaparecido político

É aqui que entra, antes da quarta substituição, um ritual que a prepara e precede, o ritual da conversão, como a única saída para aqueles que foram e são a linha do fora em relação ao imperialismo e ao capitalismo: serão bem aceitos na eternidade do progresso, na *Cidade dos Deuses*, Girassol, se abandonarem a luta por outro modelo de sociedade, não baseado no tempo do trabalho explorado, para se tornarem convertidos fazedores de caridade, em altruístas que não mais combatem as causas da condição de órfãos da maior parte da humanidade, por não conseguirem construir livremente suas vidas, dependentes que estão de um sistema de patronato, de tutela, de não autonomia, de servidão.

A quarta forma de substituição, assim, existe, desde que primeiro o pecador aceite ser convertido, pois, se convertido for, terá sua personalidade revolucionária substituída por outra, razão pela qual deverá deixar de combater as causas estruturais da injustiça, as que provocam o abandono de crianças, jovens, adultos e velhos, para se transformarem em inofensivos e caridosos altruístas; para, enfim, exercerem uma função de domesticadores de crianças, a fim de que não se tornem

os futuros revolucionários; a fim de que não protagonizem novas e surpreendentes guerrilhas urbanas, suburbanas, rurais, planetárias; a fim de que não venham a escrever narrativas que sejam um fora à modernidade capitalista, esse fora que é a janela aberta ao verdadeiro novo: um mundo sem exploradores e explorados, constituído por seres felizes, porque livres, porque iguais, porque não colonizam e nem são colonizados; porque não são empregadores nem empregados.

No fundo e no raso, portanto, mais que uma homenagem à guerrilha do Araguaia, a quarta forma de substituição, encarnada no padre Emílio, constitui, na verdade, seu epitáfio, razão pela qual o padre não passa de mais um desaparecido político assassinado pelas militares forças do imperialismo de ontem e de hoje, inclusive as militares forças audiovisuais, globais.

PASSIONE

Uma fábula da luta de classes na ficção global (28/12/2010)

A ficção não se opõe, imita ou complementa a realidade, pois tem sua dinâmica própria, sua própria realidade. Por outro lado, não se opor, não imitar e não complementar aquilo que usualmente chamamos de realidade não significa que a ficção esteja alheia à realidade. Não existe a ficção enquanto tal, totalmente livre das relações de poder, das divisões de classe, das formas de propriedade, dos desejos de pertença a esse ou aquele grupo social.

Não existe ficção ao quadrado, como se um filme, um romance, uma novela, um conto dissessem respeito apenas às suas propriedades internas, seus enredos, seus gêneros respectivos; como se pudessem estar alheios à luta de classes ou mesmo ao imperialismo americano, que afeta a todos os viventes do planeta, inclusive ao leitor/telespectador ideal ou empírico, como coparticipante da construção da ficcionalidade de um filme, de um romance, de um conto, de uma novela.

É por isso que, ao falar de ficção, me ocorre usar um dos procedimentos ficcionais de Machado de Assis, que, com um piparote, salta de um ponto ficcional a outro, o que me permite, de salto machadianamente igual, focalizar logo esta forma de ficcionalidade: o centro de poder da ficção televisiva brasileira, a saber: a produção global de telenovelas, e muito especialmente a produção global de novelas das 8, verdadeira máquina que ficcionaliza o fracasso da realidade brasileira, pela singela razão de que é na novela das 8 da TV Globo que a fracassada luta de classes brasileira é ficcionalmente narrada, a partir do ponto de vista da classe dominante, razão pela qual constitui o cenário ficcional por excelência no qual e através do qual nossas elites econômicas vencem, subjagam e domesticam, sem cessar, as classes populares brasileiras.

Segunda onda de imigração italiana

As novelas das 8 da Rede Globo nada mais são que a ficção de nossas classes dominantes no *front* da luta de classes, no Brasil, seja a ficção real, como ficção da realidade da luta de classes brasileira, sob o ponto de vista da classe dominante; seja a ficção desejada, se considerarmos que podem ser interpretadas como o arranjo ideal-ficcional, sempre sob o ponto de vista das classes dominantes, do mapa das classes sociais brasileiras, como uma espécie de *República* de Platão; uma utopia ficcional-burguesa tipicamente brasileira, na qual e através da qual perfis sociais que podem representar algum perigo para as classes dominantes são apresentados ora como vilões, ora como bons personagens que, por uma tragédia qualquer, são impedidos de viver-participar da Casa Grande de nossas elites econômicas, pelo simples fato de que morrem mais ou menos nos finais das tramas.

A propósito, consideremos o exemplo da atual novela das 8, *Passione*, de Silvio de Abreu.

Embora saibamos de sobra que a TV Globo votou e fez campanha aberta e golpista, para não dizer criminal, a favor de Serra, *Passione* é uma novela das classes dominantes brasileiras num cenário de luta de classes da era do presidente Lula da Silva.

É, assim, uma novela do imperialismo ou subimperialismo brasileiro, embora sob o ponto de vista das classes dominantes ou de seus considerados legítimos quadros, razão pela qual procura, no nível ficcional de luta de classes, incorporar os êxitos da política externa do governo Lula, mas tendo em vista, digamos, a gestão/apropriação ficcional da era Lula pelo PSDB, na suposição de que José Serra fosse ou pudesse ganhar a eleição para presidente.

De qualquer forma, na atual novela das 8, nossas classes dominantes já não se veem como subservientes em relação ao chamado primeiro mundo, e muito especialmente em relação ao chamado primeiro mundo europeu, razão pela qual nela e através dela é possível assistir uma espécie de segunda onda de imigração

italiana para o Brasil; imigração em que imigrantes de classes médias italianas – expulsos pela máfia italiana – encontram abrigo na Casa Grande de nossas elites econômicas, ainda que como agregados; ainda que como parentes de um segundo anterior envolvimento amoroso, como ocorre no interior da Casa Grande da família Gouveia.

Eugenia matrimonial

Curiosamente, no entanto, essa segunda onda de imigração italiana tem um enredo um pouco mais complexo. A primeira evidência é a seguinte: a classe dominante brasileira emerge da primeira onda imigratória de europeus para o Brasil, especialmente de europeus portugueses, nossos primeiros colonizadores, tanto sob o ponto de vista político-cultural como étnico.

Como tudo, na teledramaturgia de nossa classe dominante, é uma questão de sêmen, o perfil étnico da nossa primeira Casa Grande, o perfil português, é semeado de perfil étnico da segunda grande onda de imigração europeia para o Brasil, especialmente da imigração italiana, de maior número.

Tem-se, assim, a eugenia ficcional da atual Casa Grande brasileira, enredada na novela *Passione*, de Silvio de Abreu, afinal como uma questão de paixão, do português para o italiano e vice-versa.

Talvez não seja circunstancial, a propósito, que o patriarca português-brasileiro da família Gouveia seja um personagem de nome Eugênio Gouveia, representado pelo ator Mauro Mendonça, marido da matriarca portuguesa-brasileira, Bete Gouveia, que se envolve, por sua vez, com um italiano-brasileiro, chamado Olavo da Silva Randelli, representado pelo ator Francisco Cuoco.

Evidencia-se, assim, um festival de eugenia, de português para italiano, de Gouveia para Randelli, na ficção racista da Casa Grande brasileira, ficcionalizada por nossa *novela das 8 da vez*, *Passione*. o envolvimento da portuguesa brasileira, Bete Gouveia, com o italiano brasileiro, que traz um suspeito Da Silva de sobrenome, Olavo da Silva Randelli, nasce o brasileiro italiano, Totó. Como a eugenia não pode ser apenas étnica, de vez que deve ser também matrimonial,

Eugênio Gouveia mente para sua esposa, Bete Gouveia, dizendo-lhe que o filho dela com Olavo da Silva Randelli é natimorto e dá um jeito de encaminhá-lo para Itália, entregando-lhe à empregada italiana da família Gouveia, a personagem Gemma Mattoli, representada pela atriz Aracy Balabarian.

Um planejado e desejado projeto de eugenia

Chega-se, assim, ao cenário ficcional-novelesco da segunda onda de imigração italiana para o Brasil. Sem a presença viva de Eugênio Gouveia, que foi assassinado por um brasileiro (ou brasileira) da senzala, a personagem matriarca Bete Gouveia não apenas descobre a verdade sobre seu filho, o brasileiro-português-italiano, Totó, como também consegue trazê-lo para perto de si, como legítimo herdeiro da Casa Grande brasileira-portuguesa-italiana.

Primeira moral da história: a segunda onda italiana para o Brasil é de descendentes de brasileiros, ou de brasileiros-italianos-portugueses que voltaram para Itália e lá criaram filhos, a fim de, em seguida, trazê-los todos novamente para o Brasil, porque agora, essa é a ficção de nossas classes dominantes, agora já não somos mais uma Casa Grande de periferia: somos a Casa Grande do imperialismo brasileiro, na era “real” de um Da Silva brasileiro, o presidente Lula da Silva.

De qualquer forma, até aqui apresentei apenas o mapa global-ficcional da árvore genealógica portuguesa-italiana de nossa atual Casa Grande planetária, pouco dizendo, nesse sentido, da luta de classes que as novelas das 8 da Globo não nos cansam de nos contar, sempre sob o ponto de vista de sua resolução-desfecho ficcional, manietado pelos interesses, desejos e receios da Casa Grande, como projeto de eugenia do capital de um Brasil global.

Por outro lado, o mapa genealógico-ficcional de nossa classe dominante, tecido e entretecido, como sempre, apaixonadamente, como um planejado e desejado projeto de eugenia, assim como ocorreu no final do século 19 e início do século 20, com a primeira onda de imigrantes italianos para o Brasil, é-nos novamente contado, agora por nossa teledramaturgia, através da mais cínica recusa em relação a tudo e todos que não fazem parte de nossa Casa Grande eugênica.

Dissimulada, infiel, artificiosa e diabólica

A caricatura dos brasileiros que não fazem parte da Casa Grande brasileira, na novela *Passione*, é de uma violência típica de um ódio de classe implacável, principalmente direcionado àqueles brasileiros aos quais é possível designá-los como excluídos coletivos, porque não pertencem nem à eugenia étnico-econômica da Casa Grande e nem à senzala, o que os torna potencialmente perigosos.

Claro está que Casa Grande e senzala, aqui, apenas ecoa o livro homônimo do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, de vez que a senzala da produção globo de ficção pouco ou nada lembra da senzala enquanto tal, habitação comum dos escravos de uma fazenda, uma vez que a senzala global é estilizada; nela os escravos brasileiros contemporâneos moram melhor que a maioria de nós.

De escravos mesmo eles têm apenas o igualmente estilizado desejo dos donos da fazenda: o de que sejam trabalhadores, humildes e fiéis ao dono. A última coisa que podem ser é escravos fujões, os autoexcluídos coletivos da Casa Grande da senzala global, razão pela qual o inconsciente político do ódio de classe da teledramaturgia das novelas das 8 não pode ser definido senão pelo seguinte argumento: o excluído coletivo é aquele que nem pertencente à Casa Grande e nem à senzala; é constituído por um tipo abjeto de ser humano cujo desejo mais fundo e raso é o de tomar o lugar dos eugênicos da Casa Grande, destronando-os para impor o inferno da ditadura, da luxúria, da corrupção e do ressentimento, no coração da sociedade brasileira.

Quatro personagens, em *Passione*, encarnam os brasileiros que detêm o traço de serem excluídos coletivos: a personagem Clara Medeiros, representada pela atriz Mariana Ximenes; o personagem Frederico Lobato, Fred, representado pelo ator Reynaldo Gianecchini, a personagem Diana Rodrigues, representada pela atriz Carolina Dieckmann e Valentina Miranda, representada pela atriz Daisy Lúcid.

Dos quatro personagens, sem dúvida Clara Medeiros é a mais duramente transformada em caricatura do medo que nossas classes dominantes têm do brasileiro que ocupa o lugar – ou o não lugar – de excluído coletivo. Ela começa a novela como uma típica vilã: dissimulada, infiel, perspicaz, artificiosa, diabólica.

Uma mulher humilde, trabalhadora, fiel

De seus cinco atributos de vilã, a dissimulação é a sua marca predominante. Primeiro é uma singela e bela cuidadora de idosos, curiosamente – que perigo! – do patriarca da família Gouveia, Eugênio Gouveia, assim como dos pais deste último. Sua perspicácia diabólica e artificiosa para dissimular, faz com que a matriarca, Bete Gouveia – sempre com boa vontade para o mundo da senzala –, adquira uma confiança e um respeito singulares por Clara Medeiros, tanto que manda prender a empregada da casa, acusada de ter roubado suas joias, tal a confiança que a matriarca tem em Clara Medeiros, que é quem acusa a empregada de ser ladra.

Clara Medeiros é uma arrivista e quer se dar bem a todo custo; é ressentida e odeia todos os personagens da Casa Grande, por isso é a vilã por excelência da primeira parte da novela, sendo capaz inclusive de matar, e mata, para conseguir seu principal objetivo: destronar os donos da Casa-Grande, ocupando o lugar deles sem piedade.

Por causa dos sucessivos crimes que cometeu, roubo, falsificação de documentos, tentativa de assassinato, Clara Medeiros é condenada e cumpre pena. Após sair da prisão, volta supostamente arrependida de tudo que fez e, como uma dissimulada inveterada, trabalha com afincos de garçom num restaurante italiano e, com uma perspicácia diabólica, convence a quase todos de que se tornou uma humilde pertencente à senzala, tendo deixado de ser, assim, uma excluída coletiva.

Seu objetivo principal é retomar a confiança de Totó, com quem já fora casada e a quem decepcionou amargamente, embora Totó ainda a ame muito. Pouco a pouco, todos, inclusive os telespectadores, tendem a acreditar que Clara Medei-

ros de fato mudou de vida, não é mais uma vilã, porque não deixa pista alguma de que esteja dissimulando, sobretudo porque não apenas se mostra solidária às colegas de trabalho, as outras funcionárias humildes do restaurante italiano, mas antes de tudo porque resiste a todo custo aos galanteios incessantes de um galã-cantor do restaurante, o personagem Diogo, representado pelo ator Daniel Boaventura.

Se os dois traços mais caricaturais da vilã do mundo do excluído coletivo, na teledramaturgia, são a lascívia e a infidelidade, o fato de resistir aos galanteios e cantadas de Diogo, em nome de seu objetivo de retomar a confiança de Totó, é a prova mais evidente de que Clara Medeiros realmente está mudada; é uma verdadeira mulher da senzala: humilde, singela, trabalhadora, fiel.

Um filho pedófilo

Eis que, assim que consegue a confiança de Totó, o ingênuo, Clara Medeiro finalmente cede aos galanteios de Diogo e novamente demonstra seu ódio de classe, sua periculosidade de excluída coletiva, disposta a retomar as artimanhas para matar Totó e tomar o seu lugar na posição de classe.

O outro perigoso excluído coletivo da novela é o personagem Fred, cujo pai teria se matado, à época de sua infância, após ter sofrido um acidente de trabalho e, em seguida – segundo o ponto de vista de Fred, criança traumatizada –, ter sido injustamente demitido pelo patriarca da Casa Grande, Eugênio Gouveia.

Fred, como um Hamlet, jura vingança e passa toda trama da novela levando a cabo sua vingança, que não poderia ser outra, em se tratando de excluído coletivo, senão a de destronar os donos da Casa Grande, empurrando-os para o mundo da senzala, o lugar recusado por excelência.

Claro está que o destino de Fred é o mesmo do de Clara Medeiros: a loucura e a prisão, assim sendo igualmente o destino de Valentina, a avó má que explora de sua própria neta, como , de resto, assim foi o destino do Quilombo de Zumbi de Palmares, por terem ousado excluírem-se coletivamente da perniciosa equação Casa Grande & Senzala, que nada mais é que a roupagem intimista-sexual

que nossas elites historicamente vestem na relação opressor & oprimido, a fim de torná-la menos perigosa e mais sensual aos olhos entediados da Casa Grande.

Destino diverso, embora trágico, é o da personagem Diana Rodrigues, uma esforçada excluída coletiva que procura ser, através de sua dedicação aos estudos, uma legítima representante da Casa Grande. Diana tem doutorado e bastante disposição para trabalhar nos empreendimentos da Casa Grande, razão pela qual se torna desejada pelo filho dos Gouveias, o pedófilo Gerson Gouveia.

Um sítio de pedofilia na internet

O personagem Gerson Gouveia, ainda que filho natural da Casa Grande, não merece Diana Rodrigues, seja porque ele não reconhece seus esforços, como doutora, seja porque seus traumas de infância não o permitem se tornar um candidato, como Diana, a levar adiante a mais-valia da Casa Grande, na direção da empresa da família, razão pela qual Diana acaba se descasando de Gerson e se envolvendo com Mauro Santarém, personagem representado pelo ator Rodrigo Lombardi, filho, pasmem, do motorista da família Gouveia, o humilde *senzala*-do personagem Diógenes Santarém.

A partir daqui outro piparote machadiano se faz necessário. Saio do campo semântico da senzala e retomo o olhar à Casa Grande, mesmo sem, por ora, explicar o motivo pelo qual inscrevo a personagem Diana Rodrigues como pertencente também ao mundo dos excluídos coletivos da novela *Passione*.

A propósito, se considerarmos a virada da primeira parte da novela para a segunda, note-se que o perfil dos personagens da Casa Grande passa por uma metamorfose que ocupa exemplarmente o oposto ao ocorrido com a personagem Claro Medeiros. De uma forma mais ou menos parecida com esta, os filhos e bisnetos da Casa Grande, na primeira parte da novela, com exceção de alguns, estão perdidos e, embora não sejam dissimulados, como Clara Medeiros, são perseguidos por sentimentos considerados inferiores, típicos dos excluídos coletivos, como o ciúme, a inveja, a lascívia, a mesquinha.

Melina Gouveia é apaixonada por Mauro Santarém. Como seu amor não era correspondido, torna-se uma personagem, ela mesma, excluída coletiva, pois se apresenta como ciumenta, mentirosa, ressentida, sendo capaz de fazer de tudo para conquistar, nem que seja à força, Mauro Santarém.

Gerson Gouveia, o filho da Casa Grande, é um pedófilo da internet. Teria sofrido um trauma em sua infância, tendo sido ele mesmo vítima de pedófilas, de tal sorte que, como uma espécie de retorno do reprimido, torna-se ele mesmo um pedófilo que frequenta sítio de pedofilia na internet.

Contraponto aos personagens excluídos

O outro filho da Casa Grande, o mais velho, Saulo Gouveia, representado pelo ator Werner Sechünemann, é um verdadeiro senhor de engenho, pois o tempo todo faz questão de destacar o lugar dos personagens da senzala, ofendendo-os, desprezando-os e odiando-os. Além do mais, é infiel, mau pai e corrupto, de vez que desvia para fora do país dinheiro da Metalúrgica Gouveia, sem contar que é também ressentido, tal a sua fúria quando a matriarca indica Mauro Santarém para ocupar a direção da empresa.

Stela Gouveia, mulher de Saulo Gouveia, é inexpressiva e mal amada; uma mulher medíocre que só pensa em compras e futilidades, enquanto seus filhos sofrem com a opressão do pai.

Danilo Gouveia, representado pelo ator Cauã Reymond, é um jovem perdido, que sofre um ódio edípico pelo pai, Saulo Gouveia, razão pela qual, subtraindo-se, envolve-se com droga, tornando-se um dependente de craque.

Lorena Gouveia, representada pela atriz Tammy Di Calafiori, filha de Saulo Gouveia, é uma adolescente ciumenta, mesquinha, petulante, arrogante e egoísta, que vive um Complexo de Electra com a mãe, Stela Gouveia, além de odiar o pai.

Da família de Saulo Gouveia, o único que sobra é o filho Sinval Gouveia, que é um garotão bonzinho, típico gente boa.

No entanto, com a morte de Saulo Gouveia, assassinado por algum excluído coletivo da novela; e com a ascensão de Fred à direção da empresa, a família

Gouveia adquire aquilo que é possível chamar de coesão de classe, ou bloco ideológico, para usar e abusar de um conceito de Gramsci.

Assim, através de um sistema de contrastes, na segunda parte da novela, ou nos preâmbulos de seu desfecho, a família Gouveia em conjunto se une e em bloco faz um contraponto aos personagens excluídos coletivos da novela, distinguindo-se destes, traço a traço, sem dissimulação alguma, que é marca dos excluídos coletivos.

Para ficar num exemplo, Stela Gouveia, agora viúva, muda da água para vinho, finalmente é capaz de sacrifício, pois chega ao ponto de se declarar culpada pelo assassinato do marido, a fim de salvar da cadeia o filho drogado, Danilo Gouveia, que confessa ter matado o pai, num lance – mais um – pastelão da novela.

E a partir daqui, com mais um piparote machadiano, o terceiro, que retomo o destino infeliz de Diana Rodrigues, na novela *Passione*.

Ela é uma personagem do mundo dos excluídos coletivos não por causa de sua sagacidade, que não tem; nem de sua dissimulação, que também não tem, mas em função de também não ocupar o campo semântico da senzala: não é propriamente humilde, nem subserviente.

É, pelo contrário, criativa, inteligente e independente, qualidades suspeitas para um personagem do mundo dos excluídos coletivos, por serem atributos típicos, diria transcendentais, dos personagens da Casa Grande, os quais podem ficar perdidos, podem ter recaídas e assumirem traços do mundo dos excluídos coletivos, mas sempre recobram a sobriedade de classe, quando estão em risco de perderem a guerra pelos excluídos coletivos.

Função fabular de luta de classes

Ainda como excluída coletiva, Diana Rodrigues não tem mais cacife para disputar o amor de Mauro Santarém com Melina Gouveia, pela singela razão de que esta já não é a mesma da primeira parte da novela. Agora é uma verdadeira

Gouveia: responsável, solidária – solidariedade de classe, é claro –, criativa, ousada e empreendedora.

Como destino manifesto, o de Diana Rodrigues é a morte. Como a Casa Grande é antropofágica, pois se apropria das qualidades do mundo dos excluídos coletivos, Diana Rodrigues só pode mesmo morrer em função de um parto difícil, pois deve deixar uma herdeira que possa ser cuidada pela Casa Grande, a fim de que deixe de ser, através da filha, uma excluída coletiva, fazendo valer os seus supostos genuínos atributos tipicamente pertencentes à classe dominante.

Afinal, tudo está escrito e prescrito, em nebuloso estatuto, a saber: Melina Gouveia se casa com o viúvo Mauro Santarém e ambos educarão a filha de Diana Rodrigues em conformidade com os preceitos da Casa Grande, sem risco algum de que venha sofrer um revés, de vez que os excluídos coletivos costumam ser sempre dissimulados, de modo que não poderíamos saber nunca se, com a mãe biológica, a criança não seria ou se transformaria num adulto do mundo dos excluídos coletivos.

Esta é, portanto, a segunda moral da história da novela *Passione*: a árvore genealógica portuguesa-italiana-brasileira, de nossas “legítimas” classes dominantes, tem que tomar todo cuidado possível com os excluídos coletivos.

Afinal, eles são os verdadeiros perigosos, pois podem, dissimuladamente ou não, surpreender e produzir um mundo sem Casa Grande e sem Senzala.

De qualquer forma, ainda fica uma dúvida que emerge da suposta contradição entre a eugenia da Casa Grande e o gesto estranho desta em relação à incorporação integral, sem condicionalidades, de um filho de motorista, típico representante da senzala, à sua exclusiva árvore genealógica transcendental, o que já ocorrera na geração precedente com a incorporação de Olavo da Silva, pai de Totó.

Como é possível que Mauro Santarém, um filho da senzala, tornar-se não apenas o presidente da Metalúrgica Gouveia, mas, bem mais que isso, um Gouveia ele mesmo, ao se casar com a filha diletta da classe dominante, Melina Gouveia?

A resposta a essa pergunta não pode ser outra. Está relacionada com a fábula da luta de classes, ou função fabular de luta de classes, típica das novelas das 8, da TV Globo.

Uma equação perniciosa e genocida

O casamento mítico da Casa Grande & Senzala desempenha uma função fabular, tipicamente oriunda de uma confabulação das classes dominantes, em suas estratégias diversas no front de luta de classes; confabulação absolutamente farsante, porque lança para o plano da ficção aquilo que nunca pode ocorrer no plano da chamada realidade: a senzala procriar na Casa Grande.

Como sabemos, ainda que sob o signo do estupro, é a Casa Grande que historicamente produz bastardos na Senzala.

São esses bastardos que, a rigor, se transformam em excluídos coletivos e igualmente são os bastardos que são acusados de farsantes, não sendo circunstancial que, na novela em questão, os personagens Diana Rodrigues e Fred tenham sido acusados de falsificar documentos.

A função fábula da luta de classes, sob o ponto de vista das classes dominantes, assim, é a verdadeira farsa e é apenas como farsa que um sobrenome como Silva pode ser protagonista na Casa Grande, procriar nela.

Não é por acaso que o pai de Fred tenha perdido a mão, na Metalúrgica Gouveia. Seria um Lula da Silva sem os dedos, a exigir justiça à Casa Grande?

É aqui que entra o governo Lula da Silva.

Até que ponto o governo Lula da Silva é o excluído coletivo da Casa-Grande brasileira? Não seria, por outro lado, mais uma farsa da Casa-Grande, com sua função fabular Senzala-Silva-Mauro-Santarém, a presidir os empreendimentos dela, da Casa-Grande? A farsante ficção se transformou numa farsante realidade?

A tentativa atual de exigir do próximo governo, o de Dilma, contenção de gastos, não é já um front de luta de classes? Por acaso cortar seiscentos milhões de reais da Educação e da Ciência e Tecnologia, do orçamento do próximo ano, não será uma atitude subserviente da senzala, a serviço da Casa Grande?

Se considerarmos o governo Lula da Silva, em todos os aspectos prováveis e improváveis, não é possível interpretar que os méritos de seu governo sejam tributários de escolhas feitas no horizonte do excluído coletivo, seja em relação à Casa Grande nacional, seja em relação à Casa Grande internacional?

De qualquer forma, numa coisa a função fábula da novela *Passione* não é farsa e tem a ver com a sua terceira moral da história.

E eis a sua terceira moral da história: o excluído coletivo não tem que de-sejar destronar a Casa-Grande, a fim de se tornar o seu novo rei. A novela em questão caricaturiza: Fred assume a presidência e implanta uma ditadura; o reino da corrupção. Tal não ocorre no governo Lula; o país da Casa Grande fica melhor.

No entanto, essa não é a saída, a de governar melhor ou pior a Casa Grande. A saída do excluído coletivo é a de colaborar para acabar com a equação perniciosa e genocida Casa Grande & Senzala, através da produção sem fim e insubordinada de linhas de fuga: Zumbis de Palmares.

REFERÊNCIAS

A bíblia sagrada: Antigo e Novo Testamento. Tradução: João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

ADORNO, Theodor. Notas sobre Kafka. In: **Prismas**. Tradução: Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Ática, 2001, p.239-270.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Tradução: Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AMIN, Samir. **La ley del valor mundializada**. Por um Marx sin fronteiras. Trad. Josep Sarrer. Madrid: El Viejo Topo, 2011.

ANDRADE, Carlos Drummond. **Antologia Poética**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Tradução: Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. **O estado de exceção**. Tradução: Iraci de Poletti. São Paulo: Boitempo, 2003.

AUERBACH, Erichi. **Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental**. Tradução: George Bernard Sperber. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade média e no Renascimento**. O contexto de François Rabelais. Trad. Yara Franteschi. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra: Forense Universitária, 2008.

BARTHES, Roland. **Aula**. Tradução: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2004.

BECKETT, SAMUEL. **Teatro Completo**. Trad. Miguel Esteves Cardoso, Luís Miguel Cintra, Jorge Silva Melo ou Margarida Vale de Gato. Coimbra: Edições 70, 2021.

BENJAMIN, Walter. **Magia, técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v.1).

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução: Carlos Felipe Moisés e Ana Maria Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOAL, A. **Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas**. 1. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

BRECHT, Bertold. **Teatro completo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1965.

_____. **Vários escritos**. 4.ed. São Paulo: Duas Cidades, 2004.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**: campanha de Canudos. 16. ed. Corrigida. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1942

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução: Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992, p. 224.

_____. **Foucault**. Tradução: Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka**: para uma literatura menor. Tradução: Rafael Godinho. Lisboa: Assírio e Alvim, 2002.

_____. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução: Joana Moraes Varela e Manuel Maria Carrilho. Lisboa: Assírio e Alvim, 1972.

_____. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 2008. v. 1.

_____. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução: Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 2008. v. 2.

_____. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução: Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 2008. v. 3.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Tradução: Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 2008. v. 4.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Tradução: Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 2008. v. 5.

DERRIDA, Jacques. **Os espectros de Marx.** Tradução: Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **A farmácia de Platão.** Tradução: Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DOSTOIÉVSKI. **Os Irmãos Karamazov.** Trad. Natália Nunes e Oscar Mendes. Abril Cultural: 1970.

EAGLEON, Terry. **A ideia de cultura.** Trad. Sandra Castello Branco. São Paulo: Unesp, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Trad. Renato da Silveira. Salvador: Edubra, 2008.

_____. **Os condenados da Terra.** Trad. José Lourênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.** Tradução: Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **A ordem do discurso.** Tradução: Laura Fraga de Almeida. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. **A arqueologia do poder.** Tradução: Luiz Felipe Baeta. São Paulo: Vozes, 1972.

_____. **Em defesa da sociedade.** Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. O que é um autor? In: **Ditos & escritos III.** Tradução: Inês Autran Dourado Barbosa. São Paulo: Martins Fontes, p. 264-298.

_____. **História da sexualidade I: vontade de saber.** Tradução: Maria Theresa da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos.** Tradução: Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2012.

GRAMSCH, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Trad. Nelson Colinho e Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2001.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografia do Desejo.** Petrópolis: Vozes, 1986.

JAMESON, Fredric. **O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico.** Tradução: Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Editora Ática, 1999.

_____. **Modernidade singular: ensaio sobre a ontologia do presente.** Tradução: Roberto Franco Valente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio.** Trad. Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Ática, 2002.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Loyola, 2005.

KAFKA, Franz. **América.** Tradução: Torrieri Guimarães. São Paulo: Exposição do Livro, 1965.

_____. **A metamorfose.** 14 ed. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **A contemplação e o foguista.** Tradução: Modesto Carone. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. **A muralha da China.** Tradução: Torrieri Guimarães. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

_____. **Antologias de páginas íntimas.** Tradução: Alfredo Margarido. Lisboa: s/d.

- _____. **Carta ao Pai**. Tradução: Modesto Carone. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. **Contemplação e O foguista**. Tradução e posfácio Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. **Diários**. Tradução: Torrieri Guimarães. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- _____. **Um artista da fome e A construção**. Tradução: Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. **O castelo**. Tradução: D. P. Skroski. São Paulo: Abril Cultural, 2003.
- _____. **O processo**. Tradução: Modesto Carone. Rio de Janeiro: O Globo, 2003.
- _____. **O processo**. Tradução: Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. **O jejuador**. Tradução: Brenno Silveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- _____. **Um médico rural**. Tradução: Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. **Narrativas do espólio: 1914-1924**. Tradução e posfácio de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. **O veredito e Na colônia penal**. Tradução: Modesto Carone. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- KANT, I. “Resposta à pergunta: que é “Esclarecimento”? *In: Textos seletos*. Trad;/ Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 100-117.
- Karl Marx. **O capital**. Tradução: Regis Barbosa. Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1996.
- _____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. In.: **Os Pensadores**. Trad. Leandro Konder. Abril Cultural, 1978.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. 2 ed. Tradução: Karen Esalbe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- LACAN, J. **Seminário IV** (texto estabelecido por Jacques-Alain Miller, trad. Aluísio Menezes) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

LACAN, J. **Seminário V** (texto estabelecido por Jacques-Alain Miller, trad. Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

LÉVINAS, Emanuel. **Ensaio sobre a alteridade**. Tradução: Pergentino Stefano Pivatto. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUDMER, Josefina. **Aqui América Latina**, uma especulação. Trad. Rômulo Monte Ato. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. In: **Os pensadores**. Tradução: José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p.03

MUMFORD, Lewis. **Técnica y civilización**. Madrid: Alianza Editorial, 2002.

Platão. **A república**. Tradução: Enrico Corvisieri. São Paulo: Abril Cultural, 1997.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

RANCIÈRE, Jacque. **Política da escrita**. Tradução: Raquel Ramallete. São Paulo, Editora 34, 1995.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 19 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

SCHMITT, Carl. **Teología política**. Tradução: Francisco Javier Conde e Jorge Navarro Pérez. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

SHAKESPEARE, William. **Hamlet**: Prince of Denmark. The Folger Shakespeare. Ed. Barbara Mowat, Paul Wrstine, Michael Poston and Rebecca Niles. Folger Shakespeare [3 junho].https://folger-main-site-assets.s3.amazonaws.com/uploads/2022/11/hamlet_PDF_FolgerShakespeare.pdf

SÓFOCLES. **Édipo Rei**. (T. Vieira, trad.). São Paulo: Perspectiva., 2001

TCHEKHOV, Anton Pavlovitch. A enfermeira n.6. In: **O beijo e outras histórias**. Tradução: Boris Schnaiderman São Paulo: Editora 34, 2007, 196-199.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalista**. Tradução: Ana Falcão Bastos e Luis Leitão. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

WILLIAMS, Raymond. **Tragédia Moderna**. Tradução: Betina Bischof. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Tradução: José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

WOODS, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**: Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2001.

VELÁZQUEZ, Diego. **Las meninas o la familia de Felipe IV**, óleo sobre tela, 318 x 276 cm, 1656, [P1173].

VIRILIO, Paul. **A bomba informática**. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

VIRILIO, Paul. **A máquina de visão**. Tradução: Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1994.

VIRILIO, Paul. **Guerra e cinema**. Tradução: Paulo Roberto Pires. São Paulo: Boitempo, 2005.

O COMEÇO DO FIM DA ERA UNIPOLAR: LITERATURA E INDÚSTRIA CULTURAL



LUIS EUSTÁQUIO SOARES